



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TAMIRES NEVES CONCEIÇÃO

**INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA E A PRESERVAÇÃO DIGITAL:
UMA ANÁLISE DO DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A
AUDIODESCRIBÇÃO**

Salvador
2021

TAMIRES NEVES CONCEIÇÃO

**INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA E A PRESERVAÇÃO DIGITAL:
UMA ANÁLISE DO DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A
AUDIODESCRIBÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI, Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, na área de concentração sobre Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea e linha de pesquisa sobre Políticas e Tecnologias da Informação como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Salvador
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C744

Conceição, Tamires Neves.

Informação audiodescritiva e a preservação digital : uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a audiodescrição / Tamires Neves Conceição. - 2021.

328 f. : il. + anexos.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2021.

1. Informação audiodescritiva. 2. Audiodescrição. 3. Preservação digital. 4. Memória. 5. Ciência da Informação. I. Silva, Rubens Ribeiro Gonçalves da. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDU 376-056.26

Elaborada por Maria Auxiliadora da Silva Lopes - CRB-5/1524

TAMIRES NEVES CONCEIÇÃO

INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA E A PRESERVAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DO DIÁLOGO ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A AUDIODESCRIÇÃO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção de grau de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em: 12/05/2021


Banca Examinadora



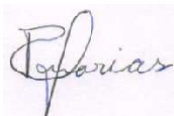
Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva - Orientador - UFBA



Prof^ª. Dra. Isa Maria Freire - Membro Externo Titular - UFPB



Prof^ª. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro - Membro Externo Titular - IBICT



Prof^ª. Dra. Sandra Regina Rosa Farias - Membro Externo Titular - UNEB



José Cláudio Alves de Oliveira
Docente do Departamento de
Museologia, FCH / UFBA.
SIAPE: 21820891

Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira - Membro Interno Titular – UFBA

A

Rita Maria de Cássia Neves Conceição e Francisco Xavier da Conceição, meus
estimados pais.

Helenita Freitas (in memoriam) e a Edith Santos da Conceição, minhas queridas avós.

AGRADECIMENTOS

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”. Arthur Schopenhauer

A Deus e aos meus pais, Rita Maria de Cássia Neves Conceição e a Francisco Xavier da Conceição, pelo apoio incondicional durante toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço pelo companheirismo, incentivo, pela atenção e força que me deram para transpor os obstáculos encontrados. Seguimos juntos e firmes nessa jornada, por isso a eles, dedico todo o meu amor.

Às minhas avós, Helenita Freitas (*in memoriam*) e Edith Conceição pelos conselhos de vida a mim ofertados. Sem elas, essa trajetória acadêmica não seria possível.

Ao meu estimado orientador, Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva que me orientou por 6 anos seguidos (2 anos de mestrado e 4 de doutorado) com muita dedicação e responsabilidade. Agradeço pelos conselhos de vida e acadêmicos que proporcionaram meu crescimento como pessoa e pesquisadora. Devo-lhe eterna gratidão pelo companheirismo de um ser humano íntegro, ético, honesto e parceiro, além de um professor/orientador excepcional, que realmente ajudou-me a organizar meus pensamentos até a construção final desta pesquisa aqui apresentada.

Ao Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), pelo apoio incondicional durante os quatro anos de pesquisa. Em especial devo agradecer as imensas colaborações dos amigos João Ricardo Chagas e a Emanuela Andrade.

A todos os docentes que ao longo da minha caminhada acadêmica permitiram meu crescimento como pessoa e também como profissional, em especial, a professora Cleide (*in memoriam*) e o professor Maurício Matos.

À Coordenação do PPGCI-UFBA e ao corpo técnico-administrativo, em especial a Marilene Luzia, pela atenção e dedicação a mim ofertadas durante a realização da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – Código de Financiamento 001 – que apoiou a realização deste trabalho.

Aos colegas do doutorado, pelo companheirismo e incentivo.

Aos alunos da disciplina de Tirocínio, pela atenção e respeito a mim dedicado.

Aos amigos pessoais e à minha família, pelo incentivo contínuo e compreensão das minhas ausências. A Alexandro Santos, que providenciou o suporte técnico ao computador.

Aos pesquisados, que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para a construção desta tese.

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A Audiodescrição — designada como uma tradução audiovisual que transforma signos visuais em signos verbais para promover a inclusão social e a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, dislexos e idosos — é associada à Ciência da Informação com o objetivo de se analisar como os profissionais da Ciência da Informação, com suas experiências em disseminar e registrar a informação, podem auxiliar a Audiodescrição no tocante à preservação e à salvaguarda de audiodescrições. Destaca-se a relevância deste enfoque em prol da preservação da memória da Audiodescrição no país, ampliando-se, assim, a conscientização de profissionais e pesquisadores audiodescritores por meio do conceito de informação audiodescritiva. Tem-se como problemática saber quais aspectos devem ser destacados para que se possa estabelecer de fato o diálogo entre as teorias, técnicas e práticas da Ciência da Informação e o campo da Audiodescrição, no que se refere a ações de preservação digital e a políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos produzidos por grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais brasileiras. A metodologia é desenvolvida com pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva, através do método de abordagem dialético materialista. O universo da pesquisa é formado pela totalidade das universidades federais e estaduais que pesquisam e trabalham a Audiodescrição e pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros; as técnicas de coleta de dados utilizados foram os questionários *online* e a observação participante, através do ambiente digital de pesquisa do Repositório *Legatum Sonus et Imago*; os procedimentos aplicados ao conjunto de dados coletados foram qualitativos com base na análise de discurso, além de quadros, tabelas e outros infográficos. Entre os elementos dificultadores observados para a efetivação do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição estão o desconhecimento da maioria dos profissionais audiodescritores sobre a expertise da área da Ciência da Informação, sobre os conceitos e as aplicabilidades das ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda para os conteúdos audiodescritos produzidos pelos grupos e núcleos de que fazem parte os profissionais da Audiodescrição, impossibilitando o desenvolvimento de uma gestão efetiva de seus acervos audiovisuais, como também a falta de compreensão dos profissionais da Ciência da Informação sobre o que é a Audiodescrição, sobre seu uso e sua relevância para o sujeito da informação com deficiência visual. Como aspectos positivos, observou-se a importância da Ciência da Informação nesse diálogo por meio do conceito proposto de informação audiodescritiva, que proporcionará a possibilidade de efetivos ganhos no desenvolvimento da memória da Audiodescrição, que vem sendo construída pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados, bem como a contribuição da Audiodescrição ao proporcionar à Ciência da Informação a possibilidade da aplicabilidade de uma tecnologia assistiva que amplia as oportunidades de inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência visual em unidades de informação. Constata-se, nos resultados encontrados, que o conceito de informação audiodescritiva, elaborado nas bases epistemológicas da Ciência da Informação, é um potencial portador de estímulos para o desenvolvimento de um novo cenário para a memória das audiodescrições brasileiras.

Palavras-chave: Informação Audiodescritiva. Ciência da Informação. Audiodescrição. Memória. Preservação digital. Salvaguarda.

ABSTRACT

Audio-description — designated as an audiovisual translation that transforms visual signs into verbal signs to promote social inclusion and accessibility of the visually impaired, the dyslexics and the elderly — is associated to Information Science with the purpose of analyzing how Information Science professionals, with their experience in disseminating and registering information, can assist Audio-description in relation to the preservation and safeguarding of Audio-descriptions. The relevance of this approach towards the preservation of the memory of audio-description in the country is emphasized, broadening, thereby, the awareness of audio-description professionals and researchers through the concept of audio-descriptive information. It is important to understand which aspects should be highlighted in order to effectively establish a dialogue between theories, techniques and practices of Information Science and the field of Audio-description, in relation to actions for digital preservation and safeguarding policies of audio-descriptive informational contents produced by research groups and nuclei of Brazilian federal and state universities. The methodology is developed through qualitative, quantitative and descriptive research, using the dialectical-materialist approach. The research universe is formed by the entirety of the federal and state universities that research and work with Audio-description and Brazilian post-graduate Information Science programs; data collection techniques used were online questionnaires and participant observation, through the research digital environment of the *Legatum Sonus et Imago* Repository; the procedures applied to the set of collected data were qualitative, based on discourse analysis, as well as tables, charts and other infographics. Among the inhibiting factors observed for the realization of the dialogue between Information Science and Audio-description are: the lack of awareness of most Audio-description professionals in relation to the expertise of the Information Science area, regarding concepts and applicability of digital preservation actions and of safeguarding policies of the audio-descriptive contents produced by the groups and nuclei of which the Audio-description professionals belong, hindering the development of an effective management of audiovisual acquis, as well as the lack of awareness of Information Science professionals about Audio-description, its use and relevance for the information of the visually impaired. The positive aspects observed were the importance of Information Science in this dialogue, through the proposed concept of audio-descriptive information, providing the possibility of effective gains in the development of the Audio-description memory, under construction by the analyzed research groups and nuclei, as well as the contribution of Audio-description providing Information Science with the possibility of applying an assistive technology, broadening the opportunities of social inclusion and accessibility for the visually impaired in information units. It is verified, in the results obtained, that the concept of audio-descriptive information, prepared in the epistemological bases of Information Science, is a potential bearer of stimuli for the development of a new scenario for the memory of Brazilian audio-descriptions.

Key-words: Audio-descriptive Information. Information Science. Audio-description. Memory. Digital Preservation. Safeguard.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema para a formação do conceito de Informação Audiodescritiva.....	58
Figura 2	Tempo de existência do grupo/núcleo de pesquisa.....	148
Figura 3	Tempo transcorrido em que o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com a temática da AD	149
Figura 4	Sobre como o respondente descobriu a AD.....	150
Figura 5	Período de tempo em que o respondente faz AD.....	151
Figura 6	Sobre o grau de importância conferido à utilização da AD para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual.....	152
Figura 7	Sobre o contato com algum acervo audiovisual.....	153
Figura 8	Sobre o grau de importância conferido a um acervo audiovisual.....	154
Figura 9	Sobre o grau de importância conferido à preservação digital de conteúdos informacionais audiodescritos.....	157
Figura 10	Sobre o formato de arquivo que escolheriam para a versão digital do documento audiovisual.....	160
Figura 11	Tempo de existência do grupo/núcleo de pesquisa.....	171
Figura 12	Tempo transcorrido em que o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com a temática da AD.....	172
Figura 13	Sobre como o respondente descobriu a AD.....	173
Figura 14	Período de tempo em que o respondente faz AD.....	174
Figura 15	Sobre o grau de importância conferido à utilização da AD para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual.....	174
Figura 16	Sobre o contato com algum acervo audiovisual.....	175
Figura 17	Sobre o grau de importância conferido a um acervo audiovisual.....	176
Figura 18	Sobre a adoção, pelo grupo/núcleo de pesquisa, de ações de preservação digital e(ou) políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos.....	178
Figura 19	Sobre o formato de arquivo considerado mais adequado para a versão digital master de um conteúdo audiovisual.....	181

Figura 20	Conhece a diferença entre ações de preservação digital e políticas de salvaguarda?.....	187
Figura 21	Sobre o formato de arquivo considerado mais adequado para a versão digital master de um conteúdo audiovisual.....	188
Figura 22	Sobre o conhecimento acerca de normas citadas.....	190
Figura 23	Aspectos sobre a temática “Memória” fazem parte do quadro de referências e dos procedimentos de análise da CI ?.....	191
Figura 24	Ações de preservação digital e políticas de salvaguarda fazem parte do quadro de referências, de estudos e de práticas da CI.....	192
Figura 25	Repositórios digitais propiciam a ampliação de registros de memória de uma determinada área no contexto atual das TIC?.....	193
Figura 26	A CI é uma área	194
Figura 27	Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória de determinada área.....	196
Figura 28	Já ouviu falar em AD?.....	197
Figura 29	Item inserido da UFSM-Núcleo de Acessibilidade no RL-SI.....	213
Figura 30	Visualização de tela do RL-SI ao adotar-se a opção “Link Objeto Digital” (realizado pela Autora na 1ª fase da observação participante).....	215
Figura 31	Visualização de tela do RL-SI ao adotar-se a opção “Importar Objeto Digital” (realizado pela colaboradora na 2ª fase da observação participante).....	215
Figura 32	Itens inseridos pelo UFBA-TRAMAD no RL-SI.....	216
Figura 33	Itens inseridos pela UNESP-Bauru-Projeto Biblioteca Falada no RL-SI....	218
Figura 34	Itens inseridos pela UNEB-GA&A no RL-SI.....	219

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Questões da análise de discurso sobre universo analisado (respostas da AD e da CI) 209
----------	--

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de universidades consultadas para coleta de dados no campo da AD de maio de 2018 a maio de 2019.....	119
Tabela 2	Quantitativo de universidades respondentes dos questionários aplicados no campo da AD de julho a outubro de 2019.....	142
Tabela 3	Quantitativo de Programas de Pós-Graduação consultados para coleta de dados na área da CI de maio a junho de 2019.....	145
Tabela 4	Quantitativo de respondentes dos questionários aplicados na área da CI de julho a outubro de 2019.....	146
Tabela 5	Instituição filiada.....	268
Tabela 6	Nome do grupo/núcleo do qual faz parte.....	268
Tabela 7	Tempo de existência do grupo/núcleo.....	268
Tabela 8	Tempo de atuação com o recurso da Audiodescrição.....	269
Tabela 9	Quantitativo de pessoas que fazem parte do grupo/núcleo.....	269
Tabela 10	Qual a posição do colaborador no grupo/núcleo?.....	269
Tabela 11	Qual o nível de escolaridade?.....	269
Tabela 12	Período de participação no grupo/núcleo.....	269
Tabela 13	Faixa etária dos colaboradores.....	270
Tabela 14	Profissão dos colaboradores.....	270
Tabela 15	Sobre a Audiodescrição.....	270
Tabela 16	Período que trabalha com Audiodescrição.....	270
Tabela 17	Importância da Audiodescrição.....	271
Tabela 18	Sobre o acervo audiovisual.....	271
Tabela 19	Sobre a importância do acervo audiovisual.....	271
Tabela 20	Diferença entre preservação digital e salvaguarda.....	271
Tabela 21	Importância sobre a preservação digital dos conteúdos.....	271
Tabela 22	Como o grupo/núcleo procede com os conteúdos.....	272

Tabela 23	Sobre as ações realizadas pelo grupo/núcleo.....	272
Tabela 24	Sobre a importância da preservação digital e da salvaguarda.....	273
Tabela 25	Sobre o formato do arquivo digital.....	273
Tabela 26	Sobre a existência de um ambiente digital.....	273
Tabela 27	Sobre a memória da Audiodescrição.....	274
Tabela 28	Sobre o papel do profissional da Ciência da Informação.....	274
Tabela 29	Sobre o posicionamento dos grupos/núcleos.....	275
Tabela 30	Papel do audiodescritor.....	275
Tabela 31	Instituição filiada.....	276
Tabela 32	Nome do grupo/núcleo do qual faz parte.....	276
Tabela 33	Tempo de existência do grupo/núcleo.....	276
Tabela 34	Tempo de atuação com o recurso da Audiodescrição.....	277
Tabela 35	Quantitativo de pessoas que fazem parte do grupo/núcleo.....	277
Tabela 36	Qual a posição do colaborador no grupo/núcleo?.....	277
Tabela 37	Qual o nível de escolaridade?.....	277
Tabela 38	Período de participação no grupo/núcleo.....	278
Tabela 39	Faixa etária dos colaboradores.....	278
Tabela 40	Profissão dos colaboradores.....	278
Tabela 41	Sobre a Audiodescrição.....	278
Tabela 42	Período que trabalha com Audiodescrição.....	279
Tabela 43	Importância da Audiodescrição.....	279
Tabela 44	Sobre o acervo audiovisual.....	279
Tabela 45	Sobre a importância do acervo audiovisual.....	279
Tabela 46	Diferença entre preservação digital e salvaguarda.....	279
Tabela 47	Importância sobre a preservação digital dos conteúdos.....	280

Tabela 48	Como o grupo/núcleo procede com os conteúdos?.....	281
Tabela 49	Sobre as ações realizadas pelo grupo/núcleo.....	281
Tabela 50	Sobre a importância da preservação digital e da salvaguarda.....	282
Tabela 51	Sobre o formato do arquivo digital.....	282
Tabela 52	Sobre as ações realizadas no grupo/núcleo para os conteúdos.....	282
Tabela 53	Como aprimorar as ações realizadas pelo grupo/núcleo?.....	283
Tabela 54	Sobre a existência de um ambiente digital.....	283
Tabela 55	Sobre a memória da Audiodescrição.....	284
Tabela 56	Sobre o papel do profissional da Ciência da Informação.....	285
Tabela 57	Sobre o posicionamento dos grupos/núcleos.....	285
Tabela 58	Papel do audiodescritor.....	286
Tabela 59	Sobre a importância da memória da Audiodescrição.....	287
Tabela 60	Instituição filiada.....	287
Tabela 61	Curso de origem.....	287
Tabela 62	Posição no PPGCI.....	288
Tabela 63	Sobre a faixa etária.....	289
Tabela 64	Diferença entre preservação digital e salvaguarda.....	289
Tabela 65	Sobre o formato do arquivo digital.....	289
Tabela 66	Sobre o conhecimento de normas.....	290
Tabela 67	Sobre o conceito de memória na Ciência da Informação.....	290
Tabela 68	Sobre preservação digital e salvaguarda na Ciência da Informação.....	290
Tabela 69	Conhecimento sobre os repositórios digitais.....	291
Tabela 70	Sobre a área da Ciência da Informação.....	291
Tabela 71	Sobre a adoção de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda.....	291
Tabela 72	Sobre a Audiodescrição.....	291

Tabela 73	Conceito de Audiodescrição.....	291
Tabela 74	Experiência com Audiodescrição.....	299
Tabela 75	Possibilidade de diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição.....	303
Tabela 76	Sobre o conceito de Informação audiodescritiva.....	309
Tabela 77	Sobre o uso da temática da Audiodescrição na Ciência da Informação.....	311
Tabela 78	Sobre o uso da informação audiodescritiva em bibliotecas, museus e arquivos.....	317
Tabela 79	Sobre a possibilidade de concretizar o diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição.....	322

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPA	Associação Brasileira de Preservação Audiovisual
ACB	American Council of the Blind
AD	Audiodescrição
ADP	Audio Description Project
API	Ambientes Potencializadores para Inclusão
BR	Bayerischer Rundfunk
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEARQ	Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CRIDI	Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais
DDP	Distributed Digital Preservation (PDD = Preservação Digital Distribuída)
DVD	Digital Video Disc
DVS	Descriptive Video Service (SDV = Serviço de Descrição de Vídeos)
E-ARQ	Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GA&A	Grupo de Pesquisa e Extensão Acessibilidade & Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	International Council on Archives - Conselho Internacional de Arquivos
IASA	International Association of Sound and Audiovisual Archives
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções

LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LEAD	Legendagem e Audiodescrição
LETRA	Laboratório Experimental de Tradução
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual
MATAV	Mídia Acessível e Tradução Audiovisual
MXF	Material eXchange Format
NACE	Núcleo de Acessibilidade
NEAI	Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas
NEDE	Núcleo de Educação Especial
NET	Núcleo de Estudos da Tradução
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NTV	Nippon TV
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RDC-ARQ	Repositório Arquivístico Digital Confiável
RI	Repositório Institucional
RL-SI	Repositório Legatum Sonus et Imago
RMVB	Real Media Variable Bitrate
SAAI	Sistema Aberto de Arquivamento de Informação
SAP	Second Audio Program (SPA= Segundo Programa de Áudio)
SIGAD	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos
TAV	Tradução Audiovisual
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRAMAD	Tradução, Mídia e Audiodescrição
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DA AD.....	25
2.1	AUDIODESCRIÇÃO: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO.....	25
2.2	A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL.....	38
2.3	O CONCEITO DE INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA.....	47
2.4	A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA COMO REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO INFORMACIONAL AUDIODESCRITO.....	64
2.5	PAPEL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA AUDIODESCRIÇÃO.....	72
3	PRESERVAÇÃO DIGITAL, SALVAGUARDA E MEMÓRIA DA AUDIODESCRIÇÃO.....	81
3.1	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DIGITAL E POLÍTICAS DE SALVAGUARDA.....	81
3.2	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DIGITAL E POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DOS CONTEÚDOS INFORMACIONAIS AUDIODESCRITOS: PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DA AD.....	99
3.3	MEMÓRIA COMO DOCUMENTO E MEMÓRIA DE MINORIAS SOCIAIS.....	106
4	METODOLOGIA.....	116
4.1	UNIVERSO DA PESQUISA.....	116
4.2	TIPO DE PESQUISA.....	120
4.3	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	121
4.4	TÉCNICAS.....	127
4.4.1	Instrumentos de Coleta de Dados.....	127
4.5	MÉTODOS DE PROCEDIMENTOS.....	135
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	140
5.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS ADVINDOS DOS QUESTIONÁRIOS	

	ONLINE.....	140
5.2	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO QUESTIONÁRIO “AUDIODESCRIÇÃO PARA MEMBROS DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2019 – OFICIAL”	146
5.3	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO QUESTIONÁRIO “AUDIODESCRIÇÃO PARA LÍDERES DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2019 – OFICIAL”	171
5.4	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO QUESTIONÁRIO “PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 2019”.....	186
5.5	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	210
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	221
7	CONCLUSÃO.....	228
	REFERÊNCIAS.....	231
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESQUISADOS DA AUDIODESCRIÇÃO.....	247
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESQUISADOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	261
	APÊNDICE C – OFÍCIO PARA AS UNIVERSIDADES.....	267
	APÊNDICE D – TABELAS COM OS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS.....	268
	ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DE PESQUISA.....	328

1 INTRODUÇÃO

Os indivíduos são seres sociais e por isso necessitam da informação para constituir suas relações afetivas e profissionais com outros sujeitos. A interação deve acontecer de forma equivalente, independente de ser uma pessoa com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual, ou uma pessoa sem deficiência. Para tal, a sociedade e suas instituições devem se posicionar de forma inclusiva, buscando suprir as demandas arquitetônicas e comunicacionais para promover a acessibilidade do público com deficiência nas cenas de lazer, esporte, acadêmicas, profissionais e culturais e, assim, permitir que essa pessoa se relacione e interaja com seu meio social.

Os registros informacionais produzidos pela sociedade auxiliam na manutenção e na possibilidade de criar novas relações afetivas e profissionais entre os indivíduos. A memória¹ é um fator social que permite essa contínua interação entre os sujeitos, a partir dos registros históricos de um grupo em um determinado período. O ser humano deve ter acesso aos registros independente de ser uma pessoa com deficiência ou não, por isto é preciso adaptar os conteúdos informacionais de forma a atender às demandas do indivíduo, promovendo a sua sociabilidade. Ao entender sua história e as cenas culturais que o cercam, o ser social pode compreender melhor seu ambiente e, conseqüentemente, pode ampliar suas redes de relacionamento, tornando-se um cidadão ativo.

Esta pesquisa de doutorado, intitulada “Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição”, realizada no âmbito da linha de pesquisa 1: Políticas e Tecnologias da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), propõe-se a defender a tese de que o desenvolvimento original do conceito de informação audiodescritiva, no âmbito da Ciência da Informação (CI), é fundamental para se combater o iminente risco de perda total da memória da Audiodescrição (AD) brasileira.

Entende-se que o conceito de informação audiodescritiva possibilita diálogos científicos profícuos entre a CI e as áreas tradicionalmente associadas ao campo da AD (Letras, Pedagogia e Comunicação) e ainda promove a urgente conscientização dos audiodescritores sobre a preservação da memória da AD.

¹ Na subseção 2.3 e na seção 3 caracterizamos e nos concentramos no conceito de memória. Abordamos a memória coletiva e histórica e também a memória como documento, pelo olhar da CI, procurando-se trazer também elementos de análise sobre a memória de minorias (já que estamos falando da memória de um recurso de tecnologia assistiva que atende a um grupo específico - pessoas com deficiência visual - como público-alvo).

A AD caracteriza-se por uma tradução audiovisual, transformando signos visuais em signos verbais e a CI por uma área social aplicada que busca promover o acesso à informação, lidando com as complexas nuances do fluxo informacional. Assim, propõe-se a análise do diálogo entre a área da CI — com suas expertises em organizar, disseminar, transmitir, registrar e preservar a informação — e o campo da AD — com suas competências em proporcionar a inclusão social e a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, em específico, mas também de pessoas com deficiência intelectual, disléxicos e idosos —, de forma a promover o acesso à informação audiodescritiva.

O diálogo promoverá, então, o auxílio da CI na gestão do fluxo informacional da informação audiodescritiva, desenvolvendo o acesso e a memória do campo por longo prazo²; e a AD trará para a CI os conhecimentos sobre o uso desta tecnologia assistiva que permite o acesso à informação ao público com deficiência visual, em bibliotecas, arquivos e museus, possibilitando que a CI cumpra seu papel social atendendo às demandas informacionais do sujeito com deficiência visual.

A pergunta norteadora da pesquisa é baseada no seguinte questionamento: quais aspectos devem ser destacados para que se possa estabelecer de fato o diálogo entre as teorias, técnicas e práticas da CI e o campo da AD, relativamente a ações de preservação digital e a políticas de salvaguarda de conteúdos audiodescritos produzidos por grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais brasileiras?

A pesquisa foi desenvolvida a partir a hipótese de que a AD é essencial para a promoção da inclusão social e da acessibilidade da pessoa com deficiência visual, mas, no entanto, sem um diálogo entre os profissionais que realizam a AD e aqueles da área da CI há o sério risco de perda ou do surgimento de uma lacuna irreversível na preservação digital e na salvaguarda dos referidos conteúdos, prejudicando, conseqüentemente, a permanência por longo prazo da memória da AD.

Como objetivo geral busca-se analisar como os profissionais da CI, com suas experiências em disseminar e registrar a informação, podem auxiliar nas questões de preservação e salvaguarda no âmbito da AD, destacando-se a relevância desta atitude em prol da preservação da memória da AD no país, e ampliando-se, assim, a conscientização de profissionais e pesquisadores audiodescritores sobre a preservação digital.

Para alcançar o objetivo geral, estabeleceram-se como objetivos específicos:

² Expressão compreendida como “[...] ato de manter informação por longo prazo, de forma correta e independentemente compreensível” (ABNT NBR 15472:2007, p. 5).

- caracterizar o perfil do audiodescritor e suas habilidades no que se refere às ações de preservar digitalmente e salvaguardar conteúdos informacionais audiodescritos;
- identificar como os profissionais da CI, com as teorias, técnicas e práticas da área, podem desenvolver e consolidar o conceito de informação audiodescritiva, auxiliando na preservação digital da memória da AD;
- destacar estratégias de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, em prol da preservação da memória da AD.

O estudo justifica-se pela necessidade de discutir academicamente sobre as ações de inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência visual, através do uso de tecnologias assistivas, como é o caso da AD, para promover reflexões sobre a importância do conceito de informação audiodescritiva, que poderá impulsionar o uso da preservação digital e a adoção de políticas de salvaguarda em conteúdos informacionais audiodescritos, mantendo-se, assim, a memória da AD acessível para seu público-alvo, por longo prazo.

Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa, em ciências humanas e sociais, é adequada para a compreensão de contextos, discursos e opiniões que auxiliam na produção textual. Associada à análise quantitativa — que se caracteriza como objetiva, de maneira mais assertiva, baseada em dados quantitativos — os aspectos quantitativos oferecem mais subsídios à pesquisa. Os métodos de procedimentos aplicados aos dados coletados foram qualitativos, com base na análise de discurso, com o auxílio de quadros, tabelas e infográficos.

As representações (quadros, tabelas e infográficos) auxiliaram na análise da totalidade das universidades federais e estaduais pesquisadas, que trabalham com AD: foram reunidos dados relativos à visão dos discentes e docentes dos programas de pós-graduação em CI brasileiros — que oferecem mestrados e(ou) doutorados acadêmicos, avaliados e reconhecidos pela Plataforma Sucupira — sobre a possibilidade do diálogo entre a CI e a AD e a efetiva troca entre estas expertises profissionais, de forma a auxiliar no desenvolvimento da memória campo da AD no Brasil.

A pesquisa também foi caracterizada como descritiva, com o objetivo de proporcionar uma visão mais ampla da proposta, associada ao estudo bibliográfico, através da busca de informações por fontes primárias como: livros, teses, artigos científicos etc., interligados aos resultados da aplicação dos questionários *online* e da observação participante, proporcionando, assim, a compreensão do objeto delimitado.

A dialética materialista foi o método de abordagem escolhido. Entende-se que esse método não analisa apenas os fenômenos, e sim processos, instigando o confronto de ideias diferentes, que levam em consideração os movimentos históricos, correlacionados às condições materiais de existência do sujeito, que se encontra em constante transformação social.

A pesquisa, então, analisou aspectos sobre o papel dos profissionais da CI, nessa perspectiva do conceito da informação audiodescritiva, e abrange no seu quadro de referências aspectos sobre a história e legislação da AD, bem como os temas da tecnologia assistiva, pessoa com deficiência visual, inclusão social, acessibilidade, informação, memória, ações de preservação digital e políticas de salvaguarda.

As seis seções e suas subseções foram divididas pensando na compreensão inicialmente do objeto de pesquisa – a AD – e sua história no mundo e no Brasil; depois, o conceito de informação audiodescritiva; os conteúdos informacionais audiodescritos; o papel da CI no contexto da AD, as ações de preservação digital, as políticas de salvaguarda e o conceito de memória, como elo do diálogo entre a AD e a CI. Na sequência, é apresentada a metodologia adotada, a apresentação e análise dos dados coletados do questionário *online* e da observação participante e a discussão desses resultados, a conclusão e os indicativos de continuidade da pesquisa.

O referencial teórico utilizado baseou-se, principalmente, nos seguintes autores, a partir de suas representatividades nas temáticas estudadas:

- sobre a CI e o conceito de informação: Araújo (2018), Buckland (1991), Capurro e Hjørland (2007), Dahlberg (1978; 1979), Frohmann (2006; 2012), González de Gómez (1993), Saracevic (1996), Shera (1977), Silva (2002), dentre outros;
- na AD com: Aderaldo e Nunes (2016), Cardoso e Cuty (2014), Farias e Neves (2014), Franco e Silva (2010); Franco e Araújo (2011); Lima, Lima e Vieira, (2009), Motta e Romeu Filho (2010), Neves (2011), dentre outros;
- na memória com: Candau (2011), Dodebei (2011; 2017), Halbwachs (1990), Le Goff (1990), Pollak (1992), Ricoeur (2003), dentre outros;
- sobre preservação digital e salvaguarda: com as normas nacionais e internacionais de arquivo, e com as teorias de Arellano (2008), Ferreira, F. (2019), Ferreira, M.(2006), Tadic (2016), dentre outros;
- e sobre a inclusão social, acessibilidade, deficiência e tecnologia assistiva com: Bampi, Guilhem e Alves (2010), Gil (2006), Nunes, Dandolini e Souza (2014),

Sasaki (1999; 2003; 2005; 2009; 2011), dentre outros teóricos que respaldaram o estudo e permitiram as reflexões apresentadas nesta pesquisa.

Percebeu-se que há possibilidade de diálogo entre a AD e a CI, pois os profissionais entenderam a relevância do conceito de informação audiodescritiva, construído nas bases epistemológicas da CI para proporcionar melhorias na gestão dos conteúdos informacionais produzidos pela AD e conseqüentemente no acesso a esta informação por longo prazo. Os profissionais da CI também compreenderam que a área necessita incluir em sua análise do fluxo informacional o recurso da AD para atender às demandas informacionais do sujeito com deficiência visual, e os profissionais da AD perceberam a importância das expertises dos profissionais da CI para auxiliar no desenvolvimento da memória do campo, por longo prazo.

Os públicos da pesquisa (profissionais da AD e da CI) identificaram a memória como elo nesse diálogo, ficando perceptível a relevância do método dialético materialista na construção do conceito de informação audiodescritiva, que proporcionou uma transformação no olhar dos profissionais da CI e da AD sobre suas expertises no processo da inclusão social e de acessibilidade do público com deficiência visual. O conceito proposto trouxe à tona a necessidade de se refletir sobre a memória da AD, além da aplicabilidade de repositórios arquivísticos digitais confiáveis no acesso a informações por longo prazo, para manter a memória do campo passível de acesso de forma contínua.

2 INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DA AD

Esta seção aborda o conceito e as características históricas da AD no Brasil, na França, na Alemanha, no Reino Unido - Inglaterra, nos Estados Unidos e em Portugal, por serem países com maior representatividade na temática estudada (FRANCO; SILVA, 2010), apresentando ações profissionais e acadêmicas significativas, com atuações de pesquisadores e profissionais reconhecidos mundialmente no campo. As análises dessas realidades da AD irão auxiliar na formação do conceito de informação audiodescritiva sob a perspectiva da CI, bem como irá destacar a importância desse efetivo diálogo entre a CI e da AD para que aconteça a preservação digital e a salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos brasileiros e consequentemente das ações voltadas para a preservação da memória da AD nos grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais brasileiras. As possibilidades de interdisciplinaridade entre a AD e a CI; uma breve análise do conceito de transepistemologia pelo olhar de pesquisadores de educação (ANDRADE; MÉNDEZ; MARTÍNEZ, 2010) e pesquisadores da área de psicologia (SCHWEIZER-RIES; PERKINS, 2012) e sua possível correlação com a CI; o desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva; abordagens sobre os conceitos de memória; informação; preservação; preservação digital; salvaguarda e representação e organização do conhecimento e da informação, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, também serão contemplados nesta seção.

2.1 AUDIODESCRIÇÃO: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO

O recurso da AD é identificado como uma atividade de mediação linguística, caracterizada como uma modalidade intersemiótica, que realiza uma tradução audiovisual, transformando signos visuais em verbais, suprimindo, assim, as lacunas existentes nas cenas culturais, acadêmicas, profissionais, de lazer e de esporte, nas quais pessoas com deficiência visual, disléxicos e idosos³ estão presentes.

O recurso da AD tem como objetivo descrever o que se passa nesses ambientes, de forma clara e direta, possibilitando a compreensão das expressões faciais, corporais, a estética

³ Estudos no campo da AD vêm revelando que o recurso também atende a pessoas com deficiência intelectual, segundo Franco (2017). Informações retiradas das anotações feitas pela Autora ao participar do Encontro (Inter) nacional de Audiodescrição, durante a palestra de Eliana Franco, ocorrido em Recife de 26 a 29 de abril de 2017.

da cena e dos personagens que a compõem, de forma que a pessoa com deficiência visual, público específico, participe daquele momento integralmente, sem grande parte das perdas, provocadas pela falta do som, e com isso adquira e desenvolva sua própria subjetividade e interpretação sobre a cena, já que teve acesso às imagens, por intermédio de uma linguagem verbal, inserida de forma harmoniosa, sem sobrepor os diálogos existentes (ESCOLA DA GENTE, 2018).

A AD pode ser utilizada em filmes, peças teatrais, espetáculos de dança, óperas, mostras, exposições em museus, programas de TV, obras de arte, eventos esportivos, acadêmicos (aulas, palestras, congressos etc.), dentre outros, o que permite a possibilidade efetiva da inclusão social e acessibilidade desse público (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

Ao se utilizar o termo acessibilidade nesta pesquisa estamos nos referindo a um conceito que busca “[...] a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida. Isso porque essas condições estão relacionadas ao ambiente e não às características da pessoa” GIL (2006, n.p). Ainda segundo a autora, as condições de acessibilidade implicam “[...] em falar de processo, que tem tempos e características diferentes em cada lugar, que tem idas, vindas, momentos que parecem de estagnação — mas, na verdade, são momentos em que novos conceitos, novas posturas e atitudes estão germinando” (GIL, 2006, n.p).

A acessibilidade perpassa por seis dimensões sociais:

arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p. 1-2)

Para o autor, o processo da acessibilidade deve ser pensado como “[...] uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana” (SASSAKI, 2009, p.2).

Gil (2006, n.p.) indica que a inclusão social “[...] envolve acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, à educação, à saúde, ao trabalho, à tecnologia [...]”; Sasaki (1999) também comenta que este processo acontece quando a sociedade busca adequar seus padrões, se tornando acessível para atender às necessidades do público com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual. E nesse contexto, ao se referir a acesso, trata-se da possibilidade de

abranger algum lugar ou alguma coisa/cena social como qualquer outro indivíduo sem deficiência (SASSAKI, 2009).

A AD é identificada como um recurso de tecnologia assistiva. Tais tecnologias auxiliam a pessoa com deficiência na realização de suas tarefas diárias, possibilitando maior autonomia e independência no contexto social em que se vive. O termo autonomia, nesta pesquisa, refere-se ao controle que esse sujeito exerce nos ambientes que frequenta, a partir do uso das tecnologias assistivas, adquirindo autonomia física e social. Já o termo independência, refere-se à possibilidade de opinar e tomar decisões, sem necessariamente depender de outras pessoas, usando de sua própria determinação e as informações a que tem acesso para agir como cidadão no ambiente em que vive (SASSAKI, 1999).

Quanto ao termo deficiência, segundo Sasaki (2005, n.p), “denota uma condição da pessoa resultante de um impedimento”, podendo ser física, sensorial ou intelectual; logo, o autor indica que formalmente deve-se manter a palavra deficiência no singular, por exemplo: “pessoas com deficiência visual”, e não “pessoas com deficiências visuais”, grupo que se encontra no âmbito da deficiência sensorial. A forma no singular foi adotada nesta pesquisa, já que a partir da década de 1990 se consagrou, permanecendo nos dias atuais.

Segundo Bampi, Guilhem e Alves (2010, p. 2-3-6), ao se falar em deficiência pode-se correlacionar esse tema a dois modelos: o médico e o social. O primeiro modelo refere-se à deficiência como uma limitação corporal (lesões e variações corporais); já o segundo surgiu nos anos 1960, no Reino Unido, e trata a deficiência “[...] como fruto das desvantagens ou restrições provocadas pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da sociedade”. Conforme os autores,

a ideia básica desse modelo social é que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas uma questão da vida em sociedade, o que transfere a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar a diversidade. (BAMPI, GUILHEM e ALVES, 2010, p. 3)

Então, o termo deficiência é um fenômeno sociológico, tendo correlações com o coletivo, com a diversidade, de como a sociedade se adéqua a essas pessoas, focando no modelo social; já ao se referir à lesão como contexto biológico, adequa-se a análise para o modelo médico, inclusive um campo bastante desenvolvido no Brasil, estudado pelas ciências da saúde, apesar de que as ciências humanas vêm dando ênfase no modelo social, buscando minimizar os estigmas gerados para esse público ao longo da história, identificando como as tecnologias

assistivas os auxiliam a manter sua autonomia e independência e conseqüentemente serem inclusos no ambiente social.

Segundo Nunes, Dandolini e Souza (2014, n.p) “[...] As tecnologias assistivas propiciam aos seus usuários inclusão social porque lhes permitem mobilidade e acesso aos ambientes ocupados pelos demais”. Galvão Filho (2013, p.39) também aborda que essas tecnologias são

[...]como um tipo de mediação instrumental, está relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às: Funções Motoras, Funções Visuais, Funções Auditivas, e/ou Funções de Comunicação.

A tecnologia assistiva - AD - também atende às necessidades das pessoas com deficiência intelectual, dislexia e idosos. Nesta pesquisa o foco será na atuação da AD para pessoas com deficiência visual (este termo inclui pessoas cegas e/ou com visão reduzida), analisando os grupos e núcleos de pesquisa de universidades federais e estaduais brasileiras que trabalham e pesquisam a AD e atuam direcionados a atender, na maioria dos casos, a este público.

O desenvolvimento da pesquisa ocorre sem que necessariamente nos concentremos em estudos específicos das pessoas com deficiência visual⁴, porque aqui se pretende analisar como a informação audiodescritiva, numa perspectiva da CI, poderia colaborar com o aperfeiçoamento no processo de produção e preservação digital⁵ e na salvaguarda⁶ da memória da AD dentro dos grupos e núcleos de pesquisa, impulsionando, assim, o processo de inclusão social e acessibilidade deste público. Porém, a repercussão histórica sobre os estigmas sociais que acompanham o desenvolvimento social do público em questão será abordada em toda a pesquisa, pois esses sujeitos representam o público-alvo da AD.

⁴ Na dissertação de mestrado Conceição (2017), apesar de o público com deficiência visual não ter sido o foco da pesquisa, há uma seção com uma breve análise histórica sobre as pessoas com deficiência, para situar a temática, já que fala-se em um recurso para atendê-los. Por isso, não repetiremos aqui essas informações. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22999>. Acesso em: 18 jan. 2018. Considerando-se a existência de diversas pesquisas sobre o tema nas áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação, buscou-se nesta pesquisa um novo olhar sobre a AD e as pessoas com deficiência visual.

⁵ Preservação aqui é caracterizada pela autenticidade, integridade, manutenção e acesso permanente à informação, seja no ambiente digital ou analógico. No que se refere à preservação digital, essas ações têm de perdurar durante as diferentes gerações tecnológicas, com independência de alterações de suportes ou formatos digitais (ARQUIVO NACIONAL, 2006a). Voltaremos a essa temática na seção 3.

⁶ As políticas de salvaguarda visam garantir a preservação. Ferreira (2019), defendeu tese no PPGCI-UFBA acerca dos conceitos de preservação e de salvaguarda. Trata-se de temática e pesquisa relevante, pelo seu teor organizativo e inovador de conceitos muitas vezes confundidos e considerados sinônimos. Voltaremos a essa temática de forma mais ampla na seção 3.

Nesse contexto da inclusão social e da acessibilidade, a AD é um campo que vem sendo desenvolvido pelas ações de grupos e núcleos de pesquisa acadêmicos, a partir dos seguintes contextos: “Educação Especial, as Tecnologias Assistivas e os Estudos da Tradução, mais especificamente a Tradução Audiovisual (TAV)”⁷ (FRANCO, 2010, p. 2).

Os estudiosos da AD a caracterizam como um campo da área da Tradução, especificamente da Tradução Audiovisual; porém, ao pesquisar na tabela de áreas do conhecimento do CNPQ, vê-se que não constam registros de Tradução, nem de Tradução Audiovisual, ou de Estudos da Tradução, ou mesmo de Tecnologias Assistivas. A partir de conversas com pesquisadores da AD, entendemos que, por ser um recurso novo, ainda não há registro na tabela do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assim, decidimos por pensar a AD como um campo de conhecimento da subárea dos Tópicos Específicos de Educação — na área de Educação, da grande área das Ciências Humanas —, que por sua vez tem correlação com a Educação Especial, bem como com os Estudos da Tradução e com as Tecnologias Assistivas, os quais, neste caso, talvez possam ser entendidos como campos da subárea da Tópicos Específicos de Educação.

A AD, então, pode ser caracterizada “[...] dentro dos Estudos da Tradução como um modo de tradução audiovisual com vistas à acessibilidade, e dentro dos Estudos de Tecnologia Assistiva e de Educação Especial, como um recurso tecnológico assistivo ao cidadão com deficiência visual” (FRANCO, 2010, p. 2). Nesta pesquisa, ao analisar a produção acadêmica da AD, percebeu-se que os pesquisadores também são advindos, em sua maioria, das áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação, além dos demais contextos citados anteriormente.

A AD é realizada pelo profissional audiodescritor (termo designado para classificar aqueles que fazem o processo da AD, profissão esta que tem sua proposta de regulamentação pelo Projeto de lei nº 5.156, de 2013 (BRASIL, 2013)), podendo ser um audiodescritor-roteirista ou/e um audiodescritor-locutor/audiodescritor-narrador. A presença de um consultor, função atribuída a uma pessoa com deficiência visual, é importante nesse processo para auxiliar na construção do roteiro da AD. Esse recurso pode ser realizado de três formas:

Pré-gravada, onde há um roteiro detalhado para que seja gravado em estúdio e mixado à banda de áudio do produto audiovisual; em um processo *ao vivo* (*in loco*), sendo narrada no momento em que o produto audiovisual (espetáculo de dança, ópera, peças de teatro, dentre outros) é apresentado, porém com um roteiro realizado anteriormente pelo audiodescritor-roteirista,

⁷ Ressalta-se também a pesquisa de doutorado da autora Marisa Ferreira Aderaldo que aborda a terminologia “Tradução Audiovisual Acessível” ao falar sobre o campo. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9LZPMM/1/tese_marisa.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

para auxiliar a atuação ao vivo, ou seja, esse processo busca conhecer o produto audiovisual que irá descrever antes da apresentação, para não se perder; e a *simultânea*, que também acontece ao vivo (programas de TV e noticiários ao vivo), mas sem preparação prévia, realizada pelo audiodescritor-locutor, segundo Franco e Araújo (2011). (CONCEIÇÃO, 2017, p. 43)

O papel do profissional audiodescritor “é levar à mente do usuário do serviço, por meio da descrição, oral ou escrita, aquilo que ele vê, da forma que vê, com maior completude e exatidão que o tempo lhe permitir, dentro de regras e premissas profissionais, sólidas e éticas” (LIMA; LIMA; VIEIRA, 2009, n.p).

Ainda sobre o papel deste profissional, segundo Farias e Neves (2014, p.60-62) a AD busca realizar a interpretação da imagem, transmitindo-a para a verbalização da cena cultural, estabelecendo uma relação de objetividade, subjetividade, expressividade e criatividade para descrever a situação para a pessoa com deficiência visual. As autoras trazem um aspecto interessante ao falar do recurso quando dizem

Neste caso, interpretar para a AD consiste em traduzir o plural embutido em cada imagem de forma reveladora, propiciando o alcance à informação, às expressões, a conteúdos, à conjugação de conhecimentos, além de evocar emoções, sentimentos e sensações geradas pela imagem. Por outro lado, pressupõe não induzir, não revelar, não impor uma interpretação que o espectador possa alcançar. (FARIAS e NEVES, 2014, p. 61)

Percebe-se, então, que cabe ao profissional audiodescritor realizar a AD sem julgamentos, mas trazendo subjetividade a cena audiodescrita, dando liberdade ao usuário da AD para interpretar, opinar e construir seu próprio conceito sobre o que lhe foi narrado. Então, a partir dessa compreensão do conceito e uso da AD, feita nos parágrafos anteriores, a seguir serão abordados alguns aspectos históricos sobre a temática.

A história da AD é caracterizada por mais de 30 (trinta) anos de pesquisas e atuação nas cenas sociais em todo o mundo. Países como Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, França, Portugal, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Suíça, Canadá, Austrália, Japão e Argentina têm uma importante colaboração no desenvolvimento do tema. O Brasil, nesse contexto histórico, soma aproximadamente 18 (dezoito) anos de atuação com o uso profissional e acadêmico do recurso. Dito isso, o breve histórico relatado a seguir abordará o desenvolvimento da AD nos países que contam com pesquisadores renomados, com representatividade na temática, tanto no campo profissional, quanto no desenvolvimento de pesquisas. São eles: EUA, a Alemanha, a França, Portugal, Reino Unido – Inglaterra e o Brasil.

O recurso da AD, segundo Franco e Silva (2010, p.24), surgiu em meados da década de 1970, a partir das ideias de Gregory Frazier em um trabalho acadêmico, enquanto desenvolvia sua dissertação de mestrado nos EUA, em 1975, exatamente; mas se desenvolve, na prática, em 1981. Margaret Rockwell (pessoa com deficiência visual) e Cody Pfanstiehl - um casal de audiodescritores - realizavam produções com o recurso da fita cassete para peças teatrais, visitas a monumentos nos EUA, museus, parques, e também realizaram trabalhos que impulsionaram de forma significativa a introdução da AD na TV. Nesse período, eles foram responsáveis pela AD do primeiro espetáculo teatral, em Washington DC, chamado de Major Barbara, no Arena Stage Theater (CONCEIÇÃO, 2017).

O Japão, em 1983, produziu a primeira transmissão de TV com AD pré-gravada pela Nippon TV (NTV). Devido à não utilização do recurso SAP (Segundo Programa de Áudio)⁸, a implementação do áudio da AD passava durante toda a transmissão e não ficou apropriado. Pessoas sem deficiência visual e videntes, também ouviam o som, se tornando uma ação desnecessária, já que o objetivo do recurso é para pessoas com deficiência visual (CONCEIÇÃO, 2017).

Franco e Silva (2010, p.25) afirmam que em 1990, nos EUA, iniciou-se o estudo sobre a AD. Os objetivos dos estudos estavam voltados para a compreensão do perfil da população com deficiência visual e seus costumes enquanto assistiam televisão, para poder compreender qual a contribuição da AD para este público, determinando a melhor forma para inseri-la na programação. Então, surge o Serviço de Descrição de Vídeos (DVS, na sigla em inglês), sendo o primeiro provedor de conteúdos informativos audiodescritos pré-gravados pela televisão americana (CONCEIÇÃO, 2017).

A ópera e o cinema utilizaram este recurso, após a inclusão da AD na TV. Com esse desenvolvimento, a AD chegou à Europa em 1985, tendo a Inglaterra como pioneira, sendo reconhecida pelo alto fluxo de produções audiovisuais com AD, recebendo o título de primeiro lugar em produções com esta tecnologia assistiva. Depois, a Espanha e a França também iniciaram o uso desse recurso em suas produções audiovisuais (CONCEIÇÃO, 2017).

Os EUA e a Inglaterra são os países que utilizam esse recurso há mais tempo. Além dos citados acima, Alemanha, Espanha, França, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina são os países que mais investem em AD, na televisão, teatro, cinema e outros produtos audiovisuais

⁸ Cf. Super Interessante (2016, n.p). A tecla SAP (abreviação para Second Audio Program, ou Segundo Programa de Áudio) permite a quem está assistindo um filme pela televisão escolher se quer ouvir o som original (geralmente em inglês) ou dublado. Para que o sistema funcione é necessário que a imagem seja enviada com os dois tipos de áudio”.

(FRANCO; SILVA, 2010). Segundo Franco e Silva (2010, p.28), esse desenvolvimento da AD impulsionou várias pesquisas, em outras áreas do conhecimento, para compreender melhor sua atuação no processo de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual, como as áreas da Ciência da Computação, Inteligência Artificial e Multimídia (CONCEIÇÃO, 2017).

A AD, passou a ser compreendida como uma tradução audiovisual e intersemiótica por traduzir signos visuais em signos verbais, conforme vimos anteriormente. A partir de 2000, a área de Estudos de Tradução foi a que mais produziu pesquisas no campo da AD no mundo, surgindo diversos estudos e alguns modelos do uso do recurso, como em treinamento por parte de empresas que trabalhavam com o recurso, cursos de curta duração lecionados por audiodescritores com experiência de mercado, e formações acadêmicas como módulos de cursos de mestrado em Tradução Audiovisual ou extensão (FRANCO; SILVA, 2010).

Nas linhas que seguem serão abordados alguns dos principais pesquisadores, suas atuações acadêmicas e profissionais e suas principais realizações no campo da AD, dos países escolhidos na pesquisa para análise, mencionados anteriormente. Objetiva-se compreender a realidade histórica da AD no mundo e depois no Brasil, onde será realizada a pesquisa de campo.

Nos EUA, o principal profissional que trabalha e pesquisa em AD é o audiodescritor Joel Snyder, doutor em acessibilidade e AD pela *Universitat Autònoma* de Barcelona, Espanha. Presidente da *Audio Description Associates* - LLC e Diretor do Projeto de Descrição de Áudio (Audio Description Project - ADP), sob o contrato da *American Council of the Blind* (ACB), Snyder é considerado um dos primeiros audiodescritores. Sua ação pioneira no campo da AD iniciou-se em 1981, nos EUA, na descrição de eventos de teatro e mídia (AUDIO DESCRIPTION ASSOCIATES, 2018, n.p)⁹.

Snyder, membro da *Actors' Equity Association*, a Federação Americana de Artistas de TV e Rádio e da *Screen Actors Guild*, é considerado um veterano de trabalho, com 20 anos como especialista em artes para o *National Endowment for the Arts*. Talvez seja o mais conhecido internacionalmente, como um dos primeiros "descritores de áudio" no primeiro serviço de descrição de áudio do mundo (AUDIO DESCRIPTION ASSOCIATES, 2018, n.p).

O profissional e pesquisador em AD – Snyder – participou de diversas ações nos EUA, sendo fundador e diretor do ADP da ACB, projetado para aumentar a conscientização sobre a descrição em todos os formatos nos Estados Unidos da América. Com esse projeto, Snyder realiza várias participações em campanhas políticas, coordena conferências internacionais,

⁹ Tradução da Autora em todas as informações contidas no endereço da Audio Description Associates. Disponível em: <http://www.audiodescribe.com/about/snyder.php>. Acesso em: 5 mar. 2018.

patrocina prêmios anuais no campo da AD, oferece o concurso Benefícios da Descrição de Áudio na Educação, para estudantes cegos, e mantém o site ADP¹⁰, o principal recurso para informações sobre descrição de áudio em todos os gêneros, sendo uma iniciativa do Conselho Americano de Cegos (AUDIO DESCRIPTION ASSOCIATES, 2018, n.p).

Joel Snyder trabalha ativamente em atividades aliadas à política e ao desenvolvimento do recurso da AD, além de se dedicar no treinamento¹¹ do recurso para pessoas que trabalham em centros culturais tanto dos EUA como de outras nações, sendo reconhecido internacionalmente pela prática da AD e premiado pelos seus feitos. Desenvolve a AD para museus, teatros e centros de visitantes nos EUA, com o objetivo de manter acessível às pessoas com deficiência visual a visita cultural pelo país (AUDIO DESCRIPTION ASSOCIATES, 2018, n.p).

Snyder conceitua a AD como “uma espécie de arte literária, um tipo de poesia. Usando palavras que são sucintas, vívidas e imaginativas, os descritores tentam transmitir a imagem visual para pessoas cegas ou de baixa visão” (tradução da Autora)¹². Diante da atuação de Joel Snyder, os EUA ganharam representatividade e credibilidade na produção e pesquisa do recurso da AD. Atualmente, o país utiliza o recurso em suas transmissões televisivas com obrigatoriedade de 50 (cinquenta) horas mensais na programação (KELLER, 2017, n.p).

Na Alemanha, o principal pesquisador e profissional da AD é Bernd Benecke. “É o chefe da *Audio-Description* na *Bayerischer Rundfunk* (BR) - a única emissora na Alemanha com um editor de AD em tempo integral. A BR é um dos principais produtores de AD para televisão, DVD e cinema alemães” (BENECKE INFO, 2018, n.p)¹³. Segundo a WORLD BLIND UNION (2011, p. 46)¹⁴:

Em 1997, a Bayerischer Rundfunk BR, a emissora pública do Sul da Alemanha iniciou um serviço de audiodescrição [AD] regular autofinanciado. Foi o primeiro de seu tipo na indústria de radiodifusão alemã e naquela época,

¹⁰ Projeto de Descrição de Áudio (Audio Description Project - ADP) da ACB. Disponível em: www.acb.org/adp. Acesso em: 5 mar. 2018.

¹¹ Joel Snyder publicou, em 2017, pelo American Council of the Blind, o livro "The Visual Made Verbal: A Comprehensive Training Manual and Guide to the History and SApplications of Audiodescription". "The Visual Made Verbal", segundo a Audio Description Associates, será publicado em russo, polonês, português e espanhol, o que mostra a sua dedicação na relevância do aprendizado das técnicas de utilização do recurso (Audio Description Association, 2018, n.p).

¹² “AD is a kind of literary art form, a type of poetry. Using words that are succinct, vivid, and imaginative, describers try to convey the visual image to people who are blind or have low vision”. Disponível em: http://www.audiodescribe.com/about/articles/fundamentals_of_ad.pdf. Acesso em: 5 mar. 2018.

¹³ Tradução da autora em todas as informações contidas no endereço da Benecke Info. Disponível em: <http://www.benecke.info/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

¹⁴ Tradução da autora em todas as informações contidas no endereço da World Blind Union. Disponível em: <http://www.worldblindunion.org/Search/results.aspx?k=bernd%20benecke&r=site%3Dhttp://www.worldblindunion.org/English/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

a frequência foi mantida em um filme descrito por mês. Até hoje, a BR é a única emissora de televisão na Alemanha com um editor de AD em tempo integral. Até 2010, Bayerischer Rundfunk descreveu cerca de 300 filmes, filmes de televisão e séries de televisão e alguns documentários e tornando-os em "Hörfilme" (o nome para programas de áudio descrito na Alemanha). Cerca de 30% da descrição na televisão e nos DVDs alemães é produzida pela BR. Além da BR, a Deutsche Hörfilm, uma subsidiária da German Blind Union, é outra provedora de AD no país e descreve filmes para outras emissoras públicas.

Bernd Benecke começou com a AD em 1989, quando o primeiro filme foi descrito na Alemanha. Trabalhou como autor e narrador de AD para distribuidores de filmes, diferentes estações de TV e, desde 1997, para a BR, onde construiu o departamento de AD. Atualmente, Benecke treina principalmente os autores, revisa as AD e direciona o processo de narração e mixagem de som. Ele é um dos autores das diretrizes alemãs de AD e oficinas dirigidas em países de todo o mundo, como Espanha, Portugal, África do Sul e Brasil (BENECKE INFO, 2018, n.p).

O desenvolvimento da AD na Alemanha ocorreu na televisão e no cinema, com a AD de filmes, séries de televisão e alguns documentários, sendo conhecido como "*Hörfilme*". O primeiro filme a ser audiodescrito em alemão para divulgação nos cinemas foi "Não ouça o mal, não veja o mal" produzido por Arthur Hiller em 1989 (WORLD BLIND UNION, 2011, p. 46).

A Alemanha ainda tem dificuldades em oferecer o recurso da AD no cinema, pois os distribuidores de filme não mostram interesse e questionam que não há público suficiente que demande a utilização desse recurso. Atualmente, encontram-se filmes com AD no Festival de Cinema de Berlim anualmente e há exibição com o recurso na televisão digital. Segundo World Blind Union (2011, p. 47), "Não há AD em canais privados ou Pay TV no país. Em 2010, o número total de programas com AD na televisão alemã era de 1150, cada um com cerca de 90 minutos de duração. Cerca de 100 DVD estão disponíveis com AD no país".

Na França a AD tem representatividade pela atuação da associação *Valentin Haüy*, que foi pioneira em oferecer esse recurso de tecnologia assistiva em 1989. A *Valentin Haüy* produz AD de filmes para o cinema, em DVD e de peças teatrais, e através do desenvolvimento do trabalho da associação o país conseguiu impulsionar a utilização da AD na Bélgica (COSTA, 2014). Segundo o *Blog Audiodescrição* (2020, n.p)

Na França, o canal TF1exibe programas com audiodescrição e algumas salas de cinema espalhadas pelo país, como o Cinema MK2, oferecem o serviço de forma permanente. O Festival Retour D'Image é um dos festivais de cinema franceses que oferece sessões audiodescritas. É uma das audiodescritoras mais

importantes do mundo, Marie-Luce Plumazille, desenvolve a técnica na França desde 1989.

Em 2000 o recurso começou a ser utilizado na televisão, mas foi em 5 de março de 2009 que o governo obrigou que todos os canais de televisão fizessem AD. Essa obrigatoriedade atenderia a 500 (quinhentos) mil cegos e 1 milhão e 200 mil com deficiência na França. No entanto, a AD não é oficializada na França, dessa forma o audiodescritor não tem sua função regulamentada e a profissão no país está saturada, não possui reconhecimento, apesar do campo de atuação e das demandas serem altas. Há uma participação insuficiente do consultor (pessoa com deficiência visual) nas AD produzidas na França, como por exemplo no teatro, que apesar de ser gratuita, a inserção do recurso ainda é deficitária (ENCONTRO (INTER)NACIONAL DE AUDIODESCRIBÇÃO, 2017, n.p).

A profissional Marie Gaumy também contribui com a representatividade da AD na França, ao realizar diversos trabalhos com o recurso, inclusive junto à associação *Valentin Haiïy*, supracitada. (ENCONTRO (INTER)NACIONAL DE AUDIODESCRIBÇÃO, 2017, n.p)¹⁵.

Marie Gaumy, desde 2008, atua como realizadora de filmes documentários e descritora de imagem. Além de atuar em estudos literários e cinematográficos, Gaumy se formou em AD com Marie-Luce Plumauzille, da associação *Valentin Hauÿ* e descobriu uma nova profissão, aprendendo a lidar com o recurso e traduzindo as imagens em palavras. Gaumy, descreve obras para a televisão e para o cinema (Arte, TF1, M6, *France Télévision*, *Pathé*, *Europacorp*, *Universal*, *SND*, *la Cinémathèque française*, *les Editions Montparnasse*, *le Festival du Réel...*) e possui um currículo bastante amplo atuando como audiodescritora, fazendo roteiros e narrando também (ENCONTRO (INTER)NACIONAL DE AUDIODESCRIBÇÃO, 2017, n.p).

Gaumy usa da sua experiência com o recurso para oferecer um serviço completo de AD e legendagem para pessoas com deficiência auditiva, juntamente com um estúdio profissional (Studio Honolulu). Atua com técnicos e autores independentes que preferem o uso de um trabalho artesanal ao invés de atender a uma quota de acessibilidade estabelecida, assim eles buscam disponibilizar o recurso para a maior quantidade de pessoas possível (ENCONTRO (INTER)NACIONAL DE AUDIODESCRIBÇÃO, 2017, n.p).

¹⁵ Informações retiradas das anotações feitas pela Autora ao participar do Encontro (Inter) nacional de Audiodescrição, durante a palestra de Marie Gaumy, ocorrido em Recife de 26 a 29 de abril de 2017. E também das informações contidas no site do evento. Disponível em: <https://encontrointernacionalad.com/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

No Reino Unido a AD teve origem no teatro, através de uma inserção informal do recurso em uma exibição, após uma conversa Monique Raffray e Mary Lambert com Cody e Margaret Pfanstiehl (casal de audiodescritores citados anteriormente) em meados da década de 1980, seguida de tentativas informais, juntamente com estudos entre as décadas de 1980 a 1990, para que o recurso fosse desenvolvido.

No cinema e na televisão o Reino Unido já apresenta o uso do recurso, apesar de ainda serem necessários aprimoramentos (COSTA, 2014). Na Inglaterra a AD foi introduzida no final da década de 1980, através de peças teatrais; já na TV se desenvolveu a partir de 1991 e no cinema em 2002, sendo reconhecida como líder entre os países europeus na oferta de serviços com AD em suas cenas culturais (ADERALDO; NUNES, 2016, p.28-29).

Em Portugal, Josélia Neves é a pesquisadora e profissional com maior representatividade na temática. Segundo Neves (2011), as origens da AD em Portugal são embasadas em dois momentos caracterizados por costumes populares da cultura portuguesa de um passado recente e do presente. O primeiro é o típico jogo de futebol e o segundo é a rádio novela, que atualmente está praticamente extinta, no entanto esses hábitos podem ser comparados com as técnicas de AD atuais.

Na televisão, no cinema, em museus e no teatro, Portugal possui diversas ações positivas quanto ao desenvolvimento desse recurso. Na televisão apresenta desde 1º de dezembro de 2003, com a exibição de “A Menina da Rádio” (lançada em 1944), de Artur Duarte, depois de alguns ajustes, ao utilizar o recurso na TV analógica, veio a emissão de um episódio de série de ficção “A Ferreirinha”, em 2004, transmitida na noite de 15 de outubro de 2004. Apesar de alguns contratemplos nas transmissões, atualmente a TV Cabo passou a oferecer um filme audiodescrito por mês, e a partir da Deliberação 5/OUT-TV/2009, aprovada pelo Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a 28 de abril de 2009, definindo “o conjunto de obrigações dos operadores estatais e privados que permitam o acompanhamento das emissões por pessoas com necessidades especiais”, as transmissões evoluíram, mesmo que ainda com déficit (NEVES, 2011, p. 70-71).

Em DVD a AD também vem sendo aplicada em uma quantidade de produções consideráveis em Portugal. Segundo Neves, “Quase todos os filmes de massas hoje comercializados em países anglófonos e comercializados em Portugal trazem já AD, falado em língua inglesa [...]” (NEVES, 2011, p.71). Já no cinema e no teatro, as ações voltadas para o uso do recurso ainda são mínimas, devido à falta de profissionais capacitados para fazê-las. Nos museus há um crescimento do recurso, mas, segundo Neves (2011), pode-se esperar de Portugal um futuro promissor de ações culturais acessíveis, pois estão sendo elaborados diversos projetos

para que o uso da AD seja uma realidade efetiva, como por exemplo, a participação de pesquisadores e profissionais no grupo de pesquisa TransMedia Portugal¹⁶.

Conforme já mencionado, países como Espanha, Bélgica, Austrália, Canadá e Argentina também apresentam dados importantes no desenvolvimento da AD no mundo. Esses países adotaram o recurso em sua programação audiovisual e em programações televisivas, seguindo o percurso de aprendizado do uso da AD, como os demais países detalhados nos parágrafos anteriores. A Espanha, por exemplo, tem ampla participação no uso do recurso; iniciando seu uso em 1987 no cinema, em 1990 avançou para o teatro, em 1992 começou a usar o recurso em museus, e em 1995 para a TV (ADERALDO; NUNES, 2016, p. 25-26-27). O país apresenta atividades importantes com a temática como

[...] a partir de 1991, foi desenvolvido o sistema **Sonocine**, que permitiu que as pessoas com deficiência visual seguissem a audiodescrição dos filmes exibidos na televisão através de um canal de rádio especialmente habilitado. Os canais TVE e **La 2** colocaram em prática essa experiência por algum tempo. Hoje, somente o Canal Sur ainda utiliza este sistema. Em 1993, a Fundação ONCE, uma organização espanhola para a cooperação e integração social de pessoas com deficiência, começou um programa de investigação e pesquisa em audiodescrição, que culminou com a publicação da norma UNE 153020 [publicada em 2005], intitulada: Audiodescripción para personas con discapacidad visual. Requisitos para la audiodescripción y elaboración de audioguías. (BLOG AUDIODESCRIÇÃO, 2020, n.p)

A Austrália também apresenta ações com AD, na qual “[...] o The Sydney Film Festival e o The Other Film Festival contam com acessibilidade nas sessões” (BLOG AUDIODESCRIÇÃO, 2020, n.p). Percebe-se, diante dessas informações, que o mundo vem buscando, desde a década de 1970, desenvolver o recurso e adaptá-lo às realidades dos países, mediante a transmissão dessa tecnologia assistiva no universo audiovisual.

Diante desse breve panorama da AD no âmbito internacional, percebe-se a distância do Brasil em iniciar a falar, trabalhar e pesquisar sobre o tema, o que justifica o déficit em sua realidade, no que se refere ao cumprimento efetivo das leis para a padronização do uso do recurso nas cenas culturais e sociais em relação à realidade mundial. Nas linhas que seguem constará um breve desenvolvimento da AD no Brasil e seus principais representantes, lembrando de forma superficial algumas informações, já abordadas na dissertação de Conceição (2017), e atualizando alguns dados.

¹⁶ Disponível em: <http://www.transmediaresearchgroup.com/transmedia-portugal/>. Acesso em: 14 mar. 2018.

2.2 A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL

A AD no Brasil apresenta diversificadas pesquisas que analisam o uso do recurso, realizadas por instituições universitárias federais, estaduais e privadas que buscam o crescimento e a representatividade do tema por meio da atuação dos seus grupos e núcleos de pesquisa. Essas ações no âmbito da pesquisa e no ambiente profissional auxiliam na formação de audiodescritores e, conseqüentemente, na divulgação, disseminação e conscientização da importância dessa tecnologia assistiva no processo de inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

Segundo Freire (1979), o conceito de conscientização “[...] implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1979, p. 15). Ainda segundo o autor, “Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1979, p. 15).

O conceito de conscientização coincide com a abordagem dialética adotada nessa tese, onde a história tem total relevância na construção da consciência humana que é adquirida por meio da cognição humana e as interações de saberes (políticos, econômicos, sociais e culturais) realizada pelos indivíduos. Assim, a conscientização é um processo que pode proporcionar aos profissionais audiodescritores um novo olhar sobre a preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, caso eles se predisponham a analisar criticamente a realidade digital, à qual a produção da AD está inserida na atual sociedade, e busque adotar ações que proporcionem o acesso por longo prazo aos conteúdos produzidos pelo campo.

As Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Santa Maria, Brasília e Minas Gerais, e as Estaduais do Ceará, de São Paulo e da Bahia, são representativas nesta temática. Essas universidades apresentam diversas pesquisas sobre AD e através de seus grupos e núcleos de pesquisa debatem, discutem e buscam o desenvolvimento e o aprimoramento do recurso, além de atuar profissionalmente com a AD, pois muitos dos membros são audiodescritores, com o objetivo de promover cada vez mais independência e autonomia ao público com deficiência visual.

O primeiro registro de AD no Brasil foi em 1999, com o projeto “Videonarrado”, realizado pela pedagoga Maria Cristina Martins, no Centro Cultural Louis Braille, em Campinas, São Paulo (COSTA, 2014, p. 32). Porém, ainda foi uma ação informal da utilização

do recurso no país. Vale salientar que esse processo da AD já existia, mesmo antes de 1999, sendo realizado por profissionais e em ações do cotidiano, informalmente, antes da institucionalização da AD como um recurso de tecnologia assistiva.

Apesar do tema da acessibilidade ter seu desenvolvimento mais efetivo a partir da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000, n.p), assegurando às pessoas com deficiência visual e auditiva o livre acesso aos meios de comunicação, a discussão sobre a implementação do recurso da AD ainda não fazia parte desse discurso. Apenas a partir de 2003 o recurso da AD foi reconhecido oficialmente e publicizado, no Brasil, em um contexto cultural, num festival chamado “Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência”, no Rio de Janeiro.

Esse festival foi produzido pela audiodescritora Graciela Pozzobon da Costa, na função de diretora, juntamente com a sua irmã, Dr.^a Lara Pozzobon, curadora do festival e produtora da Lavoro Produções Artísticas Ltda. Apesar de não possuírem vínculo institucional com nenhuma universidade, ambas apresentam uma efetiva participação com o uso do recurso no país, atuando com a acessibilidade proporcionada pela AD no cinema e em espetáculos teatrais.

Em 1º de julho de 2011, com a Portaria nº 188 (BRASIL, 2010), o recurso da AD entrou em vigor e se tornou obrigatório para as emissoras de TV abertas do país a disponibilização na sua programação semanal, através da função da tecla SAP, de no mínimo duas horas com o uso do recurso (CONCEIÇÃO, 2017). O desenvolvimento do recurso no Brasil levou à obrigatoriedade do uso da AD por seis horas semanais de exibição, ao invés de duas horas, em programação digital da televisão aberta, com o objetivo de chegar a oito horas em 2017, 12 horas em 2018, 16 horas em 2019 e 20 horas em 2020 (BRASIL, 2015, n.p). E em 2016 foi efetivado o processo de normatização da AD estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No entanto, apesar de ganhar reconhecimento legal, esse recurso da AD ainda não é utilizado de forma efetiva pelo país.

Infelizmente a realidade brasileira ainda é precária quanto à exibição do recurso, pois a atualmente (2021.1), o recurso da AD continua sendo realizado por 6 horas e assim permaneceu no ano de 2017, 2018, 2019 e 2020, sem alterações no tempo do recurso durante as exibições da programação digital da televisão aberta, conforme previa o comunicado do Ministério das Comunicações em 2015.

Percebe-se a necessidade de efetivas mudanças no cenário da AD, deixando-se claro que o Brasil, ainda não conseguiu se inserir completamente no lema “Nada sobre nós sem nós”,

concretizado no ano de 1981, intitulado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que busca participação plena e igualdade para esse público. Esse lema significa que “nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência” (SASSAKI, 2011, n.p).

A AD incorpora esse lema, já que para ser produzida precisa de um consultor com deficiência visual para aprovar e auxiliar no desenvolvimento da tradução realizada pelos audiodescritores; e, quando finalizada, a AD é exibida em cenas culturais (como programas de TV, peças de teatro, musicais, etc.), acadêmicas, de lazer, sociais, profissionais e de esportes para promover a acessibilidade e a inclusão social que o lema também retrata. O Brasil permanece excluindo pessoas com deficiência como público da programação da TV aberta, pois possibilita poucos momentos de conteúdo audiovisual acessível para a compreensão e a efetiva inclusão social dessas pessoas às cenas veiculadas, já que ainda apresenta apenas 6 horas de transmissão com AD.

Observa-se que os brasileiros com deficiência visual ainda têm que se adequar à sociedade, e não o contrário, conforme o conceito de inclusão social propõe. As políticas públicas e as legislações estabelecidas estão mais presentes em discursos do que na prática da sociedade brasileira, que se baseia num sistema político de solidariedade, como se o público com deficiência não fosse respaldado por direitos e deveres como os demais cidadãos sem deficiência. Nota-se, assim, uma falta de implementação de políticas públicas efetivas, já que as ações surgem devido a um ato solidário, como uma ajuda, e não como uma obrigação, baseada na lei.

A lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 –, por exemplo, retrata o que mencionamos nos parágrafos anteriores, sobre a existência de legislações e recursos, inclusive atuais no país, porém não se vê a devida aplicabilidade, no cotidiano social. A lei em questão estabelece direito à igualdade e não à discriminação, direito à vida, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, ao transporte e mobilidade, acessibilidade, acesso à comunicação e informação, tecnologia assistiva, habilitação e reabilitação profissional, assistência social, dentre outros direitos que deveriam permitir uma efetiva inclusão social deste público com deficiência e não o atual quadro de exclusão social que ainda perdura nas cenas sociais.

Em Conceição (2017) fizemos referência às principais datas e eventos da história da AD do Brasil e descrevemos detalhadamente alguns grupos e núcleos de pesquisa brasileiros que usam a AD em suas ações. Agora, nesta pesquisa, acrescentamos novos elementos,

complementando aqueles apresentados no mestrado (CONCEIÇÃO, 2017), abordando aspectos mais atuais da história da AD.

O universo da AD brasileira, têm-se como principais audiodescritores, atuando como profissionais e pesquisadores nas universidades federais e estaduais, alguns dos seguintes nomes e seus respectivos grupos e núcleos de atuação citados nas próximas linhas. Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o professor Dr. Francisco José de Lima, pioneiro no Estado a implementar a AD na universidade, com diversas publicações importantes para o desenvolvimento da AD brasileira, auxilia na compreensão do uso do recurso, sua aplicação e normatização; a professora Dr.^a Zulina Lira de Souza e o professor Dr. Ernani Nunes Ribeiro, membros do Núcleo de Acessibilidade (NACE), atuando para promover a inclusão social e a acessibilidade de alunos com deficiência na UFPE, buscando adequar a universidade para atendê-los, por meio do uso de tecnologias assistivas¹⁷.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o grupo de pesquisa Tradução, Mídia e Audiodescrição (TRAMAD)¹⁸ foi criado em 2005 pela Dr.^a Eliana Paes Cardoso Franco, uma das principais pesquisadoras e profissionais de AD no Brasil, reconhecida internacionalmente, que atualmente atua no grupo como colaboradora, pois não vive mais no país.

A UFBA conta ainda com outro(as) pesquisadores(as) representativos(as) atuando no TRAMAD, como a Dr.^a Manoela Cristina Correia da Silva e a Dr.^a Deise Mônica Medina da Silva, coordenadora e vice-coordenadora do grupo, respectivamente, e a professora Dr.^a Sandra Regina Rosa Farias que também atua na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fazendo um importante trabalho liderando o Núcleo de Educação Especial (NEDE-UNEB) e o Grupo de Pesquisa e Extensão Acessibilidade & Arte (GA&A - UNEB), para promover a inclusão social e acessibilidade dos estudantes, através da promoção de eventos acadêmicos, cursos de capacitação, pesquisas e ações com AD em cunho acadêmico e profissional.

O GA&A, foi idealizado e é coordenado pela professora Sandra Rosa Farias, conforme mencionado anteriormente. Por *e-mail* a pesquisadora informou que o grupo tem como objetivo

[..] democratizar o conhecimento produzido na UNEB, colocando-o a serviço da comunidade, respeitando o direito de todos os cidadãos e compreendendo a arte e a estética como ... possibilidades de Educação, Vida e Direito Humano. E, a partir dele, se propõe refletir e promover este universo (Arte, Cultura, Estética, Educação) acessível. Na proposta do grupo, o carro chefe é a discussão sobre AD, mas pesquisamos também janela de Libras e Libras,

¹⁷ Cf. na dissertação da Autora mais detalhes sobre esses profissionais e o NACE. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22999>. Acesso em: 15 jan. 2019.

¹⁸ Cf. na dissertação da Autora mais detalhes sobre esses profissionais e o NACE. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22999>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Legenda fechada para surdos e ensurdecidos, soluções táteis, comunicação aumentativa e alternativa, tudo que tiver a ver com o universo para deixar a arte acessível.

O GA&A busca “Pesquisar e desenvolver produções artísticas e culturais com acessibilidade, visando realizar e compreender, com foco na educação estética e social, suas “utilidades”, contribuições, necessidades, usos, possibilidades, representações e perspectivas, para a sociedade” (PROJETO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO ACESSIBILIDADE & ARTE – GA&A, 2016).

Ainda não existe um site do grupo, mas já há uma página no *Facebook*, nem sempre atualizada, por falta de membros disponíveis para tal ação. As reuniões acontecem quinzenalmente, das 14h às 18h na sala do NEDE. O grupo é registrado no CNPq e é formado por uma coordenadora/líder, por uma professora da UNEB, especialista em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por professores da rede pública, estudantes da UNEB e pessoas formadas em outras áreas. As linhas de pesquisa em andamento são: “Acessibilidade e Arte”, “Arte, Acessibilidade e Educação”, “Tecnologia assistiva, Arte e Acessibilidade”, “Políticas Públicas, Arte e Acessibilidade”, e “Arte, Acessibilidade e Formação”. O grupo vem trabalhando em dois projetos de extensão: “Acessibilidade e Arte” e “Formação” (Curso de Introdução à Audiodescrição).

Na Universidade de Brasília (UNB), as professoras Dr.^a Soraya Ferreira Alves e Dr.^a Helena Santiago Vigara coordenam o grupo Grupo Acesso Livre,

[...]um grupo de pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Desenvolve pesquisas teóricas, descritivas e estudos de caso na área de tradução audiovisual e acessibilidade artística e cultural – cinema, televisão, fotografia, videogames, teatro etc. – para as pessoas com diversidade sensorial. O grupo possui vínculo com o Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inclusão (NTAAI) da UnB criado no marco do Plano Viver sem Limites, do Governo Federal. Conta com a participação de docentes, técnicos, e alunos de graduação e de pós-graduação de áreas diversas, como Comunicação, Linguística e Tradução. (GRUPO ACESSO LIVRE, 2020, n.p)

O grupo apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Acessibilidade de peças audiovisuais: audiodescrição, legendagem e janela de LIBRAS; Acessibilidade museal; Línguas de sinais e tecnologias; Políticas, Tecnologias e Linguagens da Comunicação para Acessibilidade; e Tradução audiovisual, Acessibilidade e Multilinguismo. Essas linhas de pesquisas

[...] são produto de ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão “Cultura e Sociedade: acessibilidade de peças audiovisuais – audiodescrição

e legendagem”, criado em 2010 no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) da Universidade de Brasília (UnB) buscando articular atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas para a acessibilidade artística e cultural para as pessoas com deficiência visual e auditiva. Mediante uma formação teórico-prática, o projeto visa incentivar a formação de futuros profissionais da área e seu aperfeiçoamento, os levando para perto da vivência de seu público alvo. Neste sentido, o grupo cria materiais acessíveis e organiza atividades de fruição cultural junto ao público-alvo local. (GRUPO ACESSO LIVRE, 2020, n.p)

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), encontra-se a atuação da professora Dr.^a Adriana Silvina Pagano, como líder, e da professora Dr.^a Flávia Affonso Mayer, como coordenadora, no grupo “Modelagem Sistêmico-Funcional da Tradução e da Produção Textual Multilíngue”, filiado ao “Laboratório Experimental de Tradução (LETRA)”. Nesse grupo as

[...] pesquisas desenvolvidas abordam a tradução sob três perspectivas complementares. Sob a perspectiva linguística, estudos do texto traduzido, baseados em corpora paralelos e comparáveis, examinam as condições nas quais se estabelece a equivalência tradutória entre dois ou mais sistemas linguísticos. Sob a perspectiva cognitiva, estudos experimentais enfocam o tradutor como produtor de significados e indagam características do conhecimento experto em tradução. Sob a perspectiva da análise multimodal do discurso, textos literários e narrativas infantis ilustradas são investigados da perspectiva da tradução como reinstanciação interlingual e da tradução intermodal, respectivamente. (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 2020, n.p)

O grupo Modelagem Sistêmico-Funcional da Tradução e da Produção Textual Multilíngue

[...] iniciou suas atividades em 2000, na FALE-UFMG. O objetivo é desenvolver pesquisas empírico-experimentais sobre o processo tradutório, visando investigar aspectos do conhecimento experto em tradução. Os projetos desenvolvidos utilizam tecnologias de coleta e análise de dados que possibilitam mapear perfis de tradutores diferenciados, caracterizados pelo seu ritmo cognitivo, seu desempenho relativo à resolução de problemas e sua produção textual. Os resultados das pesquisas informam propostas de formação de tradutores e modelagem computacional do conhecimento experto em tradução. (LETRA UFMG, 2020, n.p)

Na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) tem-se a atuação da professora Dr.^a Carla Imaraya Meyer de Felipe como coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas-

NEAI, com o “objetivo de realizar estudos voltados para a diversidade e a inclusão social, dentro e fora da universidade”¹⁹.

Na Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), nos campi Presidente Prudente e Bauru, tem-se as ações do grupo Ambientes Potencializadores para Inclusão (API), do campus Presidente Prudente, com atuação da professora Dr.^a Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, líder do grupo, e do professor Dr. Klaus Schlünzen Junior, vice-líder; o campus Bauru conta com duas atuações, uma do grupo “Mídia Acessível e Tradução Audiovisual” (MATAV), liderado pela professora Dr.^a Lucinéa Marcelino Villela, e a outra do projeto “Biblioteca Falada aliado ao grupo Linguagem e Mídia Acessível”, liderado pela professora Dr.^a Suely Maciel.

O grupo API

[...] realiza, desde 2002, projetos de pesquisas e cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização voltados aos conhecimentos sobre Inclusão Digital, Social e Escolar e de práticas de ensino para Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE): pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nessas atividades de pesquisa e prática são desenvolvidas estratégias com ênfase no uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em um ambiente denominado Construcionista, Contextualizado e Significativo (CCS). (SCHLUNZEN, SCHLUNZEN JÚNIOR e SANTOS, 2016, n.p)

O grupo MATAV

[...] agrega pesquisadores e estudantes das áreas de Comunicação, Letras e Tradução que possuem em comum o interesse na investigação da linguagem audiovisual. O foco das discussões teóricas encontra-se no acesso e direito irrestrito que o cidadão possui aos conteúdos veiculados pelos meios audiovisuais (cinema, televisão, internet). Nos debates e projetos do grupo são analisados os parâmetros e características dos diversos recursos de Tradução Audiovisual (audiodescrição, dublagem, legendagem, voice-over etc). As atividades do grupo são divididas em reuniões quinzenais, produção de legendas (intra e interlinguística), cursos de extensão, seminários e palestras. (MATAV, 2020, n.p)

O projeto “Biblioteca Falada aliado ao grupo Linguagem e Mídia Acessível”

[...] é um projeto de extensão da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, campus de Bauru) que realiza a transformação de textos literários e/ou jornalísticos do formato impresso para o áudio, a partir dos processos de adaptação de roteiro, locução e sonoplastia/sonorização. Também são

¹⁹ Cf. no *Facebook* do grupo NEAI. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/neaifurg/about/?ref=page_internal. Acesso em: 13 fev. 2020.

realizadas audiodescrições de imagens, fotografias, desenhos, filmes, vídeos e outros produtos audiovisuais. Os textos convertidos, provenientes de livros, revistas e jornais, internet, bancos de filmes e outras fontes, são escolhidos com base nas demandas e sugestões dos alunos do Lar Escola Santa Luzia para Cegos, de Bauru, e está aberto a todos os interessados. [...] O projeto Biblioteca Falada, portanto, contribui para o desenvolvimento dos deficientes visuais em relação às atividades intelectuais, colaborando ainda para desenvolver as aptidões de audição e aquisição de conhecimentos, fundamentais para a inclusão social e o exercício cidadão. (BIBLIOTECA FALADA, 2020, n.p)

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o “Núcleo de Acessibilidade”, que realiza serviços para a instituição e que tem como responsável pela Comissão de AD o senhor Cristian Evandro Sehnem, apresenta o objetivo de

oferecer condições de acessibilidade e permanência aos alunos e servidores da Universidade Federal de Santa Maria [e] foi criado, no ano de 2007 [...]. A fim de facilitar o encaminhamento das demandas de acessibilidade, entre outras, foi instituída também a Comissão de Acessibilidade. Essa Comissão de Acessibilidade é composta por representantes das Unidades Universitárias, dos Órgãos Suplementares, dos Órgãos Executivos e das Pró-Reitorias da UFSM. (COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS, 2020, n.p)

As ações do núcleo são voltadas para alunos e servidores que apresentam ou estão em contato com a realidade das necessidades educacionais especiais: Transtornos do Espectro do Autismo; Altas habilidades/superdotação; Deficiências; e Surdez (COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS, 2020, n.p).

A Comissão de AD, atuante dentro desse núcleo,

tem por objetivo reunir servidores e estudantes da UFSM para apreender, produzir e disseminar a audiodescrição na instituição, contribuindo com a inclusão social de pessoas com deficiência e com a formação acadêmica nessa área. Os servidores têm destinadas 4 (quatro) horas semanais para as atividades da comissão (oficializadas em portaria institucional) e os estudantes têm vínculo com projetos acadêmicos da universidade. Em 2018 profissionais voluntários da comunidade passaram a integrar a comissão, sendo oficializados em portaria institucional também. A partir de setembro, as reuniões, em princípio quinzenais (conforme a 13 agenda dos participantes), tornaram-se mensais, sempre na 3ª quarta-feira de cada mês, facilitando a organização e os trabalhos audiodescritivos. Estes, principalmente junto às fotografias do Projeto Retalhos da Memória da UFSM, cuja elaboração dá-se em duplas constituídas por um roteirista e um consultor em audiodescrição. Desse modo, em 2018 foram 40 fotografias audiodescritas, que somam atualmente 135 no total (desde 2015). É, provavelmente, este um dos maiores acervos de fotografias institucionais com audiodescrição do Brasil. Além disso, nos meses de maio e junho a Comissão de Audiodescrição promoveu,

junto ao projeto “Audiodescrição: traduzindo imagens em palavras” mais um curso básico deste recurso de acessibilidade, desde a elaboração o dos conteúdos até a condução das aulas e a avaliação dos cursistas. (COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS, 2018, p.12)

Na Universidade Federal Do Rio Grande do Sul (UFRGS) existe o grupo “Comunicação Acessível (COM Acesso)”, coordenado pelo professor Dr. Eduardo Cardoso. O professor se dedica à pesquisa na área de Acessibilidade na Comunicação, nos contextos de educação inclusiva, mediação cultural acessível e divulgação institucional acessível (CNPQ, 2020, n.p).

O grupo COM Acesso é bastante ativo, com significativa produção no campo da AD, unindo esforços com pesquisadores de outros estados para desenvolver a temática da inclusão social e da acessibilidade, como a experiência relatada no livro “Acessibilidade em Ambientes Culturais: Relatos de experiências”, organizado pelo professor Dr. Eduardo e por Jeniffer Cuty, em 2014.

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) é representada pelas ações do grupo Legendagem e Audiodescrição (LEAD), coordenado ela professora Dr.^a Vera Lúcia Santiago, com foco em AD para pessoas com deficiência visual e legendagem para surdos e ensurdecidos²⁰.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) há atuação da professora Dr.^a Livia Maria Villela de Mello Motta, que possui registros de atuação com AD em todo o país,

[...]como audiodescritora e professora de cursos de audiodescrição desde 2005, tendo sido responsável pela exibição da primeira peça e da primeira ópera com audiodescrição no Brasil e desde então vem promovendo a acessibilidade comunicacional em filmes, peças teatrais, óperas, espetáculos de dança, shows, espetáculos de circo, stand ups, musicais, além de eventos religiosos, acadêmicos e sociais como casamentos e partos. Têm feito a formação de professores para o uso da audiodescrição na escola como ferramenta pedagógica. Trabalhou como consultora do MEC/UNESCO e criou o site e blog: VER COM PALAVRAS, que tem como objetivos a divulgação da audiodescrição nos mais diversos contextos. Organizou junto com Paulo Romeu Filho o primeiro livro brasileiro sobre o tema: AUDIODESCRIÇÃO: TRANSFORMANDO IMAGENS EM PALAVRAS. É coordenadora pedagógica do 1º Curso Brasileiro de Especialização em Audiodescrição, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. (CNPQ, 2018)

Destaca-se aqui a importante atuação profissional do projeto Ver com Palavras no Brasil, criado em fevereiro de 2011, por Livia Motta, com objetivo de “[...]colaborar para a

²⁰ Cf. na dissertação da Autora mais detalhes sobre esses profissionais e o LEAD. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22999>. Acesso em: 10 fev. 2019.

maior divulgação do recurso, com a publicação de artigos, notícias, *posts*, informações sobre cursos, serviços e eventos que acontecem em São Paulo e em outros lugares do Brasil. Um espaço para discussões, trocas e construção” (VER COM PALAVRAS, 2010, n.p).

Nesse breve resumo dos profissionais e pesquisadores que atuam desenvolvendo a AD no Brasil, por mais de 10 anos, estão os principais destaques que, por meio de pesquisas e atuações profissionais, inclusive reconhecidas internacionalmente, incluem a AD nas cenas culturais brasileiras. Salientado que aqui não excluimos os demais profissionais brasileiros que atuam e representam a AD; apenas citamos alguns nomes, que julgamos mais representativos, no tempo de realização desta pesquisa.

Na próxima seção reunimos elementos para a compreensão do conceito de “informação audiodescritiva”, proposto nesta tese.

2.3 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA

A elaboração do conceito de informação audiodescritiva baseia-se na compreensão dos conceitos de AD (explicitado na seção anterior), informação, CI e memória (que serão abordados nessa seção), com o objetivo de analisar como se pode auxiliar na preservação digital e na salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos de forma a promover o desenvolvimento da memória da AD por longo prazo.

O “conceito é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais linguísticos, pode ser comunicado” (DAHLBERG, 1978, p.12). Ampliando o entendimento, Castells e Ipola (1978) explicam que noções, categorias e conceitos constituem diferentes discursos, ou seja, são unidades discursivas que formam diferentes processos informacionais estabelecidos em um determinado processo comunicacional: noções constituem discursos ideológicos; categorias, discursos epistemológicos; e conceitos, discursos científicos.

Passaremos a expor os conceitos relacionados a informação audiodescritiva, que auxiliaram na formação do seu enunciado como unidade de conhecimento, conforme Dahlberg (1978) afirma, baseado nas teorias, técnicas e práticas da CI.

Nesta pesquisa, compreendemos as teorias como a base epistemológica, as técnicas como um “[...] conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade [...] regido por normas e provido de certa eficácia”, e as práticas como “[...] o que é ação ou o que diz respeito à ação [...] uma ideia que pode ser concretizada [...]” (ABBAGNANO, 2012, p. 921;1106).

Consideramos que os conteúdos informacionais audiodescritos já existem no universo da AD e que os dados gerados por esses conteúdos irão compor e serão aperfeiçoados com uma devida informação audiodescritiva. Assim, as AD realizadas são parte dos conteúdos informacionais audiodescritos elaborados durante um procedimento de criação de uma AD, e se tornam partes constitutivas da informação audiodescritiva. Nota-se, então, que a informação audiodescritiva é uma representação da AD, ou seja, a informação audiodescritiva é resultado da AD, de seus metadados, dos conteúdos produzidos. Conforme proposto por Silva (2002),

conteúdos informacionais digitais são grandezas quantificáveis e localizáveis no espaço virtual. Conteúdo, por sua vez, não é informação (um processo), é representação. [...] no ambiente digital toda representação de informação pode ser entendida como um ‘dado’ — não um dado puro, como preferem alguns, que se apresente à consciência como imediato, não elaborado, não organizado, mas um elemento de um processo ou uma representação de fatos ou de instruções em alguma forma apropriada que viabilize seu armazenamento, seu processamento ou sua transmissão por algum meio automático (SILVA, 2002, p.33).

Propõe-se nessa pesquisa, então, inserir conteúdos informacionais audiodescritos em ambientes digitais confiáveis, que sigam as normas nacionais e internacionais de arquivo²¹, fazendo-se uso de uma representação mais adequada que chamamos de informação audiodescritiva, desenvolvida, a partir de teorias, técnicas e práticas da CI, em ambientes digitais dedicados a ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, para possibilitar o acesso aos conteúdos por longo prazo, auxiliando no desenvolvimento da memória da AD.

Compreende-se, portanto, que a informação audiodescritiva é uma representação da AD, de seus metadados e conteúdos informacionais audiodescritos, representação esta elaborada no âmbito de um processo denominado informação. Nesta pesquisa identifica-se informação como um processo, baseado na teoria desenvolvida por Silva (2002). O processo aqui é definido como “procedimento, maneira de operar ou agir” (ABBAGNANO, 2012, p. 935-936); diferente de um fenômeno, que, por se dar à aparência, pode ser descrito por completo, o processo envolve ações em um nível mais complexo, que não admitem um absoluto controle e ordenação promovido pela ação de descrever-se o que se vê, o que se dá à aparência.

O fenômeno pode ser descrito por completo porque ele é “a revelação do objeto em si”; “objeto do conhecimento humano, qualificado e delimitado pela relação com o homem” (ABBAGNANO, 2012, p. 511); ou seja, um fenômeno natural como a chuva, por exemplo,

²¹ Os arquivos são compreendidos como conjuntos de documentos, sejam digitais ou impressos, que representam uma necessidade histórica de registro e de comunicação do homem em seus diversos contextos e momentos sociais. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014)

pode ser detalhado e descrito por completo, explicando-se o motivo científico daquela situação natural. Com o processo não acontece assim, pois ele envolve a cognição humana, os pensamentos, as opiniões, fatos que não podem ser explicitados, pois acontecem na mente do indivíduo e vão além da representação de uma única cena natural, como a chuva, por exemplo. O processo está acontecendo de forma individual, em cada universo social, político, econômico, cultural, de que o sujeito faz parte. Por exemplo, a chuva, se eventualmente pensada como um processo não teria uma explicação reduzida ao discurso científico e não poderia ser detalhada e minuciosa e precisamente descrita, pois teria diversas versões e percepções, baseadas no conhecimento adquirido a partir das interações sociais de cada sujeito, em cada cultura.

Compreende-se, assim, que informação não deva ser conceituada como fenômeno, já que o fenômeno é parte do processo informacional. Identifica-se a informação como um processo, por envolver aspectos que vão além do que pode ser descrito, pois é a partir da cognição humana, do conhecimento adquirido, da consciência e da interação de saberes que ela é entendida e disseminada, de um jeito particular para cada sujeito, e essa compreensão tem etapas que não são observadas por completo, ainda que compreendidas por completo pelo próprio indivíduo, em seu processo de construção da consciência social.

A informação, então, “é entendida como processo que promove a ampliação da consciência²² acerca da possibilidade de conhecer e agir num determinado contexto social” (SILVA, 2002, p. 1). Conforme Silva, um processo, “é uma concatenação qualquer de eventos ou de fenômenos — fisiológicos, psicológicos, sociais e até físicos — que apresentam alguma unidade ou que se reproduzem com certa regularidade” (SILVA, 2002, p.18).

Segundo Buckland (1991), a informação como processo ocorre quando o indivíduo é informado e aquilo que conhece é modificado, ou seja, quando sua realidade é transformada. Essa transformação ocorre de forma mais profunda e ampla, segundo nosso entendimento, quando amparada no pensamento dialético, que leva o homem a pensar as relações de existência materiais, históricas, a partir das suas experiências sociais, atreladas ao contexto político, econômico e cultural do qual faz parte.

A dialética materialista retrata que é através das relações sociais de produção que o ser social determina sua consciência, pois a partir dos pensamentos de Marx, primeiro vem a matéria e depois a formação da consciência do indivíduo (CHEPTULIN, 2004, p.11). Assim, dialeticamente, a consciência também incorpora elementos que possibilitam à razão organizar entendimentos e ações para a efetiva transformação das próprias relações sociais de produção

²² A consciência neste trabalho é percebida como “Um instrumento importante de conhecimento e de orientação prática que se dá através de um conjunto de atividades cognitivas”. (ABBAGNANO, 2012, p. 217)

que antes determinaram uma certa consciência, considerando-se que essa formação da consciência está correlacionada à interação do sujeito com os fatores históricos que modificam a sua existência, como o processo informacional, por exemplo.

Capurro e Hjørland (2007, p. 193), afirmam que a informação pode ser percebida como “[...] objeto ou coisa (por exemplo, número de *bits*) e ... como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo”. Esse aspecto subjetivo, relatado pelos autores, que envolve signos e dependem da interpretação e da cognição humana, é percebido aqui como processo, no qual a informação se desenvolve baseada na subjetividade de cada indivíduo no ambiente do qual faz parte.

Ainda segundo Capurro e Hjørland (2007, p.155) ao se falar em informação na área da CI deve-se:

[...] ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso).

Capurro e Hjørland (2007, p.192) afirmam que “As pessoas têm diferentes bagagens educacionais e desempenham diferentes funções na divisão do trabalho na sociedade”. Os autores complementam esse pensamento dizendo que “A informação pode ser identificada, descrita e representada em sistemas de informação para diferentes domínios do conhecimento”. Sabemos que a CI tem entre seus objetivos analisar os processos de geração, coleta, organização, recuperação, armazenamento, disseminação, uso, mediação, dentre outros aspectos que envolvem os sistemas de informação e seus processos, buscando promover o acesso para o indivíduo. Porém, como a informação, objeto de estudo da CI, também é estudada por outros campos do saber, para que o acesso seja realizado de maneira coerente e assertiva, particularmente tendo-se em vista o público em questão nesta pesquisa (pessoas com deficiência visual) — já que, como afirmam Capurro e Hjørland, as pessoas têm diferentes bagagens educacionais —, faz-se necessário que seja elaborada uma relação de troca da CI com outras áreas, como as das TIC, por exemplo, no ambiente social atual.

A CI, deve dialogar com as TIC e seus recursos audiovisuais, para promover um acesso à informação que possibilite a disseminação de conteúdos de forma mais ampla, inclusiva e acessível, abrangendo a todos aqueles que recorrem à informação, com deficiência ou não. A proposta de unir as reflexões e os saberes da área da CI com o campo da AD está embasada no cumprimento do papel da CI como uma área social aplicada que busca proporcionar o acesso à

informação nas unidades de informação²³, atendendo a todos os públicos, sem distinção, inclusive as pessoas com deficiência visual, e para tal necessita inserir em seus campos de pesquisa e profissional a informação audiodescritiva, efetivando seu papel social.

Compreende-se que “O reconhecimento da realidade social do usuário é a principal sustentação para a aplicação da representação dos significados da informação” (BARROS, CAFÉ e SILVA, 2011, p. 476). A AD, acompanhada de sua informação audiodescritiva, por sua vez, representa um significado dirigido ao público com deficiência visual, pois através daquela informação cria-se uma possibilidade para que o sujeito entenda a realidade que o cerca, tornando-se parte efetiva integrante dos contextos social, cultural, acadêmico, profissional, de lazer, ou seja, exerça seu papel de cidadão. Logo, a informação, objeto da CI, e a AD têm correlação, ao atentarem para a relevância da informação audiodescritiva, representação da AD e dos metadados que constituem um conteúdo informacional específico audiodescrito. Assim, como já vimos, a informação audiodescritiva não é um processo, ela será resultado de um processo maior ao qual chamamos de informação. A informação audiodescritiva, então, é uma representação elaborada no âmbito de um processo informacional.

O processo informacional envolve as formas de organização do acesso que ocorrem por meio da tradução, representação, análise e síntese da informação, segundo González de Gómez (1993). Percebe-se, então, que esse processo informacional correlaciona a área da CI com o campo da AD, pois a informação, objeto de estudo da CI, propicia uma ligação na construção desse diálogo, já que a AD, um campo advindo da tradução audiovisual, é representada por uma informação – a informação audiodescritiva – que precisa ser organizada e disseminada aos seus sujeitos da informação e a CI pode possibilitar o desenvolvimento deste processo informacional, já que a área possui expertise na organização, representação, transmissão e recuperação da informação.

A informação “[...] envolve motivação e intencionalidade do indivíduo, mas sempre conectadas a um horizonte social, do qual fazem parte a cultura e as ações desempenhadas” (ARAÚJO, 2018, p. 81). Essa constatação mostra a relevância da análise do processo informacional, por meio da dialética materialista, método de abordagem adotado nesta pesquisa, que propõe a percepção da realidade interligada com as ações sociais, culturais, políticas e econômicas que influenciam a experiência humana. A informação audiodescritiva,

²³ O termo caracteriza-se como um ambiente que existe para suprir as necessidades dos usuários por determinada informação, agindo como um centro de informação. Essa unidade pode ser definida como uma organização ou parte dela, a qual realiza as funções de coletar, reunir, organizar, armazenar, recuperar, difundir e, por vezes, produzir informação. (MACEDO E ORTEGA, 2019)

será relevante para o desenvolvimento das relações materiais de existência que caracterizam a vida cotidiana das pessoas com deficiência visual, na atual realidade imagética e digital em que a sociedade se encontra.

A partir das teorias de Silva (2002), Capurro e Hjørland (2007), Buckland (1991), Araújo (2018), Barros, Café e Silva (2011) e González de Gómez (1993), a informação é aqui percebida como um processo de expansão da consciência que, por intermédio dos conteúdos informacionais que constituem o processo chamado informação, leva o indivíduo a um estágio de “consciência informacional”, ou seja, “uma consciência da possibilidade do conhecimento e da ação informada” (SILVA, 2002, p. 44).

A análise do conceito de informação feita nos parágrafos anteriores auxiliou na elaboração do conceito de ‘informação audiodescritiva’ que surgiu inicialmente na dissertação de Conceição (2017) e aqui foi melhor definido e desenvolvido, com base na área da CI, para compreendermos o objeto de estudo (AD). A expressão informação audiodescritiva já existe²⁴ apesar de não constar na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) do campo, então, aqui a proposta foi de elaborar o conceito de informação audiodescritiva, especialmente pensando-se no contexto do universo digital.

O universo digital foi pensado em específico porque, atualmente, não se pode falar de informação sem pensar na sociedade no âmbito digital, principalmente ao se referir as ações de preservação de seus conteúdos informacionais. Conforme citado anteriormente, o conceito de preservação, nesta pesquisa, refere-se a um conjunto de ações que colaboram com a integridade, autenticidade, manutenção e acesso por longo prazo de conteúdos informacionais; e no que se refere à preservação digital essas ações têm de perdurar durante as diferentes gerações tecnológicas, com independência de alterações de suportes ou formatos digitais (ARQUIVO NACIONAL, 2006a). Já o termo salvaguarda se refere a políticas que visam a garantir a preservação, ou seja, vão além das ações da preservação (FERREIRA, 2019); e segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC, 2018, n.p), significa “Assegurar a permanência da memória de um povo e sua cultura”.

A AD, por ser uma discussão ainda recente no Brasil em relação aos demais países onde o recurso já foi desenvolvido, tem como principal preocupação por parte dos profissionais e pesquisadores brasileiros a utilização dessa tecnologia assistiva; as possibilidades de inclusão social e acessibilidade que o recurso proporciona; as formas de produção das AD; o desenvolvimento da legislação; e o cumprimento da obrigatoriedade do recurso nas cenas

²⁴ Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/puc-campinas-participa-do-setembro-verde/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

culturais e sociais, são suficientes para demonstrar que estes profissionais já têm muito com o que se preocupar e ainda há muito o que se pensar e resolver sobre a utilização e a prática do recurso no Brasil, talvez por isso o campo ainda apresente déficit no desenvolvimento adequado da preservação digital e da salvaguarda dos seus conteúdos informacionais audiodescritos.

Em Conceição (2017), ficaram nítidos os problemas de infraestrutura, gestão e conhecimento que os grupos e núcleos de pesquisa apresentaram. Foram pesquisadas as Universidades Federais da Bahia (grupo: Tradução, Mídia e Audiodescrição – TRAMAD-UFBA), Pernambuco (Núcleo de Acessibilidade – NACE-UFPE), Minas Gerais (Núcleo de Estudos da Tradução – NET-UFMG (que não foi analisado por completo, devido a circunstâncias administrativas do núcleo, que precisou retirar-se do grupo de colaboradores da pesquisa antes de sua conclusão, não participando como respondente dos questionários *online* aplicados) e da Universidade Estadual do Ceará (grupo: Legendagem e Audiodescrição – LEAD-UECE).

Os grupos e núcleos analisados, na pesquisa de mestrado realizada anteriormente, deixaram claro o desenvolvimento do recurso em pesquisas acadêmicas e atuações profissionais, mas no que se refere a conhecer os conceitos de preservação e salvaguarda e de entender a distinção entre eles para utilizá-los em seus acervos de arquivos audiovisuais ficou visível a falta de compreensão e a confusão entre o que seria preservação, preservação digital e salvaguarda, e sobre como agir para garantir a memória da AD nas produções realizadas pelos pesquisados.

Ao perceber essa lacuna no campo da AD, viu-se a necessidade de mostrar através do conceito de informação audiodescritiva a importância da preservação digital e da salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos. Percebeu-se válido demonstrar a relevância dos conteúdos que eles produzem e armazenam e a necessidade do público-alvo da AD ter acesso a este acervo, pois com ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, esse público poderá conhecer ainda mais produtos culturais e sociais que tenham o recurso, possibilitando a compreensão da importância e da utilidade da AD nas suas vidas. E para que isso ocorra é necessário manter a memória da AD preservada, e com isso, a história que vem sendo escrita por esses profissionais e pesquisadores brasileiros poderá ser representada e protegida em um ambiente digital.

O auxílio na organização e recuperação da informação audiodescritiva pode ser concretizado a partir do diálogo entre a CI e da AD, já que, segundo Saracevic (1996, p.47),

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

A CI favorece o desenvolvimento do fluxo informacional, promovendo o acesso, a organização, as possibilidades de representação, de preservação e recuperação de conteúdos informacionais, com objetivo de atender às demandas informacionais do sujeito. Por isso, o diálogo com o campo da AD é possível, já que existe uma informação que é gerada no campo e que precisa ser organizada para possível recuperação e preservação dessa memória no Brasil.

Saracevic (1996) explica que há três características que definem a CI e seu desenvolvimento social: a primeira refere-se a sua origem/natureza interdisciplinar, cuja evolução, no entanto, o autor considera estar “longe de ser completada”, apesar da tendência da área em conseguir dialogar com os demais campos do saber; a segunda característica é a da ligação direta entre a CI e a tecnologia da informação; e a terceira está na participação da área na evolução da sociedade da informação: “A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia” (SARACEVIC, 1996, p. 42).

A CI, de fato, ainda tem um longo caminho para se tornar realmente interdisciplinar, pois há uma necessidade de realizar o diálogo com outras áreas e campos do saber, de forma mútua, possibilitando uma convergência de saberes entre ambos os lados e não apenas a CI seguir agregando os conhecimentos das outras áreas (questão que será melhor abordada na seção 2.5). Ao propor esse diálogo com a AD, busca-se desenvolver uma reflexão que realmente impulse essa convergência de conhecimentos que é o objetivo da interdisciplinaridade (POMBO, 2007); a AD trará para a CI saberes sobre um recurso tecnológico que propicia o acesso à informação a pessoas com deficiência visual, e a CI poderá auxiliar o campo levando suas expertises sobre o processo da representação, organização, acesso, recuperação e preservação da informação audiodescritiva.

A segunda característica também afirma a possibilidade de diálogo, já que a ligação da CI com a tecnologia da informação a aproxima das tecnologias assistivas, que é o caso da AD, um recurso tecnológico que promove a tradução de imagens em palavras para determinados públicos que necessitam dessa informação para interagir com os contextos culturais, sociais, de lazer, profissionais, acadêmicos etc. A terceira e última característica exposta por Saracevic (1996) também reafirma esse diálogo como possível, quando traz a CI como responsável, junto

com outras áreas e campos do saber, pela evolução da sociedade da informação, ou seja, a CI tem um papel social a cumprir, promovendo o acesso à informação a qualquer público, independente de eventual deficiência, logo a sua relação com a AD auxiliaria no desenvolvimento do acesso à informação audiodescritiva e na preservação da memória do campo.

A CI pode ser percebida “[...]pela instauração de um ‘ponto de vista’ organizador de um domínio transdisciplinar. Esse ponto de vista afirma a relação entre uma pragmática social de informação (ou ‘meta-informação’) e os ‘mundos’ de vida, de ação, de conhecimento, agindo na construção dos valores de informação” (GONZALÉZ DE GÓMEZ, 1990, p.117). Percebe-se, então, que a CI tem sua formação na busca pelos valores de informação, propondo a organização do fluxo informacional através das trocas de saberes, por isso o diálogo com a AD pode (e deve) ser concretizado, já que a CI tem esse papel social em sua estrutura e pode impulsionar o desenvolvimento da memória do campo.

A memória é o elo que justifica a proposta de diálogo entre a AD e a CI, através do fluxo informacional gerado pela informação audiodescritiva. A partir dos conceitos abordados, até aqui, percebe-se no termo memória um significado embasado em lembranças e por vestígios históricos (HALBWACHS, 1990). O autor nos remete à memória individual, baseada em lembranças individuais e dos outros (essas ajudam a confirmar as lembranças pessoais), mais fáceis de serem lembradas do que as coletivas, apesar de serem influenciadas e terem correlação com as memórias coletivas. Halbwachs (1990, p.34) afirma que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que alguém ocupa, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

Para o autor, a memória coletiva é formada por datas e listas de fatos históricos, porém esse aspecto não a caracteriza como memória histórica, identificada por uma sequência de acontecimentos, sobre os quais a história nacional conserva a lembrança, logo há uma escolha dos contextos que serão ou não preservados (HALBWACHS, 1990, p. 39 e 54). Por isso, a memória histórica não pode ser considerada como memória coletiva, que não pode ser confundida com a história, pois a história é a compilação de fatos que ocuparam espaço na memória dos homens, o que não significa que sejam os únicos, já que têm relação com as necessidades e regras daquele determinado período e daquela determinada população.

A memória coletiva é contínua e não tem limites como os aspectos históricos, porém ela tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo (HALBWACHS, 1990). Devido a essa característica, nota-se a necessidade de preservar a memória coletiva da AD, com ações de

preservação digital e políticas de salvaguarda, para aquele suporte mencionado pelo autor fique mais amplo, seja perceptível e acessível por um grupo maior, e não se limite a apenas algumas pessoas e suas memórias.

A memória histórica é também relevante nesse processo, aqui percebida como um complemento da memória coletiva. A memória histórica seleciona o que deve ser preservado, deixando de lado alguns acontecimentos, mediante ao contexto social, cultural, econômico e político em que os fatos acontecem; já a memória coletiva é mais ampla, apesar de ficar restrita a um grupo limitado (HALBWACHS, 1990). Compreende-se, então, que ambas se complementam e por isso há uma necessidade, aqui defendida e reiterada, de preservar estes dois tipos de memória no campo da AD. No universo digital, políticas de salvaguarda podem tornar tal preservação possível, por intermédio de tecnologia digital, diga-se, pela preservação digital, promovendo o acesso ao máximo de informações, por longo prazo, ampliando assim as memórias coletiva e histórica daquele campo do conhecimento.

As memórias coletiva e histórica podem ser identificadas com lugares de memória. Segundo Nora (1993), esses lugares de memória são caracterizados como ambientes que possuem significados, sendo eles formados pela memória coletiva, histórica ou individual. Os lugares de memória podem ser percebidos como ambientes materiais e simbólicos, que abrigam registros, como por exemplo as bibliotecas, os museus e os arquivos (NORA, 1993). No caso específico da AD, pode-se destacar que os registros do campo direcionados pelas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, em ambientes digitais que proporcionem o acesso à memória por longo prazo, é o que irá representar o lugar de memória da AD, que será construído quando sua informação audiodescritiva for preservada e conseqüentemente suas memórias coletiva e histórica estarão passíveis de acesso.

Se entendemos como Le Goff (1990), que a memória funciona como antídoto do esquecimento, é necessário estabelecer-se mecanismos que promovam o acesso a memórias de determinadas áreas ou campos do saber, em específico, nos dias atuais, mecanismos digitais para manter os conteúdos acessíveis, permitindo que o acesso a eles transformem os sujeitos da informação.

Apesar das dificuldades e obstáculos apontados por Dodebei (2011) sobre os aspectos da cultura digital, da sociedade do consumo e do esquecimento provocado pelo intenso fluxo informacional, entende-se que as reflexões sobre as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda são fatores essenciais para promover uma transformação nesse cenário efêmero e que reproduz tantas perdas de conteúdos.

Entende-se que a preservação é eficaz para o desenvolvimento da memória de uma área/campo quando auxilia na representação dos registros informacionais, tornando possível acessar conteúdos que permitem ‘reviver’ lembranças coletivas e históricas, até as individuais. Assim, os produtos advindos do processo da informação, representado na AD pela informação audiodescritiva, poderão ser acessados por longo prazo, se forem respaldados por ações de preservação digital e por políticas de salvaguarda aplicáveis em ambientes digitais, tornando-se possível a disseminação das memórias coletiva e histórica da AD.

Define-se, então, a partir de concepções sobre informação, CI, AD e memória, o conceito de informação audiodescritiva como um tipo de representação muito específica para a organização, tratamento e recuperação de conteúdos informacionais audiodescritos, cujos metadados de representação sempre incluem uma AD, ou seja, uma tradução audiovisual de signos visuais em signos verbais que preenche a lacuna entre o som e a imagem para as pessoas com deficiência visual, intelectual, disléxicos e idosos. Tais conteúdos são, portanto, constituintes da informação audiodescritiva. O conceito proposto, elaborado com base nas teorias, técnicas e práticas da CI, tem o objetivo de formular as representações adequadas que nos permitirão o acesso por longo prazo às memórias coletiva e histórica das AD brasileiras, como resultado de ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda nos conteúdos informacionais audiodescritos. Fica claro, portanto, que conteúdos informacionais audiodescritos são passíveis de indexação e controle, por meio de metadados diversos em ambientes digitais que sigam as normas nacionais e (ou) internacionais de arquivos.

A representação que a informação audiodescritiva proporciona ao campo da AD, por meio dos conteúdos informacionais audiodescritos, irá auxiliar na recuperação das informações contidas nesse ciclo informacional, quando preservados em ambientes digitais. A AD, assim, e como já vimos, é parte do processo maior a que chamamos de informação, é um dos aspectos que constituem este universo, em que a informação audiodescritiva é um produto, bem como o são também os conteúdos audiodescritos, que incluem a AD propriamente dita (o arquivo audiodescrito) e seus metadados, todos eles produtos originados nesse amplo processo informacional. Assim, a importância do desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva está na possibilidade de resgatar a memória da AD no país, com a implementação de ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda.

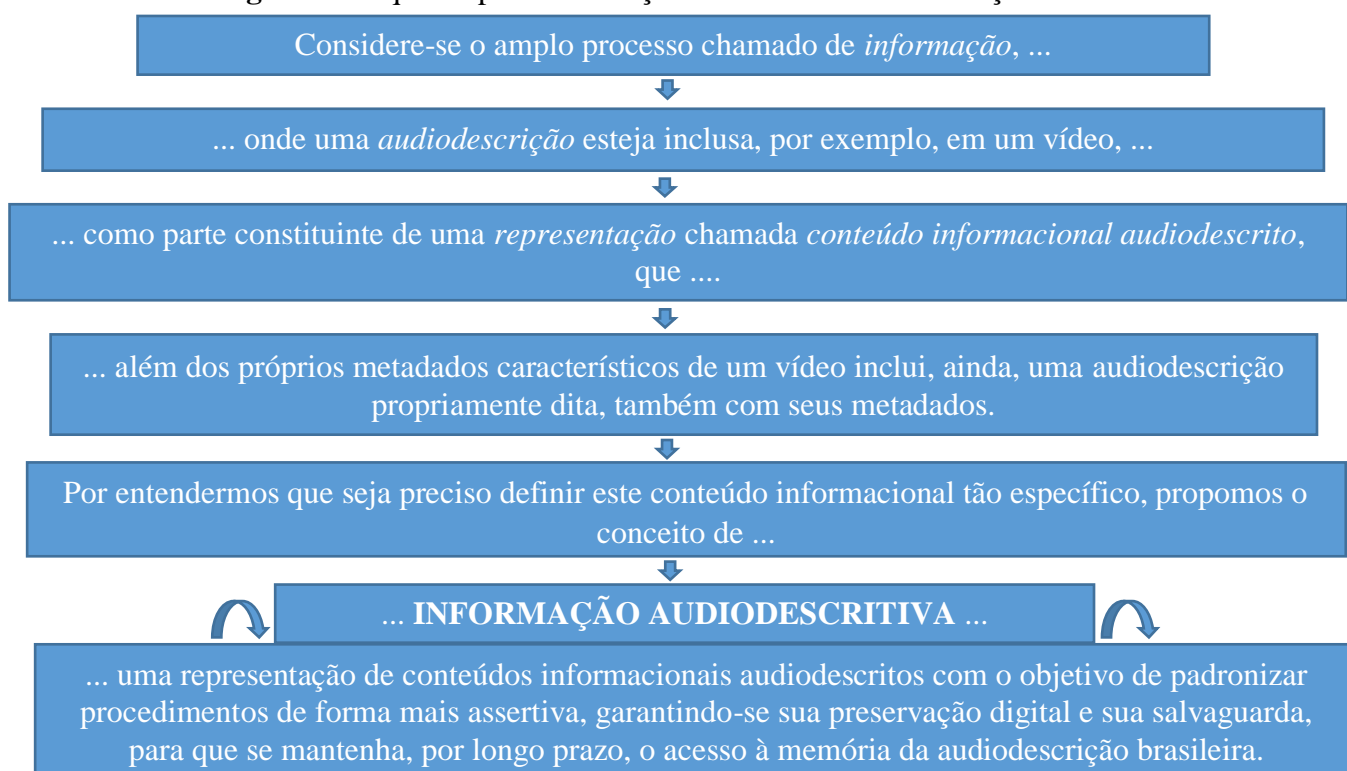
Afirmamos que a AD, quando acompanhada de uma efetiva preservação digital da sua informação audiodescritiva, amplia a possibilidade do recurso em atingir todos esses aspectos de inclusão social e acessibilidade que naturalmente deveria alcançar, sendo um conceito fundamental para se combater o iminente risco de perda total da memória da AD brasileira. O

conceito promoverá o diálogo científico entre a CI e as áreas tradicionalmente associadas à AD (Letras, Comunicação e Pedagogia, em sua maioria), possibilitando a urgente conscientização dos audiodescritores sobre a preservação digital de conteúdos audiovisuais.

Nesta pesquisa, a partir dos conceitos de consciência informacional (SILVA, 2002) e de consciência possível que segundo Goldmann, “[..] nos leva ao centro dos problemas da vida social” (GOLDMANN, 1979, p.49), o conceito de informação audiodescritiva, advindo do processo da AD “[...]é caracterizado como um processo que possibilita às pessoas com deficiência visual uma ampliação da consciência possível, resultando na consciência informacional que possibilitará a este público estar incluso na sociedade em que vive” (CONCEIÇÃO, 2017, p.25), pela via do conhecimento e da ação para a transformação da realidade.

A informação audiodescritiva é um conceito, que possibilita uma compreensão sobre cenas culturais, de lazer, de esporte, profissionais e acadêmicas às pessoas com deficiência visual e, conseqüentemente, uma ampliação da consciência possível, resultado da consciência informacional adquirida por esse público, através da AD. O esquema a seguir expõe mais claramente os aspectos desse processo informacional supracitado, onde têm-se:

Figura 1: Esquema para a formação do conceito de Informação Audiodescritiva



Fonte: A Autora

Percebe-se que esse processo necessita de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para manter a memória da AD passível de acesso por longo prazo e para tal será proposta a efetiva utilização do uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq)²⁵. O universo digital envolve várias nuances sociais de disseminação da informação, sendo preciso atentar para o registro das representações da informação que vêm sendo transmitidas na sociedade. Por isso a pesquisa propõe, como solução, ações de preservação digital e políticas de salvaguarda a partir do uso de repositórios digitais que utilizem *softwares* livres e que sejam reconhecidos pelo Conselho Internacional de Arquivos, Conselho Nacional de Arquivos e pelo Arquivo Nacional brasileiro, que fundamentalmente utilizem normas e regras por eles definidas; dessa forma tais conteúdos informacionais serão armazenados em plataformas digitais que oferecerão possibilidades de preservação da memória das AD ali registradas.

Acredita-se que o conceito e o conseqüente diálogo propostos nesta tese proporcionarão novas perspectivas sobre o que está sendo produzido e registrado por pesquisadores e profissionais da AD e conseqüentemente demonstrará a relevância das ações da CI na preservação da memória da AD, ao propor essa reflexão sobre a preservação digital e a salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos. A proposta de se constituir o diálogo através do conceito de informação audiodescritiva impulsionará um amplo acesso a esses conteúdos pelos indivíduos com deficiência visual, desenvolvendo-se a visibilidade da temática e contribuindo com a inclusão social e a acessibilidade desse público.

A abrangência da pesquisa inclui a totalidade das universidades federais e estaduais que possuem grupos e núcleos de pesquisa que trabalham ativamente com a AD, para propor que esses profissionais audiodescritores se conscientizem e possam ser auxiliados pelas teorias, técnicas e práticas da CI, no processo de preservação digital e nas políticas salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos. Inclui, ainda, a totalidade dos programas brasileiros de pós-graduação acadêmica em CI, reconhecidos e avaliados pela Plataforma Sucupira²⁶. Essas escolhas serão explicadas detalhadamente da seção 4, referente à metodologia da pesquisa.

²⁵ “Um repositório arquivístico digital confiável deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável”; já um repositório digital “[...] é um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais. Esse ambiente constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados. Um repositório digital é, então, um complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos” (CONARQ, 2015, p. 9-10). Na seção 3 esse tema será abordado de forma mais ampla e será analisado um repositório em específico, apresentando com mais detalhes.

²⁶ Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvAliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 2 maio 2020.

A importância de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para o campo da AD, recurso que ainda se encontra em desenvolvimento no Brasil, significa um avanço imprescindível e necessário para o campo. Na pesquisa procurou-se promover a reflexão sobre o diálogo entre a CI e a AD, para mostrar a importância da atuação dos profissionais audiodescritores no processo de preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, representados pela informação audiodescritiva para o crescimento da memória da AD. Com isso, a pesquisa oferece: a) a oportunidade de impulsionar o uso da informação audiodescritiva na sociedade, de forma mais segura e assertiva; b) com a conscientização dos profissionais e pesquisadores da AD sobre a preservação digital e as políticas de salvaguarda a memória do campo terá condição de permanecer acessível, por longo prazo; c) consequentemente essas ações auxiliarão no processo de inclusão social e de acessibilidade das pessoas com deficiência visual, que terão mais acesso a esta tecnologia assistiva.

A formação da consciência do indivíduo sobre os fatos sociais pode ser adquirida mediante aos conteúdos informacionais a que o sujeito tem acesso. Por isso, Frohmann (2006) chama a atenção para a importância da materialidade da informação. Frohmann (2006), aborda o registro da informação como dinâmica social, afirmando que a informação possui um caráter social, material e público, que está intimamente relacionado ao quadro político, econômico e cultural da sociedade. Dessa forma, percebe-se que a dinâmica social se estabelece pela relação do sujeito com o objeto, através do fluxo informacional e dos fatos históricos a que tem acesso.

Vale ressaltar que a dinâmica social atual é caracterizada por um *ciberespaço*, onde há presença dos recursos tecnológicos aliados às ações da CI, com o papel de promover a coleta, disseminação, armazenamento e produção de conteúdos informacionais e ao mesmo tempo de criar um registro destes conteúdos na versão digital, representando-os para acesso.

A materialidade dos dados que representam a informação, atualmente, se encontra em um ambiente de armazenamento, disseminação e registro da informação, movido pelos recursos digitais. Surge assim uma explosão informacional que muitas vezes não gera conhecimento para o usuário, por ser muito ampla e efêmera; e, na maioria das vezes, o indivíduo faz uma leitura superficial do que conseguiu acessar, sem desenvolver um discernimento crítico sobre aquele conteúdo.

Esse excesso informacional também traz uma nova questão referente a representação desses conteúdos, pois nem tudo que é exposto no mundo virtual consegue ser preservado. Ressalta-se, então, a preocupação e a busca de pesquisadores, de diversas áreas que lidam com a informação, por ambientes digitais que permitam o armazenamento de documentações, como

os repositórios, por exemplo. Percebe-se que esse campo tecnológico, tem ampla representatividade na sociedade atual, e por isso é um setor de caráter essencial para os registros de representação da informação. E, sendo assim, os profissionais da CI devem buscar soluções para desenvolver um adequado processo de preservação digital e de políticas de salvaguarda para que a informação continue sendo disseminada e passível de ser acessada.

A materialidade permite estabelecer uma ligação para relacionar a informação a práticas sociais e públicas, auxiliando a compreender o funcionamento dos registros de informação nos sistemas de informação. Para Frohmann (2006; 2012), esse conceito de materialidade é importante para que ocorra o registro da informação em caráter público e material, pois a materialidade permite que a informação seja fixada, armazenada naquele momento histórico, podendo ser pesquisada futuramente por outros usuários em contextos históricos diferentes.

Uma realidade ressaltada pelo autor supracitado é que dependendo do contexto político, econômico, social e cultural da época em que ocorra a materialidade da informação, esta pode ser armazenada de forma incompleta relativamente aos interesses do poder social estabelecido. Isso acarretará uma compreensão distorcida ou recortada dos fatos para um usuário futuro, que terá de buscar vestígios em outros registros de informação para completar aquele contexto histórico estabelecido por interesses sociais da época.

O documento, registro da informação em qualquer suporte, seja audiovisual, icnográfico, sonoro, digital ou impresso (SOUSA, 2017), torna-se um meio de expor fisicamente a materialidade da informação; logo, adquire uma importância relevante para os estudos da informação, pois ao estudar a documentação se estará analisando os efeitos e consequências da materialidade da informação. Assim, Frohmann (2006) percebe o documento como um objeto de estudo da sociedade e da cultura, pois a análise de um conjunto de documentos permite que o sujeito/profissional que lida com a informação realize um estudo sobre o contexto social e público da informação, e assim esse indivíduo poderá criar uma consciência sobre os fatos históricos que o circundam e constituem a sociedade em que vive.

Os pensamentos de Shera (1977) podem contextualizar a importância da materialidade mencionada posteriormente por Frohmann, quando o autor aborda a relação do homem e a sua necessidade de sociabilidade, de buscas pelo novo e por informações que lhe integrem ao ambiente de que faz parte. O sujeito precisa do contato com outro sujeito e com as situações de caráter social, cultural, econômico e político que acontecem ao seu redor, proporcionando assim sua interação social e mantendo seu intelecto em constante crescimento.

Percebe-se que os estímulos externos advindos dos cenários sociais em que o homem está inserido e que repassam informações, são responsáveis pelo seu desenvolvimento

intelectual. Logo, a mediação da informação é extremamente importante para que o processo venha gerar um conhecimento futuro para o indivíduo. Ressalta-se, então, a importância do registro, otimização e disseminação da informação, para que aconteça de forma coerente e direcionada a cada tipo de usuário, e assim, ao final de cada mediação, o resultado seja positivo para o indivíduo, gerando conhecimento. A preservação digital e as políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, proporcionarão o registro adequado das informações audiodescritivas que representam a AD, seus metadados e os conteúdos do campo, otimizando a mediação da informação para o público com deficiência visual, aumentando a possibilidade de acesso por tempo indeterminado à memória da AD.

A AD e a sua informação audiodescritiva proporciona essa sociabilidade das pessoas com deficiência visual, e assim colabora com inclusão e acessibilidade deste público, que agirá como cidadão ativo, participando das cenas culturais e sociais de forma completa, já que o recurso irá suprir as lacunas produzidas pela falta do som e, conseqüentemente, auxiliará na formação da sua consciência informacional. A importância da informação audiodescritiva para esse público impulsiona a necessidade da preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, que proporcionarão um acesso contínuo ao que foi produzido pelo campo no Brasil.

Essa consciência informacional é formada pela análise e compreensão histórica de cada indivíduo. O homem só pode compreender seu presente associando-o ao entendimento do seu passado. A informação audiodescritiva permite a inserção do público com deficiência visual no ambiente cultural e social e pode levá-lo a desenvolver um discernimento crítico sobre aquela informação que está sendo recebida e, assim, esses indivíduos podem fazer correlações históricas com o que é vivido em seu cotidiano atual, pensando dialeticamente.

O modo de pensar dialético marxiano²⁷ leva o indivíduo exatamente a esse movimento, de uma análise histórica, inicialmente da informação que se recebe e, posteriormente, fazer com que essa informação enfrente as contradições históricas. Para tal, é preciso que as pessoas com deficiência visual tenham acesso à memória da AD e consigam assim compreender os fatos sociais e culturais que fazem parte da sociedade em que vivem, podendo fazer uma análise histórica, sem ficar condicionado a um acesso apenas momentâneo.

Segundo Vilar, “O ‘fato histórico’ é aquele que ‘afeta por uma mutação as relações estruturais existentes’” (VILAR, 1979, p.159), sendo assim, o acesso à memória da AD no Brasil permitirá que as relações estruturais das pessoas com deficiência visual com a sociedade

²⁷ Na seção 4, sobre a Metodologia da Pesquisa, será explicada com mais detalhes a expressão dialética marxiana e a escolha dessa abordagem epistemológica, para direcionar os estudos propostos nesta tese.

em que habitam, sejam mais construtivas, pois ao terem acesso à informação audiodescritiva, que representa os conteúdos informacionais audiodescritos, a AD e seus metadados, preservados digitalmente, este público poderá elaborar uma consciência mais crítica, podendo compreender com mais profundidade as informações que chegam até eles.

A dialética marxiana exprime um estado eterno de crítica, de contradições, de análises completas e não superficiais. Talvez por isso a dificuldade de compreensão do método por quem o estuda e pela maioria que o critica. No entanto, é com base nesse movimento dialético que a pesquisa se baseia e está desenvolvendo o conceito de informação audiodescritiva, como uma forma de dar base epistemológica ao recurso da AD e garantir a sua preservação digital e a sua salvaguarda e conseqüentemente, sua memória.

Esse conceito foi desenvolvido para que possa ser possível pensar a AD historicamente, ou seja, a memória que será preservada pelas ações digitais, poderá proporcionar esse movimento histórico que segundo Marx é crucial para o homem (VILAR, 1979).

Segundo Câmara (2007), “[...] para Marx a história é necessária para todo o desenvolvimento da humanidade, e o ‘espírito’ é apenas o resultado da interação de forças materiais e objetivas (mesmo quando criadas pelo gênero humano) com a prática histórica dos indivíduos” (CÂMARA, 2007, p. 377). Sem essa busca pela compreensão histórica, pelas memórias desenvolvidas pela sociedade, o ser humano se aliena, vive como um subordinado, sem entender a história e sem desenvolver seu discernimento crítico.

A AD e sua informação audiodescritiva, para serem compreendidas e servirem como elemento de análise histórica para as pessoas com deficiência visual, os auxiliando a ser cidadãos críticos e participantes da sua realidade social, sem lacunas, necessitam ser disseminadas para que sejam conhecidas pelo seu público-alvo. O homem só pode analisar algo se tiver capacidade de compreender aquele objeto, se já tiver lidado com aquela situação; logo, a preservação digital e a salvaguarda desses conteúdos informacionais audiodescritos proporcionarão um maior alcance da disseminação da informação audiodescritiva às pessoas com deficiência visual, que ao saberem da utilidade do recurso e da informação ali armazenada poderão opinar melhor sobre sua realidade social e auxiliar também no aprimoramento do recurso, dialogando com as instituições produtoras. Apresentado esses aspectos, a seguir será abordada a importância da representação do conteúdo informacional audiodescrito, por meio da sua informação audiodescritiva.

2.4 A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA COMO REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO INFORMACIONAL AUDIODESCRITO

A atual sociedade é caracterizada por representações imagéticas que proporcionam uma reformulação da experiência visual do usuário que consegue interpretar a informação de diversas formas, como pela escrita, pelo som e pela imagem. A união de signos visuais e verbais que constituem o audiovisual caracterizam as representações sociais atuais e o acesso a estes produtos audiovisuais muitas vezes requer do usuário percepções específicas, como é o caso das pessoas com deficiência (sensorial e(ou) intelectual), que para compreenderem esses recursos demandam do auxílio de uma tecnologia assistiva.

O acesso às imagens, a produtos audiovisuais, a essa nova representação social do fluxo informacional requer do sujeito uma percepção dialética materialista, que pode proporcionar ao mesmo uma nova forma de apreender a realidade, uma nova postura, uma concepção de mundo ajustável, pois o processo informacional é sempre dinâmico, cíclico e passível de transformação. O indivíduo, para adquirir uma consciência informacional nessa sociedade, precisa compreender as linguagens utilizadas no processo de disseminação e transmissão da informação, e nesse aspecto a AD surge como possibilidade de inclusão social e acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, podendo inseri-las nos contextos culturais, de lazer, profissionais, acadêmicos, dentre outros, sendo representada pela informação audiodescritiva.

A representação da informação faz parte de um processo cognitivo que perpassa os paradigmas anunciados por Capurro (2003), onde se inicia no físico, quando se indexa, classifica e cataloga a informação em uma base de dados (sendo que esse processo também apresenta relações cognitivas por parte do profissional que indexa e cataloga); perpassa pelo cognitivo, quando se propõe o uso das ontologias (relações semânticas) e das taxonomias (classificações, relações entre classes de forma hierárquica), e então segue para o social, onde o que foi representado permite ao indivíduo interagir com o fluxo informacional. Assim, esse sujeito passa a compreender a informação acessada, gerando uma “ampliação da sua consciência” (SILVA, 2002).

A representação pode ser primária, quando se está indexando a informação, ou secundária, quando o documento começa a fazer parte de um acervo (ALVARENGA, 2003). Esse processo reúne um conjunto de documentos²⁸, um conjunto de conteúdos que permite a

²⁸ Entende-se documento como "Qualquer indicação concreta ou simbólica, conservada ou registrada com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual"; e como "Conjunto formado

recuperação da informação pelo indivíduo, possibilitando a ele manter suas relações cognitivas e estabelecer sua consciência sobre os fatos que o cercam. Atualmente essa recuperação e consequentemente a representação da informação é direcionada por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

As TIC introduziram uma nova realidade no processo de representação e recuperação da informação, pois a forma de representar baseada em metadados e as possibilidades de recuperação da informação e das ações de preservação no ambiente digital trouxeram dificuldades para as áreas que lidam com a organização da informação, como a CI, já que o ambiente da *web*²⁹ estabelece áreas sem precedentes de técnicas de representação e oferece variadas formas de recuperação, nem sempre efetivas para o usuário. Assim, é preciso compreender o conceito e o contexto em que a temática da representação se insere na CI para entender a informação audiodescritiva como representação da AD, seus metadados e conteúdos informacionais.

O conceito de representação se insere no escopo temático da organização, tratamento e recuperação da informação (CAMPOS, CAMPOS e MEDEIROS, 2011). O contexto epistemológico da CI, que se refere ao fluxo informacional que envolve a organização, a representação e a recuperação da informação, é embasado pelas teorias de Dahlberg, em 1978, com a “Teoria do Conceito”; por Ranganathan, em 1967, e sua “Classificação de Dois Pontos”; Lancaster, em 1991, com o livro sobre “Indexação e Resumos: teorias e práticas”, apresentando as técnicas, teorias e práticas da temática; Dewey, em 1876, e Otlet e La Fontaine, em 1907, que abordam as linguagens documentárias pré-coordenadas (Classificação Decimal de Dewey - CDD, Classificação Decimal Universal - CDU, notação do autor, catalogação, dentre outras) e pós-coordenadas (taxonomias, ontologias, tesouros, folkssonomias, etc.).

A “Teoria do Conceito”, de Dahlberg, embasa os conceitos como elementos dos sistemas de classificação, sendo que “A formação dos conceitos é a síntese dos predicados necessários verdadeiros a respeito de determinado objeto [...]” (DAHLBERG, 1978, p.12). A autora também retrata que há conceitos individuais e universais, de propriedades, de processos, de fenômenos, de modos de ser, de relações e de dimensões, ou seja, cada propriedade destas formas do sistema de conceitos é que constroem as classificações facetadas. A faceta

por um suporte da informação, pelos dados neles registrados e seu significado (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 132).

²⁹ A *World Wide Web* (WWW) é constituída por hipermídias interligadas e situadas em um ambiente mais amplo que é a *Internet*.

[...]foi introduzida na teoria da classificação por Ranganathan e indica que os elementos da descrição de uma classe (por exemplo, do tema de um livro) se compõem de vários elementos da classificação com os quais, de acordo com regras próprias de cada disciplina (fórmulas das facetas), podem constituir um tema. (DAHLBERG, 1978, p.17)

Ranganathan, em 1967, trouxe sua contribuição com a teoria da “Classificação de Dois Pontos”, com o objetivo de auxiliar na organização da informação, considerando os níveis do plano da ideia e dos conceitos, o plano verbal e o notacional, a abordagem analítico-sintética, para identificação de assuntos, e o uso das facetas para representar assuntos e ordenar conceitos por meio de sistemas de classificação (DAHLBERG, 1979).

Esses conceitos e as variadas classificações facetadas propiciam diversas formas de representação da informação, mediante a teoria e o sistema escolhido e utilizado pela unidade de informação. Assim, a partir dessa escolha, a organização, a preservação e o acesso à informação serão adequados às percepções adotadas pelo profissional da CI, ou de outra área que assuma a responsabilidade de uma unidade de informação.

As ontologias, nesse contexto da organização da informação, estabelecem relações semânticas entre os conceitos, em que se estuda o ser e os sentidos gerais de uma área, buscando-se um alto nível de estruturação. As taxonomias, por sua vez, geram relações entre as classes, de forma sistemática e hierárquica, onde “A classificação taxonômica fornece estabilidade de nomenclatura através da proteção de uma linguagem formalizada e universalmente aceita que facilita a transmissão de conhecimento ao longo do tempo e barreiras de linguagem natural” (JACOB, 2004, p.8); das taxonomias podem ser desenvolvidos tesouros (dicionários controlados de um determinado campo do saber; uma lista de termos/descriptores com justificativa documentária). Logo, todas essas teorias, práticas e técnicas da CI e de suas subáreas – destacando-se, aqui, a Biblioteconomia – auxiliam a organizar o fluxo informacional, estabelecendo representações e formas de recuperação da informação.

Dewey, em 1876, com a CDD, e Otlet e La Fontaine, em 1907, com a CDU, também contribuem com o universo das representações, pois promovem os sistemas pré-coordenados, que são formados por linguagens documentárias e auxiliam no processo de representação da informação e sua respectiva recuperação, estabelecendo uma linguagem compreendida mundialmente. Lancaster, em 1991, também trouxe para esse contexto uma temática de grande relevância para a representação da informação – a indexação – abordando as políticas, teorias, práticas e técnicas do processo.

A indexação, segundo Cardoso Filho e Santos (2012, p. 185), refere-se a

[...] uma técnica de análise documentária na qual a informação significativa de um documento é traduzida com a atribuição de termos selecionados da linguagem natural (utilizada nas necessidades da vida diária) ou por símbolos, os quais intermediarão a comunicação entre o usuário e o documento. Trata-se, portanto, de um tipo de representação do conhecimento registrado.

Compreende-se então que a indexação é válida quando propicia o acesso à informação, mediante as necessidades do usuário. Logo, esse processo deve ocorrer a partir de uma linguagem adequada a ser usada para facilitar o entendimento do sujeito informacional, auxiliando na sua busca na unidade de informação. Sendo um processo subjetivo, deve ir além da aplicação das técnicas da Biblioteconomia, com o objetivo de atender o indivíduo e suas peculiaridades, como gênero, idade, aspectos geográficos, cultura, dentre outros aspectos que influenciam o processo da indexação (CARDOSO FILHO e SANTOS, 2012).

Lancaster (2004) afirma essa subjetividade presente no processo da indexação em seu livro “Indexação e resumos: teorias e práticas”, no qual retrata que atividades de indexação são realizadas para inclusão da informação em bases de dados para posterior recuperação da informação, tendo como principal insumo o conteúdo do documento que será registrado por um profissional de forma subjetiva, mas sem julgamentos, possibilitando assim, a disseminação da informação.

A representação e seus diversos modelos e teorias dialogam com a área da Ciência Cognitiva, já que os sistemas estabelecidos para promover a representação, preservação, acesso e recuperação da informação se baseiam na possibilidade de raciocínio e de relações estabelecidas tanto pelo profissional que faz a organização da informação, quanto pelo usuário da informação ao acessar e tentar recuperar algum documento.

A Ciência Cognitiva aborda a presença de experiências sensoriais e registros mentais que podem ser possibilitados pela representação da informação, como o aprendizado, a memória, a tomada de decisão, a compreensão dos fatos e a resolução de problemas. Para tal, a indexação das informações e a descrição que se realiza no momento de representar determinados assuntos perpassam pelo seu elemento norteador que se refere ao processamento mental em que o profissional da CI ou outro profissional possa vir a realizar nas suas relações cognitivas no momento de construção das representações (BOCCATO, 2012).

As relações cognitivas são vitais tanto para quem irá promover a representação da informação, quanto para o indivíduo que irá fazer uma busca e recuperar as informações indexadas. Por isso a importância destacada nesta pesquisa sobre a necessidade da ampliação da consciência informacional do sujeito diante as informações a que tem acesso e como este

deve correlacionar com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que o cercam para que assim adquira um posicionamento crítico sobre sua realidade, pensando dialeticamente.

Os sujeitos com deficiência visual podem adquirir e ampliar sua consciência informacional por meio da AD. Para tal é preciso entender que a AD e os conteúdos informacionais audiodescritos, são representados pela informação audiodescritiva, proporcionando-se a tradução de imagens em palavras, como já foi visto. É válido ressaltar, então, que: “Se para compreender um texto é preciso saber ler, para nos aproximarmos de uma imagem é preciso saber ver. Essa tarefa é difícil, uma vez que uma variada presença de signos se entrelaça, muitas vezes pouco explícitos, porém de indubitável peso na significação final” (MOREIRO GONZÁLEZ; ROBLDANO ARILLO, 2003, p. 2). Os autores trazem uma importante reflexão sobre a necessidade de ver imagens e do quão é complexo este processo, para que pessoas com deficiência visual participem desta sociedade imagética; para tal, é preciso que a AD esteja inclusa nas cenas sociais, culturais, profissionais, acadêmicas e de lazer.

Segundo Moreiro González e Robledano Arillo (2003), a imagem, ao ser indexada, deve perpassar pelas seguintes funções: identificadora, descritiva e interpretativa. A identificadora se refere ao nível biográfico que remete à “informação sobre a imagem como documento” (autor, data, etc.) e ao conteúdo estrutural que relata os “objetos significativos a sua relação física na imagem” (posição, tamanhos, etc.); a descritiva aborda o conteúdo de conjunto, no nível da “classificação genérica da imagem” (retrato, paisagem, etc.) e no nível da precisão dos objetos – “identificação de cada objeto” (nome próprio e detalhes das pessoas e objetos); e a interpretativa traz o nível de interpretação da imagem em conjunto, a “disposição do conjunto” (palavra ou frase que resume a imagem), e no nível da interpretação dos objetos, a “disposição dos objetos individuais” (onde se expressa os sentimentos da imagem ali expostos).

Esses processos de indexação por meio de códigos, sistemas e estruturas não se propõem a substituir a imagem e sim a facilitar sua recuperação pelo usuário; logo, a AD, por participar desse universo imagético audiovisual, se propõe a traduzir as imagens em palavras e, assim, inicia um processo de descrição, classificação e significação imagética, mediante aos padrões adotados pela norma ABNT NBR 16.452, de 2016, para que a pessoa com deficiência visual, dislexos e idosos possam compreender a cena ali exposta e recuperar os dados daquela informação caracterizada por imagens, produzindo assim a informação audiodescritiva, que representa os conteúdos informacionais audiodescritos e a AD e seus metadados.

Esses aspectos cognitivos que envolvem a representação da organização da informação também se referem à organização do conhecimento e são necessários na transmissão do fluxo informacional. Segundo Tomaél e Amorin (2011), tanto a organização do conhecimento quanto

da informação são complementares e a principal diferença é que a organização da informação lida com a informação registrada, com objetivo de recuperar e promover o acesso do usuário ao documento e conseqüentemente a informação. E a organização do conhecimento está focada na gestão do capital intelectual, em processos intangíveis que são socializados através do desenvolvimento do profissional/usuário, do que este tem a oferecer e que muitas vezes não está registrado em nenhum suporte e sim no conhecimento tácito do indivíduo, identificado em suas ações.

Entende-se que “No domínio da organização da informação estão os meios para recuperar a informação com vistas ao melhor desempenho e fidedignidade. É um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição de assunto de seus objetos informacionais” (LIMA e ALVARES, 2012, p.34-35). A informação e seu fluxo no campo da AD precisam ser organizados em acervos eletrônicos para que possam ser representados adequadamente pela sua informação audiodescritiva e conseqüentemente os conteúdos informacionais audiodescritos (que a informação audiodescritiva também representa) propiciarão um acesso por longo prazo à memória da AD em ambientes digitais.

“Em um sistema de informação, a qualidade obtida na recuperação da informação depende substancialmente dos procedimentos e instrumentos utilizados na organização da informação” (LIMA e ALVARES, 2012, p.35). Assim, quando a informação audiodescritiva for organizada em conformidade com um ambiente digital adequado, será possível manter qualidade na recuperação dos conteúdos produzidos pelo campo da AD.

O principal objetivo da organização da informação é proporcionar a recuperação de objetos informacionais que possam vir a ser registrados em variados formatos, segundo Lima e Alvares (2012). Logo, a informação audiodescritiva, necessita ser estruturada para que a informação produzida seja compreendida e acessada amplamente pelo público-alvo do recurso. E, para tal, a CI com suas expertises em organizar, recuperar, representar e preservar poderá auxiliar a AD, promovendo o acesso e o desenvolvimento da sua memória por longo prazo.

Na CI “[...] a representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento” (LIMA e ALVARES, 2012, p.22). A organização está aliada ao processo e às formas de fazer a análise, a classificação, a ordenação e a recuperação; representar, por sua vez, se refere ao objeto, à materialização e ao registro da simbologia que substitui o objeto ou a ideia (LIMA e ALVARES, 2012, p. 23). Dessa forma, a CI propicia ao fluxo informacional um caminho, um direcionamento, por meio das suas regras e teorias, advindas das suas subáreas Biblioteconomia e Arquivologia (também entra nesse contexto a Museologia, mesmo que não seja oficialmente considerada uma subárea da CI) para subsidiar acesso informacional ao

sujeito. Por isso o diálogo pode ser profícuo e produtivo para ambas (CI e AD), auxiliando assim o usuário da informação com deficiência visual a acessar a informação audiodescritiva.

O conhecimento está associado a processos cognitivos e a CI percebe essa organização do conhecimento como válida para a produção do conhecimento socializado, por isso a área oferece soluções metodológicas para organizar a informação, como a linguagem documentária, por exemplo, que subsidia a organização do conhecimento, na qual ambas são interligadas (LIMA e ALVARES, 2012). A informação audiodescritiva nesse contexto, atua como uma representação da AD, seus metadados e conteúdos informacionais audiodescritos para possibilitar a existência de processos de organização e descrição, com o objetivo de gerar a recuperação e o acesso ao que vem sendo produzido pelo campo.

A organização da informação e do conhecimento promovem a mediação da informação para atender às demandas informacionais do usuário. No caso da AD e dos conteúdos informacionais audiodescritos, a mediação ocorrerá pela organização da informação audiodescritiva, que representa este campo, e conseqüentemente pode propiciar conhecimento aos sujeitos com deficiência visual. Observa-se, assim, a necessidade da preservação digital e da salvaguarda dos conteúdos produzidos, ampliando seu alcance e seu acesso.

A informação perpassa por ambas etapas para ser disseminada (organização da informação e do conhecimento) e necessita de uma efetiva gestão interligada para se obter resultados positivos para a organização da unidade de informação. Assim, o profissional da CI, como gestor de uma unidade de informação, necessita compreender a importância desses processos para proporcionar o acesso, a representação e a preservação da informação.

A representação do fluxo informacional, apresentado nos parágrafos anteriores, pode gerar conhecimento ao indivíduo. Nesta pesquisa, o conceito de conhecimento será apresentado de forma sucinta, pois caberia a este conceito uma análise ampla que não será possível de ser realizada aqui. Portanto, percebe-se aqui conhecimento como uma “[...] relação cognitiva [...]” (ABBAGNANO, 2012, p. 205), que acontece entre o homem e o objeto, através de um processo. Segundo Silva (2002, p. 45)

De fato, o que chamamos de conhecimento talvez seja este processo de unificação, de condução do binômio sujeito/objeto à unidade. Daí que nos parece ocorrer uma espécie de simbiose inter-processos, onde ambos, conhecimento e informação, se beneficiam mutuamente, ainda que de formas diversas, como na simbiose orgânica entre plantas, ou entre animais, ou entre plantas e animais.

A CI, nesse processo da organização da informação e do conhecimento, pode auxiliar no desenvolvimento do conceito da informação audiodescritiva, que representa o conteúdo informacional audiodescrito, possibilitando um resgate da memória das AD brasileiras. Em meio a uma sociedade imagética que vive uma revolução digital crescente, onde as TIC apresentam, na maioria das vezes, a representação da informação por meio de recursos audiovisuais (som e imagem), um conceito que estabeleça a importância e o papel da representação dos conteúdos informacionais audiodescritos para as pessoas com deficiência visual, em específico, será importante para a disseminação e a preservação digital da memória da AD.

A “imagem é basicamente uma síntese que oferece traços, cores e outros elementos visuais em simultaneidade” (GONÇALVES, 2005). Sem a AD representando a tradução de imagens em palavras — e quando as imagens são representadas sem som —, impossibilita-se às pessoas com deficiência visual a percepção dos acontecimentos nas cenas culturais, de lazer, acadêmicas e profissionais e, conseqüentemente, minimiza-se a possibilidade de ampliação da consciência deste público, ampliando a desigualdade no acesso a informações que são disseminadas e transmitidas na atual sociedade. Destaca-se, assim, a relevância da CI em elaborar o conceito de informação audiodescritiva, em prol do desenvolvimento e da continuidade por longo prazo do acesso a conteúdos informacionais audiodescritos, para que essas pessoas possam usufruir de forma mais igualitária das cenas sociais como os demais indivíduos.

A CI está vivenciando na atual sociedade um desafio epistemológico, cognitivo e tecnológico, pois necessita compreender as novas formas de organização, representação, recuperação e preservação no âmbito digital que se encontra em constante mudança. O indivíduo tem de ter suas demandas informacionais atendidas, independentemente deste possuir ou não alguma deficiência física, sensorial ou intelectual, e o papel da CI como uma ciência social aplicada é desenvolver estratégias e ações que propiciem esse acesso e a preservação digital da memória, neste caso em específico da memória da AD, por meio da ênfase do conceito da informação audiodescritiva.

O desenvolvimento da perspectiva marxista marca sua presença no desafio que nos colocamos com a defesa de nossa tese nesta pesquisa, na fronteira da CI com a AD, pois para tentar refletir sobre as questões mencionadas no parágrafo anterior é preciso compreender os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que influenciam o fluxo informacional na era digital, buscando problematizar a organização, o acesso e a recuperação da informação nas bibliotecas, arquivos e museus. A CI, desde a sua origem, surge com a predisposição de

entender os processos que envolvem a informação e propor soluções que vão além da técnica, trazendo problematizações sociais para compreender seu complexo objeto de estudo e suas nuances históricas nesses ambientes informacionais supracitados (ARAÚJO, 2014, p.211).

Assim, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia vão além das aplicações técnicas, e há também certa subjetividade nas ações realizadas no âmbito destas subáreas ao promover o acesso à informação, já que existe a influência dos contextos históricos da sociedade na qual tais subáreas se desenvolveram, auxiliando na transformação do sujeito, a partir do acesso à informação. Observa-se, então, a relevância da construção do diálogo entre os profissionais da CI e da AD, mediado pelo conceito da informação audiodescritiva, com o objetivo de promover a necessária transformação, pela informação, dirigida às pessoas com deficiência visual.

Esse conceito da informação audiodescritiva chama atenção para uma discussão ainda muito superficial, e em alguns casos inexistente, sobre a preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos, que propiciam o desenvolvimento da preservação digital por longo prazo da memória da AD brasileira. Assim, analisamos como o conceito de informação audiodescritiva, desenvolvido nas bases epistemológicas da CI, pode dialogar com a AD e seus respectivos profissionais, que atuam em outros campos do saber e como esse olhar sobre a representação de conteúdos informacionais audiodescritos e a preservação digital dos mesmos possibilitarão um novo passo na história da AD no Brasil.

O conceito de informação audiodescritiva permitirá pensar a AD historicamente e promover um novo cenário para o futuro do campo, chamando atenção para a preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos no desenvolvimento da temática no Brasil. Esse diálogo entre a CI e a AD poderá promover uma conscientização dos profissionais audiodescritores para as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda dos conteúdos audiovisuais produzidos por eles nos grupos e núcleos de pesquisa que fazem parte. Assim, nas linhas que seguem será abordada a relevância do papel da CI no contexto da AD brasileira, destacando a relevância do conceito de informação audiodescritiva, aqui proposto, para o desenvolvimento da memória do campo da AD.

2.5 PAPEL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA AUDIODESCRIÇÃO

Em meados das décadas de 1950 e 1960 origina-se a CI, com um projeto interdisciplinar, conforme já mencionado. A área tem como objeto de estudo a informação, que permeia diversos campos do conhecimento, daí ser necessário manter um diálogo com outras áreas e campos para

entender as complexas nuances do seu objeto de estudo. É uma área social aplicada que se preocupa em disseminar, organizar, registrar, transmitir, ou seja, compreender todo o fluxo organizacional de conteúdos informacionais. E surge com o objetivo de propor esse diálogo para tentar resolver a explosão informacional que foi desencadeada em 1950 (SARACEVIC, 1996).

O desenvolvimento da CI está aliado ao cumprimento do seu projeto inicial de ser uma área interdisciplinar, e para tal é preciso efetivar uma convergência de saberes, uma troca, na qual a CI busca informações em outras áreas e campos e vice-versa. Segundo Pombo (2007, p.16), a “interdisciplinaridade traduz-se na abertura de cada disciplina a todas as outras, na disponibilidade de cada uma das disciplinas envolvidas se deixar cruzar e contaminar por todas as outras”. Percebe-se que atualmente a CI faz essa busca, mas o processo inverso não acontece, na maioria das vezes; sendo assim, não se pode confirmar sua interdisciplinaridade, muitas vezes o que ocorre é uma ação disciplinar (há assuntos em comum com outras áreas e campos, mas que não convergem).

Apesar de não nos aprofundarmos nesta pesquisa no conceito de transepistemologia³⁰, percebe-se que ele pode ser mais efetivo para a CI, do que o conceito de interdisciplinaridade. Segundo Andrade, Méndez e Martínez (2010)³¹, na percepção da educação, transepistemologia envolve a união de teoria e prática, da complexidade de tudo que é mutável e na possibilidade do conhecimento adquirido ser criador de novas realidades.

Segundo Schweizer-Ries e Perkins (2012), a transepistemologia, a partir da visão da psicologia, propicia uma produção de conhecimento em conjunto, ou seja, áreas congruentes dialogando entre si, trocando saberes para melhorar as condições sociais. A CI poderia trazer esse conceito para sua realidade de pesquisa e propor essa união da teoria e da prática da área com os demais campos e áreas do saber, realizando uma troca, uma fusão, uma unificação de conhecimentos e promover, assim, a possibilidade de novos conceitos interligados, oferecendo ao usuário variadas possibilidades de acesso à informação, como é o caso da informação audiodescritiva.

González de Gómez (2002) nos apresenta importantes questões epistemológicas que embasam a CI. A autora afirma a existência de regimes de informação que “[...] designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão

³⁰ O conceito de transepistemologia foi apresentado a Autora pelo seu orientador professor Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

³¹ Parágrafo desenvolvido por meio das percepções da autora após a leitura do artigo sobre “Desterritorializaciones educativas para la universidad de la sociedad del conocimiento”, publicado na Polis Revista Latinoamericana, nº 25, 2010.

definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais [...]”. Conforme, a autora, um “[...] regime de informação constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, p. 34, 2002). Assim, o *ciberespaço*, no qual a CI vem refletindo sobre seu objeto de estudo, deve ser compreendido pelos regimes de informação gerados, buscando permitir o acesso à informação mesmo que haja empecilhos e desafios tecnológicos a serem superados, como é o caso da preservação digital e da salvaguarda da memória da AD.

Isso quer dizer que ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos da AD podem ser realizadas através da inserção da produção audiovisual do campo em ambientes digitais regidos por regimes de informação que propiciem o acesso por longo prazo aos conteúdos e metadados produzidos. Percebe-se, então, o real papel da CI no contexto social altamente digitalizado, que vai além do armazenamento e da documentação, atentando para a promoção da transmissão, disseminação e da preservação digital da informação para o indivíduo, permitindo acesso público por longo prazo aos produtos resultantes do processo da informação.

A informação proporciona ao homem se manter em eterna transformação, pois a partir do que o sujeito aprende e adquire como conhecimento, é que o impulsiona a estabelecer uma consciência sobre aquele determinado fato material-social que vivenciou. A dialética marxiana propõe exatamente essa análise sobre as mudanças sociais do indivíduo (e por extensão da sociedade), quando o mesmo é afetado pelas questões relativas às condições materiais de existência que o cercam, promovendo uma visão de conjunto “[...] provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere” (KONDER, p.37, 2004).

A dialética marxiana propõe que “[...] o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, p.36, 2004). O processo da informação é um processo totalizante, onde o indivíduo passa por várias etapas para construí-lo (cognição, conhecimento que leva à formação da consciência e à interação de saberes sociais, econômicos, políticos e culturais) e continua em eterna transformação, pois o ciclo informacional se caracteriza por ser dinâmico, sempre renovável, em constante alteração, complementação, transformação.

A sociedade atual, com alto fluxo informacional, devido aos avanços tecnológicos, trouxe para a CI novas formas de possibilitar o acesso, a disseminação, a transmissão e o registro da informação, auxiliando o trabalho dos profissionais da área. Em contrapartida, acarretou diversos questionamentos sobre os estudos de usuários (como alcançar de forma

personalizada o usuário) e sobre competência em informação do usuário e dos profissionais da CI ao acessarem as fontes de informação, pois não basta ter o suporte tecnológico ao alcance do sujeito se o mesmo não sabe utilizá-lo de forma assertiva (transformando a informação em conhecimento). O usuário necessita promover resultados coerentes de buscas em fontes fidedignas e possíveis de recuperação, na qual se acessará uma informação passível de uma apreensão de consciência sobre determinado fato.

O foco social das ações dos profissionais da CI deve ser algo essencial para o desenvolvimento da mediação entre o usuário e o acesso à informação, com o objetivo de desenvolver socialmente o indivíduo. Segundo Shera (1977), é necessário destacar a relevância da análise epistemológica social, que se debruça em analisar todo o processo em que o fluxo informacional está envolvido, e como o profissional da CI deve se posicionar diante desta realidade.

Percebe-se que o profissional da CI deve agir como um mediador no acesso à informação em variados suportes para atender às necessidades dos sujeitos. A preservação digital e as políticas de salvaguarda dependem das ações do profissional da CI para acontecerem, proporcionando a possibilidade de acesso à memória de determinada área e a contextos históricos que se desenvolveram na sociedade. Observa-se, assim, a necessidade de se discutir e promover possibilidades de crescimento na atual sociedade das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, como parte do papel social da CI.

Existem possibilidades de diálogo entre a CI e a AD que poderão promover o desenvolvimento da preservação digital e da salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos e, assim, manter a memória da AD no Brasil registrada e com possibilidade de acesso por longo prazo. O que se faz necessário entre os profissionais da CI é a compreensão dos campos fronteiriços para que haja a convergência e a evolução de saberes do conhecimento para a área, por meio de uma troca efetiva.

Os conteúdos informacionais audiodescritos, representados pela informação audiodescritiva, são arquivos registrados em formatos audiovisuais que possibilitam o resgate da memória da AD. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística arquivo é um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública, ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza ou suporte” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 6). Já documento, “é o termo que se refere aos objetos que portam a informação” (SOUSA, 2017, p.40). E como a pesquisa trata de documentos audiovisuais, o termo audiovisual (imagem e som) “[...] denomina a forma como o significado é comunicado para um ser consciente” (SOUSA, 2017, p.40).

Os arquivos registram documentos, tendo em vista que documentos são registros informacionais realizados em diversos formatos e suportes, como audiovisual (envolvem a linguagem visual – imagem “em movimento” – e a linguagem sonora, como fitas videomagnéticas, películas e semelhantes), iconográfico (utiliza a linguagem visual, como chapas fotográficas, papel emulsionado e semelhantes) e sonoro (fitas audiomagnéticas, discos, dentre outros) (SIQUEIRA, 2016).

Atualmente, considera-se com maior atenção a função do documento no ambiente social, além do suporte que o constitui. Segundo o Arquivo Nacional (2005, p.73), documento audiovisual é o “Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas”; o documento iconográfico é um “Gênero documental integrado por documentos constituídos por imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras” (ARQUIVO NACIONAL 2005, p.76); já o documento sonoro é caracterizado como um “registro sonoro, como disco e fita audiomagnética” (ARQUIVO NACIONAL 2005, p.76).

O desenvolvimento das tecnologias e, conseqüentemente, do acesso e disseminação da informação revoluciona a ação dos profissionais da CI (arquivistas e bibliotecários), proporcionando uma mudança paradigmática na sociedade atual, fazendo com que existam novas formas de registrar, preservar e salvaguardar os documentos. Para tal, é preciso que a CI promova diálogos efetivos com outras áreas e campos do saber e assim consiga dar conta da ampliação do alcance do seu objeto de estudo, como é o caso da informação audiodescritiva, que representa os conteúdos informacionais audiodescritos, a AD e seus metadados. Sem o diálogo entre os profissionais da CI e os profissionais de Letras, Pedagogia e Comunicação, que atualmente desenvolvem o campo da AD, a memória desse recurso sofre um iminente risco de perda de seus arquivos.

Os bibliotecários e os arquivistas têm papel relevante na efetivação desse diálogo, pois através das suas expertises, em específico, dos conhecimentos da arquivologia, a preservação digital e a implementação de políticas de salvaguarda se fazem possíveis, podendo-se então estabelecer de forma concreta a colaboração entre a AD e a CI, proporcionando-se uma transformação no desenvolvimento da memória do campo, além de introduzir-se o uso do recurso da AD nas unidades de informação e nas reflexões epistemológicas da área.

Há também uma necessidade de conscientização dos profissionais que lidam com a AD, sobre a importância do uso de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para garantir o registro por longo prazo dos conteúdos informacionais audiodescritos. Para que essas ações aconteçam é preciso realizar um trabalho de mão-dupla, onde ambas – a CI e a AD -

troquem saberes e permitam que a informação audiodescritiva produzida seja disseminada e acessada por longo prazo no ambiente digital.

Os arquivos digitais são fontes de construção de sentidos, pois “[...] envolvem sequências de mudanças e de repetição nos campos visual e auditivo” (SOUSA, 2017, p.41); logo, as pessoas com deficiência visual necessitam do recurso da AD para fazer parte desse mundo do audiovisual e para utilizar as fontes que utilizam esta linguagem e seus suportes, por isso destaca-se a relevância desta tecnologia assistiva no *ciberespaço*. Portanto, a disseminação e preservação digital e as políticas de salvaguarda do conteúdo informacional audiodescrito, para proteger a memória da AD, são igualmente relevantes, daí a importância da CI em promover uma convergência de saberes com as áreas e campos que desenvolvem esta temática, focada no desenvolvimento social desse indivíduo.

As memórias coletiva e histórica são elementos interligados ao arquivo, pois através dos registros contidos nos arquivos é possível resgatar o passado e compreender melhor o presente, perceber as evoluções e as diversas formas como a informação foi transmitida e as suas possibilidades de acesso. Reafirma-se, então, a necessidade da memória da AD ser baseada em ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para que seja possível a realização desse resgate dos arquivos, nesse caso específico dos conteúdos informacionais audiodescritos.

Segundo Siqueira (2016, p. 33)

A memória, portanto, é elemento constituinte da ideia de arquivo, uma característica inerente ao documento, que nasce administrativo, jurídico e probatório, mas que carrega em si, desde sua produção, as inúmeras possibilidades de uso e reuso da pesquisa histórica, científica e cultural, bem como da noção de identidade e pertencimento individual e coletivo.

Os arquivos são instituições consideradas como lugares de memória exatamente porque permitem esse resgate histórico a ações realizadas para registrar determinadas informações sociais, como é o caso dos arquivos que mantêm conteúdos informacionais audiodescritos e dão possibilidade do resgate à memória da AD brasileira.

Os profissionais da CI são essenciais nesse processo, pois irão auxiliar na interoperabilidade das informações que serão preservadas coletivamente, e não isoladamente, e assim auxiliarão em um registro com acesso por longo prazo e uma maior disseminação, com o uso de repositórios digitais.

Segundo Le Goff (1990), a memória salva o passado e serve como base para o presente e o futuro. Logo, o presente da AD, que vem se construindo no Brasil desde os anos 2000, deve

ser registrado e preservado digitalmente, para que se construa um passado do campo e para que este possa auxiliar as técnicas de AD do futuro e disseminar cada vez mais o recurso.

A memória existe mediante a estrutura social dominante; segundo Le Goff (1990, p.224), “Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são que resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem ‘na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui’”. As ações de preservação digital auxiliam a manter e a reconstituir novos olhares sobre a memória da AD, caso os membros da sociedade atual que estudam o tema permitam que a AD seja preservada e passível de acesso por longo prazo.

As questões sobre memória, em vários períodos históricos, remetem a questões políticas, pois o que não tem memória não ganha representatividade na sociedade, e caso a AD continue sem representação histórica, pela falta de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, produzidos pelos grupos e núcleos de pesquisa, o público com deficiência visual continuará com déficit nas ações que impulsionam o desenvolvimento da sua acessibilidade e inclusão social como cidadãos. Devido a esses aspectos, afirmamos nessa pesquisa a necessidade do desenvolvimento da memória coletiva e histórica da AD, como vimos na subseção 2.3.

A dialética marxiana propõe que o ser pensante se apropria de realidades possíveis, mediante a sua pré-disposição em aceitar mudanças, em se transformar e em buscar uma análise dos campos sociais, políticos, econômicos e culturais para compreender os fatos e processos da existência material, concreta, que ocorrem ao seu redor (CÂMARA, 2007). A memória tem papel importante nesse processo de transformação e de conscientização da realidade histórica, pois somente através do passado é possível compreender melhor o presente e vislumbrar um futuro, tendo por base as realidades já vividas.

A memória da sociedade globalizada está sendo desenvolvida por meio de recursos tecnológicos, logo as ações de preservação devem acompanhar esta tendência e promover ações de preservação digital que proporcionem a recuperação dos fatos sociais a qualquer sujeito para auxiliar na construção da sua consciência sobre determinado fato. Salienta-se o quanto é difícil estabelecer essas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, com normas que garantam o acesso definitivo, mas destaca-se a necessidade de estudos e reflexões sobre essas temáticas para permitir acesso contínuo as informações.

Existem diversos obstáculos na preservação digital, apesar da sua relevância social, como a dificuldade em desenvolver padrões que levem a ações efetivas, modificando o cenário atual de perda de conteúdos informacionais, devido às mudanças e atualizações de *softwares* e

formatos; a falta de compreensão da maioria dos profissionais em considerar essas ações como despesa e não como um investimento necessário; um outro aspecto está no desenvolvimento das tecnologias da informação, para propor essa preservação, com o devido diálogo com profissionais que lidam com a informação, para sua melhor adequação; na regulamentação legislativa que propõe as ações de preservação digital, ainda deficitárias; na falta de capacidade para desenvolver essas práticas de preservação digital; na dificuldade no entendimento e adoção das normas de preservação nacionais e internacionais; nos planos de preservação digital; e na implementação efetiva da preservação digital como disciplina essencial para os profissionais da CI (CABERO, 2017).

A construção do conceito de informação audiodescritiva pela CI foi proposta pela análise da AD no mundo e no Brasil realizada nas subseções 2.1 e 2.2 desta pesquisa, compreendendo o problema social em que este recurso se encontra, no que se refere a questões de inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência visual em um país ainda em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Assim, após a análise histórica e do problema social que o recurso da AD apresenta, a dialética marxiana propõe enfrentar as contradições existentes nesse processo, para então promover a transformação para o objeto de estudo analisado, a AD.

O conceito aqui proposto não traz consigo a resposta para a preservação digital e salvaguarda dos conteúdos e conseqüentemente das AD, até porque a dialética marxiana não se ocupa em trazer resultados definitivos e verdades absolutas (FOULQUIÉ, 1979); mas, sim, esta tese evidencia caminhos que podem direcionar ao surgimento de novas contradições e assim promover a construção histórica de um campo tão relevante para o desenvolvimento de pessoas com deficiência visual como a AD.

O caminho aqui proposto é baseado na compreensão de que a CI tem um papel relevante no desenvolvimento da memória da AD, quando colabora, por meio da expertise de seus profissionais, na implementação de ações de preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, com objetivo de permitir o acesso por longo prazo às memórias coletiva e histórica da AD no Brasil, através do acesso à informação audiodescritiva.

Observa-se que há uma necessidade da efetiva preservação digital e de políticas de salvaguarda e uma lacuna de conhecimento sobre suas técnicas por parte dos profissionais da AD e da CI, sendo esta última a área responsável pelo registro da informação e acesso contínuo. Sabe-se que não há uma fórmula exata e nem garantias de que o que está sendo feito atualmente irá perdurar por anos, mas não se pode deixar de buscar soluções para que as memórias coletiva e histórica sejam preservadas.

Acreditamos que esta tese proporcionará a possibilidade de analisar as estruturas das ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda que são utilizadas atualmente, pelo olhar da CI, para oferecer à memória da AD a preservação dos seus conteúdos informacionais audiodescritos e o acesso por longo prazo, mediante as possibilidades tecnológicas vislumbradas nas normas de preservação digital nacionais e internacionais de arquivo, que estão embasando os estudos desta temática. Assim, na próxima seção serão abordadas as ações de preservação digital, as políticas de salvaguarda e o papel dessas memórias coletiva e histórica no âmbito da AD, para tentar esclarecer a importância destas temáticas na atualidade e para esta pesquisa.

3 PRESERVAÇÃO DIGITAL, SALVAGUARDA E MEMÓRIA DA AUDIODESCRIÇÃO

Esta seção abordará as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda propostas pelo Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives - ICA) e pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com o objetivo de analisar as possibilidades da permanência por longo prazo da memória da AD no Brasil. Identificará como os profissionais da CI, com as teorias, técnicas e práticas da CI, podem auxiliar na preservação digital e nas políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, analisando o uso de repositórios digitais que utilizem *softwares* livres e que cumpram as normas de preservação digital estabelecidas pelo ICA e pelo CONARQ, no âmbito de atuação dos grupos e núcleos de pesquisa das universidades estaduais e federais que atuam com a AD. Os conceitos de memória como documento, utilizados pela CI, e o de memória de minorias sociais, também serão expostos nesta seção, com o objetivo de caracterizar as memórias coletiva e histórica da AD brasileira, destacando possíveis estratégias de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, em prol do desenvolvimento da memória desse campo.

3.1 AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DIGITAL E POLÍTICAS DE SALVAGUARDA

Em uma sociedade globalizada, onde a informação é disseminada, acessada e descartada digitalmente de forma tão rápida, a preservação digital dos documentos audiovisuais é muitas vezes considerada um luxo. Luxo porque as ações de preservação digital existentes atualmente são de alto investimento financeiro e intelectual. Exigem da empresa ou instituição um grande desembolso financeiro na compra dos *softwares* e sistemas e na capacitação do profissional que irá manusear e inserir o material audiovisual naquele determinado ambiente, baseado nas normas nacionais e internacionais de arquivo.

Os setores sociais, em sua maioria, ainda não compreenderam a importância equivalente entre a comunicação, disseminação, transmissão e a preservação daqueles registros que formam e relatam a história da humanidade. Não adianta apenas se preocupar em disseminar, em manter esse ritmo acelerado de informações, se não há ações para manter esse registro acessível. Sem esses momentos históricos preservados e passíveis de acesso por longo prazo, a sociedade terá uma ampla possibilidade de não ter como recorrer ao seu passado para entender seu presente e constituir o seu futuro. O resgate de ações passadas permite a toda civilização, desde os primórdios, a melhorar os erros, gerando outras aprendizagens e experiências e toda essa transformação só foi possível devido à preservação da memória durante os séculos.

Os suportes e formatos variaram de acordo com a evolução social e a inserção das TIC, assim a sociedade e as áreas do conhecimento foram buscando alternativas, a partir dos recursos que possuíam para manter seu registro preservado. Desenvolveram, para tal, ações e políticas auxiliadas pela tecnologia, normas e padrões, com objetivo de tentar manter o acesso àqueles materiais analógicos e digitais audiovisuais por um longo prazo.

Sabe-se a quantidade de obstáculos existentes nesse processo de preservação, seja de materiais impressos, patrimônios culturais ou digitais e audiovisuais. Ainda não se chegou a um denominador comum para estabelecer padrões e normas definitivas de preservação digital, mas se tem buscado através de instituições que elaboram normas e padrões, e de esforços acadêmicos com o desenvolvimento de pesquisas, e por ações profissionais, o uso de *softwares* de acesso livre e pago que visam garantir o acesso por tempo indeterminado a arquivos audiovisuais.

As normas do ICA³² e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)³³ estabelecem padrões de preservação para promover o acesso à informação por longo prazo. São elas: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Nesta pesquisa não será detalhado o uso de todas essas normas, porque já existem manuais sobre as mesmas disponíveis pelo Conselho Nacional de Arquivos, informando seu funcionamento e objetivo no processo de preservação. No entanto, é válido salientar alguns aspectos principais que auxiliarão na compreensão da proposta dessa pesquisa.

A norma ISAAR (CPF) destina-se a determinar “[...] o tipo de informação que poderia ser incluída em descrições de instituições com acervo arquivístico e fornece orientação sobre como tais descrições podem ser desenvolvidas em um sistema de descrição arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p.14).

³² Tem como objetivo “promover a gestão e uso de registros e arquivos, e a preservação do patrimônio arquivístico da humanidade em todo o mundo, através do compartilhamento de experiências, pesquisas e ideias sobre questões profissionais de arquivamento e gerenciamento de registros, e gestão e organização de instituições arquivísticas”. Disponível: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2018.

³³ “O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo” (CONARQ, 2018). Disponível: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2018.

A ISAD (G) “Estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas e deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação” (ARQUIVO NACIONAL, 2000, p.11). Essa norma “contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2000, p.11).

A ISDIAH, tem como principal objetivo “[...] facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral” (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p.11).

A ISDF “Dá diretivas para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2007, p.11).

A NOBRADE “Não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 9). A NOBRADE “[...] estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p.10). Essas normas supracitadas auxiliam na preservação digital das informações por longo prazo e conseqüentemente possibilitam a recuperação da informação pelo usuário.

Segundo Ferreira (2006) existem várias estratégias de preservação digital, como a Preservação de tecnologia; Atualizações de suporte; Emulação; Migração/conversão; Migração para suportes analógicos; Atualização de versões; Conversão para formatos concorrentes; Normalização; Migração a-pedido; Migração distribuída; Encapsulamento; a Pedra de Rosetta digital. Percebe-se que o processo de preservação digital ainda é efetuado por meio de difíceis tomadas de decisão, pois envolve altos investimentos de capital financeiro e de capital intelectual.

Longe de transformar esta pesquisa em um diálogo técnico, se fez necessário, para melhor entendimento do leitor, trazer as estratégias utilizadas atualmente na preservação digital e breves conceituações das suas práticas, que podem ser aprofundadas nos próprios autores aqui citados, a quem interessar.

A estratégia de preservação de tecnologia envolve a “conservação do contexto tecnológico utilizado originalmente na concepção dos objectos digitais que se procuram preservar” (FERREIRA, 2006, p. 32). O autor afirma que “Esta estratégia consiste, essencialmente, na conservação e manutenção de todo o *hardware* e *software* necessários à

correcta apresentação dos objectos digitais” (FERREIRA, 2006, p. 32). A proposta é se preocupar com a informação sendo preservada digitalmente de forma original.

A atualização de suporte “[...] consiste na transferência de informação de um suporte físico de armazenamento para outro mais actual antes que o primeiro se deteriore ou se torne irremediavelmente obsoleto” (FERREIRA, 2006, p. 33).

Já as estratégias de Emulação “baseiam-se essencialmente na utilização de um *software*, designado emulador, capaz de reproduzir o comportamento de uma plataforma de *hardware* e/ou *software*, numa outra que à partida seria incompatível” (FERREIRA, 2006, p. 33), sempre em busca de manter a fidedignidade das informações originais.

A Migração/conversão “tem como objectivo manter os objectos digitais compatíveis com tecnologias actuais de modo a que um utilizador comum seja capaz de os interpretar sem necessidade de recorrer a artefactos menos convencionais, como por exemplo, emuladores” (FERREIRA, 2006, p. 36).

Já a Migração para suportes analógicos “consiste na conversão de objectos para suportes não digitais com o intuito de aumentar a sua longevidade” (FERREIRA, 2006, p. 37), sendo processos com vários obstáculos financeiros e de capital intelectual para a maioria das empresas/instituições.

A Migração a-pedido “[...] ao invés de as conversões serem aplicadas ao objeto mais actual, estas são sempre aplicadas ao objecto original” (FERREIRA, 2006, p. 40); e na Migração distribuída “existe um conjunto de serviços de conversão que se encontram acessíveis através da *Internet* e que poderão ser invocados remotamente recorrendo a uma pequena aplicação-cliente (FERREIRA, 2006, p. 41).

A Atualização de versões são “aplicações de *software* capazes de abrir ou importar objectos digitais produzidos por versões anteriores dessa mesma aplicação. Essas aplicações permitem geralmente gravar os objectos importados no formato mais actual produzido pela mesma” (FERREIRA, 2006, p. 37).

E a Conversão para formatos concorrentes refere-se ao controle que a “organização que desenvolveu a respectiva aplicação de *software*. A qualidade da migração depende, assim, da capacidade dos importadores fornecidos pelo fabricante e do grau de retrocompatibilidade oferecido pelo novo formato” (FERREIRA, 2006, p. 38). Essas ações colaboram para a segurança da informação mantendo-a sempre disponível para acesso ao indivíduo.

A Normalização “tem como objectivo simplificar o processo de preservação através da redução do número de formatos distintos que se encontram no repositório de objectos digitais” (FERREIRA, 2006, p. 38). Percebe-se, assim, que todos esses processos demandam um

conhecimento específico do profissional e isso acaba sendo uma barreira de acesso a tantas estratégias, pois os cursos de especializações sobre essa temática ainda apresentam custos elevados.

O autor finaliza as estratégias com o Encapsulamento e a Pedra de Rosetta digital, no qual o Encapsulamento “consiste em preservar, juntamente com o objecto digital, toda a informação necessária e suficiente para permitir o futuro desenvolvimento de conversores, visualizadores ou emuladores” (FERREIRA, 2006, p. 43); e a Pedra de Rosetta “[...] em vez de se preservar as regras que permitem descodificar o objecto digital, são reunidas amostras de objectos que sejam representativas do formato que se pretende recuperar” (FERREIRA, 2006, p. 44).

Todas essas ações de preservação digital citadas pelo autor, além de outras estratégias indicadas por outros autores que a elas podem ser interligadas, auxiliam no processo de acesso por longo prazo de arquivos digitais audiovisuais, reafirmando a necessidade de manter esse assunto em pauta, inclusive para a CI, que é uma área que se predispõe a mediar o acesso da informação para o usuário.

Segundo Tadic (2016, n.p)³⁴

Quando os estudantes de preservação de imagens em movimento de hoje alcançarem a sua marca de 25 anos de carreira (ou mesmo antes), fitas de vídeo terão deixado de existir. Não só a fabricação de fitas de vídeo terá cessado, ao mesmo tempo em que o mundo irá completar sua transição para a produção baseada em *files*, mas também a maior parte das fitas de vídeo existentes mantidas em arquivos não terá mais sinais recuperáveis a serem transferidos.

A afirmação da autora Tadic (2016) retrata a atual preocupação nessa sociedade globalizada e imagética, que é a preservação digital dos conteúdos. Os formatos e suportes tendem a mudar em uma velocidade extraordinária, assim, sempre existirá determinado suporte ou formato que não poderá ser mais acessado, por isso a necessidade de garantir a preservação digital destes conteúdos, para que possam ser disponibilizados futuramente, sem sofrer alterações, devido à evolução tecnológica.

Tadic (2016, n.p) relata que

Um dos assuntos mais controversos no nosso campo é sobre qual deve ser o formato de destino padrão de preservação digital quando da transferência de fitas analógicas para *files* digitais. Alguns acreditam que não deve haver um

³⁴ Essa citação foi retirada do texto “Preservação de Vídeo para Milênios” de Linda Tadic, com tradução de Marco Dreer e autorização da autora e da Association of Moving Image Archivists (AMIA).

único padrão apropriado para todos os formatos de vídeo de origem e para todos os arquivos; ao invés disso, devemos focar na utilização de um formato aberto para a fácil migração futura e considerar a infraestrutura da instituição, bem como sua capacidade de preservar os *files* digitais.

A autora retrata o que o mercado profissional e as pesquisas sobre preservação digital vêm defendendo, a utilização de *softwares* de livre acesso para estabelecer as ações de preservação digital, pois assim os arquivos estarão dentro dos fatores de sustentabilidade de formato,

como aqueles definidos pela Library of Congress³⁵, onde a regra básica é que o formato de preservação deva ser: um padrão aberto (não-proprietário); isso inclui *files* recipientes também); bem suportado (suporte consistente de *hardware e software*); bem documentado (necessário para que a validação e outras ferramentas possam ser criadas para a verificação do *file*). De preferência, o *file* deve ser o mais sem compressão que o arquivo possa sustentar. Utilizar um formato aberto com o mínimo de compressão possível vai ajudar um arquivo a migrar os *files* adiante no futuro. (TADIC, 2016, n.p)

Além da preservação digital, da necessidade de armazenamento desses arquivos, a instituição ou empresa que optar por seguir essas regras tem que possuir uma infraestrutura para conseguir manter essas ações de preservação funcionando. Sabe-se quantas dificuldades surgem e o quão é árdua essa tarefa, pois requer um alto investimento financeiro, muitas vezes inviável para determinada realidade.

A proteção do conteúdo, durante a migração de um formato/suporte para outro, também é um ponto crucial nesse processo, pois os metadados devem ser preservados. Segundo Tadic (2016, n.p) “A informação sobre a geração do *file* é chamada de metadados técnicos; estes podem ser utilizados para preservar o *file* no futuro”. Logo, “Tudo sobre a geração do *file* deve ser capturado: o *hardware* e o *software* utilizados no caso de uma transferência do analógico para o digital, ou a câmera/dispositivo utilizado no caso de ser um *file* nativo digital” (TADIC, 2016, n.p).

Além da migração, o processo de emulação é muito importante, como foi abordado por Ferreira (2006), anteriormente, e como retrata Arellano (2008, p. 68) “As técnicas de emulação sugerem a preservação do dado no seu formato original, por meio de programas emuladores que poderiam imitar o comportamento de uma plataforma de *hardware* obsoleta e emular o sistema operacional relevante”. Esse “processo consiste na preparação de um sistema que

³⁵ Disponível em: [https://www.loc.gov/](https://www.loc.gov/e) e <https://www.loc.gov/search/?in=&q=+regra+b%C3%A1sica+do+formato+de+preserva%C3%A7%C3%A3o&new=true&st=>. Acesso em: 22 maio 2018.

funcione da mesma forma que outro de tipo diferente, para conseguir processar programas” (ARELLANO, 2008, p. 68). As discussões atuais sugerem as estratégias de migração e emulação como uma saída positiva no processo de preservação digital, apesar da emulação ser uma estratégia de alto investimento e que suscita criação de um ambiente de *software* e *hardware* exatamente igual ao original.

O processo que envolve as ações de preservação digital destacado por Tadic (2016) mostra o quanto é difícil o desenvolvimento dessas estratégias de preservação e quantos detalhes devem ser levados em consideração, por isso que, nesta tese, embasada pela dialética marxiana, não pretende resolver e nem apresentar resultados únicos sobre as questões que envolvem a segurança da preservação digital dos conteúdos produzidas pela AD. Propõe-se novos caminhos e olhares para a construção de diálogos, entre os profissionais da CI e da AD, de forma colaborativa, para que juntos possam pensar em melhores estratégias, com base nas normas internacionais e nacionais de preservação, para o desenvolvimento da memória da AD, por meio do conceito da informação audiodescritiva.

Segundo Halbwachs (1990) a memória se enriquece de lembranças antigas e novas. Ao se preservar os conteúdos produzidos pela AD será possível manter o acesso por longo prazo do público com deficiência visual aos registros do campo, mostrando o desenvolvimento da informação audiodescritiva gerada, a produção da AD e suas alterações e melhorias ao passar do tempo, já que há, envolvidos nesse processo, diversos profissionais dentro do território brasileiro, retratando a AD, com seus conhecimentos, experiências e possibilidades, advindas do capital intelectual e financeiro que seus grupos e núcleos de pesquisa possuem.

A memória é uma faculdade individual, segundo Halbwachs (1990). Compreende-se, então, que essa faculdade individual possui como suporte as lembranças pessoais e também as coletivas e históricas, pois é através das relações do indivíduo com o seu meio que o mesmo adquire consciência social e interage com outros sujeitos e outros grupos, que o transformam, possibilitando o desenvolvimento de novas lembranças.

A memória coletiva, ainda segundo o autor supracitado, tem ligação direta com o espaço que a forma, como o espaço profissional, o jurídico, o econômico e o religioso, no qual as relações materiais de existência são elaboradas e influenciam na construção social do indivíduo. Percebe-se a importância do sujeito em interagir com esses espaços, para que sua formação como cidadão aconteça de forma completa, independente deste possuir alguma deficiência. Dito isso, entende-se que as estratégias de preservação digital e salvaguarda usadas para desenvolver a memória coletiva e, conseqüentemente, a memória histórica no campo da AD, servirão como

suporte para que esse público com deficiência visual estabeleça suas relações, interagindo com os espaços sociais que o cercam de forma mais inclusiva e acessível.

Compreende-se que os profissionais da CI, poderão auxiliar os profissionais da AD, por meio das técnicas, teorias, e práticas da área, compartilhando com os audiodescritores como organizar e representar as informações produzidas, como gerir esse fluxo informacional do campo, de tal forma que proporcione a preservação digital e as políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.

Assim, os bibliotecários, por exemplo, auxiliarão especificamente na organização da informação e do conhecimento, por meio das ações de indexação, classificação, para representar os conteúdos gerados, entre outras ações possíveis. A Biblioteconomia e suas teorias, citadas anteriormente (especificamente na seção 2), como as de Dalberg, Otlet, Ranganathan, Dewey, Campos, Lancaster, dentre outros, constituem a contribuição da área sobre as técnicas e práticas no processo de organização, representação e na recuperação da informação, tanto no âmbito analógico quanto no digital, expertises relevantes para auxiliar o acesso por longo prazo à memória da AD.

Os arquivistas, por seu turno, poderão auxiliar, na gestão do acervo audiodescrito, na instrução sobre as descrições, segundo as normas nacionais e internacionais de arquivo, expertises da área. A Arquivologia vem como outra expertise base para esse processo das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, pois é a subárea que lida com a informação em forma de documento, indicando as melhores propostas para mantê-lo íntegro e autêntico para ser acessado, quando for possível e permitido pela instituição que possui sua guarda. Quanto aos museólogos, mesmo sem constituírem formalmente a área de conhecimento, fazem parte da CI e podem também contribuir nesse diálogo utilizando a AD, em suas exposições e curadorias, tornando-as acessíveis e as disponibilizando depois em um RDC-Arq.

Alvarenga (2003) comenta que a representação faz parte do fluxo informacional atuando como um processo organizacional, aliado a processos intelectuais aplicados a documentos em Bibliotecas, Museus e Arquivos. Com essas expertises a CI conseguirá auxiliar a AD na preservação digital e na salvaguarda dos seus conteúdos informacionais, organizando sua produção e a mantendo acessível, ampliando conseqüentemente a visibilidade do recurso e as possibilidades de inclusão social e acessibilidade.

O fluxo informacional necessita de uma gestão de documentos adequada e os repositórios informacionais podem facilitar a organização, quando constituídos pelas normas nacionais e internacionais de arquivo, mantendo a informação autêntica e acessível por longo prazo, sendo assim um RDC-Arq. Por isso, nesta seção, fala-se sobre as normas e sua relevância

para a preservação digital e a salvaguarda dos conteúdos e sobre a importância destes processos no desenvolvimento da memória de uma área/campo.

A memória é um fenômeno construído, segundo Pollak (1992). Percebe-se que essa construção ocorre pelos vestígios históricos, individuais e coletivos que o indivíduo e a sociedade elaboram, por isso há uma necessidade de registrar lembranças nesses diversos “lugares de memória”, como cita Le Goff (1990), para que seja possível acessar os acontecimentos de um povo, de uma área ou um campo do conhecimento.

Os repositórios digitais podem surgir nesse contexto como um recurso tecnológico que permitirá estabelecer um ambiente de acesso por longo prazo a conteúdos audiovisuais, promovendo a preservação digital das memórias coletiva e histórica dessa sociedade atual, movida pelo alto fluxo informacional construído pela *web* e suas redes sociais. Pensando assim, para promover esse acesso por longo prazo à memória da AD propõe-se o uso de um repositório desenvolvido (e que está em constante construção) pelo Grupo de Estudos sobre Cultura Representação e Informação Digitais (CRIDI), que será explicado nesta seção. O ambiente sugerido é um modelo de repositório digital que possibilita, na sua versão atual, o acesso a conteúdos audiovisuais (e vêm-se trabalhando para que num futuro breve possibilite também a preservação digital dos itens descritos).

Faz-se necessário, antes de falar sobre o ambiente digital supracitado, abordar alguns pontos da legislação, para que o leitor possa compreender como o ambiente proposto para a preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos segue os padrões nacionais e internacionais pré-definidos pelas normas arquivísticas.

A preservação digital envolve ações de uso do arquivo digital, que é um “Conjunto de bits que formam uma unidade lógica interpretável por um programa de computador e armazenada em suporte apropriado” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p.7); e, conseqüentemente, as ações de preservação digital promovem o registro de documento digital, que, segundo o CONARQ (2014, p.19), é a “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. Assim, o documento arquivístico digital refere-se a um “Documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p.18), mas por possuir um alto grau de degradação e obsolescência, dificulta o processo de sua preservação digital.

Esses documentos em formatos digitais podem ser preservados em repositórios arquivísticos digitais que são repositórios digitais que armazenam e gerenciam documentos,

seja nas fases corrente e intermediária, seja na fase permanente³⁶ (FLORES, 2013). Assim, esses documentos possuem uma forma documental fixa, um conteúdo estável, organicidade e contexto identificável, (ARQUIVO NACIONAL, 2006a).

Para se tornarem confiáveis, os ambientes digitais necessitam adotar uma gestão arquivística de documentos digitais, que é um “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p.11), como por exemplo, o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil³⁷) e o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD³⁸) para manter a integridade e o acesso por longo prazo a estas informações. Esses repositórios, segundo as políticas atuais de preservação digitais, podem ser desenvolvidos por *softwares* como o *AtoM (Access to Memory)* - um *software* de acesso livre, e o *Archivematica* (sistema de preservação digital), por exemplo.

O AtoM é um *software* com “aplicação concebida inteiramente para ambiente *web*; Interfaces multilíngues; Catálogo multiinstitucional; Interfaces com repositórios digitais” (FLORES, 2013). Esse *software* atende às seguintes normas arquivísticas internacionais: ISDIAH, a ISDF, a ISAD (G), procurando atender também a NOBRADE; e a ISAAR-CPF, já mencionadas anteriormente.

O Archivematica é um “Sistema de preservação digital que visa oferecer um ambiente integrado de ferramentas *free* e *Open Source* para capacitar o processamento de objetos digitais de acordo com o modelo funcional com base na norma ISO 14.721:2012 – *Space data and information transfer systems – Open Archival Information System (OAIS) – Reference model*³⁹” (FLORES, 2013). Esse *software* também possibilita mecanismos que proporcionam a garantia

³⁶ “Os arquivos correntes são documentos em curso, de uso frequente e exclusivo da fonte geradora; nos Arquivos intermediários, os documentos não estão mais sendo usados frequentemente na rotina de trabalho na organização; e os Arquivos permanentes são arquivos que ‘perderam’ seu valor administrativo, ou seja, não são mais utilizados rotineiramente, mas devem ser mantidos para fins de prova, informação e pesquisa”. Disponível em: <http://blogdodocumento.com.br/2017/01/04/gestao-documental-arquivos-corrente-intermediario-permanente/>. Acesso em: 22 maio 2018.

³⁷ e-ARQ “É uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora e documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade”. Disponível em: www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

³⁸ O SIGAD “É um conjunto de procedimentos e operações técnicas que visam o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos e apoiado em um sistema informatizado”. Disponível em:

www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

³⁹ Essa norma ISO foi traduzida no Brasil. Cf. ABNT 15.472:2007.

dos direitos autorais sobre os documentos nele armazenados, podendo permitir a publicação dos mesmos ou apenas manter a versão preliminar, onde o conteúdo ficará apenas armazenado e visível para aqueles acessos com permissões específicas e não para o público em geral.

O Modelo de Referência OAIS (traduzido na ABNT NBR 15.472:2007⁴⁰ como SAAI – Sistema Aberto de Arquivamento de Informação),

[...] fornece uma sistemática estrutura para o entendimento e implementação de conceitos arquivísticos necessários ao acesso e à preservação de informação digital por longo prazo e para a descrição e comparação de arquiteturas e operações de arquivos existentes e futuros. Descreve funções, processos e métodos para preservação por longo prazo. Desenvolvido pelo Consultative Committee for Space Data Systems (CCSDS), o OAIS foi publicado pela primeira vez em 1999 e desde o início dos anos 2000. (DIGITAL PRESERVATION COALITION, 2018)⁴¹

A SAAI proporciona que “[...] um arquivo, compreendido nesta Norma [seja percebido] como uma organização de pessoas e sistemas, que aceitou a responsabilidade de preservar informação e torná-la disponível a uma comunidade-alvo”. E “O termo 'aberto' em SAAI significa que está recomendação, bem como futuras recomendações e padrões relacionados, sejam desenvolvidos em fóruns abertos, mas não significa que o acesso ao arquivo seja irrestrito” (ABNT NBR 15472:2007, p. 6).

Sabe-se que

A informação mantida no SAAI necessita de preservação por longo prazo, mesmo que o próprio SAAI não seja permanente. Longo prazo é longo o suficiente para se preocupar com os impactos de mudanças tecnológicas, incluindo suporte a novas mídias e formatos de dados, ou mudanças na comunidade usuária. Longo prazo pode estender-se indefinidamente. Este modelo de referência destaca especificamente a informação digital tanto como forma primária para a guarda de informação quanto como informação de apoio a materiais arquivados de forma física e digital. Dessa forma, o modelo considera a informação de natureza não digital (por exemplo, uma amostra física), mas não aborda detalhadamente a sua modelagem e preservação. (ABNT NBR 15472:2007, p. 6)

Essa norma, tem como objetivo aplicar o modelo SAAI a qualquer arquivo. A SAAI, “Aplica-se, especificamente, a organizações com responsabilidade de tornar informação disponível por longo prazo, inclusive aquelas com responsabilidades adicionais, tais como

40 A norma ABNT 15.472:2007 é baseada (praticamente uma versão para o português em sua íntegra) na norma ISO 14.721:2003, encontrando-se, portanto, atualmente, com uma defasagem de quase 15 anos com relação à ISO, já que em 9 de janeiro de 2018 esta foi revisada e validada.

41 Cf. Digital Preservation Coalition (tradução da Autora). Disponível em:

<https://dpconline.org/handbook/institutional-strategies/standards-and-best-practice>. Acesso em: 23 out. 2018.

processamento e disseminação da informação em decorrência de suas necessidades de trabalho” (ABNT NBR 15472:2007, p. 6).

A SAAI possui um ambiente constituído por um setor externo que compreende os produtores, os administradores e os consumidores de informações mantidas no arquivo SAAI que fica no ambiente interno. Os produtores representam - “[...] o papel desempenhado por aquelas pessoas ou sistemas-clientes que fornecem a informação a ser preservada”-, os administradores - “[...] o papel desempenhado por aqueles que estabelecem as políticas gerais do SAAI dentro de um domínio maior de políticas” - e os consumidores - “[...] o papel desempenhado por aquelas pessoas ou sistemas-cliente que interagem com os serviços do SAAI para encontrar e adquirir informação preservada de interesse” (ABNT NBR 15472:2007, p. 9).

Esse “modelo de referência aborda um conjunto completo de funções arquivísticas para a preservação da informação incluindo admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, acesso e disseminação” (ABNT NBR 15472:2007, p. 6). Além, de relatar

[...] a migração de informação digital para novas mídias e formatos, os modelos de dados usados para representar a informação, o papel do *software* na preservação da informação e o intercâmbio de informação digital entre arquivos”. (ABNT NBR 15472:2007, p. 6).

Essas especificações contidas na norma SAAI possibilitam a compreensão dos requisitos mínimos de responsabilidades e funcionalidades que enaltecem a importância da preservação digital de informações para que um arquivo seja considerado SAAI (ABNT NBR 15472:2007). A mesma estabelece definições, símbolos e abreviaturas que possibilitam a construção de padrões para lidar com as informações inseridas na perspectiva da norma, incluindo uma expressão já adotada por esta tese ao se referir a preservação por longo prazo como “[...] ato de manter informação por longo prazo, de forma correta e independentemente compreensível” (ABNT NBR 15472:2007, p. 5).

No ambiente SAAI o modelo de informação é definido por pacotes de informação que se conceituam como “[...] um recipiente conceitual de dois tipos de informação chamados de informação de conteúdo e de informação de descrição de preservação (IDP)” (ABNT NBR 15472:2007, p. 11). Esses pacotes de informação possuem variações chamadas de pacote de submissão de informação (PSI), pacote de arquivamento de informação (PAI) e pacote de disseminação de informação (PDI) que possibilitam o processo de interação com o ambiente externo da SAAI, composto pelo produtor, administrador e consumidor, mencionados e conceituados anteriormente” (ABNT NBR 15472:2007).

A SAAI estabelece em uma das suas responsabilidades ações que proporcionem a obtenção suficiente para a preservação digitais das informações como a “implicação de *copyright*, direitos de autor e outras restrições legais sobre o uso; autoridade para modificar a informação de representação; e acordos com organizações externas” (ABNT NBR 15472:2007, p. 16). Com isso a SAAI busca que a informação seja independentemente compreensível e não seja prejudicada pelas mudanças de formatos que os arquivos possam vir a sofrer, devido à alta obsolescência tecnológica, seguindo políticas e procedimentos estabelecidos pela norma.

Apresentam-se na SAAI modelos detalhados da funcionalidade de um repositório, baseados na admissão, no arquivamento, no gerenciamento de dados, na administração do sistema, no planejamento de preservação e acesso; nas perspectivas da preservação envolvendo a “ênfase na preservação de todo o documento da informação; perspectiva de que a nova implementação da informação no SAAI substitua a anterior; e todo controle e toda responsabilidade sobre os aspectos de transferência residem no SAAI” (ABNT NBR 15472:2007, p. 60); nas motivações para a migração digital (melhoria da relação custo/benefício; novos requisitos de consumidor/serviço; e deterioração de mídia); nos tipos de migração (renovação; reprodução; reempacotamento e transformação) e na interoperabilidade dos arquivos⁴². Essas funcionalidades podem ser acessadas pelos seus agentes já descritos anteriormente: produtores, administradores e consumidores.

Essa compreensão das normas supracitadas irá auxiliar o entendimento do leitor para a proposta desta pesquisa, que indica o uso de repositórios digitais (ambientes complexos e tecnológicos que possibilitam o arquivamento/armazenamento e a gestão de conteúdos digitais, através de *hardwares*, *softwares* e metadados) que sigam as recomendações citadas no decorrer desta seção, como uma possível solução para a preservação digital e salvaguarda das informações, em específico do conteúdo informacional audiodescrito (representado pela informação audiodescritiva).

Os repositórios digitais devem fornecer o acesso por longo prazo a informações para serem considerados confiáveis e têm de atender as normas supracitadas, inclusive seguir as regras do ambiente OAIS - SAAI para se estabelecer um padrão de preservação digital adequado. Já se estuda a possibilidade de implementar ao modelo OAIS uma estrutura de ações de preservação digital distribuída (DDP - sigla em inglês), definida como “o uso de replicação, independência e coordenação para abordar as ameaças conhecidas ao conteúdo digital, ao longo

42 Para maiores detalhes sobre esses processos descritos no parágrafo, confira a ABNT 15.472:2007, pois a tese não tem o objetivo de tornar esse diálogo científico em algo técnico, já que a norma já traz todas essas especificações, sem a necessidade de repetir essas informações nesta pesquisa.

do tempo, para assegurar sua acessibilidade” (ZIERAU; SCHULTZ, 2013, p. 2). Percebe-se, com uma breve análise sobre as ações de preservação digital realizada nesta seção, o quanto os estudos sobre esse campo vêm se ampliando e promovendo novos caminhos para manter o desenvolvimento da memória na sociedade.

Esse cenário que os RDC-Arq devem apresentar engloba também as políticas de salvaguarda que colaboram com as ações de preservação, indo além deste processo, pois visam garantir a preservação, conforme já foi conceituado na seção 2. Essas políticas se referem também a ações mais especificamente de caráter político, por isso vão além do processo de preservação: ocupam-se em assegurar, assertivamente, pela via política legal, que aquele documento/material será protegido, levando em consideração aspectos sobre o acesso, preservação, restauro, conhecimento, conservação, prospecção e aquisição daquele registro (CONCEIÇÃO, 2017).

As ações de preservação digital descritas nesta seção não podem ter um efetivo resultado se não forem associadas às políticas de salvaguarda, já que essas políticas visam garantir o processo de preservação, com o objetivo de auxiliar a informação a permanecer acessível e passível de recuperação. Assim, a salvaguarda acontece quando se elabora políticas para manter as ações de preservação supracitadas em funcionamento, para proteger os conteúdos ali armazenados.

Segundo Ferreira (2019, p. 165), a salvaguarda “ocupa-se em garantir a preservação, não somente por meio da adoção de diretrizes técnicas internas e ações institucionais cooperativas de preservação, propriamente dita, mas regida por uma legislação que a determine, e resulte em políticas efetivas, justamente para que as garantias se efetivem plenamente (preservação e acesso)”. Ou seja, não se trata apenas da elaboração de um plano de gestão, mas de políticas mais complexas, pois implica em cooperação, entre outros processos mais amplos que visam manter os conteúdos acessíveis por longo prazo.

As instituições devem procurar estabelecer, com relação a seus acervos, algumas metas que proporcionem a elaboração dessas políticas de salvaguarda, como sugere a IASA, International Association of Sound and Audiovisual Archives, (INTERNATIONAL ASSOCIATION..., 2017): duplicação das informações, atentar para a cópia e a preparação do suporte para manter o acesso contínuo ao formato do arquivo, sem criar alterações nos registros, uso de *softwares* livres para fazer migrações, dentre outros aspectos que possam ser adotados, a partir dos próprios recursos intelectuais e financeiros da instituição, visando proporcionar a implementação dessas políticas de salvaguarda no acervo, com o objetivo de garantir a preservação digital.

As políticas de salvaguarda proporcionam às ações de preservação digital uma gestão em que os padrões arquivísticos são mantidos, sempre que for realizado o registro de um arquivo naquele acervo, mantendo ativa, assim, a lógica do acesso continuado, do acesso por longo prazo aos conteúdos. Essas políticas, segundo Ferreira (2019), visam ao acesso à informação de interesse público, são políticas públicas de informação implementadas a partir do desenvolvimento de repositórios institucionais de acesso livre. Esse é o caso sugerido como atividade empírica nesta pesquisa, com o uso do Repositório Legatum *Sonus et Imago* (RL-SI) — mesmo que ainda só possibilite o acesso a conteúdos audiovisuais, por meio do *software AtoM*, o RL-SI vem sendo desenvolvido para que num futuro breve possibilite também a preservação digital, através do funcionamento do *software Archivematica*, já instalado —, sendo um dos produtos da Iniciativa *Legatum*, para ser adotado pelo campo da AD como solução para o desenvolvimento da memória do campo que será explicado ainda nesta subseção.

Segundo Ferreira (2019, p. 57), pesquisas feitas no Brasil revelam “[...] a ausência ou a insuficiência de políticas para assegurar a gestão, a preservação e o acesso de longo prazo às informações que nascem em meio digital ou são digitalizadas no âmbito das instituições municipais, estaduais e federais brasileiras”. Percebe-se que o país apresenta um déficit na implementação de políticas de salvaguarda em suas instituições, inclusive uma lacuna conceitual sobre o que sejam tais políticas. Porém, compreendemos a relevância de uma reflexão que pode conduzir uma transformação nesse campo e que ações de preservação digital e políticas de salvaguarda venham a ser utilizadas efetivamente e proporcionem, assim, acesso por longo prazo aos conteúdos informacionais produzidos pelo campo da AD.

Políticas de salvaguarda podem ser pensadas a partir de Morin (2003), e a sua teoria do pensamento complexo, pois a atual conjectura social é baseada no contexto digital e impõe diversos desafios para a organização e recuperação do fluxo informacional. Percebe-se um ciclo de vida humana movido por interações sociais direcionadas pelos recursos tecnológicos, logo a informação audiodescritiva não pode deixar de ser disseminada, pois só assim poderá se tornar uma possibilidade de conhecimento para seu público, que ao ter acesso a esta informação consegue beneficiar-se com os princípios básicos de cidadania.

Entende-se cidadania como uma condição que permite ao indivíduo viver em sociedade tendo seus direitos atendidos e com possibilidade de realizar seus deveres também. “Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídica-política” (BENEVIDES, 2004, p.5). Na sociedade atual a legislação assegura os direitos e os deveres do cidadão com deficiência visual, o que é preciso é transformar-se a letra jurídica em prática. A preservação digital e a salvaguarda

dos conteúdos informacionais audiodescritos possibilitarão a atuação desse indivíduo como cidadão mais ativo, compreendendo o contexto social a sua volta por meio da informação audiodescritiva e podendo lutar pela implementação do recurso em outros ambientes sociais que frequente, já que conhece a AD e sua importância no seu processo de inclusão social e acessibilidade.

Assim, uma proposta de repositório digital, baseado nessas normas nacionais e internacionais de arquivo, desenvolvida pelo grupo de estudos a que está autora está vinculada será analisada nesta tese, por ser um ambiente de pesquisa, colaborativo, para auxiliar no desenvolvimento da memória da AD brasileira, baseado no *AtoM* e no *Archivematica*, conceituados anteriormente.

O RL-SI é um modelo de repositório digital que possibilita o acesso a conteúdos audiovisuais (e vêm-se trabalhando para que num futuro breve possibilite também a preservação digital), sendo um dos produtos da Iniciativa *Legatum*, proposta pelo CRIDI (2013a)⁴³: o RL-SI foi desenvolvido com o apoio e suporte financeiro parcial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para auxiliar no processo de preservação digital (fase em andamento no RL-SI) de diversos documentos audiovisuais, inclusive do conteúdo informacional audiodescrito, com acesso remoto confiável (CRIDI, [2013b]).

O RL-SI, é

[...] constituído por uma série de ações coordenadas ao redor de um repositório aberto, multi-idíomas, colaborativo e especializado para o tipo de acervo a ser representado, com o propósito de reunir e divulgar representações de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português, inglês, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano. Há planos para que haja ações de preservação digital dos conteúdos inseridos. (LEGATUM, 2018, n.p)

Esse repositório é compreendido como

[...] uma experiência técnica, em desenvolvimento pela Iniciativa Legatum, aproveitando os avanços recentes da tecnologia da informação aplicada aos acervos permanentes. É baseado em uma plataforma digital compatível com normas arquivísticas internacionais, de forma a se tornar tão ideal quanto possível para alcançar os objetivos a que se propõe. Também é uma iniciativa de reflexão sobre a informação, a cultura, a representação, um passo de convergência empírica que ao mesmo tempo oferece um produto de utilidade ao pesquisador interessado em acessar informações sobre a documentação cuja natureza e características atendem ao escopo do repositório. (LEGATUM, 2018, n.p.)

⁴³ Disponível em: <http://cridi.ici.ufba.br/institucional/>. Acesso em: 22 maio 2018.

Trata-se de um ambiente colaborativo que já reúne instituições públicas parceiras e/ou colaboradoras agindo em conjunto com o objetivo de aprimorar o ambiente de preservação digital oferecido pelo RL-SI. Apresenta uma política de uso e gestão para direcionar as ações dos pesquisadores, participantes da experimentação tecnológica e científica contínua que o RL-SI proporciona, no qual pretende-se manter um padrão nas atividades realizadas no ambiente, visando promover o acesso e a recuperação aos conteúdos ali armazenados por longo prazo.

As instituições que podem participar do aperfeiçoamento e desenvolvimento do RL-SI, tem de ser

[...] pública (com exceções, resultantes de análise para a aceitação de indivíduos e organizações privadas que desejem colaborar). Podem participar como parceiras ou colaboradoras tanto as instituições que já possuam bases/repositórios para arquivos natodigitais ou representantes digitais audiovisuais, quanto aquelas que, por qualquer motivo, ainda não disponham destes ambientes digitais para disponibilizá-los/preservá-los. Com a participação aprovada, as instituições tornam-se parceiras ou colaboradoras do desenvolvimento do Repositório Legatum, e além disto ampliam sua visibilidade num ambiente remoto que vem sendo desenvolvido visando a tornar-se um repositório federado. As instituições participantes manterão os direitos e deveres que já detiverem com relação aos arquivos que disponibilizam. (LEGATUM, 2018, n.p)

A instituição que desejar se tornar parceira ou colaboradora deve demonstrar seu interesse preenchendo o formulário que se encontra disponível no site do Legatum⁴⁴ e tem de estar entre as “[...] instituições custodiadoras de arquivos nato-digitais ou representantes digitais de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português do Brasil, português europeu, francês, espanhol, galego, catalão, italiano e romeno” (LEGATUM, 2018, n.p).

Conforme já mencionado, essas instituições podem fazer parte dos testes de aperfeiçoamento do ambiente do RL-SI, como parceiras ou colaboradoras, onde

a parceria é feita entre a UFBA e instituições externas à Universidade (por meio de ACT) ou, quando se tratar de parceria entre setores da própria UFBA, por meio de Ofícios Internos. As instituições/setores participantes recebem login e senha de acesso ao ambiente de metadados do Repositório Legatum, podendo, então, dar início ao aprendizado básico (essencialmente feito por lista institucional de comunicação e debates, tutoriais básicos e manuais de uso) que lhe habilitará para o gerenciamento de sua área de conteúdos no repositório e, assim, à inserção de seus documentos audiovisuais/iconográficos no ambiente. Instituições colaboradoras são

⁴⁴ Disponível em: <http://www.legatum.ufba.br>. Acesso em: 26 jan. 2019.

aquelas que ainda aguardam decisões, trâmites ou procedimentos de formalização como parceiros. (LEGATUM, 2018, n.p)

Sobre o uso dos *softwares* de acesso e de preservação digital,

as instituições que já utilizam software AtoM com base nas normas ISAD(G) e ISDIAH não devem duplicar os dados no Repositório Legatum, sendo necessário apenas informar os links para os acervos e outros recursos digitais disponíveis em suas páginas Web. A descrição do arquivo ou da instituição que está disponível no Repositório Legatum é de responsabilidade de cada instituição, uma vez que reflete as representações informativas que melhor se adequam a cada perfil, além de permitir a entrada de seus próprios representantes digitais no sistema a ser acessado pelo público. O Repositório Legatum oferece a cada instituição a possibilidade de informar e manter os dados da maneira que cada um prefere, o que, por sua vez, e de antemão, isenta a responsabilidade da Iniciativa Legatum sobre os dados inseridos pela instituição. (LEGATUM, 2018, n.p)

No RL-SI o complexo ambiente do *software* livre *Archivematica*, já instalado, permanece em fase de estudos e testes para que se possa, efetivamente e com segurança, disponibilizar a função da preservação digital aos arquivos descritos no repositório. Atualmente, o RL-SI proporciona o acesso seguro a conteúdos inseridos pelas instituições cadastradas no ambiente, por meio do *software* livre *Access to Memory* (AtoM), conforme já mencionado.

Os estudos colaborativos entre os membros do grupo CRIDI, no qual a pesquisa foi criada e desenvolvida, contam também com a participação de seus parceiros para que se venha a proporcionar, em um futuro próximo, um ambiente completo de acesso e preservação digital. Foi ao longo desses estudos que começamos a desenvolver análises sobre a possibilidade de adotar-se o RL-SI como um ambiente acessível também às pessoas com deficiências sensoriais (visual e auditiva), aprimorando-se as ferramentas e ofertando-se, futuramente, *softwares* que permitam, por exemplo, o uso da LIBRAS, para a pessoa com deficiência auditiva e o recurso da AD, bem como a compatibilidade com *softwares* de leituras, o uso do recurso de Alto Contraste (quando as cores do site mudam para auxiliar a leitura), teclas de acesso, dentre outros aspectos, que facilitem a usabilidade do repositório para a pessoa com deficiência visual.

Os parâmetros de acessibilidade citados acima, transformariam o repositório em um ambiente ideal de promoção de inclusão social, acessibilidade, com base em ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, como vistas ao acesso por longo prazo à memória de uma área ou campo do conhecimento, como é o caso da AD aqui estudada. Então, mesmo que o repositório ainda não apresente todos esses atributos ideais, por ser um trabalho em

constante progresso, o utilizamos como ambiente de nossas operações práticas com parte do material produzido pelos grupos e núcleos de pesquisa com os quais trabalhamos em nossa pesquisa, com a expectativa de darmos prosseguimento ao trabalho colaborativo em curso, em um ambiente condizente com todos os padrões mencionados, agora também contando com a participação de novos parceiros, configurados nos grupos e núcleos de AD pesquisados.

Os conceitos de preservação digital e políticas de salvaguarda nos levaram a analisar esses processos nos grupos e núcleos que trabalham com AD, para entender melhor o objeto de estudo e o problema da pesquisa. Assim, a seguir nos reportaremos às ações de preservação digital e às políticas de salvaguarda no universo selecionado para a pesquisa.

3.2 AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DIGITAL E POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DOS CONTEÚDOS INFORMACIONAIS AUDIODESCRITOS: PERSPECTIVAS SOBRE O CAMPO DA AD

Na pesquisa de mestrado de Conceição (2017), iniciou-se a análise sobre como os grupos e núcleos de pesquisa escolhidos pela amostragem não-aleatória por julgamento, respectivamente TRAMAD - UFBA, LEAD - UECE e NACE – UFPE, já mencionados na seção 2 desta pesquisa, realizavam suas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda. Percebeu-se que esses grupos e núcleos não praticavam de forma adequada ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, apresentando graves problemas, no que se refere à infraestrutura, gestão e conhecimento dos termos - preservação e salvaguarda - e das ações e políticas que cada um suscita.

Os problemas de infraestrutura são relativos às instalações dos grupos e núcleos de pesquisa dentro das universidades, sem muitas vezes possuírem um acervo em condições adequadas para manter o material produzido. Apresentam déficit de gestão desses acervos, pois não estão gerindo mediante as normas nacionais e internacionais de preservação digital, além de não ter um profissional da CI com a expertise necessária para auxiliá-los neste processo. No entanto, observou-se que os grupos e núcleos de pesquisa fazem o que é possível, de acordo com os recursos financeiros que possuem para investir em ações acadêmicas e buscam utilizar o seu capital intelectual para realizar as suas demandas e atender as necessidades da melhor forma.

A proposta da dissertação de Conceição (2017) foi compreender se e como eram realizadas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, para entender como o campo da AD estava lidando com esses aspectos e qual seria o papel da CI nesse contexto; ao analisar

os dados da pesquisa, percebeu-se que o uso do RL-SI poderia auxiliar nesse processo das ações de preservação digital. Mas, como era uma pesquisa de mestrado, não houve tempo hábil para realizar efetivos testes e maiores reflexões sobre o uso do no RL-SI, que já vêm sendo realizados nesta fase da pesquisa pela equipe do grupo CRIDI.

Buscou-se entender se os pesquisadores e profissionais da AD compreenderiam a dimensão de um repositório digital e como esse ambiente poderia trazer avanços para o crescimento das memórias coletiva e histórica da AD brasileira e se eles se adaptariam a usar um ambiente de pesquisa, colaborativo, onde pretende-se manter documentos no formato digital, preservados e acessíveis por longo prazo.

O resultado da análise de dados, mostrou que a maioria dos pesquisados entre líderes, vice-líderes e membros, compreendiam suas deficiências nas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda e que concordariam com a ideia de submeter seus conteúdos informacionais audiodescritos em ambientes digitais que sigam as normas nacionais e internacionais de arquivo, em prol do desenvolvimento da memória da AD.

Para tal, em continuidade, a pesquisa atual deu prosseguimento a essas análises com os grupos e núcleos já pesquisados, e outros adicionados nessa fase, propondo agora a parceria colaboração destes no aperfeiçoamento crítico do desenvolvimento e nos testes em andamento no RL-SI. Os grupos/núcleos novos, que se juntaram à pesquisa nesta etapa, participaram como respondentes de questionários *online*, além de colaborar com o RL-SI. Todo esse processo será conduzido com base no conceito de informação audiodescritiva e sua respectiva representação - os conteúdos informacionais audiodescritos -; e os detalhes sobre esse caminho metodológico serão expostos na seção 4.

Tavares (2012, p.10) afirma que “Tratar da temática da preservação digital remete ao reconhecimento que a sociedade faz de sua institucionalização do sentido do tempo”. A memória da AD depende desse reconhecimento dos profissionais do campo sobre a relevância das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, de forma a atribuir um sentido histórico para o seu público-alvo, pessoas com deficiência visual, com o objetivo de promover a inclusão social e a acessibilidade destes sujeitos.

A história da AD no Brasil inicia-se com discussões sobre a temática, efetivamente, em 2003, conforme citado anteriormente na seção 2. Sabe-se que essa realidade do desenvolvimento do tema, no mundo, está bastante evoluída, mas o Brasil começou a falar sobre a temática tardiamente, logo, ainda se analisam as formas de produção da AD, as normas do campo, as adaptações do recurso a partir dos vários produtos culturais que a AD pode ser

inserida. Assim, devido a tantas outras demandas do campo, as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda não são exploradas como deveriam, por isso esta pesquisa se propõe a trazer mais uma vez essa temática, ressaltando a relevância, do diálogo com a CI por meio do desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva, para o campo da AD.

A CI também sairá ganhando nesse diálogo, já que se trata de uma área social aplicada que visa promover o acesso à informação a qualquer usuário, independente deste ter alguma deficiência ou não; logo, estará auxiliando o acesso a um recurso que promove inclusão social e acessibilidade para o sujeito com deficiência visual, ajudando a suprir suas necessidades informacionais através do desenvolvimento de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda no campo da AD, possibilitando o desenvolvimento da sua memória no país.

As práticas cotidianas são estruturadas por relações promovidas pelas TIC; as estratégias de preservação da memória também devem seguir esses novos padrões, formatos e suportes onde a informação vem sendo documentada. É de suma importância, para o entendimento do futuro de uma população, a construção do seu passado, e a AD só poderá refletir sobre sua evolução, erros, acertos e experiências se iniciar um diálogo com a CI e promover o desenvolvimento das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos seus conteúdos informacionais audiodescritos produzidos pelos grupos e núcleos de pesquisas. Esses grupos e núcleos são a chave crucial desse processo, porque representam as esferas que realizam atividades frequentes com o recurso, no âmbito acadêmico e profissional.

Atualmente, os diálogos de diversas áreas do saber, inclusive dos profissionais da CI, estão apontando as estratégias de preservação digital e políticas de salvaguarda como o futuro da memória, pois através destas ações administrativas, baseadas em normas, será possível armazenar e possibilitar o acesso por longo prazo a informação. Conforme já citado nesta seção, ainda não se sabe por quanto tempo, mas as pesquisas sobre a temática de preservação digital alertam para a necessidade do uso dessas ações com *softwares* livres de acesso e preservação digital o quanto antes, para garantir o desenvolvimento da memória humana.

Há novos domínios organizacionais e disciplinas, devido ao advento das TIC, e as empresas e instituições devem se adequar a padrões de registro e transmissões da informação adotados atualmente. Os paradoxos e desafios das estratégias de armazenamento digital só serão superados com ações colaborativas, como é o caso da postura do grupo de estudos CRIDI, que vem desenvolvendo e estimulando o uso de repositórios digitais, em específico o exemplo do RL-SI. Assim, esta pesquisa visa trazer o campo da AD para esse universo dos repositórios digitais, em específico o RL-SI, para preservar esse conteúdo informacional audiodescrito

digitalmente e manter o acesso a ele de forma contínua por meio das políticas de salvaguarda e das ações de preservação digital.

O *ciberespaço* traz desafios para o profissional da CI, que necessita se capacitar para compreender estratégias de preservação digital que permitam ao indivíduo o acesso à informação que procura, independente da obsolescência dos formatos tecnológicos. Segundo Le Goff (1990, p. 225),

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas.

Os atuais limites do corpo, como locais de memória, estão sendo interpostos nos ambientes digitais, como nos repositórios digitais, por exemplo, que proporcionam uma extensão do que se produziu para ser acessado, preservado e compartilhado. O acesso à memória permite a padronização de comportamentos, no caso do recurso da AD, quanto mais pessoas com deficiência visual tiverem acesso a produções culturais com o recurso, mais entenderão o quanto as AD devem fazer parte do seu cotidiano como ferramenta essencial de inclusão e acessibilidade nos ambientes culturais, sociais, de lazer, acadêmicos e profissionais. Assim, será parte do seu comportamento cobrar esse recurso e se ambientar com a presença da AD nessas cenas para lhes prover a autonomia e a independência que qualquer cidadão necessita.

A memória da sociedade durante o passar dos anos sofre problemas trazidos pelo tempo, na dificuldade de registro em variados suportes e formatos, onde os poderes políticos e econômicos que compõe a história muitas vezes manipulam e provocam silêncios e esquecimentos de acontecimentos coletivos para manter a ordem e uma dinâmica de ações sociais verticalizadas, onde um pequeno grupo que detém o poder “dita” as ordens sociais a serem seguidas.

Le Goff (1990, p.224) afirma que a classe dominante é constituída de senhores da memória e do esquecimento, no qual “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos da memória coletiva”. Compreende-se, então, o porquê da superposição e da visibilidade de alguns lugares de memória de determinado público, em relação a outros, pois essas ações que exaltam determinadas memórias e marginalizam outras, dependem dos interesses pessoais dos dirigentes políticos da época em que a memória é construída, privilegiando alguns indivíduos em detrimento de outros. Ainda segundo o autor,

ocorre uma manipulação da memória para se adequar às estratégias políticas de cada época, por isso cabe aos profissionais que lidam com a informação tentar ao máximo disseminar a informação sem favorecer um grupo social em relação ao outro. Mesmo ciente de que unidades de informação são regidas pela política e legislações vigentes, naquele determinado período histórico, cabe este desafio ao profissional que lida com a organização, representação e recuperação informacional, evitar julgamentos e esquecimentos propositalmente da memória de segmentos da população.

O diálogo entre a CI e a AD, movidos por uma transepistemologia, promoverá uma fusão dos conhecimentos do campo da AD e da área da CI, promovendo uma ação conjunta e participativa e não uma segregação ou esquecimento da memória das AD, pois esse diálogo irá colaborar para o desenvolvimento da preservação digital e salvaguarda do conteúdo informacional audiodescrito em prol do indivíduo com deficiência visual.

O primeiro ponto de possibilidade de diálogo entre a AD e a CI é o da preocupação social em atender ao sujeito cidadão; e o segundo é o da necessidade de manter essa história das AD acessível, pois isso irá fortalecer o desenvolvimento do recurso de inclusão social e acessibilidade no país. Essa ação participativa entre a AD e a CI trará para o campo da AD uma realidade material, pois a preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, incentivada pelo conceito de informação audiodescritiva, proporcionará a construção de um acervo digital com visibilidade nacional e internacional, por meio de repositórios digitais.

A memória envolve questões operacionais e de tratamento da informação, pois abrange diversas estratégias para se desenvolver, como é o caso das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda. Essas estratégias, auxiliarão o desenvolvimento da memória da AD, através dos grupos e núcleos de pesquisa, principalmente pelo uso das estratégias de migração e emulação dos arquivos digitais, aqui já explicadas. O RL-SI, usado como exemplo nesta tese, por seguir as normas de preservação digital nacionais e internacionais possibilitará que a memória AD seja preservada assertivamente e trará resultados de visibilidade e de proteção dos conteúdos informacionais audiodescritos para o campo.

Ao analisar pelo viés dialético marxiano, onde se faz essencial à materialização dessa realidade da AD, entendemos mais claramente que sem a história registrada e passível de acesso ficará cada vez mais distante a possibilidade do sujeito com deficiência visual construir sua consciência a respeito das cenas culturais e sociais a que tem acesso. Sem a história, o homem não se estabelece socialmente; sem a referência do passado, o presente fica comprometido e o futuro corre sérios riscos de se estabelecer com diversas lacunas sociais.

As mudanças do presente e, conseqüentemente, do futuro, a partir do que ocorreu no passado, colabora com o crescimento do indivíduo, pois o mesmo só evolui se transformando, identificando contradições, superando algumas situações materiais por meio de novas concepções. Para fazer esse processo de ir e vir no contexto histórico é preciso recorrer à memória coletiva e à memória histórica, pois é através do que se tem registrado que o homem pode pensar dialeticamente, constatando os fatos ocorridos com as situações vivenciadas no tempo presente e em um futuro possível.

A dialética marxiana afirma que a realidade existe antes mesmo que o homem adquira consciência sobre aquele fato, por isso a memória que resgata e preserva a realidade de determinada sociedade é que permitirá a construção de um cidadão consciente de seus atos. Segundo Foulquié (1979, p. 62), “o movimento e o devir da matéria são criadores de algo novo”, ou seja, são responsáveis pela contínua transformação do sujeito, pois, só assim, o mesmo conseguirá evoluir socialmente.

A dialética marxiana analisa concepções na ciência passíveis de revisão e retificação, pois nada é feito para durar e não deve ser considerado uma verdade absoluta (FOULQUIÉ, 1979). Por isso que se propõe, nesta tese, uma ação colaborativa, uma parceria, em um ambiente de pesquisa que terá como objetivo auxiliar no processo de preservação digital e salvaguarda da AD, não como algo definitivo e que irá resolver todos os problemas, mas que iniciará um diálogo, um dinamismo, uma fusão, entre a CI e a AD, sobre essas ações, práticas e políticas de preservação digital e salvaguarda em repositórios digitais, que possibilitarão o desenvolvimento da memória da AD brasileira.

As relações sociais constituídas a partir do que se apreende acessando as memórias coletiva e histórica permitem o desenvolvimento contínuo do cidadão. Essa reflexão, sobre as formas de vida humana e sobre como se relacionam, fazem parte da análise científica e, conseqüentemente, da reflexão dialética que permite pensar historicamente sobre os fatos sociais e como esses afetam o sujeito, por meio das informações a que tem acesso (VILAR, 1979). Exatamente isso que a preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos permitirão às pessoas que usam a AD como recurso de acessibilidade e inclusão social, pois poderão conhecer melhor a prática dessa tecnologia assistiva e utilizá-la como uma nova forma de se relacionar socialmente em ambientes culturais, de lazer, esporte, acadêmicos e profissionais.

A história da AD está em construção, como qualquer outra área/campo do conhecimento. A preservação digital e salvaguarda do conteúdo informacional audiodescrito irá compor mais um capítulo histórico desse campo, promovendo a possibilidade de

recuperação e possíveis transformações das pessoas com deficiência visual e também daquelas que não possuem deficiência, que, ao acessarem os conteúdos informacionais audiodescritos em um repositório digital, poderão compreender a importância da utilidade deste recurso para uma inclusão social de pessoas com deficiência visual, ressaltando a necessidade da sociedade deixar de ser baseada em ações de integração social e passar a investir em ações de inclusão social.

A história desse público com deficiência visual, segundo Sasaki (1999), constitui-se por três fases específicas: exclusão social (até 1960), integração social (1960-1988) e inclusão social (1989, até os dias atuais). A fase da integração social originou-se com o objetivo de terminar com a prática da exclusão social, onde as pessoas com deficiência não tinham nenhum direito como cidadãs, eram tratadas como doentes, ou pessoas com poderes místicos, rejeitadas pela religião como pecadoras e condenadas a viver à margem da sociedade (CONCEIÇÃO, 2017).

Na fase da integração social (1960-1988), as pessoas com deficiência ainda eram expostas a situações excludentes, nas quais a sociedade não alterava a sua estrutura para atender às suas necessidades. Segundo Sasaki (1999), as pessoas com deficiência tinham que se adequar à realidade da sociedade, e não o contrário (CONCEIÇÃO, 2017).

É retratado pelo autor supracitado, que na fase da integração social, durante a década de 1980,

[...]surgiu o termo “*mainstreaming*”, que significa integrar as pessoas com deficiência em serviços educacionais disponíveis em suas respectivas comunidades, sem nenhuma adequação da estrutura física ou do corpo docente daquele ambiente escolar/acadêmico para receber esse indivíduo. Percebe-se que esse público continua a ser integrado ao ambiente social com base em discursos falhos e bem distante da real necessidade desse indivíduo. Sua cidadania era descartada e totalmente desrespeitada, onde o Estado buscava apenas montar uma “realidade justa” com ações deficitárias e impróprias a esse cidadão. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 117).

A fase da inclusão social (1989, até os dias atuais) propõe adequar a sociedade, oferecendo autonomia e independência ao público-alvo, porém esta fase ainda apresenta diversas lacunas, no que diz respeito a atender os direitos das pessoas com deficiência, seja ela sensorial, física ou intelectual, apesar de serem perceptíveis alguns avanços, ao se debruçar sobre o passado. Pensar a AD historicamente é sempre promover esse movimento cíclico na história e para tal é necessário ter acesso a registros, por isso se propõe nessa pesquisa o diálogo entre a CI e a AD para elucubrar possíveis soluções no processo das ações de preservação digital

e políticas de salvaguarda, para que se perpetue a história deste campo por meio do armazenamento da sua memória.

O diálogo entre a CI e a AD vem sendo construído em um país como o Brasil que está em desenvolvimento, com diversos problemas sociais, culturais, econômicos e políticos que devem ser levados em consideração no momento em que se pretende auxiliar o desenvolvimento de um campo direcionado a promover a inclusão social e acessibilidade de uma memória.

Sabe-se o quanto o Brasil ainda está distante de ser um país inclusivo e acessível a todos, pois, culturalmente, ainda é um país liderado por um poder social, econômico e político que está direcionado para atender a poucos. As dificuldades encontradas nesta pesquisa são justificáveis dentro de qualquer trabalho científico, além de se tratar de um tema que ainda não consagrou normas e padrões definitivos, e que envolve ações com alto investimento, já que a aquisição de *softwares*, de sistemas e de cursos de capacitação para os profissionais, na área de preservação digital e salvaguarda, são de alto custo e percebidos como despesas e não como um investimento necessário para manter a memória preservada e salvaguardada. Porém, entende-se aqui a validade e a necessidade dessa reflexão, com intuito de propor novos caminhos para o desenvolvimento do campo da AD. Assim, na próxima subseção serão abordados alguns questionamentos sobre o papel da memória no desenvolvimento social do indivíduo, para afirmar a importância da preservação da mesma para que o sujeito consiga manter suas relações sociais.

3.3 MEMÓRIA COMO DOCUMENTO E MEMÓRIA DE MINORIAS SOCIAIS

A memória na CI é um tema relevante, já que o objeto de estudo da área é a informação, e a partir do registro, armazenamento e do acesso a ela, o sujeito pode participar e compreender o presente e refletir sobre possíveis situações futuras. Logo, as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda, nos tempos atuais, impulsionadas pelas TIC, são importantes para a permanência por longo prazo da memória da sociedade.

Ao falar preservação digital deve-se salientar que “As limitações da memória humana levaram o homem a buscar, em recursos externos, as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento” (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2017, p. 17). O *ciberespaço* proporcionou novas ações de transmissão, acesso e registros da informação no meio digital (nasce analógico e se torna digital) e virtual (já nasce no ambiente virtual); logo, a CI, como uma área responsável pela organização da informação para promover o acesso e,

consequentemente, o registro, tem de fazer parte da materialização desses conteúdos no ambiente digital, por meio das ações de preservação digital e salvaguarda.

A característica social da CI não permite que a mesma fique à margem desse diálogo sobre o desenvolvimento da memória em uma sociedade globalizada, imagética e que vem disseminando e descartando informações de forma tão rápida. A memória, para a CI, é baseada na materialização do documento, do registro, do armazenamento da informação contida em suportes, sejam impressos ou digitais. Atualmente, os repositórios digitais, por exemplo, que são construídos por *softwares* de acesso e preservação, são responsáveis por materializar as informações na sociedade atual.

O RL-SI, constituído pelo *AtoM* e pelo *Archivematica* (*software* que se encontra em fase de desenvolvimento no ambiente) proposto pelo grupo de pesquisa CRIDI, conforme mencionado, como uma possível solução para o desenvolvimento da memória da AD, é um exemplo da contribuição da CI para esse diálogo com a temática da memória, por meio das ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda, que um repositório com essas características pode proporcionar a um acervo, assunto tão emergente e necessário de ser discutido e promovido, com soluções para atender o sujeito que necessita do acesso àquela informação por longo prazo e não com o atual nível de obsolescência dos formatos atualmente disponíveis.

Os profissionais da CI encontram-se desafiados no momento de auxiliar a organização da informação, pois a sociedade atual valoriza a rapidez nas trocas informacionais, mas ao mesmo tempo necessita de permanência e registro dos fatos históricos ocorridos, pois são eles que trazem representatividade e reconhecimento a uma sociedade. Esses profissionais têm de lidar com os sujeitos da informação que, em sua maioria, não são competentes no momento de escolher as fontes de informação fidedignas, atuando como mediadores da informação, direcionando o indivíduo ao acesso de fontes assertivas para que ele consiga gerar um possível conhecimento a partir daquela situação.

A consciência humana, atualmente, vem sendo construída por uma memória desenvolvida em um espaço virtual e digital. Nos processos de recuperação e organização da informação “[...] a memória aparece não só como componente cognitivo, mas também como produto dos processos informacionais, a memória exteriorizada” (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2017, p. 19). Essa exteriorização é permitida pelo avanço das TIC; logo, os ambientes de preservação digital se tornam uma extensão da memória humana e permitem reconhecer o passado, entender o presente e possibilita planejar ações futuras de uma determinada comunidade social quando aliado a políticas de salvaguarda.

A memória virtual já nasce com curto prazo, pois se propõe a disseminar informações sem a preocupação da manutenção das mesmas. *Sites, blogs*, redes sociais e anais de eventos acadêmicos, por exemplo, são disponibilizados em endereços da *web* e a qualquer momento são retirados do “ar”, ou seja, param de funcionar, o *link* que representa o endereço onde aquela informação foi disseminada, por falta de manutenção financeira ou intelectual daquela página virtual, pode desaparecer, levando consigo fatos históricos que constituíam uma memória de um grupo social. A proposta da preservação digital e das políticas de salvaguarda vêm de encontro a essa insegurança, com o objetivo de propor uma estabilidade no acesso à informação por um prazo mais extenso, oferecendo aos sujeitos da informação uma possibilidade de compreender os fatos que constituem o seu ambiente social e o porquê das mudanças ocorridas.

Segundo Lyotard (1998), ao falar sobre a condição pós-moderna da sociedade atual, o autor aborda que há coisas que não devem ser ditas, pois existe uma maneira de elaborar discursos, pois, para o autor, os relatos dos grupos, os atos de linguagens constituídos formam vínculos sociais. Os vínculos sociais, muitas vezes, não são bem vistos por quem exerce o poder sobre as minorias sociais, já que para eles pode não ser interessante que a minoria social tenha voz, construa discursos críticos e forme vínculos sociais conscientes da sua realidade.

O acesso, o registro e a disseminação da informação permitem ao sujeito exatamente isto, a construção de relações sociais, colaborando para que o indivíduo desenvolva uma consciência sobre os fatos que ocorrem ao seu redor e modificam suas vidas. Nessa atual condição pós-moderna, terminologia citada por Lyotard (1998), as coisas não são feitas para durar, exatamente para que os discursos de poder, movidos por conveniência e para proteção de uma parcela dos indivíduos também prevalecem ao invés de discursos conscientes, envolvendo os direitos da minoria da população que se encontra à margem da sociedade, em muitas cenas sociais.

A AD se estabelece nesse processo como uma possibilidade de oferecer as pessoas com deficiência visual informações sobre aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que podem auxiliá-las a formar um conhecimento sobre o local que habitam. Assim, a preservação digital e as políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos permitirá que a AD constitua a sua memória exteriorizada, facilitando o acesso às informações audiodescritivas como um recurso inclusivo e de acessibilidade, auxiliando o desenvolvimento de um público que faz parte de uma minoria social (pessoas com deficiência visual), a formar seu discurso sobre o contexto material pós-moderno. Essa sociedade valoriza o saber aliado à tecnologia, por isso a relevância dos profissionais da CI, principalmente, além dos demais profissionais que lidam com a informação, em compreender os recursos tecnológicos, suas

utilidades e usos, para continuar promovendo o acesso à informação de uma forma menos fragmentada do que vem sendo disponibilizada pelo ambiente virtual.

Sobre o “conhecimento como a principal força de produção” (HARVEY, 1996, p. 51), percebe-se que esse ambiente pós-moderno produz informações fragmentadas, que geram incertezas na veracidade desses conteúdos disseminados e que são descartados velozmente, necessitando de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para manter o registro social seguro e armazenado. Baumann (2015) complementa esse raciocínio, retratando essa efemeridade social, onde nada mais é feito para durar. A concepção da sociedade atual é movida pelos reflexos da globalização que estabelecem uma falta de pertencimento social, uma construção de identidades em movimento, mas não um movimento de transformação e constituição consciente, mas delimitada, volátil e, na maioria das vezes, o surgimento de opiniões sem discernimento crítico. A memória também passa a ter outro formato no ambiente social, porém a preservação digital e a salvaguarda, com suas estratégias de manutenção da informação de forma fidedigna, íntegra e autêntica, poderão suscitar discursos embasados em fatos, passíveis de construção de um conhecimento durável para os sujeitos que necessitam das informações para socializar.

A informação e memória na CI são retratadas por discussões das temáticas: Memória, cultura e patrimônio, Imagem, informação e memória, e Informação, preservação e memória, tendo esta última menos presença nos diálogos da área, segundo Netto e Dodebei (2017). Esses dados representam a relevância de pesquisas na área de informação, memória e preservação na CI, já que a sociedade efêmera e fragmentada em que o sujeito da informação se encontra suscita sérias medidas de preservação digital para manter a autenticidade, integridade e a recuperação das informações disseminadas em conjunto com políticas de salvaguarda.

A CI e suas subáreas, em específico a Arquivologia, deve atentar para o desenvolvimento dessas temáticas sobre a preservação digital e a salvaguarda na AD, buscando a convergência de saberes com áreas afins, como a área da tecnologia da informação que elabora os *softwares* e sistemas que abrigam a informação em novos formatos, sendo um diálogo importante para a construção das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda; e com a Comunicação, Linguística, Computação, a própria AD e outras áreas que têm como objeto de análise a informação, sempre impulsionando a organização e o registro de todo esse fluxo informacional que é gerado por estes campos do saber.

Segundo Silva (2019, p.30) “O universo digital é uma instância sem precedentes para a representação seja da expressão do pensamento, da observação metódica da natureza e da sociedade, seja no registro do conhecimento nos sistemas documentais de referência”. Pode-se

compreender, a partir dessa constatação, a necessidade de um novo perfil para a atuação do profissional arquivista na sociedade para atender às novas demandas, em prol das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda exigidas pelo atual contexto digital, com o objetivo de manter o registro dos documentos passíveis de acesso por longo prazo. O autor supracitado propõe o conceito de *memória documental coletiva*:

[...] entendida como uma riqueza humana, abstrata e geral, cuja permanência depende das condições materiais vivenciadas pelos profissionais da informação e dos recursos financeiros necessários para a adequação e oferecimento de tais condições, sempre forjadas pela Sociedade, através do Estado, percebido não como lugar finalístico de memória, mas como meio para a permanência da memória documental através do tempo (SILVA, 2019, p. 93).

Assim, mesmo que não garanta a construção da memória de uma área, o uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis pode propiciar a preservação digital aliada às políticas de salvaguarda, mantendo as informações acessíveis por longo prazo, que podem levar o indivíduo a construir e a desenvolver as memórias coletiva e histórica do seu ambiente, a partir dos documentos que terá acesso. Até porque a memória se constitui de diversos elementos que vão além dos registros impressos e digitais, pois a oralidade, apesar de não ser a área característica de análise da CI, também representa a construção de um tipo de memória de uma determinada sociedade. No entanto, percebe-se que a memória, independente do seu uso e das áreas do conhecimento que a estudem, tem um papel relevante na construção do sujeito social, por isso é válida essa reflexão e análise de possibilidades de mantê-la acessível e preservada.

Observa-se que

Por muito tempo, durante a Antiguidade, a memória foi considerada algo sublime, religioso, que elevava os mortais ao mundo das divindades. Os gregos da época arcaica consideravam a memória uma entidade divina: a deusa Mnemósine, que conferia seu dom a determinados homens, como os poetas, por exemplo. (OLIVEIRA, RODRIGUES e CASTRO, 2017, p. 80)

A memória, segundo abordado pelas autoras supracitadas, sempre teve uma representação importante desde os primórdios da sociedade, aliada a questões que envolvem poder, identidade e reconhecimento social, sendo registrada de diversas maneiras ou mantida pela tradição oral. Sabe-se que nesses períodos históricos - Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea - a relação que a memória tem com a construção do sujeito social não foi alterada, apenas as formas de compreender a memória foram sendo modificadas, a partir das evoluções sociais.

Em todos esses momentos sempre existiu um processo social entre as relações de poder com as minorias sociais. As “minorias” sociais são representadas por pretos/afro-descendentes, mulheres, índios, pessoas com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual, pela comunidade de Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer e Assexuais (LGBTQA+) e pessoas de baixa renda. Esses públicos sempre sofreram algum tipo de exclusão social, sobrevivendo, na maioria das vezes, à margem dos padrões sociais, por serem considerados diferentes racialmente, pela orientação sexual e identidade de gênero, por terem hábitos culturais diferenciados e por fugirem do “padrão cultural de beleza europeu” estabelecido e adotado no Brasil, onde brancos, magros, de olhos e cabelos claros, classe média ou ricos, são considerados aceitáveis para o convívio social.

Indo além, cabe ainda propor uma reflexão sobre o lugar de memória das mulheres pretas, de baixa renda, LGBTQA+, com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual na sociedade, analisando-se a eventualidade de sua inclusão nas cenas sociais, o nível da invisibilidade desse perfil social, em um contexto tão estereotipado. Segundo a autora Akotirene (2018), estudiosa sobre o tema da interseccionalidade, assunto que abrange o perfil relatado acima, tal categoria teórica focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe. Segundo Akotirene

Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. Sensibilidade analítica, a interseccionalidade completa no próximo semestre 30 anos, quando a sua proponente teorizou a sugestão histórica pensada pelo movimento de mulheres negras. É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras. (AKOTIRENE, 2018, n.p)

Ao falar-se da memória dessas minorias, cabe analisar-se diversos âmbitos que os mantêm em posição subalterna, como a questão da interseccionalidade e do próprio perfil das pessoas com deficiência (sensoriais e intelectuais) que são excluídas de diversas análises sociais, como, por exemplo, a pandemia instalada pelo vírus COVID-19, em 2020, no qual os meios de comunicação não expuseram em nenhum momento os dados sobre os infectados com

esse perfil, quais cuidados estavam sendo tomados pelo governo para auxiliar na informação sobre essa pandemia e as formas de prevenção específicas para esse público, usando a AD e as LIBRAS, por exemplo, nas transmissões televisas.

Observa-se que a todo momento a sociedade deixa claro o descaso com o público com deficiência, afetando assim suas possibilidades de transformação como cidadão incluído nos contextos culturais, políticos, econômicos, sociais que o cercam. Se vê muito mais ações solidárias de entidades não governamentais ou de civis, para auxiliar esse público, do que o cumprimento dos direitos dessas pessoas, amparados por lei, sendo postos em prática.

Conforme González de Gómez (2002) relata, a existência de regimes de informação direciona a produção informacional dominante a partir de regras culturais, econômicas e políticas que estabelecem um determinado padrão social composto por sujeitos e instituições. Cabe a CI organizar esse fluxo informacional para que os regimes de informação proporcionem uma maior inclusão do que uma exclusão social, promovendo um amplo acesso à informação e por longo prazo a todo indivíduo, independente deste possuir alguma deficiência ou não.

Os pensamentos de Borko (1968) coincidem com a ideia dos regimes de informação conceituados por González de Gómez (2002), quando o autor fala sobre o papel da CI em investigar as propriedades e o comportamento informacional, além das forças que governam os fluxos de informação com objetivo de promover acessibilidade e usabilidade. Ou seja, os regimes de informação são constituídos por essas forças que regem o fluxo informacional, então cabe aos profissionais da CI fazer com que esse processo ocorra de uma forma mais igualitária, atendendo as necessidades informacionais do sujeito com deficiência e sem deficiência, permitindo que todos tenham acesso as suas memórias e com isso sintam-se representados socialmente.

As memórias coletiva e histórica dessas minorias sociais nem sempre são preservadas e relatadas socialmente, para oferecer uma representatividade ao indivíduo que faz parte desse conjunto; muitas vezes essas memórias não são registradas e nem armazenadas para que esse público não se reconheça socialmente, não se sinta parte do ambiente social em que habita e continue à margem dos setores sociais. Já aqueles que detêm o poder econômico e político mantêm suas memórias disseminadas e registradas para impor sua posição na sociedade.

Percebe-se, então, que essa proposta da preservação digital e da salvaguarda da memória da AD, que é um recurso de tecnologia assistiva e que representa uma parte da minoria social, muitas vezes em posição invisível na sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência visual (que representam 35 milhões de pessoas no Brasil, onde 16% são homens e 21,4% são mulheres, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010)),

irá impulsionar um novo quadro na história desse público, que terá um ambiente digital onde poderá acessar gratuitamente um acervo com documentos digitais de cunho cultural e social, conteúdo disponibilizado de forma acessível – a informação audiodescritiva.

O IBGE constatou a presença de 45,6 milhões de brasileiros, ou 23,9% da população, que têm ao menos uma deficiência: visual, auditiva, motora, intelectual. Já na análise por sexo, observou-se que 26,5% da população feminina (25,8 milhões) vivenciavam alguma deficiência, contra 21,2% da população masculina (19,8 milhões). A deficiência visual é a mais comum, constatou-se que no Brasil há 506 mil cegos, 6 milhões de pessoas que têm grande dificuldade visual e outras 29 milhões com "alguma dificuldade" para enxergar (IBGE, 2010). No entanto, apesar dos dados, e da imagem do Brasil perante o mundo, por ser reconhecido como um dos países mais inclusivos da América Latina, já que possui uma das legislações sociais mais avançadas, como afirmam os dados da Rede Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação - Rede SACI (2004), ainda há uma lacuna entre as efetivas ações inclusivas para atender as demandas desse público e para que haja o cumprimento das leis existentes.

Compreende-se que, quanto maior o déficit nas ações de inclusão social e acessibilidade para atender o público com deficiência visual, maior será a lacuna no desenvolvimento da memória da AD também, confirmando a necessidade da lei da mudança dialética nesse campo, que visa uma transformação. Entende-se que há necessidade de uma transformação na vida desses cidadãos com deficiência visual que necessitam ter acesso às informações sociais, culturais, acadêmicas, profissionais, políticas e econômicas como os demais cidadãos, e para que isso ocorra o recurso da AD deve estar acessível para auxiliar na promoção da inclusão social e acessibilidade desse público. A partir do acesso a essas relações sociais será possível ampliar a cidadania desse sujeito e conseqüentemente seu discernimento crítico referente ao ambiente de que faz parte, caso tenham acesso ao recurso e à memória do campo da AD.

Segundo Pollak (1992), a memória apresenta três elementos constitutivos que são os acontecimentos, as pessoas e personagens, e a memória como um fenômeno construído. O autor relata que os acontecimentos sociais, que muitas vezes nem são vividos pelo indivíduo, mas terminam afetando-o de alguma forma, influenciam na sua construção social; as pessoas e personagens que foram encontradas por aquele sujeito ou que foram reconhecidas por ele, pelos fatos históricos registrados, dando à memória uma cronologia oficial; e a memória como um fenômeno construído, que remete a um sentimento de identidade, aliada a fatores políticos e econômicos que podem promover controles sociais. Por isso a relevância para a AD em realizar ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos acontecimentos do campo, atualmente, produzidos por pesquisadores e profissionais audiodescritores que trabalham em

um país subdesenvolvido e excludente, para atender um público que está, na maioria das vezes, à margem da sociedade, indo de encontro a toda essa realidade de integração e exclusão social, para defender uma era inclusiva e passível de acessibilidade, ao menos em alguns momentos, auxiliando na construção social desse indivíduo.

O diálogo da AD com a CI deve possibilitar o registro e o acesso informacional a conteúdos audiodescritos direcionados à pessoa com deficiência visual, que fazem parte de uma minoria social, subordinada, muitas vezes, pelo poder de um grupo de indivíduos que tentam impor um único olhar social, um único resgate das memórias, nas quais essa minoria não se reconhece. As estratégias de preservação digital e políticas de salvaguarda proporcionarão, pelo menos, uma nova possibilidade à AD em desenvolver esse recurso tecnológico nesse campo dos registros informacionais, com auxílio da CI, por meio do conceito de informação audiodescritiva proposto nesta tese.

O reconhecimento social, que pode ser resgatado pelas minorias, através do acesso à memória, faz correlação com as opiniões de Candau (2011), quando o autor remete à inter-relação entre memória e identidade de um povo. A percepção da sua história, da participação do seu grupo nos contextos culturais, políticos, econômicos e sociais proporcionam ao sujeito um sentimento de pertencimento e de identificação com determinados costumes, culturas e características de uma coletividade. Por isso, percebe-se aqui a relevância da preservação digital e das políticas de salvaguarda para manter acessível as memórias coletiva e histórica da AD, visando auxiliar na construção da identidade e no sentimento de pertencimento social do público com deficiência visual.

Candau (2011) afirma que a memória é movida por lembranças, onde “A lembrança não ‘contém’ a consciência, mas a evidencia e manifesta”; é “a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão de seu passado” (CANDAU, 2011, p. 63). As ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, não criarão a consciência das pessoas com deficiência visual, referente aos fatos culturais e sociais a que têm acesso, mas irão proporcionar a formação dessa consciência possível, a partir da informação audiodescritiva, que esse público poderá acessar no RL-SI e/ou em ambientes digitais que apresentem a mesma proposta de *softwares* de acesso livre e sistemas de preservação digital, permitindo acesso à informação por longo prazo.

Segundo o autor citado anteriormente, “Para conservar a lembrança e, de maneira mais ampla, para pensar, é necessário memorizar um mundo previamente ordenado” (CANDAU, 2011, p. 83). As ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda permitirão aos documentos digitais registrados que eles atuem como a memória exteriorizada, ou seja, como

uma extensão do corpo humano, como é o caso dos conteúdos informacionais audiodescritos para as pessoas com deficiência visual, quando armazenados em ambientes digitais que sigam as normas nacionais e internacionais de arquivo.

Esses ambientes digitais servirão como “referências temporais” (Candau, 2001) para o campo, que poderá perceber a evolução da prática do recurso e seu aprimoramento, já que o conteúdo digital estará preservado e acessível por longo prazo. Apesar de ser uma tarefa colaborativa, complicada, em uma temática ainda pouco explorada pela ciência, as propostas de preservação digital aliadas às políticas de salvaguarda, supracitadas nesta seção, ainda são o que atualmente se tem de melhor a oferecer a essa sociedade efêmera e com hábitos de descartar as informações sem o devido apelo ao seu registro e acesso a posteriori. Assim, a seguir será detalhada a metodologia adotada nesta pesquisa para entender seu objeto de estudo - a AD - e a sua respectiva informação audiodescritiva dentro do contexto da preservação digital e políticas de salvaguarda.

4 METODOLOGIA

Seguem, nesta seção, os métodos adotados na pesquisa, incluindo o universo, o tipo da pesquisa, a abordagem epistemológica, destacando-se os obstáculos enfrentados, as situações adversas encontradas e as soluções que direcionaram a aplicação das técnicas e dos procedimentos adotados.

4.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo desta pesquisa são as universidades federais e estaduais em que há grupos e núcleos de pesquisa que desenvolvem ativamente pesquisa sobre AD, a cujos líderes e membros foram submetidos questionários *online* e com os quais foram iniciadas parcerias informais (visando à formalidade no futuro próximo) para o aperfeiçoamento crítico do desenvolvimento do RL-SI e realização de coleta de dados. Contamos ainda com a participação de discentes e docentes dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros que possuem mestrados e(ou) doutorados acadêmicos avaliados e reconhecidos pela Plataforma Sucupira (aos quais foram submetidos apenas o questionário *online*).

Os pesquisados da AD e da CI foram escolhidos para auxiliar na solução do problema que nos colocamos como indagação, no enfrentamento da hipótese levantada e no alcance dos objetivos da pesquisa, já que o diálogo entre a área da CI e o campo da AD aqui proposto só pode se concretizar se analisarmos ambos os contextos e só então poderemos refletir sobre os caminhos possíveis para a convergência e para uma efetiva troca de saberes.

A totalidade das universidades públicas inicialmente selecionadas alcançou o quantitativo de 68 (sessenta e oito) instituições federais e 42 (quarenta e duas) estaduais⁴⁵ (contatadas no período de maio de 2018 a maio de 2019); programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros que possuem mestrados e doutorados acadêmicos alcançaram o quantitativo de 17 (dezessete) instituições (entre 14 (quatorze) federais e três estaduais, pesquisados na Plataforma Sucupira nos meses de maio e junho de 2019).

Os períodos de pesquisa foram distintos porque com os pesquisados da AD foi necessário verificar quais universidades trabalham com o recurso em grupos e núcleos de pesquisa, necessitando-se dedicar a esta fase 1 (um) ano para obter-se o retorno dos possíveis 110 (cento e dez) grupos e núcleos (na subseção 4.4.1 será explicado detalhadamente esse

⁴⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_universidades_federais_do_Brasil; https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_universidades_estaduais_do_Brasil. Acesso em: 15 nov. 2018

processo); já com a CI o processo foi o de pesquisar na Plataforma Sucupira o perfil definido dos programas, sem precisar contatá-los para saber se são da área da CI, tornando o contato mais rápido e preciso, realizado após o término do prazo da AD, porque a aplicação dos questionários *online* deveria acontecer de forma conjunta, para que todos (da área da CI e do campo da AD) tivessem o mesmo tempo de resposta. A pesquisa, então, ficou caracterizada no âmbito dos estudos quantitativos-qualitativos (voltaremos a este aspecto posteriormente); e pelo fato da temática ainda ser trabalhada por poucas universidades, resolvemos analisar em âmbito nacional, para ampliar o alcance da pesquisa e precisar com maior segurança o resultado da coleta de dados.

Como dissemos, em cada universidade foram escolhidos os grupos e núcleos de pesquisa correspondentes ao estudo da AD. Desse total de 110 (cento e dez) universidades, quatro instituições, já foram analisadas no mestrado, pela Autora, por meio da aplicação de questionários *online* referentes à como esses pesquisados compreendiam e praticavam suas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos – a UFBA, com o grupo TRAMAD; a UFPE, com o núcleo NACE; e a UECE, com o grupo LEAD – e agora continuaram fazendo parte da pesquisa, juntamente com as demais (para serem inseridas na observação participante). Tivemos, inicialmente, 110 (cento e dez) instituições compondo o universo a ser pesquisado para análise do campo da AD, que foi reduzido como consequência das universidades não possuírem grupos e núcleos de pesquisa que utilizassem o recurso em seus estudos.

Assim, tivemos no campo da AD 36 (trinta e seis) retornos, em que nove universidades e seus respectivos grupos e núcleos de pesquisa participaram da pesquisa:

- Universidade Federal da Bahia - UFBA, com o grupo “Tradução, Mídia e Audiodescrição” (TRAMAD)⁴⁶;
- Universidade do Estado de São Paulo - UNESP (campi Presidente Prudente e Bauru), com os seguintes grupos⁴⁷: “Ambientes Potencializadores para Inclusão” (API), do campus Presidente Prudente, “Mídia Acessível e Tradução Audiovisual” (MATAV) e projeto “Biblioteca Falada aliado ao grupo Linguagem e Mídia Acessível”, ambos do campus Bauru;
- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com o grupo “Modelagem

⁴⁶ Disponível em: <http://www.audiodescricao.com/site/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁴⁷ Disponível em: <http://independent.academia.edu/GrupodePesquisaAmbientesPotencializadoresparaaInclus%C3%A3o> <http://bibliotecafalada.com/>; <https://matavunesp.wordpress.com/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

Sistêmico-Funcional da Tradução e da Produção Textual Multilíngue”, filiado ao “Laboratório Experimental de Tradução” da LETRA-FALE/UFMG⁴⁸;

- Universidade Estadual do Ceará – UECE, com o grupo “Legendagem e Audiodescrição” (LEAD)⁴⁹;
- Universidade de Brasília – UNB, com o grupo “Cultura e Sociedade: acessibilidade de peças audiovisuais – audiodescrição e legendagem” (Grupo Acesso Livre)⁵⁰;
- Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, com o “Núcleo de Acessibilidade”⁵¹;
- Universidade do Estado da Bahia – UNEB, com o “Grupo de Pesquisa e Extensão Acessibilidade & Arte” (GA&A)⁵²;
- Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com o “Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas da FURG (NEAI)”⁵³;
- Universidade Federal Do Rio Grande do Sul – UFRGS, com o grupo “Comunicação Acessível” (COM Acesso)⁵⁴.

As 27 (vinte e sete) respostas restantes, que completam os 36 (trinta e seis) retornos, correspondem às universidades e respectivos grupos/núcleos que não trabalham com o recurso da AD; já o quantitativo referente às 74 (setenta e quatro) universidades restantes para completar o universo das 110 (cento e dez) universidades, dentro desse período de um ano de pesquisa para esta fase (maio de 2018 a maio de 2019), não se obteve as respostas requeridas, sendo que alguns casos o *e-mail* e os telefonemas eram transferidos seguidamente de um setor para o outro, com a informação de que iriam retornar com as respostas solicitadas, mas isso não aconteceu⁵⁵.

Entende-se que o retorno da AD foi mínimo, diante ao universo de 110 (cento e dez) universidades, porém vale salientar que já era um retorno esperado já que a AD é um recurso relativamente novo no Brasil, que ainda está em fase de desenvolvimento pelos pesquisadores

⁴⁸ Disponível em: <http://letra.lettras.ufmg.br/letra/membros.xml>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁴⁹ Disponível em: <http://letra.lettras.ufmg.br/letra/membros.xml>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁵⁰ Disponível em: <http://grupoleaduece.blogspot.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁵¹ Disponível em: <https://grupoacessolivre.wordpress.com/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁵² Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/audiodescricao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁵³ Disponível em: <https://neai.furg.br/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comacesso/sobre/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

⁵⁵ Não conseguimos contatar duas dessas 74 (setenta e quatro) universidades, pois estavam em construção: Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e Universidade do Delta do Parnaíba.

e profissionais audiodescritores, e assim a temática não ser abordada pelas 110 (cento e dez) universidades pode vir a ser justificada por esses fatores.

A situação, mesmo sendo compreendida, não deixa de representar um alerta para a necessidade do desenvolvimento da temática, buscando a aplicabilidade do recurso nas cenas culturais, acadêmicas, de lazer, profissionais, de esporte, dentre outras, para atender as demandas informacionais dos indivíduos com deficiência visual. Para tal é necessário que haja a reflexão e estudos sobre a AD, e as universidades possuem um papel relevante neste contexto, inclusive as áreas e campos que pesquisam e trabalham com a informação, com objetivo de ampliar a inclusão social e acessibilidade proporcionada por esse recurso.

O silenciamento das 74 (setenta e quatro) universidades retrata a urgência em falar sobre a temática da AD com objetivo de auxiliar na disseminação, preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos para promover cada vez mais a independência e a autonomia das pessoas com deficiência visual na sociedade.

Das nove universidades respondentes que informaram, por telefone ou por *e-mail*, que trabalhavam com AD, apenas sete responderam o questionário aplicado (nos meses de julho a outubro de 2019, momento em que todos os questionários foram aplicados, tanto da AD quanto da CI), totalizando seis federais e três estaduais. As duas universidades que não responderam o questionário aplicado foram a UFRGS, com o grupo “Comunicação Acessível (COM Acesso)” e a UECE com o grupo LEAD (já que respondeu no mestrado)⁵⁶, efetivando a participação de apenas sete universidades, conforme supracitado, ainda que de forma alternada, pois algumas destas responderam o questionário de líder, por exemplo, mas não o de membro, e vice-versa. A tabela 1 reúne esses dados para melhor compreensão.

Tabela 1: Quantitativo de universidades consultadas para coleta de dados no campo da AD de maio de 2018 a maio de 2019

DADOS COLETADOS NO CAMPO DA AD	FEDERAIS	ESTADUAIS	TOTAIS
Universidades	68	42	110
Responderam os e-mails/telefonemas	23	13	36
Não responderam os e-mails/telefonemas	45	29	74
DAS 36 QUE RESPONDERAM EMAILS E TELEFONEMAS			
Trabalham com AD	6	3	9
Não trabalham com AD	17	10	27

Fonte: Dados da pesquisa.

⁵⁶Apesar da UFBA-TRAMAD não ser contatada para a aplicação dos questionários, já que fez parte no mestrado, há um pesquisado que indentificou a instituição neste momento, por ser filiado como vice-líder do grupo e ao mesmo tempo membro de um outro grupo de pesquisa, incluído na fase de doutoramento.

Os pesquisados em mestrados e(ou) doutorados acadêmicos de universidades brasileiras com programas de pós-graduação em CI encontrados na Plataforma Sucupira (nos meses de maio e junho de 2019) foram contatados por *e-mail* solicitando-lhes que respondessem o questionário *online*. Encontramos 17 (dezesete) instituições e seus respectivos programas em CI: Universidade de Brasília – UNB, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade do Estado de São Paulo – UNESP; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Universidade Federal do Rio Grande Do Sul - UFRGS.

Foi aplicado o mesmo questionário *online* durante a pesquisa de mestrado (com alterações mínimas), para que mantivéssemos com os novos pesquisados do campo da AD a homogeneidade com as informações já obtidas; também foi realizada uma observação participante, onde todos os pesquisados desse campo fizeram parte do processo de análise. Já para os pesquisados da área da CI foi aplicado um questionário *online* especificamente produzido para a pesquisa de tese, onde buscou-se identificar e analisar como a CI poderia dialogar com o campo da AD, sob as perspectivas de seus profissionais. Ambas as técnicas serão explicadas posteriormente, na subseção 4.4.1. Finalizada a coleta de dados foi realizada a análise sobre o universo escolhido para identificar e caracterizar como esse efetivo diálogo pode acontecer entre a área da CI e o campo da AD.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Entendemos que, quanto ao tipo de pesquisa, esta tese na área da CI se insere na modalidade qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa é ideal para a análise de ideias e opiniões que auxiliam na produção textual. Segundo Demo (2000), a metodologia qualitativa permite ao pesquisador analisar a subjetividade dos dados coletados, buscando-se compreender a complexidade da realidade, no qual o objeto de estudo se encontra, a partir das percepções e dos discursos dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para Pereira (1999, p. 30) “[...] o dado qualitativo é uma estratégia de mensuração de atributos, ou seja, o objeto (o objetivo) da mensuração não é o objeto (a coisa em si), mas seus predicados”, assim, vemos que essa

modalidade permite correlacionar os dados obtidos com os contextos cultural, político, econômico e social, aos quais o pesquisado está inserido e pelos quais é influenciado.

A modalidade quantitativa, de forma objetiva, baseia-se em dados numéricos (portanto, quantitativos) para oferecer mais subsídios à pesquisa. Não se trata, entretanto, é importante destacar, de uma pesquisa que adote procedimentos estatísticos, pois não trabalharemos com amostragens, e sim com a totalidade das instituições (o universo) que atuam em AD e a totalidade dos programas de pós-graduação com mestrados e doutorados acadêmicos da CI que foram analisados. Podemos, no geral, indicar está como a diferença básica entre pesquisas estatísticas e pesquisas quantitativas: as estatísticas sempre serão quantitativas, mas nem toda pesquisa quantitativa é de cunho estatístico.

Com o objetivo de proporcionar uma visão mais ampla da proposta, foi também adequado adotarmos a pesquisa do tipo descritiva, já que no mestrado a Autora realizou uma pesquisa do tipo exploratória, com o propósito de estabelecer familiaridade com o tema. Realizou-se um estudo bibliográfico, como toda pesquisa demanda, através da busca de informações por fontes secundárias (fontes originais não formuladas pela Autora) como: livros, teses, artigos científicos etc., para conseguir coletar conteúdos que pudessem direcionar e embasar a realização dos objetivos específicos delineados na pesquisa, que, interligados aos resultados dos questionários *online* e da observação participante, proporcionaram a compreensão da tese proposta.

4.3 MÉTODO DE ABORDAGEM

O conhecimento científico a ser desenvolvido nesta pesquisa se refere às teorias, práticas e técnicas da CI com relação às ações de preservação digital e às políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos pelos audiodescritores dos grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais pesquisadas para incentivar uma possível conscientização deste público (membros, líderes e vice-líderes) sobre a importância dessas ações e políticas para o desenvolvimento da memória da AD no país.

Esta pesquisa buscou reunir elementos que possam contribuir com o campo de estudo da AD a partir do desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva. Esse assunto é relevante para uma parcela representativa da população que vivencia deficiências sensoriais e intelectuais, e que necessitam de oportunidades, como qualquer outro cidadão, para se inserir no contexto sociocultural.

Percebe-se que as atividades de pesquisa sobre a AD, desenvolvidas pelos grupos e núcleos de pesquisa com o objetivo de promover a acessibilidade e a inclusão social de pessoas com deficiência visual, têm um papel importante na sociedade, devendo ser discutidas, incentivadas e aprimoradas pelos atores sociais (governo, empresas privadas e as próprias universidades federais e estaduais colaborando entre si, por meio de pesquisas).

A pesquisa poderá promover a ampliação do debate supracitado, trazendo-se a perspectiva teórica da CI, por meio do conceito de informação audiodescritiva, e maiores compromissos com a reflexão sobre o acesso efetivo e sobre a disseminação social desta informação no Brasil. Nesse sentido, desde nossas primeiras reflexões sobre como identificar epistemologicamente nossa pesquisa de tese, entendemos que seria relevante e estimulante pensar-se o universo da AD adotando-se o método de abordagem dialético materialista.

A adoção desta abordagem metodológica permitiu-nos pensar as correlações entre a informação, a AD, a CI e a memória, analisando conceitos, fundamentos e conteúdos importantes para se promover a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, tendo-se como elemento epistemológico mediador o conceito aqui proposto de informação audiodescritiva.

Pode-se dizer que a dialética materialista procura identificar possibilidades de esclarecimentos sócio-históricos que poderiam conduzir transformações sociais, a partir das contradições percebidas nas relações materiais de existência, nas quais o sujeito interage com o contexto social em todas as suas esferas; tais relações, estabelecidas historicamente, tendem a estruturar nossa consciência; no entanto, dialeticamente, a percepção, o entendimento, a identificação de contradições, podem nos levar a alcançar um salto de qualidade, transformando a consciência que temos do mundo e das relações nele estabelecidas, modificando o pensamento e a vida do sujeito, historicamente (VILAR, 1979).

O método utilizado auxiliou na reflexão para entender o problema e a urgente necessidade da implantação das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda no campo da AD, visando a compreensão do uso da informação audiodescritiva para ampliar o desenvolvimento dessa memória. Esse olhar histórico abrangente, totalizante, que a abordagem proporciona, permite elaborar análises e críticas mais amplas, menos superficiais, que podem reunir elementos que levem a transformar o cotidiano dos sujeitos, como as pessoas com deficiência visual, em específico, colaborando com as possibilidades de ampliação de sua consciência e na construção de um indivíduo como cidadão crítico (KONDER, 1992).

Compreende-se que esse público, a partir da preservação digital e da salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, poderá se inserir de forma mais densa no contexto

social do qual faz parte, tendo acessibilidade ao que vem sendo produzido, de maneira inclusiva, e a partir das informações a que terá acesso, poderá transformar suas opiniões, seu conhecimento, elaborando melhor sua visão de mundo.

O método de abordagem dialético materialista procura desenvolver sua análise levando em consideração que o sujeito possui autonomia para transformar e modificar sua realidade exatamente ao deparar-se com as contradições das condições de existência que permeiam seu cotidiano e sua história pessoal e social (YAMAMOTO, 1994). Com o uso da AD, concatenada com a sua informação audiodescritiva, o sujeito com deficiência visual pode adquirir a independência e a autonomia em determinados contextos culturais, permitindo que o mesmo modifique a sua realidade de mundo, já que alcançando a inclusão poderá participar de forma mais efetiva das cenas sociais (de cultura, lazer, profissional, acadêmica, dentre outras).

Esse método se baseia no pensamento de que “A história está para ser feita” (VILAR, 1979, p. 146), sendo assim a história afeta as condições estruturais existentes do sujeito, que a todo momento está se transformando, através do pensar histórico, pois só quando se compreende o passado, entende-se o que se está vivendo no presente e se pode pensar e planejar o futuro, cientes de que essa construção temporal não é linear, mas é sempre baseada nos conhecimentos que o sujeito detém sobre sua realidade social, por meio das suas inter-relações com os meios cultural, econômico, político e social.

O que impulsiona esse pensar historicamente do sujeito é quando o mesmo passa a modificar sua realidade, por meio do que aprende, logo, a consciência informacional⁵⁷ adquirida pelo acesso a informações, aspecto em que a CI atua como uma área social aplicada, promove ao indivíduo novos “olhares” sobre os problemas sociais e pessoais; com isso o mesmo começa a enfrentar as contradições encontradas e, a partir de suas relações cognoscentes, desenvolve uma consciência sobre determinado fato que o leva a transformar suas “verdades temporais”, e a criar outras, e assim continuar nesse ciclo que o pensamento dialético aborda (CÂMARA, 2007).

⁵⁷ O conceito de consciência informacional, elaborado por Silva (2002), se refere a seguinte análise: “[...] a) a informação é um processo; b) esse processo permite uma expansão da consciência; c) essa expansão não remete, aqui, a uma consciência política, estética, de classe, religiosa, ecológica, mas a uma consciência que se poderia talvez chamar de informacional, ou seja, uma consciência da possibilidade do conhecimento e da ação informada” (SILVA, 2002, p. 44). Ainda segundo o autor, sobre a expansão da consciência: “[...] ao fruir as imagens através de interfaces mais adequadamente elaboradas, o indivíduo fruidor acessa e ‘absorve’ o conteúdo informacional não apenas como elemento redutor de incerteza, mas como quem se insere numa dimensão onde pode ocorrer um processo capaz de expandir a consciência da possibilidade de conhecer e agir num contexto social. É a mudança do olhar, é esse novo olhar, que possibilita a ampliação da consciência” (SILVA, 2002, p. 81).

A dialética tem origem grega na “*dialektiké*”, a arte do diálogo. Konder (2004, p. 7) aborda que “aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão”. Assim, essa abordagem pretende superar a esfera idealista iniciada por Hegel – filósofo que defendeu a dialética idealista, tendenciada pela explicação do mundo, através de ideias, conceitos e espírito –, adotando-se então uma reflexão baseada na realidade, em fatos materiais, uma dialética materialista, das condições materiais da existência, e de sua superação, desenvolvida pelos pensamentos de Karl Marx e Frederich Engels.

Karl Marx e Frederich Engels superaram o pensamento idealista de Hegel e estabeleceram na dialética quatro leis básicas que se referem ao estado material da existência do sujeito (KONDER, 2004). A primeira retrata a “mudança dialética”, já que tudo se transforma; a segunda, sobre a “ação recíproca”, do “encadeamento dos processos”, em que tudo se relaciona; a terceira, da “contradição”, da interpenetração dos contrários; e a quarta, relativa ao “salto qualitativo”, quando ocorre a transformação da quantidade em qualidade, quando as mudanças quantitativas dão origem às mudanças qualitativas bruscas, que revolucionam e transformam o indivíduo. Percebe-se a partir dessas leis que tudo está em eterno movimento; e sempre em condições de se transformar; todo esse materialismo ocorre porque está baseado em um encadeamento de processos, por meio de contradições advindas do pensamento crítico, e com isso se estabelece o estado dialético, de eterno desenvolvimento e devir (CONCEIÇÃO, 2017).

O materialismo dialético retrata um método de pensamento e de investigação e a sua concepção é constituída pela epistême, se tornando a base teórico-filosófica da teoria materialista. Nesse pensamento, o materialismo histórico é o método de análise da abordagem dialética materialista no âmbito sócio-histórico, onde se busca entender os fatos sociais para se promover transformações no ambiente (KONDER, 2004). Assim, a dialética materialista é impulsionada pela mudança, pela instabilidade do sujeito, pela possibilidade do indivíduo de se construir e de reconstruir seu discurso diariamente.

Segundo Foucault (1996), o discurso dito verdadeiro é ligado diretamente ao exercício do poder. Assim, esse método de abordagem dialético materialista, propõe um pensamento crítico, que leva o indivíduo a ir além da simples análise sobre determinado “discurso dito verdadeiro”, o instigando a debater, a propor transformações e assim a compreender a existência material, as condições materiais de existência que o levarão a construir sua consciência informacional.

Foucault (1996) afirma a existência de sistemas que se baseiam em discursos movidos por princípios de exclusão, caracterizados pela interdição, separação e rejeição. A interdição se refere às “palavras proibidas”, assuntos que fogem dos “padrões” sociais; já a separação traz a segregação de pessoas por serem diferentes, como a questão da loucura, por exemplo, e, indo além, pode-se incluir neste contexto as pessoas com deficiência visual ou com outros tipos de deficiências físicas, sensoriais e intelectuais; e ocorre também a rejeição sobre a vontade de verdade, caracterizado por sujeitos que se baseiam apenas no discurso superficial; no entanto, para atingir a consciência informacional é preciso compreender os fatos de forma crítica, analisando a situação a partir do discernimento individual, correlacionando a situação aos aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos que cercam o fato, e não apenas pelo que o discurso do poder impõe (CONCEIÇÃO, 2017). Para tal é preciso que o sujeito tenha acesso à informação e não fique à margem do seu contexto social, como acontece na maioria das vezes quando as pessoas com deficiência visual tentam acessar as cenas sociais.

A dialética propõe uma totalidade da realidade, uma visão que busca analisar e transformar cenas sociais através da soma das partes, ou seja, não se pode compreender nenhum assunto partindo-se de uma verdade absoluta, e sim de construções mutáveis, de verdades temporárias, buscando-se perceber contradições que permitam promover transformações (KONDER, 2004). Segundo Konder, a totalidade é uma “estrutura significativa”:

A síntese é a visão do conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade (KONDER, 2004, p. 37).

Ao se propor a analisar aspectos sobre inclusão social e acessibilidade de pessoas com deficiência visual, em específico, a pesquisa não poderia deixar de procurar construir um pensamento de forma totalizante e compreender a construção histórica que envolve este público, de como o mesmo é percebido socialmente, as contradições existentes entre a realidade e os marcos legais sobre o direito das pessoas com deficiência, para então poder analisar a temática da AD e construir um conceito que permita a esse campo do saber novas transformações.

A defesa da ciência na história é abordada por Escobar (1975, p.79), que diz “[...] Materialismo indica a realidade que cerca a instauração de uma ciência: crítica às ideologias e filosofias idealistas e instauração de uma cientificidade específica”. Logo, a episteme dialética materialista busca defender aspectos materiais que proporcionem um movimento cíclico das

informações, fazendo com que o sujeito progrida, amplie sua consciência informacional e viva em um eterno devir, em construção contínua.

Oliveira (1999) confirma esse pensamento das necessidades materiais humanas quando diz que

[...] A concepção marxista, em contraste, enfatiza outro domínio das atividades humanas, aquele relacionado com a satisfação das necessidades materiais do homem, ou seja, com as atividades econômicas, as tecnologias e estruturas de relações associadas a elas. Esta noção de cultura constitui, naturalmente, o núcleo da *concepção materialista da história* desenvolvida por Marx e Engels. (OLIVEIRA, 1999, p. 100)

Cheptulin (2004, p.125) complementa esse raciocínio quando afirma que a forma “[...] mais simples do aparecimento da consciência é a tomada de consciência pelo homem, de sua existência, a separação de si com relação à natureza e a compreensão de sua relação com ela”. O autor ainda aborda que “Isso condiciona o fato de que a relação do homem com o mundo exterior manifeste-se, antes de tudo, como uma interação com o mundo, cujo resultado é a transformação deste último”.

Se o homem se transforma a partir das relações sociais a que tem acesso, então, quando as pessoas com deficiência visual são privadas do processo de inclusão social e acessibilidade, inclusive sem acesso a cenas culturais com AD, seu processo de transformação pode ser afetado, pois sem o auxílio desta tecnologia assistiva este público não consegue participar ativamente dos contextos sociais que o cercam e com isso a construção da sua consciência também é afetada.

A consciência é determinada pelo ser social (CHEPTULIN, 2004). Entende-se que o sujeito necessita se inserir nos grupos sociais para se desenvolver e construir sua memória individual e participar das memórias coletiva e histórica da sociedade da qual faz parte. Se o indivíduo está à margem dessa sociabilidade, estará conseqüentemente impedido de progredir como cidadão, por isso o uso de tecnologias assistivas como a AD, concatenada com a sua informação audiodescritiva, para incluir e tornar acessíveis os conteúdos sociais para as pessoas com deficiência visual, permitindo que essas possam interagir, compreender, participar, identificando as contradições sociais, em busca de transformação, é tão relevante.

Percebe-se, então, que ao utilizar a abordagem materialista dialética o pesquisador deve se embasar historicamente e analisar seu objeto de estudo sob um viés totalizante (YAMAMOTO, 1994). Por isso a proposta desta pesquisa é de abordar os fatos históricos que compõem o universo das temáticas de inclusão social, acessibilidade e tecnologias assistivas, a

forma como a política, a economia e o social interferem nos contextos que influenciam a cidadania das pessoas com deficiência visual, procurando-se, aqui, fazê-lo por meio do conceito de informação audiodescritiva; e destacar, assim, o diálogo entre a CI e a AD como uma proposta profícua e que promoverá transformações positivas para o campo da AD, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.

4.4 TÉCNICAS

A seguir, tendo como base os fundamentos propostos por Marconi e Lakatos (2003), Pereira (1999) e Demo (2000) comentamos as técnicas adotadas para a coleta de dados nessa pesquisa.

4.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

As operações dos tipos qualitativos e quantitativos serão usados de forma complementar, conforme já citado na subseção 4.2 sobre o tipo de pesquisa, a partir das teorias metodológicas abordadas por Pereira (1999), Demo (2000) e Marconi e Lakatos (2003), que auxiliam na compreensão subjetiva e objetiva da análise do problema, mediante aos dados coletados. A pesquisa qualitativa trata das análises de dados qualitativos, os quais, segundo Pereira, são “uma forma de quantificação do evento qualitativo que normatiza e confere um caráter objetivo à sua observação” (PEREIRA, 1999, p. 21). O aspecto quantitativo da pesquisa analisa os dados, com objetivo de trazer uma perspectiva mais concreta, concisa e assertiva para a pesquisa, complementando a análise qualitativa.

Assim, no primeiro momento foi realizado o levantamento de dados bibliográficos, para proporcionar uma compreensão dos conceitos que constituem o tema em questão. Em um segundo momento, foram aplicados questionários *online* junto aos grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais que trabalham ativamente com o recurso da AD, mediante a totalidade do universo, por meio de uma análise qualitativa-quantitativa. Isso foi feito em paralelo com a aplicação de outro questionário *online*, ambos no período de julho a outubro de 2019, agora direcionado aos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros que possuem mestrados e/ou doutorados acadêmicos, também pelo viés de uma análise qualitativa-quantitativa.

Então, no terceiro momento da pesquisa, apenas com os pesquisados da AD, foi realizada a observação participante, que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 193), “Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo”, em que “O objetivo inicial seria ganhar a confiança do grupo, fazer os indivíduos compreenderem a importância da investigação, sem ocultar o seu objetivo ou sua missão [...]”. Esse momento foi dividido em três fases, a primeira através de ligações telefônicas, videochamadas realizadas pela ferramenta *Google Meet* e mensagens em aplicativos de conversa como *whatsapp*, a segunda por *e-mail*, nos quais a Autora expôs e acompanhou suas dificuldades e as dos pesquisados ao utilizar o repositório escolhido, com o objetivo de promover reflexões sobre o acesso por longo prazo à memória da AD, e a terceira fase que correspondeu a análise da Autora sobre a atuação dos grupos e núcleos de pesquisa no RL-SI (ainda nesse capítulo será explicado como aconteceram essas três fases da observação participante).

Ações entre a Autora e pesquisadores, durante a observação participante, transformaram as atividades dos grupos e núcleos pesquisados, como também modificou a conduta da Autora, que se manteve presente naquela fase para auxiliá-los no que fosse possível. Esse terceiro e último momento representado pela observação participante (dividido em três fases, conforme citado no parágrafo anterior), teve como objetivo perceber se o diálogo entre a área da CI e o campo da AD seria possível, através da compreensão dos profissionais da AD sobre a relevância do conceito de informação audiodescritiva e da necessidade da preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, representados por essa informação.

A observação participante nos permitiu identificar — para além do esforço da Autora em destacar a importância do conceito para promover o acesso por longo prazo a memória da AD — a atuação dos profissionais da AD em querer estabelecer essa troca de aprendizagem e de saberes com a área da CI para auxiliar no desenvolvimento da memória da AD brasileira. Assim, a seguir iremos detalhar como aconteceu o segundo momento (aplicação dos questionários *online*) e o terceiro momento (observação participante – dividida em três fases) da pesquisa de campo.

Os questionários *online* (que representam o segundo momento da pesquisa de campo) foram desenvolvidos no *software* de pesquisa *Survey Monkey*, em sua versão *Gold*, adquirida pelo grupo de pesquisa CRIDI, do qual a Autora é membro, conforme mencionado anteriormente. Os questionários aplicados nesta pesquisa para o campo da AD são os mesmos que foram utilizados na pesquisa de mestrado da Autora, para haver homogeneidade nas informações adquiridas (com mínimas alterações em algumas questões), sendo agora destinados às novas universidades adicionadas a pesquisa, para que se possa analisar ações de

preservação digital e políticas de salvaguarda adotadas. Assim, foi possível analisar os resultados das três universidades e seus respectivos grupos e núcleos pesquisados (UFBA-TRAMAD, UECE-LEAD e UFPE-NACE), e das universidades e seus respectivos grupos e núcleo incluídos nessa fase de doutoramento para complementar as análises sobre os procedimentos de preservação digital e de políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.

Os questionários *online* foram aplicados em duas versões no campo da AD para atender aos públicos pesquisados, dividindo-se em: a) “Audiodescrição para líderes dos grupos/núcleos de pesquisa 2019 – oficial”, focado nos gestores, líderes, vice-líderes e coordenadores dos grupos e núcleos de pesquisa, contendo 27 (vinte e sete) perguntas; b) “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2019 - oficial”, orientado a pesquisadores graduados, graduandos, mestres, mestrandos, doutores ou doutorandos, em áreas diversas, que fazem parte dos grupos e núcleos, contendo 29 (vinte e nove) perguntas (Apêndice A).

As perguntas foram direcionadas para que fosse possível analisar quais ações de preservação digital e políticas de salvaguarda já são realizadas nos grupos e núcleos de pesquisa em seus conteúdos informacionais audiodescritos; se entendem e conhecem os formatos de arquivos mais adequados para realizar a preservação digital de conteúdos audiovisuais; como os pesquisados compreendem os conceitos de preservação digital e salvaguarda; se possuem acervos em seus grupos e núcleos de pesquisa; se são adeptos do uso de um ambiente digital de pesquisa, colaborativo, que siga as normas nacionais e internacionais de preservação digital para inserir seus conteúdos informacionais audiodescritos; e se compreendem como os profissionais da CI podem auxiliar com as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.

O questionário *online* para área da CI foi nomeado como “Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação 2019”, direcionado para docentes e discentes dos programas acadêmicos de pós-graduação em CI, contendo 20 (vinte) perguntas (Apêndice B). As perguntas visaram analisar qual a percepção desses profissionais sobre as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda; sobre os estudos de memória na CI; conhecimento das legislações nacionais e internacionais de arquivo; a relevância do uso de repositórios digitais para realizar ações de preservação digital de conteúdos audiovisuais; se entendem e conhecem os formatos de arquivos mais adequados para realizar a preservação digital de conteúdos audiovisuais; como os pesquisados compreendem os conceitos de preservação digital e salvaguarda; sobre o que é AD; e se compreendem e como compreendem a possibilidade de diálogo entre a área da CI e o campo da AD.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), nesse instrumento de coleta de dados (o questionário), o pesquisador não precisa estar presente. Adotou-se esse instrumento porque tanto na pesquisa de mestrado, quanto na pesquisa atual, a Autora não teria condições de realizar o investimento financeiro para visitar as universidades e nem tempo hábil para isso, já que se está falando de 110 (cento e dez) unidades relacionadas a AD e 17 (dezesete) unidades relacionadas a CI. Esse instrumento de coleta de dados se enquadra na observação direta extensiva, em que, segundo Marconi e Lakatos (2003), o pesquisador não está presente durante a aplicação/resposta.

Segundo as autoras supracitadas, essa técnica apresenta vantagens e desvantagens em sua aplicação. As vantagens são: economia de tempo, menor investimento financeiro, maior liberdade nas respostas por manter o anonimato dos pesquisados e consegue atingir um retorno mais amplo e de forma simultânea; é uma ferramenta que oferece respostas mais rápidas e mais precisas, com menos risco de distorção, devido ao distanciamento do pesquisador na aplicação da técnica, etc. Já as desvantagens apresentadas pela técnica, ainda segundo as autoras supracitadas, são: a exigência de um universo mais homogêneo; no que se refere à percentagem de retorno das respostas, as mesmas nem sempre são satisfatórias e suficientes para a pesquisa, devido ao alto número de perguntas sem respostas; o pesquisador não tem a possibilidade de auxiliar o respondente em questões mal compreendidas; e caso haja demora na devolução dos questionários a pesquisa poderá ser prejudicada.

Marconi e Lakatos (2003), afirmam que a elaboração do questionário é um processo que exige do pesquisador um alto nível de precisão e eficácia em sua construção, pois o sucesso da pesquisa depende da estrutura deste instrumento. As perguntas devem ser claras, bem formuladas e com uma ordem compreensível por parte do respondente, que não terá o auxílio do pesquisador no momento das suas respostas. Julga-se interessante que as perguntas devem ser separadas por temáticas para que não criem confusão no momento da resposta dos pesquisados. Todos os questionários são compostos de uma mensagem explicando o motivo da pesquisa, o tempo médio para a conclusão das respostas e de que é garantida a privacidade dos pesquisados.

Elaborou-se também um Termo de Anuência de Pesquisa⁵⁸, para que os pesquisados ficassem cientes da sua participação e até onde iam seus direitos e deveres para com a pesquisa

⁵⁸ Foi utilizado o termo de anuência de pesquisa porque a área da CI ainda está se ambientando com o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deve ser solicitado à Plataforma Brasil para ser analisado pelo Comitê de Ética, com o objetivo de realizar a pesquisa sem acarretar prejuízos éticos e morais aos pesquisados e também como proteção à seriedade e validação da pesquisa. Na área da saúde esse processo de submissão à Plataforma Sucupira acontece no momento da realização do projeto de pesquisa, que quando

(Anexo A). Os questionários a serem aplicados não envolvem questões éticas e nem perguntas íntimas que pudessem vir a expor os pesquisados, mas achou-se válido implementar esse termo no próprio corpo do questionário, antes de iniciar as perguntas para manter a transparência e um comprometimento da pesquisa com os participantes.

Os testes do instrumento de coleta de dados aconteceram da seguinte forma: como foi reutilizado o questionário aplicado para a AD, não se aplicou um novo pré-teste, pois a técnica já havia sido analisada e validada anteriormente. No entanto, para o questionário aplicado para área da CI foi realizado um pré-teste no mês de julho de 2019, com três pesquisados filiados a um programa de Pós-Graduação que se enquadrava com o perfil adotado pela pesquisa, para respaldar e validar a técnica.

No pré-teste, como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 203), deve-se considerar que:

a análise dos dados, após a tabulação, evidenciará possíveis falhas existentes: inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causam embaraço ao informante; se as questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas etc. Esse momento de pré-teste é muito importante para a pesquisa, pois essa etapa auxilia a aplicação do instrumento de coleta de dados definitivo de forma mais assertiva, minimizando os erros e as dificuldades de seus pesquisados. Para aplicar o pré-teste deve-se eleger alguns elementos da pesquisa em uma pequena população escolhida, de acordo com a relação destes com o seu tema, como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 203).

Para a aplicação do questionário *online* foram contatadas as universidades federais e estaduais por *e-mail* e telefone, para saber quais delas contavam com grupos e núcleos de pesquisa que trabalham com AD. Buscamos essas informações de contato nos *sites* das universidades, onde a Autora pesquisava nestes *sites* a área que continha informações sobre o desenvolvimento de pesquisas da universidade e a partir daí procurava-se grupos ou núcleos de pesquisa sobre a temática da AD, ou temáticas de inclusão social, acessibilidade, pessoas com deficiência visual que poderiam trabalhar com AD; quando não encontrado grupo/núcleo com esse perfil, entrava-se em contato a Pró-Reitoria de Pesquisa ou com a Secretaria da Pós-

finalizado é submetido a avaliação e só após a aprovação do comitê o pesquisador pode realizar sua pesquisa. O programa ao qual esta pesquisa está afiliada ainda está se ajustando aos critérios da Plataforma Brasil, logo não foi solicitado à Autora essa submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética no início do doutorado. Mas, como é uma preocupação da Autora e do seu orientador, desde o mestrado, para manter a ética e a integridade do estudo, utilizou-se para amparar e resguardar a pesquisa o termo de anuência de pesquisa como solução para as questões éticas, mesmo sem a pesquisa infringir aspectos morais e pessoais dos pesquisados. O programa em questão, foi questionado sobre essa ação e concordou com o uso do termo para a realização da pesquisa.

Graduação. Caso nenhum desses *e-mails* fossem encontrados, ou caso estivessem com algum problema, buscava-se o telefone desses locais.

Encaminharam-se *e-mails* para essas universidades com a apresentação da pesquisa, da Autora e de seu orientador, identificando a bolsa de fomento que auxilia no desenvolvimento da pesquisa e o objetivo do contato; e quando se obtinha um retorno positivo da participação da universidade na pesquisa era enviado um ofício que detalhava a pesquisa para melhor compreensão dos contatados (vide modelo no Apêndice C). Ao obter o retorno do *e-mail*, concordando com o ofício para iniciar a parceria, era então enviado um *e-mail* contendo as explicações e o *link* para a aplicação do questionário.

Nas universidades que já foram analisadas no mestrado, o teor da mensagem era sobre a pesquisa atual e reiterando o convite para que as mesmas participassem novamente da análise, agora em fase de doutoramento, explicando que iriam participar da observação participante realizando testes no RL-SI, pois já haviam respondido o questionário antes. Em anexo ao *e-mail* foi encaminhado o ofício supracitado.

Na área da CI encaminharam-se *e-mails* para essas universidades com a apresentação da pesquisa, da Autora e de seu orientador, identificando a bolsa de fomento que auxilia no desenvolvimento da pesquisa e o objetivo do contato, juntamente com o link para acessar e responder o questionário *online* no corpo do *e-mail*. Para esses pesquisados não era preciso perguntar se eram da área da CI e nem se encaixavam-se no perfil, porque a pesquisa na Plataforma Sucupira já garantiu essa confirmação à Autora, por isso o contato já aconteceu de forma direta, enviando o *link* com o questionário. Esses *e-mails* com os *links* do questionário foram enviados para a AD e a CI no mesmo período, contendo o prazo para as respostas, equivalente ao período de 17 de julho a 31 outubro de 2019.

Ao finalizar a aplicação dos questionários *on-line* iniciou-se o terceiro momento da pesquisa de campo – a observação participante, dividida em três fases, na qual foi proposto, aos pesquisados, o uso de práticas de preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, inclusive no âmbito dos repositórios digitais, valendo-se aqui do benefício de que a Autora usufrui no contexto do grupo de pesquisa de que é membro, o grupo CRIDI, adotando-se o RL-SI para efetivar os testes iniciais entre as ações da AD e os vieses da CI, em um ambiente de acesso digital, com futuras perspectivas de se tornar um ambiente de preservação digital, proposto pela Iniciativa Legatum – CRIDI-UFBA.

Por ser um ambiente complexo e necessitar de capacitação para ser utilizado, a Autora propôs ao CRIDI a elaboração de um manual e de vídeos para servirem como ferramentas facilitadoras no uso do repositório. O manual foi denominado pelo grupo como “Manual de

Apoio a Usuários de Instituições Cadastradas no Repositório Legatum – *Sonus et Imago*”, sendo elaborado de forma colaborativa por membros do grupo CRIDI (ANDRADE, E.M.; CONCEIÇÃO, T.N.; SANTOS, J.R.C.; SILVA, R.R.G., 2020), com a supervisão do orientador dessa pesquisa, nos anos de 2018/2019 (com ajustes feitos em 2020), com o objetivo de auxiliar os pesquisados a compreenderem o ambiente de preservação digital que lhes está sendo oferecido para promover o desenvolvimento da preservação digital e de políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos. O manual apresenta o conceito do RL-SI, suas características, funcionalidades técnicas, usos e, assim, auxilia o pesquisador, muitas vezes leigo sobre os ambientes AtoM e Archivemática, a utilizá-los e dar início aos processos de acesso e preservação digital dos seus conteúdos.

Os vídeos produzidos foram nomeados como: Tutorial de Uso do Manual - Parte 1 de 3 (demonstrando como se faz o cadastro de uma Coleção em uma Entidade Custodiadora previamente cadastrada)⁵⁹; Tutorial de Uso do Manual - Parte 2 de 3 (demonstrando como se faz a descrição de uma Série que será inserida em uma Coleção previamente cadastrada em uma Entidade Custodiadora)⁶⁰; Tutorial de Uso do Manual - Parte 3 de 3 (demonstrando como se faz a descrição de um Item e a inserção de um objeto digital — no caso, um arquivo audiovisual — numa Série de uma Coleção previamente cadastrada e descrita)⁶¹.

Os vídeos supracitados seguiram as mesmas linhas de instruções do manual, realizado também pelos membros do CRIDI, e novamente com a supervisão do orientador dessa pesquisa, com o objetivo de esclarecer ainda mais a proposta do RL-SI para os pesquisados e consequentemente para os futuros parceiros e/ou colaboradores. A produção dos vídeos foi iniciada em 2019 e finalizada em 2020, a partir de testes realizados pelos próprios integrantes do CRIDI, para facilitar o uso do ambiente para os pesquisados⁶².

Houve diversos reajustes e versões até ser atingindo o objetivo dos vídeos, pois o ambiente e suas normas ainda representa um espaço novo e que está sendo estudado pelos membros do grupo, com objetivo de aperfeiçoar o repositório. A Autora testou o ambiente, utilizando o manual e os vídeos para verificar sua aplicabilidade e usabilidade na pesquisa,

⁵⁹ Cf. ANDRADE, E.M.; CONCEIÇÃO, T.N.; SANTOS, J.R.C.; SILVA, R.R.G., 2020a. Disponível em: <https://youtu.be/0QxKpwByNUo>. Acesso em: 13 maio de 2020.

⁶⁰ Cf. ANDRADE, E.M.; CONCEIÇÃO, T.N.; SANTOS, J.R.C.; SILVA, R.R.G., 2020b. Disponível em: <https://youtu.be/NMqeOekohc8>. Acesso em: 13 maio de 2020.

⁶¹ Cf. ANDRADE, E.M.; CONCEIÇÃO, T.N.; SANTOS, J.R.C.; SILVA, R.R.G., 2020c. Disponível em: <https://youtu.be/ITJk1yhIMu0>. Acesso em: 13 maio de 2020.

⁶² Posteriormente, os vídeos serão vertidos para o idioma inglês e disponibilizados na *homepage* do repositório, já que o ambiente do RL-SI foi concebido para uso em oito idiomas. Num futuro próximo o manual também estará disponível no idioma inglês. Essas alterações futuras serão modificações quanto à forma dos materiais, que em nada atrapalham o andamento e a execução da observação participante aqui realizada.

encontrando problemas e soluções que foram implementadas às ferramentas produzidas, no período de janeiro a abril de 2020, para auxiliar seus pesquisados.

Os vídeos foram produzidos com legendas e informações necessárias para compreensão do ambiente, no entanto, preferiu-se deixar sem som, para que fosse possível inserir o recurso da AD futuramente nos vídeos, em um trabalho conjunto com os próprios grupos e núcleos de pesquisas participantes, além de minimizar os ruídos possibilitando que as pessoas com deficiência visual usem seus *softwares* de leitura sem problemas, eventualmente causados por uma música de fundo. Conforme já mencionado anteriormente, o ambiente do RL-SI se caracteriza por estar em constante atualização e aprimoramento (“*work in progress*”) de forma a deixá-lo cada vez mais acessível; no caso do público-alvo desta pesquisa, pretende-se futuramente adotar os recursos da AD, de LIBRAS, de teclas de acesso, uso do Alto Contraste, compatibilidade com *softwares* de leituras, dentre outras ações que possibilitem a inclusão dos públicos com deficiência sensoriais ao RL-SI.

Na primeira fase da observação participante solicitou-se aos pesquisados que enviassem vídeos com AD para serem inseridos, inicialmente pela Autora, no RL-SI, para que posteriormente as demais descrições serem fossem feitas pelos próprios grupos e núcleos. Essa ação ocorreu para que fossem cadastrados no ambiente as universidades e os respectivos grupos e núcleos de pesquisa, pois esta é uma ação que demanda permissões de acesso que ainda não foram concedidas aos pesquisados, preferiu-se deixar esta responsabilidade para a Autora, por ser um ambiente novo, com normas e regras que demandam estudo e expertise em teorias, práticas e técnicas da área da CI. Os grupos e núcleos, então, ficaram com a proposta de continuar inserindo os vídeos com AD, mas já encontrariam as universidades e os grupos e núcleos devidamente cadastrados e descritos no RL-SI e um exemplo de uma descrição do conteúdo informacional audiodescrito de cada grupo/núcleo.

Depois dessa descrição dos vídeos enviados pelos pesquisados, a Autora encaminhou um *e-mail* para confirmar a autorização dos líderes e vice-líderes para publicação dos vídeos no RL-SI, pois a Autora apenas os descreveu, sem atualizar o status da descrição para ‘publicado’ (quando o vídeo fica visível para todos, não apenas para os responsáveis de cada instituição com prerrogativa de acesso irrestrito), aguardando a liberação formal dos grupos e núcleos. Finalizada esta parte, com o retorno positivo dos pesquisados, a Autora publicou os vídeos e criou, juntamente com os membros do grupo CRIDI, um *login* e senha para que os pesquisados pudessem acessar o RL-SI, com as permissões acordadas pelo CRIDI, para a realização da pesquisa.

Ao concluir a primeira fase da observação participante, enviamos um novo *e-mail*, iniciando a segunda fase, informando o *login* e a senha, o manual e os *links* para acessar os vídeos, juntamente com o período de duração desta fase da observação participante (de 15 de abril a 15 de setembro de 2020).

Nessa segunda fase os pesquisados foram orientados a inserir conteúdos novos com AD ou, se fosse o caso, repetir a inserção dos mesmos que já haviam sido previamente enviados para a Autora, já que, além da descrição de conteúdos atualizados, seria igualmente relevante, no momento, analisar se esses profissionais da AD conseguiriam fazer as descrições sem grandes dificuldades, e se as ferramentas criadas – o manual e os vídeos – realmente serviriam como suporte aos usuários, ainda que fossem realizados sobre os mesmos conteúdos já previamente inseridos pela Autora. Após esse período, de seis meses de duração, recebemos o *feedback* dos pesquisados, por meio de mensagens e telefonemas, sobre como havia sido a experiência no RL-SI, iniciando-se, então, a terceira e última fase da observação participante. Essa última fase caracterizou-se pela análise da Autora, diante do que foi realizado pelos grupos e núcleos de pesquisa no RL-SI e suas considerações sobre a usabilidade do ambiente e das ferramentas disponibilizadas (manual e vídeos-tutoriais).

4.5 MÉTODOS DE PROCEDIMENTOS

Os dados coletados foram analisados a partir do método de procedimento qualitativo com base na análise de discurso e no uso de quadros, tabelas e infográficos. Essas representações auxiliaram a análise das universidades federais e estaduais pesquisadas, tanto no campo da AD, quanto na área da CI, para mostrar como as mesmas atuam e como percebem a importância da aplicação de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, além da relevância e possibilidade de diálogo entre a área da CI e o campo da AD, por meio do conceito de informação audiodescritiva.

A análise de discurso, que auxiliou na compreensão dos dados coletados, teve como base a teoria do filósofo francês Michel Pêcheux. O autor afirma que existem três condições cruciais para a análise de discurso: a) sobre a noção de leitura: “[...] na análise de discurso se contenta em cercar o sentido de uma sequência (de extensão indeterminada) por meio de suas possibilidades de substituição, comutação e paráfrase”; b) sobre a estrutura dos dados: “analisar uma materialidade discursiva supõe estruturar o campo dos arquivos submetidos à análise, o que chamamos, por vezes, a construção do corpus”; e c) sobre o estatuto do enunciado: “[...] a sequência discursiva não deve, pois, ser considerada como uma simples articulação de

informações elementares, mas comportando uma série de mudanças de níveis, sintaticamente recuperáveis (ao menos em parte)” (PÊCHEUX, 2015, p.165-166).

Percebe-se que a análise de discurso compreende a reflexão da totalidade dos fatos que envolve as informações obtidas, entendendo que, além do discurso, há também os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que influenciam essa narrativa discursiva do indivíduo, levando o pesquisador a ampliar sua percepção, indo além do enunciado, analisando as complexas nuances que formam o enunciado, considerando-se o contexto a que o indivíduo está exposto como relevante para a construção do discurso.

Essa percepção é coerente com a abordagem epistemológica adotada nesta pesquisa – a dialética materialista –, que também se preocupa com a totalidade dos fatos, com as relações materiais de existência e a influência que os contextos social, político, econômico e cultural exercem sobre o indivíduo, mantendo-o em constante transformação, diante das tensões estabelecidas por essas esferas na vida do sujeito. Pêcheux (2015, p. 173) aborda que

Levar em consideração essa atenção constitutiva conduz a abordar a categoria da contradição por meio de um viés que deixa de privilegiar a contradição lógica, deslocando a análise em direção das formas materiais discursivas de contradição ligadas a alteração e à deriva. Isso reafirma que um uso materialista da noção de contradição da análise do discurso supõe necessariamente, levar em consideração os espaços de heterogeneidades nos quais funciona essa contradição.

É preciso analisar os discursos compreendendo as contradições existentes, como a lei da dialética sobre a “contradição”, da interpenetração dos contrários, afirma: “o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106). Por isso, a proposta desta pesquisa foi a de analisar os dados coletados compreendendo, para além da superficialidade do discurso, a estrutura lógica com que o discurso foi desenvolvido, baseado nas cenas sociais em que o sujeito está incluso e nas contradições que as constituem.

Ao falar de AD, de tecnologias assistivas, de inclusão social e acessibilidade em um país subdesenvolvido é perceptível a contradição do discurso, daquilo que está presente na legislação com relação ao que realmente acontece na prática social cotidiana. Há direitos que respaldam o uso da AD e a sua disseminação social, mas percebe-se que há ainda muito o que mudar e o que conhecer pelos próprios profissionais que lidam com a informação, até que se

alcance de fato a promoção do acesso do público com deficiência visual, por meio da informação audiodescritiva.

Devido a esses aspectos, iniciou-se esta pesquisa analisando-se a AD, sua história no Brasil e no mundo, para então passarmos ao desenvolvimento e proposição do conceito de informação audiodescritiva. Como se viu até aqui, a elaboração do conceito proposto foi constantemente mediada pelo balizamento da CI e pelos conceitos de informação e memória, no âmbito da preservação digital e das políticas de salvaguarda. Outra característica do desenvolvimento do conceito pode ser constatada na sua relação com a inclusão social e com a acessibilidade de pessoas com deficiência, com o objetivo de analisar a totalidade de fatores e as contradições dos discursos que envolvem o objeto de estudo – a AD.

Pêcheux (2014, p. 197), ao falar sobre a relação entre semântica e discurso, retrata que deve-se pensar nas “práticas discursivas” e no “discurso na forma-sujeito”, compreendendo que o sujeito é ativo e responsável pela sua atuação na escolha do seu discurso, envolvendo os aspectos ideológicos que o compõem como ser humano, para então formar sua opinião sobre determinado fato. Assim, compreendeu-se que esse procedimento metodológico proporcionaria uma análise efetiva que permitiria embasar a discussão sobre a prática das ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda dos conteúdos audiodescritos nos grupos e núcleos de pesquisa de AD e sobre a percepção dos profissionais que fazem parte dos programas de Pós-Graduação em CI pesquisados acerca da temática em questão, para que fosse possível compreender os discursos expostos.

Assim, para a realização da análise de discurso explicitada na próxima seção foi aplicado um roteiro para guiar a análise dos questionários *online* e a observação participante. Esse roteiro seguiu as seguintes etapas, com base em Pêcheux (2014; 2015) e Souza (2014):

- *Escolha do tema* (a temática que direciona a sua análise): Preservação digital e salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, representados pela informação audiodescritiva;
- *Definição e organização do corpus* (objetiva-se identificar os sujeitos enunciadorees da pesquisa): Membros e líderes/vice-líderes dos grupos e núcleos de pesquisa de universidades federais e estaduais que trabalham com AD e os docentes e discentes dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros (conforme apresentado na subseção 4.1);
- *Análise* (busca-se organizar os dados para o levantamento de questões de trabalho): A organização dos dados obtidos através dos questionários *online* foi baseada nas seguintes questões de análise: a visão dos pesquisados da área da CI e do campo da AD

sobre a importância e a necessidade de ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos; a percepção e a compreensão dos pesquisados da AD e da CI sobre o que é a informação audiodescritiva; o conhecimento dos pesquisados da CI sobre o campo da AD e suas expertises; o conhecimento dos pesquisados da AD sobre a área da CI e suas expertises; a relevância para os pesquisados da AD e da CI, do acesso por longo prazo à memória dos conteúdos informacionais audiodescritos com a implementação de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda (essa análise será apresentada na seção 5 e suas subseções);

- *A escrita da análise* (momento de contextualizar o tema; usar o referencial teórico para embasar a análise; apresentar as questões estabelecidas, o corpus utilizado; a apresentação da análise com o corpus utilizado; conclusões) foi dividida nas seções que constituem este trabalho e explicadas nos próximos parágrafos.

Na seção 5 apresentamos a análise de dados e as subseções foram divididas para analisar as técnicas utilizadas, separadamente, de acordo com a ferramenta escolhida (questionários *online* e observação participante), como também pela divisão dessas análises, de acordo com os perfis de cada público – profissionais da AD e da CI – (especificamente na apresentação dos resultados dos dados obtidos nos questionários *online*).

Na subseção 5.1 esclarecemos como foram executadas as técnicas, indicamos os erros e acertos, os obstáculos encontrados, o período dedicado à aplicação da pesquisa, o contato realizado com os pesquisados, a realidade entre o que foi definido nessa seção de metodologia e o que realmente aconteceu na pesquisa de campo, dentre outros fatores que envolveram a execução das técnicas de pesquisa e contextualizaram a temática estudada. No início de cada subseção definida para analisar os públicos pesquisados (membros, líderes-vice-líderes da AD e docentes e discentes dos PPGCI – subseções 5.2, 5.3 e 5.4 respectivamente) foi detalhado o perfil do público que respondeu o questionário *online*, apresentando a quantidade de respondentes, o nível de escolaridade, a faixa etária e as profissões. Na seção 5.5, dedicada à observação participante, direcionada apenas aos pesquisados da AD, a atuação dos grupos e núcleos de pesquisa foi agrupada à participação de membros, líderes/vice-líderes nessa análise.

No referencial teórico foram utilizados Pêcheux, como base para direcionar a análise de discurso, Marx e Engels, pela abordagem epistemológica adotada nesta pesquisa, com base na dialética materialista, e os demais autores já citados no decorrer das seções 2 e 3, que desenvolveram as principais temáticas da tese – AD, CI, preservação digital, salvaguarda, informação, memória, inclusão social e acessibilidade.

As questões estabelecidas foram apresentadas no início das subseções 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5, referente a cada perfil de público analisado (membros, líderes-vice-líderes da AD e docentes e discentes dos PPGCI, conforme citado no tópico 2 deste roteiro).

A apresentação da análise com o corpus utilizado ocorreu nas subseções 5.2, 5.3, 5.4, nas quais foram selecionadas algumas respostas obtidas dos questionários *online* que direcionam as questões trabalhadas, conforme citadas no tópico sobre “Análise” do roteiro apresentado acima; e na subseção 5.5 foram expostas algumas situações vivenciadas na observação participante.

Ao final das subseções 5.4 e 5.5 foram apresentadas conclusões advindas dos dados analisados (dos questionários e da observação participante) e na seção 6 foi elaborada uma discussão dos resultados, a partir da análise de discurso realizada. Essa seção foi construída a partir de uma análise das respostas dos pesquisados, com atenção às suas “entrelinhas” e aos posicionamentos adotados por eles ao responder os questionamentos aos quais foram submetidos nas técnicas aplicadas.

A partir do roteiro de análise de discurso supracitado, foi possível analisar a noção de leitura, a estrutura dos dados e o estatuto do enunciado, a partir dos dados extraídos do estudo bibliográfico realizado anteriormente, para, então, analisarmos as conjecturas que envolvem a temática pesquisada. Assim, na próxima seção será realizada a apresentação e análise dos dados coletados, a partir das técnicas e procedimentos adotados.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DAS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Esta seção retrata os resultados obtidos a partir das técnicas de coleta de dados e procedimentos adotados na pesquisa de campo. Analisamos o comportamento dos grupos e núcleos de pesquisa que trabalham com AD e dos Programas de Pós-graduação em CI com mestrado e (ou) doutorado acadêmicos em universidades federais e estaduais indicadas na subseção 4.1, reconhecidos pela plataforma Sucupira. A análise concentrou-se nas seguintes questões, conforme citado no roteiro da análise de discurso na subseção 4.5: a visão dos pesquisados da área da CI e do campo da AD sobre a importância e a necessidade de ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos; a percepção e a compreensão dos pesquisados da AD e da CI sobre o que é a informação audiodescritiva; o conhecimento dos pesquisados da CI sobre o campo da AD e suas expertises; o conhecimento dos pesquisados da AD sobre a área da CI e suas expertises; a relevância para os pesquisados da AD e da CI, do acesso por longo prazo à memória dos conteúdos informacionais audiodescritos com a implementação de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda.

As análises propiciam o entendimento sobre a efetiva possibilidade do diálogo entre a AD e a CI, através do conceito aqui desenvolvido sobre informação audiodescritiva. As dificuldades encontradas na aplicação das técnicas de coleta de dados e nos procedimentos utilizados neste processo empírico também serão abordados nesta seção, pois acredita-se que estes momentos fazem parte da construção de uma pesquisa, mesmo quando não são especificados e definidos previamente na metodologia, mas que tiveram de ser adotados para boa continuidade e finalização do trabalho acadêmico.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS ADVINDOS DOS QUESTIONÁRIOS ONLINE

A aplicação dos questionários online e a decisão de buscar a colaboração da totalidade das universidades federais e estaduais que trabalham e pesquisam AD no Brasil, e de contar com a cooperação de todos os Programas de Pós-graduação em CI com mestrado e (ou) doutorado acadêmicos, foram desafios consideráveis. A temática proposta pela pesquisa é nova na área da CI, além de que o próprio uso do recurso da AD no Brasil ainda é recente, trazendo-nos a constante preocupação em não obtermos retorno satisfatório na coleta de dados, podendo, assim, dificultar a execução da pesquisa. Apesar dessa inquietação, os pesquisados se fizeram

presentes e participaram da pesquisa respondendo os questionários de forma compromissada. Entretanto, mesmo com tal participação, encontramos alguns obstáculos, que serão relatados a seguir, juntamente com os acertos e retornos positivos obtidos.

Um dos primeiros obstáculos ao contatar as universidades federais e estaduais, via *e-mail* ou telefone, para saber se trabalhavam ou pesquisavam sobre AD, foi ter que lidar com o desconhecimento da maioria sobre este recurso, e depois ter que explicar incansável e repetidamente a proposta da tese, trazendo dois termos pouco utilizados no campo, ou seja, “informação audiodescritiva” e “conteúdos informacionais audiodescritos”. Além disso, as temáticas sobre preservação digital e sobre políticas de salvaguarda eram também desconhecidas por muitos profissionais, tanto da AD quanto da CI, no que se refere à utilização assertiva destas estratégias de gestão em um acervo audiovisual.

Como já explicitado (veja tabela 1, na p.119), dentro do período de maio de 2018 à maio de 2019, das 110 (cento e dez) universidades contatadas, sendo 68 (sessenta e oito) federais e 42 (quarenta e duas) estaduais, 74 (setenta e quatro) não responderam – duas delas por estarem em construção, sem possibilidade de contato –, resultando na obtenção de apenas 36 (trinta e seis) retornos.

Dos 36 (trinta e seis) retornos obtidos, 27 (vinte e sete) instituições, declaravam não trabalhar ainda com o recurso, parabenizando pela realização da pesquisa e até informando que iriam iniciar pesquisas e trabalhos sobre a temática, pois entendiam a importância do uso do recurso da AD; somente os nove contatos restantes (dos 36 (trinta e seis) retornos obtidos) corresponderam a universidades e seus respectivos grupos e núcleos de pesquisa que efetivamente se dispuseram a participar da pesquisa de campo, tanto da aplicação do questionário quanto dos testes no ambiente RL-SI. Numa única universidade, a UNESP, se dispuseram a participar três grupos de pesquisa: o grupo “API”, do campus Presidente Prudente, o grupo MATAV, do campus Bauru, e o projeto “Biblioteca Falada”, associado ao grupo “Linguagem e Mídia Acessível”, também do campus Bauru.

Os contatos com as universidades eram realizados por *e-mail* e telefone, como já explicitado na metodologia, com o objetivo de saber quais possuíam grupos e núcleos de pesquisa que trabalhavam e pesquisavam o recurso da AD. Conforme já indicamos, buscamos informações de contato nos *sites* das universidades, nas áreas sobre o desenvolvimento de pesquisas, e a partir daí procurava-se grupos ou núcleos de pesquisa sobre a temática da AD e temáticas correlatas como inclusão social, acessibilidade e pessoas com deficiência, ou então o contato da Pró-Reitoria de Pesquisa ou da Secretaria da Pós-Graduação. Caso não se obtivesse sucesso, buscava-se o número de telefone desses locais.

Obtidas as nove respostas dos grupos e núcleos de pesquisa de universidades federais e estaduais que efetivamente trabalhavam e pesquisavam o recurso da AD, iniciava-se outro desafio, o do cumprimento ético da pesquisa, pois é necessário preservar tanto os pesquisadores, quanto os pesquisados nesse processo de coleta de dados, tendo sido, por isso, inserido no próprio questionário *online* o termo de anuência de pesquisa, conforme explicitado na metodologia, buscando-se com isso suprir esta questão ética com os grupos e núcleos.

Das nove respostas, apenas sete universidades com seus respectivos grupos e núcleos de pesquisa responderam os questionários *online* direcionados para membros e líderes/vice-líderes, de forma alternada. Os dados mostram que no questionário voltado para os líderes dos grupos e núcleos de pesquisa obtivemos sete respostas provenientes de cinco universidades, sendo que o quantitativo de líderes ou vice-líderes dessas instituições é de 11 (onze) pesquisados. Quanto ao questionário voltado para os membros desses mesmos grupos e núcleos de pesquisa, obtivemos 10 (dez) respostas advindas de cinco universidades. A tabela 2, a seguir, reúne esses dados.

Tabela 2: Quantitativo de universidades respondentes dos questionários aplicados no campo da AD de julho a outubro de 2019

RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS DE AD	FEDERAIS	ESTADUAIS	TOTAIS
Universidades que afirmaram que participariam da pesquisa ⁶³	6	3	9
Universidades que efetivamente participaram da pesquisa (responderam os questionários de líderes e(ou) de membros) ⁶⁴	5	2	7
RESPONDENTES DE GRUPOS/NÚCLEOS DAS UNIVERSIDADES QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM DA PESQUISA			
Universidades que responderam o questionário de membros ⁶⁵	3	2	5
Universidades que responderam o questionário de líderes ⁶⁶	2	3	5
Participantes dos grupos/núcleos de pesquisa que responderam o questionário de membros ⁶⁷	5	5	10
Participantes dos grupos/núcleos de pesquisa que responderam o questionário de líderes ⁶⁸	3	4	7

Fonte: Dados da pesquisa.

⁶³ UFBA, UNEB, UNB, FURG, UNESP, UFSM, UFMG, UECE, UFRGS.

⁶⁴ UFBA (pesquisado filiado a UFBA como vice-líder e como membro em outra universidade, por isso consta neste momento), UNEB, UNB, FURG, UNESP (contou com três grupos participando da pesquisa: MATAV (do Campus Bauru), Biblioteca Falada (do Campus Bauru) e API (do Campus Presidente Prudente), UFSM, UFMG.

⁶⁵ UNEB, UNESP, FURG, UNB, UFSM.

⁶⁶ UNEB, UNESP, UFMG, UNB, UFBA (rever nota 64).

⁶⁷ UNEB -GA&A (um respondente), UNESP-API (um respondente), UNESP-Biblioteca Falada (três respondentes), FURG-NEAI (dois respondentes), UNB-ACESSO LIVRE (dois respondentes), UFSM-NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE (um respondente).

⁶⁸ UNEB-GA&A (um respondente), UNESP-Biblioteca Falada (um respondente), UNESP-MATAV (um respondente), UNESP-Grupo não identificado (um respondente), UNB-ACESSO LIVRE (um respondente), UFMG-LETRA/FALE (um respondente), UFBA-TRAMAD (um respondente – rever nota 64).

Não se sabe ao certo quantos pesquisados existem em cada grupo, pois há muitos grupos em que nem todos os membros realizam ou estudam AD. O que os líderes e vice-líderes contatados informaram foi que o *e-mail* enviado com a apresentação da pesquisa e o *link* do questionário *online* seriam reenviados a todos os membros, e aqueles que estivessem trabalhando com AD, no período da pesquisa, poderiam responder.

Embora a coleta de dados não tenha sido realizada por amostragem relativa ao universo da pesquisa, e sim com sua totalidade, não identificamos como dado fundamentalmente relevante a quantidade total precisa de pesquisados nos grupos e núcleos no período da realização da pesquisa. Indicamos, no entanto, para que se tenha alguma dimensão de amplitude da análise, a quantidade aproximada de 83 (oitenta e três) pesquisados, distribuídos da seguinte forma em cada grupo/núcleo (destacando que nem todos estariam trabalhando com AD):

- quatro pesquisados no grupo “Modelagem Sistêmico-Funcional da Tradução e da Produção Textual Multilíngue”, filiado ao "Laboratório Experimental de Tradução" da LETRA-FALE/UFMG, sendo dois na condição de líder/vice-líder, e os outros dois na condição de membros;
- no Grupo Acesso Livre da UNB, têm-se um líder, dois membros professores, um membro como aluna consultora de AD, por ser pessoa com deficiência visual, ou seja, quatro pesquisados caracterizados como participantes fixos do grupo⁶⁹;
- 19 (dezenove) pesquisados no grupo GA&A da UNEB, onde um é o líder e os 18 (dezoito) restantes correspondem aos membros;
- no NEAI, da FURG, sabe-se da participação de um líder, mas não obtivemos a quantidade exata de membros;
- nove do grupo API, da UNESP, do campus Presidente Pudente, em que dois são líder/vice-líder e sete são membros;
- cerca de 31 (trinta e um) do projeto “Biblioteca Falada”, aliado ao grupo “Linguagem e Mídia Acessível”, do campus UNESP-Bauru, sendo que um é o líder, e o restante correspondendo a uma rotatividade de 30 (trinta) estudantes por ano, além dos professores colaboradores;
- no grupo MATAV também do campus UNESP-Bauru, sabe-se de um líder, mas não obtivemos a quantidade exata de membros;

⁶⁹ Foi-nos relatado, no entanto, que já passaram mais de 50 (cinquenta) estudantes de graduação e de pós-graduação pelo grupo, sendo que este quantitativo é alterado a cada semestre, impossibilitando-nos de saber ao certo quantos membros efetivamente estavam presentes no período da pesquisa.

- no Núcleo de Acessibilidade, da UFSM, cerca de 13 (treze) membros;
- finalmente, sobre a UFRGS, no grupo COM Acesso, sabe-se de um líder, mas não obtivemos a quantidade exata de membros.

Acredita-se que durante a pesquisa de mestrado o retorno das respostas foi maior e mais representativo porque trabalhou-se com uma amostragem de grupos efetivamente ativos, com pesquisadores que publicam e trabalham com o tema da AD em âmbito nacional e internacional. Agora, no doutoramento, ao trabalharmos com a totalidade dos grupos, encontramos perfis distintos, com situações de participantes que só atuam pontualmente com AD, em algum projeto específico direcionado apenas temporariamente àquela temática. Além disso, mesmo os respondentes dos grupos mais ativos que participaram da pesquisa na fase do mestrado, nesta atual fase (durante a pesquisa de doutorado) já não estavam desenvolvendo pesquisas ou outras atividades com AD.

É provável que estes aspectos (não utilização de amostragens e mudanças de focos de pesquisadores) influenciaram o baixo número de retornos. O fato de apenas sete instituições participarem na atual fase da pesquisa, das 110 (cento e dez) contatadas — e ainda assim de forma irregular nas respostas aos questionários, já que entre as sete nem todas responderam a ambos os questionários (um dirigido aos membros, outro dirigido a líderes) —, foi um resultado realmente impactante, mas de certa forma já esperado.

Percebe-se que há ainda um processo de aprendizado sobre o tema da AD. Além disso, agrava a situação constatar que há poucos profissionais audiodescritores no país, falta incentivo público para a adoção efetiva deste recurso, num país que fala muito sobre inclusão social e acessibilidade, mas que ainda apresenta muitas lacunas entre discurso e prática e escassez no apoio financeiro às universidades e seus respectivos grupos e núcleos de pesquisa, constatações estas que certamente acabam por contribuir para o índice de retorno que obtivemos na participação institucional dos grupos/núcleos de pesquisa.

As próximas subseções (5.2 e 5.3) tratam da análise dos dados coletados em questionários destinados aos membros dos grupos/núcleos de pesquisa e junto aos seus líderes/vice-líderes. Depois da abordagem mais geral explicitada nos parágrafos anteriores, e por trabalhar com a totalidade dos pesquisados, considerou-se melhor analisar as respostas separadamente.

O objetivo dessa estratégia foi o de permitir a análise de discurso referente à postura — adotada por membros, líderes e vice-líderes dos grupos e núcleos pesquisados, que são caracterizados por perfis, funções e opiniões diversas nas diferentes instituições — relativa às

práticas de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos e à possibilidade do diálogo com a CI, através do conceito de informação audiodescritiva.

Considerando a extensão exaustiva da análise de discursos de tantos indivíduos respondentes (17 (dezessete), divididos em líderes/vice-líderes e membros), agravada pela extensão de ambos os instrumentos de coleta de dados (27 (vinte e sete)) perguntas dirigidas a líderes/vice-líderes e 29 (vinte e nove) dirigidas a membros dos grupos/núcleos), optamos, neste primeiro momento da análise, por selecionar aspectos que entendemos ser os mais relevantes. O apêndice D, no entanto, foi elaborado de forma a reunir todos os dados coletados, constando de Figuras e Tabelas, possibilitando análises mais detalhadas.

Referente aos pesquisados da CI (apresentaremos os dados coletados na subseção 5.4), conseguimos a participação efetiva de 12 (doze) das 17 (dezessete) universidades com programas de pós-graduação em CI, totalizando 179 (cento e setenta e nove) respostas, divididas da seguinte maneira: 35 (trinta e cinco) respondentes da UFBA, 33 (trinta e três) da UNESP, 28 (vinte e oito) da UFPB, 20 (vinte) da USP, 19 (dezenove) da UFRGS, 18 (dezoito) da UFF, 13 (treze) da UFPE; oito da UFPA; um da UFC; dois da UFES; um da UEL. Um respondente não identificou a universidade à qual era filiado. Esses dados foram agrupados nas tabelas 3 e 4, para melhor compreensão.

Tabela 3: Quantitativo de Programas de Pós-Graduação consultados para coleta de dados na área da CI de maio a junho de 2019

DADOS COLETADOS NA ÁREA DA CI	FEDERAIS	ESTADUAIS	NÃO IDENTIFICADO	TOTAL
Programas de Pós-Graduação em CI ⁷⁰	14	3	----	17
Participaram efetivamente da pesquisa ⁷¹	8	3	1	12

Fonte: Dados da pesquisa.

⁷⁰ UNB, USP, UEL, UNESP, UFBA, UFPB, UFMG, UFPE, UFSC, UFSCAR, UFC, UFPA, UFRJ, UFF, UFAL, UFES, UFRGS.

⁷¹ UFBA, UNESP, UFPB, USP, UFRGS, UFF, UFPE, UFPA, UFC, UFES, UEL, e mais um programa não identificado.

Tabela 4: Quantitativo de respondentes dos questionários aplicados na área da CI de julho a outubro de 2019

UNIVERSIDADE	Nº DE RESPOSTAS
UFBA	35
UNESP	33
UFPB	28
USP	20
UFRGS	19
UFF	18
UFPE	13
UFPA	8
UFC	1
UFES	2
UEL	1
NÃO IDENTIFICADA	1
TOTAL	179

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale reiterar que não sabemos exatamente quantos pesquisados receberam o questionário, já que o link de acesso ao instrumento de coleta foi enviado às secretarias dos programas para que fossem disseminados para os docentes e discentes, mas entendemos que o retorno foi expressivo, contribuindo significativamente para as análises na pesquisa.

A observação participante será explicitada na subseção 5.5, destinada apenas aos pesquisados da AD, que testaram o ambiente digital RL-SI, conforme relatado na seção 4. A seguir iniciamos a análise com os respondentes dos membros dos grupos e núcleos da AD.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO QUESTIONÁRIO “AUDIODESCRIÇÃO PARA MEMBROS DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2019 – OFICIAL”

Dos 10 (dez) membros que responderam às perguntas destinadas aos grupos e núcleos das sete universidades participantes obtivemos respostas de “estudantes de graduação” (60%) estudantes de doutorado (10%), colaboradores (10%), voluntários (10%) e outras funções (10%). A faixa etária mais representativa nas respostas foi de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) anos (60%) e as profissões dos pesquisados variaram entre jornalistas, docentes, técnica em geoprocessamento, programador *web* e servidor técnico administrativo.

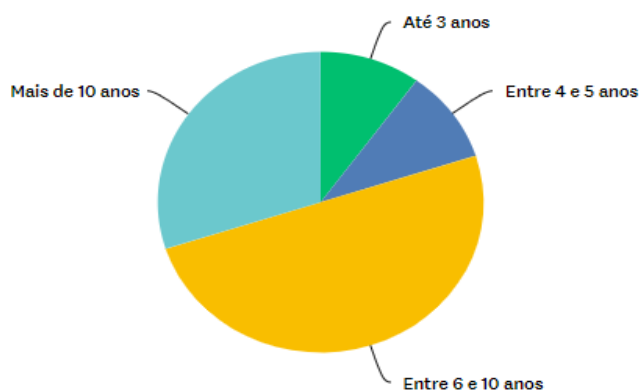
Nesta subseção procederemos à análise dos principais aspectos resultantes da coleta de dados realizada junto aos membros de grupos e núcleos de pesquisa pesquisados. Como procedimento para o processamento desses dados adotamos, conforme já mencionado, a análise de discurso, a partir de Pêcheux, cujo princípio consiste em:

[...] se desvencilhar da problemática subjetivista centrado no indivíduo – fonte de gestos e palavras, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo – e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão relações sociais, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem) (PÊCHEUX, 2015, p. 127).

Compreende-se, então, que os discursos a serem analisados perpassam pelas contradições existentes nas relações sociais que caracterizam os ambientes que os influenciam, constituindo-se como base para o desenvolvimento de uma certa consciência, nos aspectos relacionados ao pensamento econômico, político, cultural e(ou) social.

As respostas apresentadas pelo público da AD, especificamente pelos membros dos grupos/núcleos de pesquisa, expõem opiniões baseadas nas relações sociais que o sujeito eventualmente absorveu ou desenvolveu no ambiente institucional do qual faz parte, incluindo-se aí a compreensão sobre a temática da AD, sobre inclusão social, acessibilidade, pessoas com deficiência visual, preservação digital, salvaguarda, e CI, que dependerá, portanto, dialeticamente, do processo relacional estabelecido entre os indivíduos, e dos indivíduos com as instituições em que atuam, visando sempre a saltos de qualidade naquilo com que se deparam (ou, incluindo-nos, com que nos deparamos) cotidianamente.

Propôs-se, então, uma análise totalizante do cenário, a partir do exposto nos dados apresentados a seguir. Observa-se, também, a correlação do pensamento de Pêcheux com a dialética materialista (o método de abordagem epistêmico, sempre acompanhado do materialismo histórico como abordagem científica que permeia as análises), utilizada nesta pesquisa, possibilitando uma análise de dados que promove a interação de sua proposta com o pensamento de Marx e Engels. Assim, a seguir, escolhemos algumas respostas que auxiliaram no entendimento das questões delineadas na pesquisa.

Figura 2: Tempo de existência do grupo/núcleo de pesquisa

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Até 3 anos	10,00%	1
▼ Entre 4 e 5 anos	10,00%	1
▼ Entre 6 e 10 anos	50,00%	5
▼ Mais de 10 anos	30,00%	3
TOTAL		10

Fonte: Dados da pesquisa.

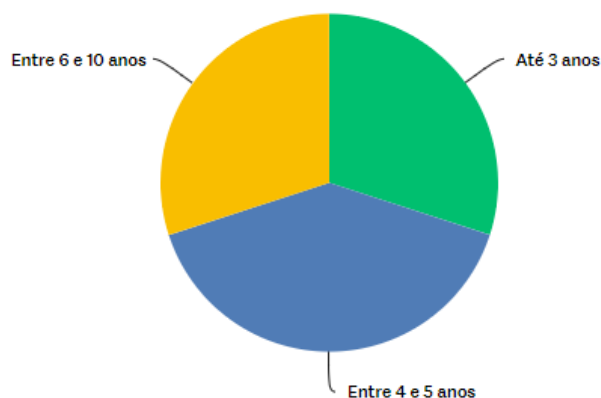
Como se vê na figura 2, a maioria dos respondentes faz parte de grupos/núcleos de pesquisa cujas existências se enquadram na duração de seis a 10 (dez) anos ou há mais de 10 (dez) anos, totalizando, portanto, 80% dos respondentes (50% e 30%, respectivamente).

Complementarmente, ao nos dirigirmos aos seus membros, em outra pergunta do questionário, indagando-os sobre quanto tempo havia que já faziam parte desses grupos/núcleos, a maioria (70%) respondeu que já atuava no grupo por até três anos, seguidos daqueles (20%) que participavam de seus grupos/núcleos entre seis e 10 (dez) anos.

Esses dados que complementam a figura proporcionam credibilidade às respostas que obtivemos com a pesquisa, já que nos remetem a integrantes de grupos/núcleos que atuam profissionalmente audiodescrevendo eventos de diferentes tipos há um tempo considerável, além do fato de que alguns atuam também no ensino e pesquisa com AD, por um período de tempo que pode ser considerado relevante. A experiência adquirida permite não somente que opinem sobre o atual processo de realização de AD, mas também sobre possíveis melhorias na geração e utilização deste recurso nos grupos/núcleos em que atuam, que já têm um histórico no campo, de ações de cunho profissional e acadêmicas realizadas com a AD.

A figura 3, a seguir, abordará o tempo que esses grupos e núcleos de pesquisa realizam ações com a temática da AD no Brasil.

Figura 3: Tempo transcorrido em que o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com a temática da AD



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Até 3 anos	30,00% 3
Entre 4 e 5 anos	40,00% 4
Entre 6 e 10 anos	30,00% 3
TOTAL	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 3, acima, pode-se observar que 40% dos respondentes informaram que o grupo/núcleo de pesquisa já vem realizando ações associadas à AD por um período de duração entre quatro e cinco anos. Pode-se depreender daí que, em quase 17 (dezessete) anos de AD no Brasil, o recurso ainda é pouco utilizado, infelizmente, precisando ainda se desenvolver bastante e ampliar sua visibilidade. Ou seja, apesar da figura 2 mostrar que os grupos e núcleos, em sua maioria, existem já há seis a 10 (dez) anos (o que reflete um ponto positivo), ainda é pouco expressivo o período de duração em que tais grupos/núcleos realizam efetivamente ações com a temática da AD (entre quatro e cinco anos, conforme constatamos na figura 3), especialmente se levamos em consideração a história desta tecnologia assistiva no mundo. Por isso, ressaltamos e reiteramos nesta pesquisa a importância de se promover a preservação digital e a salvaguarda do que já existe e faz parte da história da AD brasileira.

Candau (2011, p. 83-84) afirma que a memória envolve a unificação, a identificação e a classificação dos fatos sociais, e que o tempo classifica, ordena, denomina e data as situações, para registrar a história de uma sociedade. Assim sendo, a AD também necessita registrar seus processos para que se amplie a disseminação deste recurso tecnológico e se estimule a evolução deste campo, desenvolvendo-se/preservando-se sua memória e permitindo o acesso por longo prazo aos conteúdos informacionais audiodescritos.

Halbwachs (1990, p. 36) complementa esse pensamento ao nos lembrar que “o indivíduo participa de duas memórias: coletivas e as individuais”, e para tal é preciso que aquelas memórias percebidas como coletivas estejam de alguma forma registradas e passíveis de acesso, à disposição de seu público-alvo, propiciando a todas futuras melhorias no uso do recurso, quando mais pessoas poderão ter acesso e emitir opiniões críticas que tragam contribuições para o modo como se vem produzindo AD.

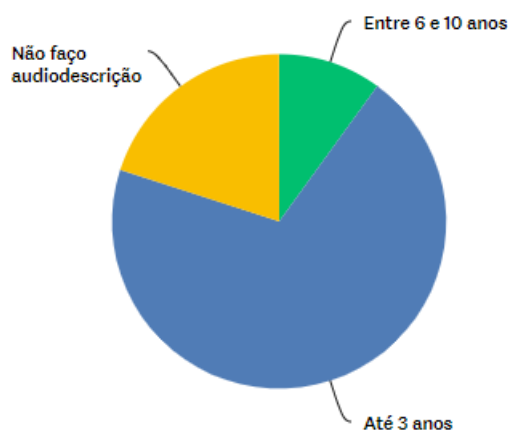
Figura 4: Sobre como o respondente descobriu a AD



Fonte: Dados da pesquisa.

Sabermos como a AD tornou-se conhecida pelos membros que compõem os grupos/núcleos de pesquisa é outro fator relevante, que demonstra que o universo escolhido para a pesquisa foi coerente e representativo, indicando-nos que 90% dos respondentes, como mostra a figura 4, descobriu a AD no âmbito dos grupos/núcleos de pesquisa de universidades, confirmando ser neste ambiente que se desenvolve a temática da AD no Brasil, academicamente e profissionalmente. Um único respondente (10%) registrou ter ouvido falar sobre o tema pela primeira vez durante uma ação audiovisual na sua escola.

Na figura 5, a seguir, os pesquisados responderam sobre o tempo que trabalham com AD, demonstrando o quanto a aplicabilidade do recurso ainda é nova no Brasil e a necessidade de ampliar o uso e conhecimento do mesmo.

Figura 5: Período de tempo em que o respondente faz AD

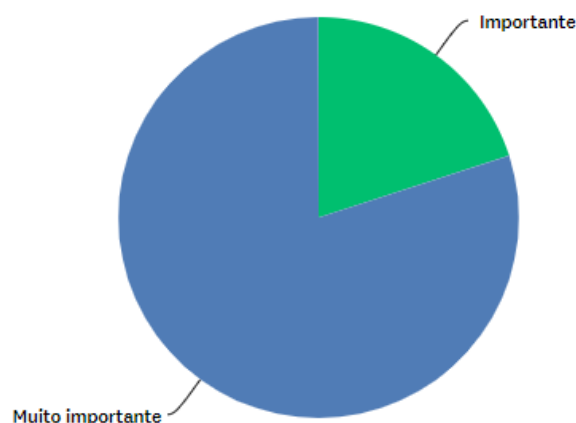
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Entre 6 e 10 anos	10,00%	1
▼ Até 3 anos	70,00%	7
▼ Não faço audiodescrição	20,00%	2
TOTAL		10

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 5 podemos constatar como o recurso da AD de fato ainda é novo no país, num estágio ainda de aprendizado, por parte dos pesquisadores e profissionais, como parecem demonstrar os dados da maioria dos membros pesquisados (70%), que praticam a AD pelo curto período de até três anos. É certo que quanto maior visibilidade essa técnica alcançar, melhores profissionais em AD surgirão. A preservação digital e a salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos proporcionarão o acesso às formas de produção da AD no Brasil, possibilitando melhorias na formação de novos profissionais e até estimulando outros a se tornarem audiodescritores, já que conhecerão melhor a temática.

A seguir, foi retratado na figura 6, o grau de importância conferido à utilização da AD para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual, mediante a experiência desses pesquisados com o uso e a aplicabilidade do recurso no cotidiano do público em questão.

Figura 6: Sobre o grau de importância conferido à utilização da AD para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual



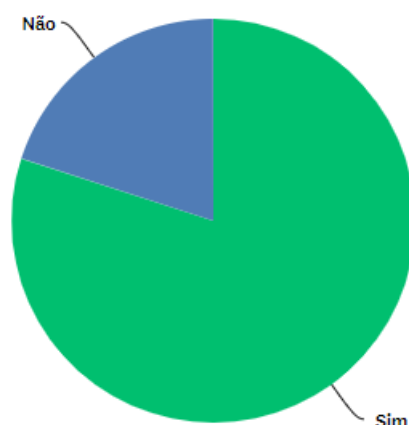
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Importante	20,00%	2
▼ Muito importante	80,00%	8
TOTAL		10

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela figura 6, 80% dos respondentes consideram a AD “muito importante” a inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência visual, os restantes 20% a consideram “importante”. Essa percepção pode ser respaldada por Sasaki (2011), ao nos lembrar que foi a partir do ano de 1981 — quando teve início a era da inclusão social, em que se instalou o lema “Nada sobre nós, sem nós” —, que o processo de inclusão social se daria de forma mais completa, ou seja, além de se incluir aquelas pessoas, deveriam também ser oferecidos recursos que facilitassem sua ação como sujeitos ativos, inserindo-os em todos os contextos em que fossem tratados assuntos relativos a políticas e ações sociais em geral, com enfoques que visassem medidas a serem adotadas para atendê-los.

O lema referido é de fato precedente pois, além de ser um recurso para atender o público com deficiência visual, a AD só deveria de fato ser realizada com a participação e aprovação de uma pessoa com deficiência visual que atuasse no processo como um consultor (termo já definido na seção dois). É, portanto, notável que os respondentes afirmem a relevância do papel da AD na inclusão social e acessibilidade desse público.

Na figura 7, a seguir, os pesquisados responderam sobre o contato com um acervo audiovisual.

Figura 7: Sobre o contato com algum acervo audiovisual

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	80,00%	8
Não	20,00%	2
TOTAL		10

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo que vemos na figura 7, acima, a maioria dos respondentes (80%) já teve contato com um acervo audiovisual. Essa experiência valoriza a percepção da necessidade do desenvolvimento da memória de conteúdos informacionais audiodescritos, pois a constatação de que os respondentes já conhecem um acervo audiovisual e sua aplicabilidade conduz à compreensão da necessidade de se preservar o que vem sendo registrado. A percepção de urgência da adoção de ações de preservação digital e da implementação de políticas de gestão coerentes para que o acesso a tais conteúdos seja garantido por longo prazo, ampliando o conhecimento acerca dessa tecnologia assistiva e seu uso, torna-se cada vez mais relevante.

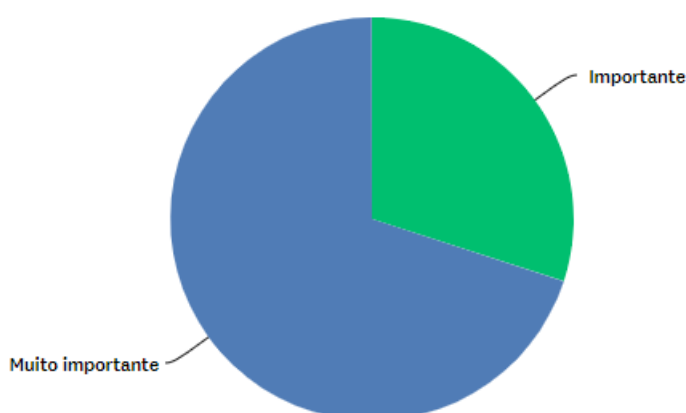
Segundo Santos, Farias e Feitosa (2018), as políticas de informação em repositórios institucionais utilizados para gestão de acervos audiovisuais inexistem, na maioria das vezes, daí a procedência da proposta de efetivação do diálogo entre a AD e a CI para que uma política e uma gestão coerentes de informação audiodescritiva sejam elaboradas.

Para Pêcheux (2015, p. 173), é necessário “[...] levar em consideração os espaços de heterogeneidades nos quais funciona a contradição” e para tal é preciso compreender as “formas materiais discursivas”, ou seja, sabe-se o quanto é complexa a compreensão dos conceitos de preservação digital, salvaguarda e de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, e quanta contradição ainda há na atual sociedade sobre as normas e regras que abrangem essas temáticas

e o seu efetivo uso para garantir o acesso por longo prazo aos documentos produzidos por instituições públicas e privadas.

Destaca-se a complexidade do cenário das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda com relação ao alto investimento financeiro que se faz necessário garantir uma gestão coerente do acervo audiovisual. Urge a reflexão acerca do desenvolvimento das ações e políticas básicas possíveis para o aprimoramento mais imediato que evite a perda destes acervos, o que impediria o registro das memórias coletiva e histórica, tão relevantes para a formação da consciência e da identidade do sujeito, pois ao atuar efetivamente no âmbito dos processos sociais, aperfeiçoando a sociedade, o sujeito interage, dialeticamente, transformando-se a si próprio.

Figura 8: Sobre o grau de importância conferido a um acervo audiovisual



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Importante	30,00%	3
▼ Muito importante	70,00%	7
TOTAL		10

Fonte: Dados da pesquisa.

Consultados sobre o grau de importância que conferem a acervos audiovisuais, os respondentes membros de grupos/núcleos de pesquisa afirmam serem “muito importantes” (70%) ou “importantes” (30%), o que em tese facilitaria, mais uma vez, a implementação das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda. Porém, ao serem questionados sobre a diferença entre ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda, nove dos 10 (dez) respondentes informaram não saber, apenas um deles tentou explicar, mas a resposta não foi adequada, confira: “diferença entre acesso e acessibilidade; temos um projeto denominado

Retalhos da Memória de Santa Maria, com publicações acessíveis com audiodescrição, libras e digital pesquisável”.

Constata-se, portanto, a necessidade de se preencher a lacuna existente no campo da AD sobre a compreensão e a implementação de ações e políticas para o desenvolvimento da sua memória, com objetivo de possibilitar novas interpretações dos pesquisados da AD ao serem questionados sobre esses aspectos, evitando um discurso de desconhecimento acerca das temáticas ou totalmente equivocado.

Segundo Ferreira (2019, p. 158), “[...] preservação é um método e a salvaguarda a garantia para que esta seja assegurada, por longo prazo ou permanentemente”. A autora afirma também que “O conceito de salvaguarda pressupõe o estabelecimento de ‘garantias’ para assegurar, proteger e, portanto, salvaguardar a representação de informação natodigital” Ferreira (2019, p. 166).

A carta de preservação do patrimônio digital (CONARQ, 2005, p. 2) afirma que

A preservação de documentos arquivísticos tem por objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos. O desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais está em garantir o acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização.

O documento “A salvaguarda do Patrimônio Audiovisual: Ética, Princípios e Estratégia de Preservação”, mais conhecido como IASA-TC 03” (INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES, 2017), afirma que “Embora a vida dos suportes audiovisuais não possa ser prolongada indefinidamente, devem ser feitos esforços para preservá-los em boas condições de uso, enquanto isso ainda for viável” (INTERNATIONAL ASSOCIATION..., 2017, p. 8). E complementa:

No caso dos conteúdos armazenados em suporte, a preservação do suporte requer um armazenamento em ambiente adequado a esse propósito, com a devida separação das fontes de informação primárias e secundárias, bem como a execução de procedimentos periódicos de manutenção e limpeza, quando necessários. A manutenção envolve a verificação constante de sinais e quadros de referência, quando disponíveis, nos suportes analógicos e a verificação constante da integridade de dados nos suportes digitais. Além disso, o equipamento utilizado para o manuseio e a reprodução deve estar de acordo com as exigências físicas dos suportes. A preservação envolve minimizar o uso de materiais originais por meio da disponibilização das cópias de acesso (INTERNATIONAL ASSOCIATION...,2017, p. 9).

O que se verificou foi o total desconhecimento do campo e a confusão conceitual dos pesquisados sobre as temáticas, sobre procedimentos considerados, digamos, como melhores práticas, e certamente isto explica o déficit no desenvolvimento da memória da AD, que já vínhamos percebendo desde a pesquisa de mestrado da Autora (CONCEIÇÃO, 2017), situação que, infelizmente, perdura até o momento atual.

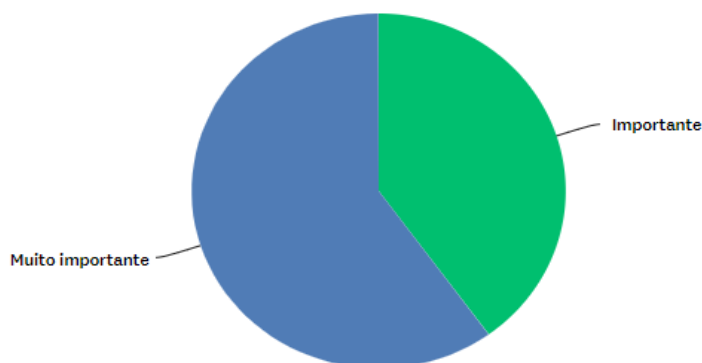
Ao nos basearmos em Cheptulin (2004, p.157), para quem “O movimento condiciona ‘a corrente’, a modificação permanente da matéria”, fica patente que a AD precisa iniciar um movimento em prol da preservação da sua memória, reduzindo ou eliminando a lacuna existente na preservação digital e salvaguarda dos conteúdos produzidos, para que este campo do conhecimento possa gerar estímulos e transformações concretas às relações materiais de existência dos contextos socioeconômico e político-cultural de pessoas com deficiência visual.

As transformações ocorrem, basicamente, a partir da sociabilidade do indivíduo. As relações das pessoas com deficiência são impulsionadas pelo uso da AD na sociedade, por isso destaca-se a relevância da disseminação da informação audiodescritiva nas cenas culturais, acadêmicas, de lazer, esportivas, profissionais, dentre outras.

O uso da informação audiodescritiva, passível de acesso por longo prazo, proporcionará ao sujeito com deficiência visual o conhecimento do recurso da AD e a ampliação do seu processo de sociabilização, já que “O homem existe se tornando algo novo, algo diferente daquilo que era antes. Esse tornar-se é práxis, é história” (KONDER, 1992, p. 92); logo, para que as pessoas com deficiência visual se transformem e evoluam, tornando-se diferentes algo novo, é preciso que tenham acesso às memórias coletiva e histórica da AD para que então consigam entender o que esse recurso proporciona em suas vidas e possam começar a solicitar essa tecnologia assistiva nas cenas sociais a que têm acesso.

A seguir, na figura 9, os pesquisados opinaram sobre a importância conferida às ações de preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos.

Figura 9: Sobre o grau de importância conferido à preservação digital de conteúdos informacionais audiodescritos



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
▼ Importante	40,00% 4
▼ Muito importante	60,00% 6
TOTAL	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na figura 9 que 60% dos respondentes consideram “muito importantes” e 40% veem como “importantes” as ações de preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos. Transcrevemos aqui o entendimento registrado por cada um dos 10 respondentes ao “Por quê?” de suas respostas:

- “Várias são as possibilidades de utilização: recursos para a fomentação de políticas públicas, pesquisas acadêmicas e para a produção de novos e mais atualizados materiais para o público específico”;
- “Porque informação é o que propicia a construção de conhecimento”;
- “Para as pessoas que necessitam e dependem desse recurso”;
- “A acessibilidade já está amparada pela lei e a cada ano ela se mostra mais presente. Porém o que já vi acontecer bastante é que se faz um trabalho de audiodescrição ótimo que acaba se perdendo porque está só com o produtor daquela mostra de filme, daquele dia, daquele festival. E isso, além de forçar a refazerem esse mesmo trabalho, essa acessibilidade [se] perde para o público que não pôde ir naquele evento, mas que poderia estar apreciando em um outro, e se perde para nós estudantes como potencial objeto de pesquisa e análise”;
- “Para que exista material acessível à disposição, e para a preservação de conteúdo, e registro documental do avanço da audiodescrição”;
- “Porque esse conteúdo pode ser mantido por um longo prazo”;

- “Para o maior conhecimento, acesso e construção social desta acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência”;
- “Preservar os conteúdos audiodescritos permite a criação de um banco de obras acessíveis, servindo também para a consulta na hora de audiodescrever novos materiais”;
- “Funciona como uma biblioteca possibilitando que as pessoas tenham acesso aos conteúdos já produzidos”;
- “Acredito que para ampliar o acesso dos conteúdos aos usuários”.

Essa percepção dos pesquisados é de suma relevância para que o diálogo proposto nesta tese possa acontecer e, com isso, o conceito aqui defendido, de informação audiodescritiva, possa adensar e fundamentar reflexões no campo. Para tal, é preciso reiterar que o conceito proposto remete aos conteúdos informacionais audiodescritos, à AD e seus metadados: a informação audiodescritiva precisa ser organizada numa representação elaborada de tal forma que permita a sua permanência e sua recuperação por longo prazo, com versões digitais daqueles conteúdos (originais ou resultantes da aplicação de procedimentos de conversão digital) preservados em repositórios arquivísticos digitais confiáveis.

O uso desses repositórios arquivísticos digitais confiáveis deve estar associado à criação concomitante de políticas de salvaguarda que garantam não somente as ações de preservação digital, mas também os próprios produtos resultantes de sua aplicação, única forma, em nosso entendimento, que aqui defendemos, de efetiva permanência (além de um contínuo desenvolvimento) da memória da AD brasileira, minimizando a lacuna existente no campo, referente ao ineficaz armazenamento dos seus registros.

Segundo Ferreira (2019, p. 169) “[...] os conceitos de ‘salvaguarda’ e de ‘repositório arquivístico digital de preservação’ são mais apropriados à garantia da preservação da representação de conteúdos informacionais textuais, audiovisuais, iconográficos, sonoros, musicais e musicográficos”. Esses conceitos “[...] vinculados a uma das garantias, a tecnológica, são basilares para a especificação das demais ‘garantias à preservação’”. Assim, o quanto antes a AD compreender a importância e incorporar esse processo, implementando a adoção de tais procedimentos, mais cedo reduzirá o risco de perda de sua produção audiovisual.

Nesse sentido, indagamos sobre a adoção de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, 70% dos respondentes afirmaram que estes procedimentos são adotados,

informando como isto era feito pelos grupos e núcleos de pesquisa de que fazem parte. Houve equívocos de entendimento na maioria das respostas, conforme registramos abaixo:

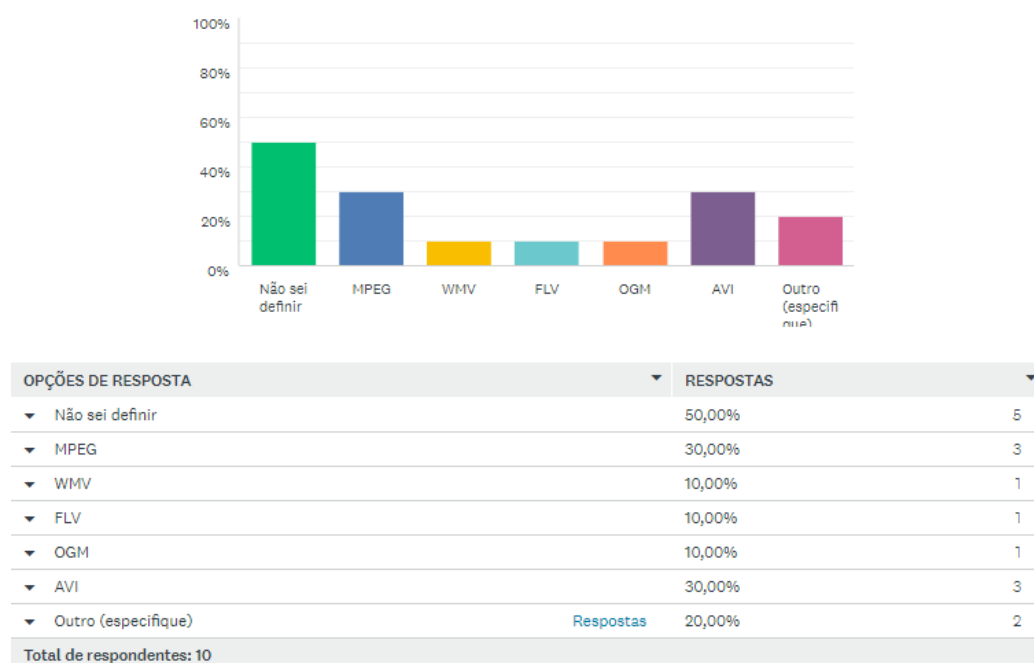
- “Há uma iniciativa de produção de um livro resumo de tudo que o grupo tem produzido. Em relação as políticas, temos como líder do grupo, a professora que é referência e pioneira no que tange ao estudo e construções de materiais audiodescritor”; (observe que este é um dos entendimentos considerados como equivocado, já que não há referência efetiva a uma ação de preservação e nem a uma ação de salvaguarda);
- “Está em construção um repositório para armazenar os materiais que foram convertidos para braille”;
- “O projeto costuma armazenar suas produções em três locais diferentes: na nuvem, em HD e no site”;
- “Via Departamento de Arquivo Geral; proposta de um repositório também”;
- “Além do backup físico e também por meio do *google drive*, temos o site (<http://bibliotecafalada.com/>) onde é possível acessar as obras audiodescritas”; (outro entendimento equivocado, pois não há referência a uma efetiva ação de preservação digital ou indícios de haver alguma política de salvaguarda);
- “É disponibilizado por uma página na internet o conteúdo produzido, assim como manter estes arquivos num banco de dados que podem ser acessados para se consumir ou como base de pesquisa e aprendizado”; (entendimento equivocado, pois não se trata de uma efetiva ação de preservação digital ou de alguma política de salvaguarda propriamente dita);
- “O grupo que faço parte realiza a preservação digital tendo em vista que atuam em um curso de Pedagogia a distância que tem suas aulas todas audiodescritas”; (idem, entendimento equivocado, pois não se trata aqui de uma ação de preservação digital de fato ou de adoção efetiva de alguma política de salvaguarda);
- “Não estou ciente de nenhuma”;
- “Conversão de texto físico para texto digital de modo a poder ser lido via softwares como DOSVox e NVDA”; (outro entendimento equivocado, pois não se trata aqui de uma ação de preservação digital de fato ou de adoção efetiva de alguma política de salvaguarda);

- “Existe um blog do grupo, onde são citados os trabalhos produzidos, mas não disponibilizados os trabalhos em si”; (entendimento também equivocado, pois na resposta não há referência a alguma efetiva ação de preservação digital ou de adoção efetiva de alguma política de salvaguarda).

Constata-se que, mesmo com o elevado grau de importância atribuído pelos respondentes à preservação digital de conteúdos informacionais audiodescritos, os conceitos de preservação digital e de políticas de salvaguarda não são entendidos corretamente, resultando em comentários complementares equivocados da maioria dos membros de grupos/núcleos de pesquisa. Certamente a falta ou fragilidade desse conhecimento aumentam o risco de perda dos arquivos produzidos pelo campo da AD.

Segundo Pêcheux (2014, p. 171) “[...] não é o homem que produz os conhecimentos científicos, são os homens, em sociedade e na história, isto é a atividade humana social e histórica”. Logo, a AD precisa investir no desenvolvimento de suas memórias coletiva e histórica, de forma a torná-las passíveis de acesso por longo prazo, ampliando sua ação em prol da transformação positiva do cotidiano de pessoas com deficiência visual. A CI pode ser sua mais importante parceira no alcance deste objetivo, tendo por base a ciência, por meio do conceito de informação audiodescritiva que aqui propomos.

Figura 10: Sobre o formato de arquivo que escolheriam para a versão digital do documento audiovisual



Fonte: Dados da pesquisa.

É preocupante constatarmos, pela figura 10, que 50% dos respondentes (cinco) não saibam definir o formato da versão digital de seus documentos audiovisuais. Percebemos tardiamente que a pergunta na verdade foi mal formulada, já que nossa intenção era a de identificar o formato de arquivo adotado para uma versão *master* do documento, ou seja uma versão destinada à preservação digital. Mas isso não prejudicou fortemente nossa intenção, pelo que pudemos ver nas respostas que obtivemos.

Além das opções de formato de arquivo digital indicadas no gráfico acima — ao perguntar-se sobre o formato de arquivo que escolheriam para versão digital de um documento audiovisual —, os respondentes tinham também entre as opções os formatos MOV, RMVB e MXF, que não foram escolhidos em nenhuma das respostas. Destaque-se que o formato MXF está entre os mais adotados mundialmente para a preservação digital, por ser um formato aberto, minimizando eventuais problemas futuros causados por uso indevido de produto proprietário, aspectos legais e técnicos que podem dificultar o uso daquela informação por longo prazo, como é o caso do formato MOV, também muito usado como opção de formato para preservação, mas proprietário, com os eventuais problemas e limitações que isso pode trazer.

O formato AVI, selecionado por três respondentes, que da mesma forma vem sendo adotado e aceito para a preservação, também é proprietário. Mas, para além dos problemas aqui já registrados, três respondentes (de um total de 10 (dez), que podiam escolher mais de uma opção de formato na resposta), escolheram o formato MPEG, que na verdade não se trata de um formato de arquivo destinado à preservação digital; o RMVB não foi selecionado, e não deveria ter sido mesmo, pois também não se prestaria à preservação digital, mas o FLV, o OGM e o WMV, cada um escolhido por um respondente, também não são destinados à preservação.

Agrava-se a situação das respostas quando se constata que na opção “Outro (especifique)” não foi indicado nenhum outro formato que eventualmente pudesse ser adotado para versões digitais de arquivos em ambientes de preservação digital e sim os formatos MP4 (H.264), VP8 e VP9, que não são formatos destinados à preservação digital, mas à codificação ou à compressão de vídeo. Segundo o CONARQ (2005, p. 2)

A eficácia de um documento arquivístico depende da qualidade e do rigor dos procedimentos de produção e manutenção realizados pelas organizações produtoras de documentos. Entretanto, como a informação em formato digital é extremamente suscetível à degradação física e à obsolescência tecnológica - de hardware, software e formatos -, essas novas facilidades trazem consequências e desafios percucientes para assegurar sua integridade e acessibilidade. A preservação dos documentos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de

sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário.

Verifica-se, portanto, a necessidade de aquisição e aplicação prática de conhecimento técnico-científico, por profissionais audiodescritores, sobre as características e usos de formatos adequados para a gestão do seu acervo, e sobre ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, para que o campo consiga desenvolver, preservar e dar acesso a sua memória, reduzindo (e buscando eliminar) os riscos de perda irreversível da sua produção audiovisual.

Entende-se que a aproximação com os profissionais da CI se faz necessária e fundamental, pois sabe-se que operações e técnicas relativas à organização, representação, recuperação, preservação digital e salvaguarda de conteúdos registrados não são expertises dos profissionais que lidam com a AD, reafirmando assim a importância do diálogo entre ambas, para que a AD possa continuar atendendo as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual.

As fragilidades se viram reiteradas quando os membros dos grupos/núcleos de pesquisa foram questionados se consideravam suficientes as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda utilizadas pelo grupo/núcleo de pesquisa do qual participam, em que a maioria dos respondentes se equivocou ao responder afirmativamente:

- “Não, pois as ações ainda estão muito limitadas a líder do grupo e a outra pesquisadora em nível de mestranda. É preciso mais ações por parte de todos os integrantes do grupo”;
- “Só não são maiores por falta de recursos humanos”;
- “Sim”;
- “Não, tanto que não estou ciente de nenhuma”;
- “Não, visto que mesmo entre os membros, alguns não têm acesso aos trabalhos feitos”;
- “Sim”;
- “Não, precisamos melhorar”;
- “Acho suficiente”;
- “Sim”;
- “Sim”.

Sabe-se que “Em função da alta densidade de informações, os suportes digitais são em geral mais vulneráveis à perda de informação devido a danos do que os suportes analógicos” (INTERNATIONAL ASSOCIATION..., 2017, p. 10), por isso cabe a preocupação gerada pela não utilização de métodos adequados de proteção a conteúdos produzidos no ambiente digital.

Consultados acerca de ideias ou sugestões para o aprimoramento de eventuais ações de preservação digital e(ou) de políticas salvaguarda que os grupos/núcleos de pesquisa do qual participam viessem utilizando, responderam:

- “Criação de acervos em bibliotecas e em espaços artísticos de forma que toda a comunidade tivesse acesso quando e onde precisasse ou tivesse necessidade”;
- “Conversão de textos físicos em textos digitais, mais especificamente o HTML que permite alteração de contexto de língua”;
- “Não”;
- “Adotar um protocolo de preservação de material produzido. Dessa forma todos saberiam o que fazer com o que, como guardar e onde estará aquele conteúdo salvo”;
- “Colocar tudo no site, se possível pela questão de direitos autorais, ou ao menos num drive próprio do grupo”;
- “Não”;
- “Repositório com capacidade e acessibilidade”;
- “Talvez seja possível melhorar a organização dos processos de preservação dentro do grupo”;
- “Não”;
- “Não”.

Apenas uma resposta efetivamente indica caminhos de fato correlatos à preservação digital, fazendo referência à necessidade de adoção de um protocolo que oriente sobre o que fazer, como guardar, como localizar, indagações fundamentais para a preservação e para o acesso, indicando também aspectos importantes em qualquer política de salvaguarda básica. Mais uma vez percebe-se a relevância do diálogo entre a CI e a AD, para suprir esse déficit conceitual e prático sobre de gestão de um acervo, procurando-se atender normas nacionais e internacionais de arquivo. Sem dúvida a CI poderá colaborar com a AD, auxiliando a

Definir procedimentos e estratégias de gestão arquivística de documentos quando da criação, transmissão e preservação de documentos em formatos

digitais, com o objetivo de garantir a produção e manutenção de documentos fidedignos, autênticos, acessíveis, compreensíveis e preserváveis (CONARQ, 2005, p.4).

Entendemos, como já indicamos anteriormente, que a CI estimulará a reflexão epistemológica que poderá conduzir esses processos em AD, e suas subáreas oferecerão a técnica e a prática para sua efetivação, especialmente agora, com o conceito que aqui propomos de informação audiodescritiva.

Ao serem questionados se consideravam importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudessem preservar seus conteúdos audiodescritos, os membros dos grupos/núcleos de pesquisa responderam:

- “Sim. Estive na Finlândia e fiquei impressionada com o nível de autonomia das pessoas com deficiência visual, devido à acessibilidade na maioria dos ambientes públicos. No Brasil, o desconhecimento e descaso por parte das autoridades e universidades ainda é muito grande, sendo este cuidado limitado, apenas as pessoas que estudam ou pesquisam esta área”;
- “Sim. Preservação de informação que constrói conhecimento é sempre válido”;
- “Sim, muito necessário”;
- “Acho muito válido. Conteúdo acessível ainda possui inúmeros formatos, princípios e diretrizes e para quanto [sic] mais entramos em contato com diferentes projetos, mais se expandem os horizontes do potencial que essas produções podem trazer”;
- “Sim, para que além de preservado, o conteúdo seja difundido”;
- “Sim, porque mais pessoas, de diferentes épocas, poderiam acessar esse conteúdo”;
- “Sim, mas só da língua brasileira dará bastante trabalho”;
- “A acessibilidade é sempre de extrema importância e permitir o acesso de pessoas de diferentes nacionalidades agrega muito ao processo de difusão dos conteúdos”;
- “Poderia servir como um repositório onde permitiria que muitas pessoas tivessem acesso a produção de diferentes regiões e poderiam até estabelecer parcerias em produção e divulgação do conteúdo e estudos”;
- “Sim, ampliaria o acesso a esse tipo de conteúdo, nossa sociedade se tornaria mais inclusiva”.

A relevância de um repositório digital percebida pelos profissionais do campo da AD como estratégia para manter o acesso por longo prazo aos conteúdos informacionais audiodescritos é de fato confirmada pela norma ISO 14721, relativa ao Modelo de Referência OAIS (*Open Archival Information System*, traduzido na ABNT NBR 15.472:2007 como SAAI – Sistema Aberto de Arquivamento de Informação)⁷². A implementação de tais conteúdos em um ambiente digital arquivístico do tipo repositório auxiliará no desenvolvimento e na permanência por longo prazo da memória da AD brasileira, trazendo novas reflexões e olhares para a informação audiodescritiva produzida.

Aos questionarmos se percebiam a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória da AD no Brasil, obtivemos as seguintes respostas:

- “Sim. Como afirmei na pergunta anterior, só com a preservação e produções de materiais de audiodescrição será possível desenvolver políticas públicas mais efetivas na área”;
- “Sim. Preservação de informação que constrói conhecimento é sempre válido”;
- “Sim”;
- “[Sim.] É a preservação do que foi feito, tanto para que mais pessoas possam ter acesso a isso depois, como para servir de base do que funciona ou não na área, baseado no histórico”;
- “Sim, visto que é por essa salvaguarda que os registros serão acessíveis, no futuro, para que essa memória seja criada”;
- “Sim, a adoção de preservação pode manter as produções audiodescritas por um longo período, o que possibilita que mais pessoas possam acessar esse conteúdo”;
- “[Sim, para um] maior acesso simultâneo ao registro histórico e arquivístico”;
- “É importante criarmos uma cultura da audiodescrição, que é muitas vezes esquecida no nosso país. A construção dessa memória da audiodescrição facilitaria os estudos na área e a preservação do trabalho dos audiodescritores”;
- “As duas irão, em minha perspectiva, colaborar. Estabelecer políticas de salvaguarda pode, além de garantir a produção, permitir seu fomento; nesta situação é necessário haver a preservação para que não se perca o conteúdo e

⁷² Cf. International Organization for Standardization (2012) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (2007).

ele possa ser distribuído, para que as pessoas que necessitem dele (conteúdo acessível) tenham onde o encontrar”;

- “Não sei identificar”.

Vê-se que, ao perceber a correlação entre ações de preservação e políticas de salvaguarda, a grande maioria dos respondentes confirmou sua importância para o desenvolvimento da memória da AD com acesso por longo prazo aos seus conteúdos. De fato, documentos audiovisuais requerem complexa e cuidadosa gestão arquivística, e para tal é preciso que os profissionais de AD se conscientizem e dialoguem com áreas afins, como a CI, para realizarem esses procedimentos com base em normas nacionais e internacionais de arquivos. Com base em Cheptulin (2004), acreditamos que, assim, a AD poderá realizar, dialeticamente, um salto qualitativo, por meio de uma ação transformadora, que estimulará mudanças benéficas no campo, ampliando a integração entre seus principais usuários, seus profissionais, pesquisadores e a sociedade em geral, no que se refere à geração/criação e ao registro, organização, preservação e acesso contínuo a conteúdos informacionais audiodescritos.

Marx compreende que a história é necessária para todo o desenvolvimento da humanidade (CÂMARA, 2007), logo a inserção das ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda proporcionarão para a AD a possibilidade de manter em contínuo desenvolvimento as memórias coletiva e histórica do campo, transformando o cotidiano das pessoas com deficiência visual, que poderão acessar a informação audiodescritiva, e o campo terá seus conteúdos audiodescritivos representados e registrados por longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, no que se refere ao avanço das ações de inclusão social e acessibilidade.

Quando questionados sobre como o profissional da CI poderia auxiliar o campo da AD, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda do conteúdos informacionais audiodescritos, os membros de grupos/núcleos de pesquisa responderam o seguinte:

- “Com certeza. Ao fazer o curso de audiodescrição, me senti atrasada no meu amadurecimento devido ao desconhecimento que tenho para as estratégias e instrumentos informáticos a serem usados. Nesta pesquisa mesmo, não soube responder qual a melhor formato de arquivo para fazer a versão digital. Portanto este profissional pode ajudar desde a seleção das melhores tecnologias até as

formas de preservação de todos os acervos produzidos até o momento na área de audiodescrição”;

- “Não”;
- “Não”;
- “Talvez como um profissional da área de informação ele possa trazer formas mais eficientes de preservar o acervo produzido”;
- “Consigo visualizar esse profissional interagindo por meio da criação de banco de dados e tratamento digital do material”;
- “Acredito que o profissional da Ciência da Informação possa ajudar a manter as produções em audiodescrição de uma forma mais segura e com mais qualidade”;
- “Cumprindo seu papel, com informações acessíveis a todos e todas”;
- “Não entendo o suficiente de Ciência da Informação”;
- “Não saberia dizer em quais medidas e níveis possa haver colaboração, embora eu seja otimista e consiga imaginar que surja alguma contribuição”;
- “Não”.

Verifica-se com as respostas acima que, apesar da CI ser uma área do conhecimento com a qual a AD ainda não é familiarizada, os profissionais audiodescritores procuraram externar suas percepções sobre a forma como a CI poderia auxiliar a AD nesse contexto. No entanto, confundem-se com as especificidades da Ciência da Computação, uma área que possui relação de convergência transdisciplinar com a CI, mas que se diferencia em diversos aspectos, tendo expertises distintas.

A confusão conceitual identificada demonstra, mais uma vez, a necessidade do diálogo entre CI e AD para que ambas se compreendam e percebam que há temas em seus objetos de estudo que se “comunicam”, tendo como elemento mediador a informação. Reiteramos que através das teorias, técnicas e práticas da CI sobre a organização da informação, sua disseminação, transmissão, gestão, preservação e o acesso contínuo associados às TIC, será possível auxiliar a AD no desenvolvimento e preservação de sua memória — e não exclusiva e especificamente na construção de *softwares* ou *hardwares*, porque aí sim envolveria os profissionais da Ciência da Computação —, mas na reflexão sobre uma adequada representação da informação, bem como a mais constante regularidade na sua recuperação, em nosso caso específico, da informação audiodescritiva.

Indagamos também aos membros dos grupos/núcleos de pesquisa se eles entendiam que os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação digital e/ou salvaguarda dialogando com a área da CI, e obtivemos as seguintes respostas:

- “Não necessariamente”;
- “Sim. Fazendo uso de tecnologias e linguagens apropriadas”;
- “Sim é importante”;
- “Acho que procurar é válido, mas não se restringir a ela. O interessante é ter diferentes grupos explorando diversas possibilidades, justamente para ter mais embasamento ao declarar se algo funciona ou não”;
- “Acho que sim. Não um padrão nacional, talvez, mas ao menos um padrão de cada grupo”;
- “Sim, é uma forma de aliar tecnologia, segurança, preservação e qualidade”;
- “Talvez, se isso não limitar ou dificultar seus trabalhos”;
- “As parcerias são importantes para melhorar o trabalho de audiodescrição”;
- “Se mostrando eficiente podemos sim adquirir e aprender tais ferramentas para preservação digital”;
- “Sim, pois assim padronizaria a busca pelos conteúdos audiodescritos, facilitando assim o usuário final”.

Observa-se nas respostas acima que, embora a maioria dos respondentes entenda a necessidade da padronização de ações de preservação digital e(ou) salvaguarda a partir do diálogo com a CI, há aqueles que se mostram mais reticentes desta real necessidade (“...não necessariamente”), ou os que indicam que a padronização possa ter alguma importância, desde que não seja restritivo (“...é válido, mas não se restringir a ela”), e ainda os que creem que uma padronização não devesse ser de âmbito nacional (“...ao menos um padrão de cada grupo”).

As contradições e mesmo uma certa incompreensão do sentido do termo ‘padronização’ parece permear ainda o entendimento de membros de alguns grupos/núcleos de pesquisa. Aqui também se comprova, portanto, que o diálogo CI/AD vem para entender as potencialidades, as limitações e as dificuldades de cada grupo/núcleo, na expectativa de se estabelecer procedimentos adequados que, ainda que se limitem ao básico do que se costuma denominar como ‘boas práticas’, sejam plausíveis para todos.

Perguntados se consideravam importante o audiodescritor adquirir consciência do processo de preservação digital e salvaguarda do conteúdo que produz, através do diálogo com a área da CI, os membros dos grupos/núcleos de pesquisa responderam:

- “Sim. Precisamos muitos dos recursos da informática. Cursos e orientação para escolhas dos melhores programas de informática, instrução e monitoramento no que tange à preservação dos conteúdos produzidos. Tenho certeza de que o fato de não ser uma conhecedora da informática me coloca em uma posição de listar muito pouco as possibilidades de contribuição”;
- “Sim. Fazendo uso de tecnologias e linguagens apropriadas”;
- “Sim, através de normas”;
- “Sim. Hoje ainda não temos cursos de AD difundidos no país, mas temos grupos de pesquisa que poderiam formar parcerias e compartilhar seus conhecimentos sobre o assunto”;
- “Sim. Poderia ser feito criando uma pasta na nuvem para todo o conteúdo audiodescritivo produzido, seja na forma escrita, por meio de documentos online, ou audiovisual, por meio de vídeos, áudios etc.”;
- “Sim, acredito que os dois profissionais poderiam trabalhar juntos ou, ao menos, dialogarem com uma certa frequência”;
- “Talvez, se isso não estabelecer mais uma etapa dificultadora da elaboração e disseminação do recurso”;
- “Os grupos que realizam audiodescrição devem ter um membro da Ciência da Computação ou parcerias com pessoas da área para facilitar os processos de preservação digital”;
- “Sim, já que este conhecimento fará com que se torne mais autônomo e possa encontrar soluções para viabilizar sua produção”;
- “Sim, inserindo este conteúdo nos cursos de formação do audiodescritor e em eventos da área”.

As respostas listadas acima trazem à tona o quanto ainda é difícil compreender e falar sobre o que é preservação digital e políticas de salvaguarda, mesmo quando os pesquisados respondem outras questões atestando entender a importância destes procedimentos ou concordando que precisam aplicar mais métodos como estes, ou seja, os conceitos e a importância destas ações e políticas ainda são confusas para os profissionais da AD. Isso até

pode ser compreensível, já que são profissionais de outro campo, que já possuem o grande desafio de promover o acesso à informação audiodescritiva, de auxiliar na inclusão social e na acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

Além do aspecto conceitual sobre preservação digital e políticas de salvaguarda, existe também a confusão conceitual de entendimento sobre as áreas da CI e da Ciência da Computação, que é recorrente, mas cujas diferenças já foram pontuadas aqui. Obviamente é necessário corrigir este entendimento para a efetiva realização do diálogo que vimos propondo nesta tese, que talvez possa auxiliar na reflexão sobre os conceitos de preservação digital e salvaguarda, apontando sua relevância no cenário dos conteúdos informacionais audiodescritos e, conseqüentemente, no desenvolvimento e na permanência da memória da AD brasileira.

É natural que estejamos cientes de que não há soluções únicas ou imutáveis, o que fazemos é estimular a reflexão por meio de conceitos e indicar propostas de procedimentos sobre como manter a informação passível de acesso por um prazo maior. Como afirma o CONARQ (2005, p.3),

A preservação de documentos digitais pressupõe uma constante atualização de suporte e de formato, além de estratégias para possibilitar a recuperação das informações, que passam pela preservação da plataforma de hardware e software em que foram criados, pela migração ou pela emulação. Estas são algumas iniciativas que vêm sendo tomadas, mas que não são ainda respostas definitivas para o problema da preservação de longo prazo. Não há soluções únicas e todas elas exigem investimento financeiro elevado e contínuo em infra-estrutura tecnológica, pesquisa científica aplicada e capacitação de recursos humanos.

A compreensão dos conceitos, impulsionada pela proposição do conceito aqui elaborado de informação audiodescritiva, o entendimento mais adequado sobre o que são a CI e suas subáreas, a reflexão sobre estratégias para registrar e manter um acesso contínuo, propõem o início de um diálogo entre a CI e a AD, que deve ocorrer de forma colaborativa entre os profissionais, buscando através de pesquisas e ações aprimorar o que já vem sendo feito na AD, sempre procurando-se manter a autenticidade e a integridade para o acesso por longo prazo do que é produzido, para seguir-se impulsionando a inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

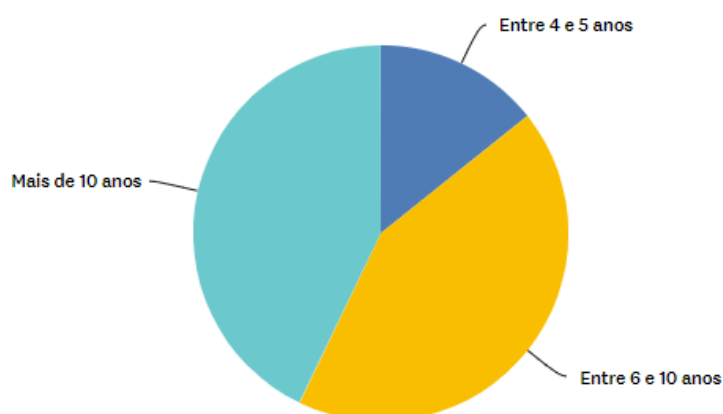
Na subseção seguinte será realizada a análise dos dados obtidos com o questionário respondido por líderes e vice-líderes dos grupos/núcleos de pesquisa. Conforme indicamos antes, esses dados foram apresentados separadamente da análise dos dados obtidos no questionário dirigido aos seus membros por se tratarem de perfis que ocupam posições distintas

nos grupos e núcleos e que, talvez por isso, acreditávamos que viessem a apresentar opiniões diferentes também, nos permitindo, então, obter uma análise mais precisa e detalhada dos discursos.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO QUESTIONÁRIO “AUDIODESCRIÇÃO PARA LÍDERES DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2019 – OFICIAL”

Os participantes se identificaram em 42,86% na posição de líder, 42,86% na posição de vice-líder e 14,29% na de vice-coordenador. O grau de escolaridade ficou caracterizado como mestrado (14,29%) ou doutorado (85,71%), com perfis profissionais de docentes, audiodescritores e jornalistas, com idades de 46 (quarenta e seis) a 50 (cinquenta) anos (57,14%), 56 (cinquenta e seis) a 60 (sessenta) anos (28,57%) e 36 (trinta e seis) a 40 (quarenta) anos (14,29%). Da mesma forma como fizemos com relação aos dados coletados no questionário direcionado aos membros dos grupos/núcleos de pesquisa, na seção anterior a esta, selecionamos aqui aquelas que consideramos as principais questões/respostas para análise, a ser realizada com base nas abordagens da análise de discurso e da dialética materialista.

Figura 11: Tempo de existência do grupo/núcleo de pesquisa



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Até 3 anos	0,00% 0
Entre 4 e 5 anos	14,29% 1
Entre 6 e 10 anos	42,86% 3
Mais de 10 anos	42,86% 3
TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se vê na figura 11, a grande maioria dos respondentes (seis, de um total de sete) faz parte de grupos/núcleos de pesquisa cujas existências se enquadram na duração de seis a 10 (dez) anos (com a participação de 42,86% dos líderes/vice-líderes respondentes) e de mais de 10 anos (com outros 42,86%). Complementarmente, ao nos dirigirmos aos respondentes em outra pergunta do questionário, indagando-os sobre quanto tempo havia que já faziam parte desses grupos/núcleos, obtivemos a resposta de que 42,86% já atuavam em seus grupos de seis e 10 (dez) anos e os 57,14% restantes se dividem da seguinte forma: 28,57% atuavam entre quatro e cinco anos e os outros 28,57 atuavam por mais de 10 (dez) anos.

Figura 12: Tempo transcorrido em que o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com a temática da AD



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Até 3 anos	14,29%	1
▼ Entre 4 e 5 anos	28,57%	2
▼ Entre 6 e 10 anos	42,86%	3
▼ Mais de 10 anos	14,29%	1
TOTAL		7

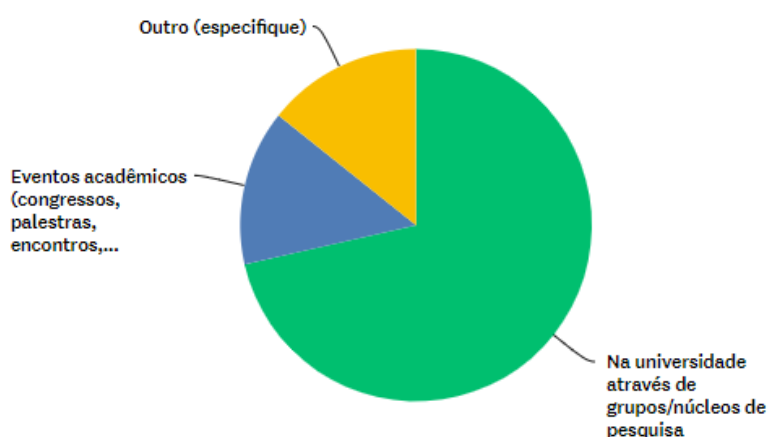
Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 12, acima, constata-se que ao unirmos duas das opções de respostas, ou seja, os 42,86% dos grupos/núcleos de pesquisa pesquisados que realizam ações com a temática da AD já por um período de seis a 10 (dez) anos e aqueles 14,29% que já o fazem por mais de 10 (dez) anos, temos uma maioria (57,15%, ou quatro dos sete respondentes). Esse quantitativo nos permite perceber que o resultado demonstra que podemos reconhecer a credibilidade dos respondentes para emitir seus entendimentos sobre o recurso, com base na experiência que

adquiriram, desenvolveram e (ou) compartilharam até aqui em suas ações nos grupos/núcleos de que fazem parte, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da aplicação técnica profissional.

O diálogo com a CI poderá proporcionar ao campo da AD a diminuição de lacunas existentes nas suas memórias coletiva e histórica, pois muito do que já foi produzido com o recurso no Brasil, nesses 10 (dez) anos ou mais, se perdeu, ou está registrado em ambientes distintos, sem visibilidade e sem atender às normas de preservação digital e salvaguarda que permitem o acesso por longo prazo as informações registradas.

Figura 13: Sobre como o respondente descobriu a AD



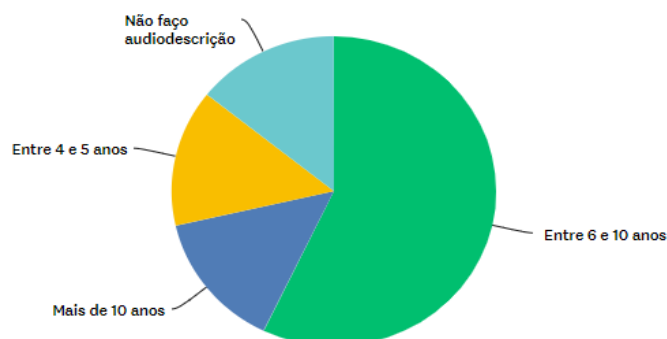
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	RESPOSTAS
Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa	71,43%	5
Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)	14,29%	1
Outro (especifique)	14,29%	1
TOTAL		7

Fonte: Dados da pesquisa.

Com a figura 13 verificamos um aspecto relevante, que atesta que o universo selecionado para a pesquisa, as universidades, foi bastante adequado, já que, no Brasil, as universidades são relevantes para o desenvolvimento da temática da AD, tanto academicamente, quanto no seu aspecto técnico profissional. Observa-se que 71,43% das respostas (cinco de sete respondentes) indicaram que descobriram a AD no âmbito de grupos/núcleos de pesquisa em universidades. Da mesma forma, um outro respondente (14,29%) a descobriu em eventos acadêmicos, o que também se torna um dado coerente com o universo selecionado para a pesquisa, já que a maioria desses eventos são produzidos pelas próprias universidades, totalizando, portanto, 85,92% dos pesquisados (o respondente restante,

correspondendo a outros 14,29%, descobriu a AD trabalhando com pessoas com deficiência visual).

Figura 14: Período de tempo em que o respondente faz AD

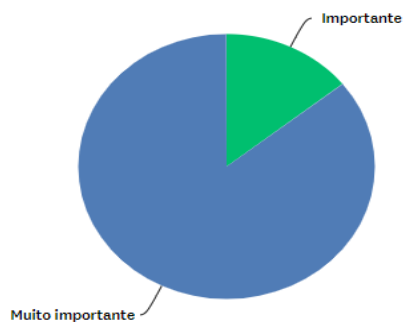


OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Entre 6 e 10 anos	57,14% 4
Mais de 10 anos	14,29% 1
Entre 4 e 5 anos	14,29% 1
Não faço audiodescrição	14,29% 1
TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 14, acima, reitera a representatividade dos respondentes ao falar do recurso, com 57,14% dos pesquisados afirmando que trabalham com AD entre seis e 10 (dez) anos, e outros 14,29% há mais de 10 (dez) anos, sendo coerente com o período de existência da maioria dos grupos/núcleos e da participação dos respondentes neles.

Figura 15: Sobre o grau de importância conferido à utilização da AD para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual

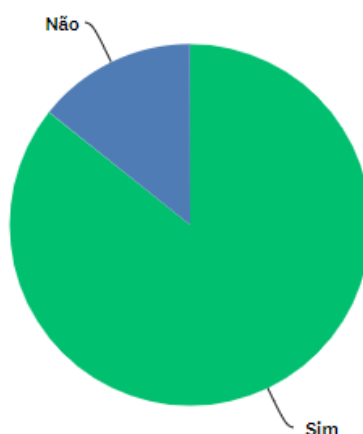


OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Importante	14,29% 1
Muito importante	85,71% 6
TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela figura 15, 85,71% dos respondentes consideram a AD muito importante para a inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência visual e este é um outro fator relevante. Segundo Silva et alii (2014, p.35) “[...] acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, no que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação”. Assim, a AD é necessária para a conquista da independência e autonomia do público com deficiência visual, pois é um recurso que impulsiona a inclusão social e a acessibilidade desses sujeitos e permite sua prática como cidadãos ativos no ambiente ao qual fazem parte.

Figura 16: Sobre o contato com algum acervo audiovisual

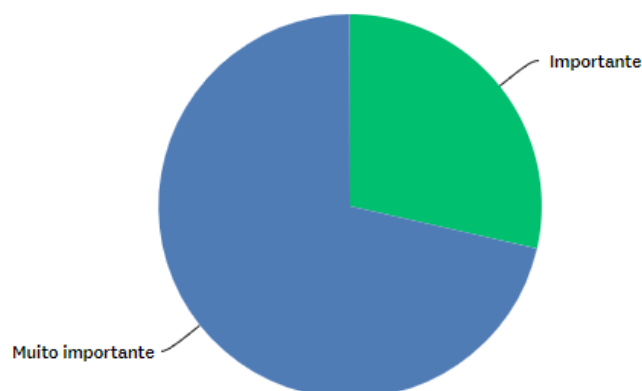


OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	85,71%	6
Não	14,29%	1
TOTAL		7

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se na figura 16 que 85,71% dos pesquisados já tiveram contato com algum acervo audiovisual, e portanto parece-nos claro que compreendem o que é um acervo. Segundo o CONARQ (2005, p.4) é preciso “Orientar quanto à criação de infra-estrutura nas instituições arquivísticas e nas organizações produtoras e acumuladoras de documentos”; referente a “[...]equipamentos, sistemas, metodologias e recursos humanos capacitados, para que possam desempenhar um papel ativo na gestão da preservação dos documentos digitais”. Por isso, a importância de se ter contato com acervos nos ajudam a perceber a urgência de uma gestão que considere de forma relevante os aspectos relacionados à realização de ações de preservação digital e a políticas de salvaguarda.

Figura 17: Sobre o grau de importância conferido a um acervo audiovisual



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Importante	28,57%	2
▼ Muito importante	71,43%	5
TOTAL		7

Fonte: Dados da pesquisa.

Consultados sobre o grau de importância que conferem a acervos audiovisuais, 71,43% dos respondentes, como se vê na figura 17, afirmam serem “muito importantes”, percebendo, portanto, sua relevância.

No entanto, ao indagarmos, em outra questão, sobre o conhecimento acerca da diferença entre as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda, seis respondentes não souberam diferenciar os conceitos. Apenas em uma resposta foi possível perceber que o pesquisado compreendia a diferença, e o que cada conceito significa no contexto dos arquivos audiovisuais, conforme exposto a seguir:

- “Não”;
- “Não”;
- “Não tenho certeza do que viria a ser cada uma delas”;
- “Não”;
- “Não”;
- “Não”;
- “Ações de preservação digital remetem às possibilidades e formas que se tem de preservar produções humanas. Já as políticas de salvaguarda me parecem gerenciamentos bem mais amplos, que remetem a leis e direcionamentos que vão contribuir inclusive para a organização das ações de preservação”;

Ferreira (2019, p. 90) afirma que

Conceitualmente, o entendimento de preservação é diferenciado do de salvaguarda justamente porque esta última ocupa-se em garantir a preservação, não somente por meio da adoção de diretrizes técnicas internas e ações institucionais cooperativas de preservação, propriamente ditas, mas regidas por uma legislação que as determine, e que resulte em políticas efetivamente implementadas, justamente para que as garantias se exerçam plenamente (preservação e acesso).

Urge que os profissionais da AD compreendam essa diferença conceitual para promover o desenvolvimento da memória do campo e o acesso por longo prazo aos conteúdos informacionais audiodescritos, visando minimizar o déficit existente atualmente, referente ao armazenamento e as possibilidades de recuperação do que vem sendo produzido pela AD.

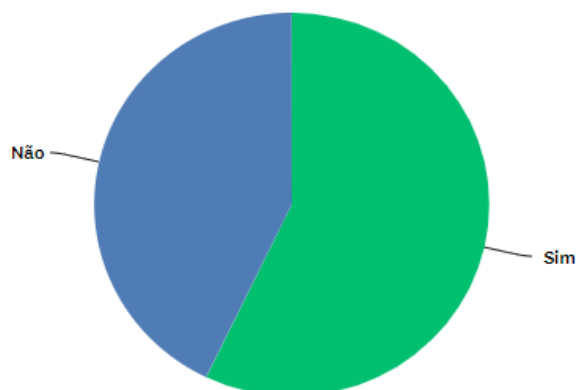
O desconhecimento sobre a área da CI certamente vem dificultando a disseminação do recurso e a possibilidade de acesso às produções com AD para o público com deficiência visual, que necessita destes conteúdos para compreender os registros audiovisuais utilizados pela sociedade atual para se comunicar.

Pêcheux (2014, p. 199), retrata a relevância em compreender a “[...] forma-sujeito, enquanto relação de desdobramento entre ‘sujeito da enunciação’ e ‘sujeito universal’”, ou seja, o bom sujeito e o mau sujeito, quer dizer o sujeito que compreende e segue o que é proposto e determinado pelo ambiente, e o outro, que discorda, se posiciona contra este “sujeito universal” que, segundo o autor, significa o ponto crucial do homem, as suas contradições, que o transformam e o colocam em movimento, que os faz pensar, diante as suas relações materiais de existência. Logo, é preciso que os profissionais e pesquisadores da AD se posicionem como sujeitos da enunciação e busquem transformar a atual gestão dos seus acervos, baseados nas normas arquivísticas vigentes, em prol da preservação digital e salvaguarda de seus conteúdos.

A terceira lei da dialética, segundo Konder (2004), reflete as contradições do sujeito, na qual há questionamentos sobre a história e os fatores sociais que podem proporcionar transformações, pois segundo o autor “O terreno em que a dialética pode demonstrar decisivamente aquilo de que é capaz não é o terreno da análise dos fenômenos quantificáveis da natureza e sim o da história humana, o da transformação da sociedade” (KONDER, 2004, p. 61). Assim, a AD necessita dessa transformação para adequar novas práticas ao campo, proporcionando o desenvolvimento das memórias coletiva e histórica.

A seguir, na figura 18, os líderes responderam sobre a adoção de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos produzidos pelos grupos e núcleos.

Figura 18: Sobre a adoção, pelo grupo/núcleo de pesquisa, de ações de preservação digital e(ou) políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	57,14%	4
Não	42,86%	3
TOTAL		7

Fonte: Dados da pesquisa.

A totalidade dos respondentes (sete) considera “muito importante” (57,14%) ou “importante” (42,86%) a adoção de ações de preservação digital e(ou) políticas de salvaguarda de conteúdos audiodescritos, complementando suas opções com os seguintes comentários:

- “Para uso democrático”;
- “Trabalhar com documentos audiovisuais torna difícil organizar e armazenar os arquivos, devido a seu tamanho. Já aconteceu de eu perder trabalhos realizados”;
- “É direito de todos acessar produções audiovisuais audiodescritas, não importa em que épocas foram realizadas, daí a importância da formação de 'bancos' de produções”;
- “Porque toda produção humana, neste caso os conteúdos informacionais audiodescritos, além da contribuição imediata para o processo de construção do ser humano e de sua cultura, precisa ser preservado para contar e estabelecer sua história, bem como para pensar o passado (o que foi feito) e repensar o futuro (o que poderá contribuir para novas ações). Além de estabelecer histórica e politicamente um país”;
- “Não sei porquê”;
- “Garantia de acesso para gerações futuras e para aqueles que não tiveram acesso ainda”;

- “Para que as pessoas cegas tenham acesso ao material”.

Pollak (1992) afirma que alguns dos elementos constitutivos da memória são os acontecimentos vividos pelo sujeito ou conhecidos por ele e pelas pessoas e personagens que compõem os acontecimentos, pois a memória é um fenômeno construído, por indivíduos, grupos e por sociedades, por isso há uma necessidade de se preservar digitalmente as produções para que seja possível registrar os acontecimentos e assim permitir o acesso a essas memórias coletiva e histórica no futuro. A memória depende de políticas e ações de preservação digital e salvaguarda para se desenvolver e ser passível de acesso por longo prazo, então essa percepção positiva dos líderes sobre a temática é relevante, e auxilia no estabelecimento pretendido, e aqui estimulado, para o diálogo com a CI.

O posicionamento dos pesquisados relativos a serem favoráveis à necessária transformação no campo da AD sobre as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda nos leva a observar a lógica da abordagem dialética que propõe uma totalização ao analisar a situação e para tal é preciso sair de um plano puramente teórico e unir essa base epistemológica com a prática social para promover transformações (KONDER, 2004). Então, além da relevância do conceito aqui desenvolvido de informação audiodescritiva sendo apresentado ao campo da AD, é válido também prever que essa teoria leve a uma prática dos profissionais de AD de forma a se adequarem às normas e regras arquivísticas com objetivo de manter as memórias coletiva e histórica do campo acessível por longo prazo.

Quando indagados sobre quais seriam as ações de preservação digital e(ou) políticas de salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa, os 57,14% (os mesmos da figura 18) fizeram os seguintes comentários:

- “Incluimos nossos produtos em canal próprio de Youtube”;
- “Manutenção de todos os arquivos em repositório privado e em site público”;
- “As produções são salvas em dois HDs externos como backups”;
- “Temos uma videoteca dos filmes audiodescritos pelo nosso grupo”.

Os pesquisados restantes, que contabilizam os 42,86% identificados na pergunta figura 18, informaram a falta de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, conforme descrito abaixo:

- “Existe a intenção de organizar o material até agora produzido, que está bastante disperso, e publicá-lo em nosso site, mas nunca há tempo para isso”;

- “Nenhuma”;
- “Não faz”.

Esse dado reafirma a importância de se falar sobre essas temáticas para manter o acesso por longo prazo da memória da AD brasileira e denota a urgência do diálogo para promover o quanto antes ações de preservação digital e políticas de salvaguarda na AD, resguardando assim o que vem sendo produzido.

Ao serem perguntados sobre a importância da existência de ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos, de forma unânime os pesquisados responderam que compreendem essa relevância, mesmo sem entender perfeitamente os conceitos ou usá-los adequadamente. Segundo Tadic (2016, n.p), o arquivista deve ser visto como um profissional relevante em ações de preservação digital. Portanto, sendo a Arquivologia uma subárea da CI, reafirma-se a possibilidade de diálogo da área com a AD, pois não adianta apenas compreender a importância das ações e das políticas se não as implementarem corretamente, dentro das normas e regras arquivísticas, e para tal precisarão dialogar com profissionais da área e assim manter sua produção acessível por longo prazo.

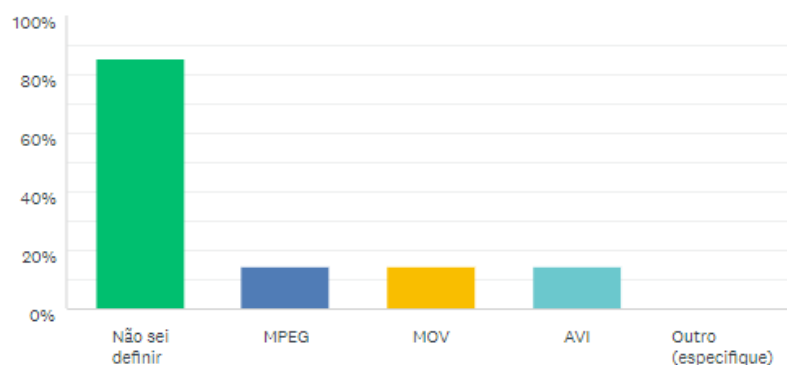
A dialética materialista propõe em uma das suas leis a necessidade da mudança dialética (KONDER, 2004), resultante da interação entre as forças contraditórias, gerando transformação na qualidade dos comportamentos sociais e crescimento crítico na formação do indivíduo, que neste caso da AD pode vir a ocorrer com o diálogo com a CI, e assim o déficit em suas memórias coletiva e histórica poderá ser reparado. Pêcheux (2014, p.238) afirma que

A tese principal é de que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é “produzido como causa de si”.

Assim, é preciso que os sujeitos da AD sejam interpelados pelo seu próprio discurso, de forma a entenderem a necessidade de preservar digitalmente e salvaguardar seus conteúdos, como expuseram nas questões anteriores, e com isso se permitam ser interpelados pelo discurso que a CI propõe, no que diz respeito à organização, gestão, representação e recuperação da informação, para que, então, a memória do campo seja preservada por longo prazo, tornando acessível a informação audiodescritiva ao público-alvo do recurso.

A seguir, na figura 19, os líderes opinaram sobre o formato de arquivo mais adequado para a versão digital *master* dos conteúdos produzidos.

Figura 19: Sobre o formato de arquivo considerado mais adequado para a versão digital *master* de um conteúdo audiovisual



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
▼ Não sei definir	85,71% 6
▼ MPEG	14,29% 1
▼ MOV	14,29% 1
▼ AVI	14,29% 1

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 19, acima, pode-se constatar que as respostas provenientes de respondentes líderes/vice-líderes de grupos/núcleos de pesquisa registram um desconhecimento similar, em termos absolutos, aos de seus membros, com a opção “não sei definir” sendo indicada por seis (85,71%) e por cinco (50%, como vimos na figura 10) respondentes, respectivamente. Proporcionalmente, entretanto, entre os líderes/vice-líderes é maior a porcentagem dos que desconhecem as opções mais adequadas para os arquivos *master* de suas produções AD.

Dois formatos foram selecionados de forma relativamente adequada, o AVI e o MOV, pois se prestam à preservação digital, mas são formatos proprietários, com os aspectos que já comentamos aqui sobre possibilidade de problemas legais futuros pelo seu uso indiscriminado não efetivamente autorizado indefinidamente. Por outro lado, arquivos não adequados à preservação, como WMV, FLV e OGM, não foram selecionados pelos líderes-vice-líderes, contrariamente ao que ocorreu com parte dos demais membros de seus grupos/núcleos de pesquisa (cf. figura 10). Lamentavelmente o formato aberto MXF não foi selecionado por nenhum segmento de respondentes, talvez o mais importante formato atualmente para a preservação audiovisual.

Segundo o CONARQ (2005, p. 4) é preciso

Definir e/ou recomendar a utilização de padrões e protocolos abertos e de aceitação ampla na criação, uso, transmissão e armazenamento de documentos

digitais; e desenvolver soluções em cooperação com organizações de pesquisa e a indústria de tecnologia da informação e comunicação.

Destaca-se, então, a urgência de se procurar compreender qual formato se adequa ao acervo da instituição, alinhando-se essa escolha aos parâmetros definidos pela Arquivologia, com objetivo de manter a informação íntegra e acessível por longo prazo. Conforme mencionado, os formatos abertos, constituídos por *softwares* livres, são os mais recomendados atualmente.

Ao serem perguntados se consideravam relevante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar conteúdo informacional audiodescrito, seis pesquisados consideraram importante e um não soube opinar:

- “Sim. Porque toda produção humana, neste caso os conteúdos informacionais audiodescritos, além da contribuição imediata para o processo de construção do ser humano e de sua cultura, precisa ser preservado para contar e estabelecer sua história, bem como para pensar o passado (o que foi feito) e repensar o futuro (o que poderá contribuir para novas ações). Além de estabelecer histórica e politicamente um país. E porque, neste caso, poderá ser acessado por outros países/culturas.”;
- “Não sei”;
- “Sim, para ampliar o acesso das pessoas com deficiência visual”;
- “Sim”;
- “Sim”;
- “Considero importante a preservação em todas as línguas. A língua inglesa deve ser a padrão para uso de nossos produtos em todo o mundo.”;
- “Sim, seria relevante ter um ambiente de livre acesso com materiais nas diversas línguas, tanto para fins de acesso dos usuários quanto para fins de pesquisa”.

Ferreira (2019, p. 90-91) afirma que

[...] o conceito de repositório digital mais adequado à preservação e à salvaguarda da informação, nascida em meio digital, é aquele que reflete ações institucionais cooperativas, regidas pelas políticas, diretrizes e legislação, que garantam ações para a preservação digital, mediante emprego de metodologias, normas, padrões e protocolos, que ensejem a redução dos efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos, de modo a assegurar, por longo tempo ou permanentemente, a autenticidade, a integridade e o acesso contínuos.

Compreende-se, então, a importância do uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis que sigam os padrões nacionais e internacionais de arquivo para atender à demanda no campo da AD, preservando digitalmente seus conteúdos e salvaguardando-os. A partir das respostas anteriores, percebe-se o entendimento dos profissionais de AD com relação à necessidade de um ambiente com aquelas características para o desenvolvimento da memória do campo no Brasil.

Ao serem questionados se percebiam a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória da AD no Brasil, os pesquisados responderam:

- “Considero que a memória da AD deve ser preservada de forma democrática, acessível e gratuita”;
- “Não”;
- “Sim”;
- “Sim. Porque se não houver políticas de salvaguarda destes conteúdos eles ficam vulneráveis às mais diversas perspectivas de perda desta memória, pois são as políticas que, espera-se, [venham a] garantir a organização, preservação e a não possibilidade das propriedades intelectuais e história preservadas”;
- “Não”;
- “Sim, pois políticas públicas, se devidamente aplicadas, viabilizam a realização das ações”;
- “Sim, pois facilita a pesquisa e o acesso à pessoa cega”.

Ricouer (2003) afirma que o esquecimento é uma ameaça para a memória, então cabe aos profissionais, com o apoio da sociedade, impulsionar ações e políticas que auxiliem no desenvolvimento e no acesso por longo prazo da memória da AD que vem sendo construída, desde 2003, no Brasil, e para tal é preciso fazer um trabalho colaborativo e transdisciplinar com outras áreas do saber, como a CI, proposta deste estudo.

Quando foram perguntados se sabiam como o profissional da CI poderia auxiliar o campo da AD, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos, os líderes/vice-líderes dos grupos/núcleos de pesquisa responderam:

- “Divulgação dos projetos e dos links de acesso ao acervo”;

- “Não. Sei mais da contribuição da audiodescrição/descrição para a indexação e recuperação da informação visual e audiovisual”;
- “Não”;
- “São profissionais que detêm o conhecimento de como organizar, arquivar e preservar. Porém, entendo que as políticas de salvaguarda não são eles que produzem. Assim precisam do amparo de deputados e senadores que compreendam esta necessidade para novas políticas, inclusive de áreas como esta, proposta aqui, para os conteúdos informacionais audiodescritos”;
- “Não”;
- “Através do conhecimento técnico desses profissionais”;
- “Não”.

Indagados se grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação digital e/ou salvaguarda dialogando com a área da CI, responderam:

- “Sim, desde que haja um fácil acesso aos padrões.”;
- “Com certeza sim, essa relação com a CI seria muito boa para cobrir essa área desatendida”;
- “Até o contato com sua pesquisa, não havia pensado nessa possibilidade”;
- “Sim, pois os grupos de pesquisa que tratam desta temática, em sua maioria, não têm conhecimento suficiente para — além das outras muitas demandas que têm para desenvolver em suas pesquisas — assumir o papel de outro profissional. E mais do que isso, a própria possibilidade de troca de conhecimento entre ambos contribui para a compreensão e melhoria do serviço e da atuação dos mesmos”;
- “Sim”;
- “Pode ser”;
- “Sim, para que todos com ou sem deficiência visual tenham acesso ao documento”.

Percebe-se nas duas últimas perguntas que as respostas dos pesquisados são muitas vezes vagas ou superficiais e as vezes incoerentes, pois não conhecem a área da CI. Sabe-se que, para desenvolver ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, organizando e gerindo os acervos do campo da AD, estes profissionais precisam dialogar com os profissionais da CI, o que afirma mais uma vez a necessidade do diálogo entre ambas, pois não adianta apenas

compreender a relevância do uso das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, se não sabem quem são os profissionais e nem a área que estuda e desenvolve expertises para ajuda-los nesse processo. Há necessidade de convergência, de troca de saberes estabelecendo relações interdisciplinares e até transdisciplinares (POMBO, 2007), para que o desenvolvimento da memória da AD aconteça e seja passível de acesso contínuo.

Ao serem questionados se consideram importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação digital e salvaguarda do conteúdo que produz, através do diálogo com a área da CI, os líderes/vice-líderes dos grupos/núcleos de pesquisa responderam:

- “[Sim.] Presença dos pesquisadores de CI em eventos nacionais e internacionais de audiodescrição”;
- “Sim”;
- “[Sim.] Primeiramente, a área de Ciência da Informação compartilhando essa possibilidade com os audiodescritores e, depois, proporcionando a formação destes para realizar a preservação. Por fim, audiodescritores e profissionais da Ciência da Informação estabelecendo parcerias”;
- “Sim para que este possa descrever o assunto utilizando uma linguagem adequada”;
- “Sim, considero importantíssimo. Hoje com as muitas ferramentas tecnológicas, penso que além do *e-mail*, podem ser criadas comunicações em redes sociais e reuniões virtuais”;
- “Sim”;
- “Sim”.

Segundo o CONARQ (2005, p.4), é preciso “Definir os requisitos funcionais e estimular sua adoção para orientar o desenvolvimento e a aquisição de sistemas eletrônicos de gestão arquivística, que sejam adequados às especificidades da legislação e das práticas arquivísticas brasileiras”. As respostas denotam que a AD já compreende a importância da conscientização, agora precisa-se aplicar as regras e normas arquivísticas para preservar e salvaguardar seus conteúdos, digitalmente, adquirindo essas expertises, através do diálogo com a CI.

Entende-se, a partir dessas respostas, que o diálogo aqui defendido não proporcionará uma solução definitiva, até porque a abordagem dialética materialista adotada não propõe isso. O que se pretende é que se estimule o enfrentamento das contradições, mantendo o que houver

nelas de positivo, de forma a promover-se uma mudança, uma transformação social para o campo da AD e seus usuários com objetivo de ampliar a divulgação do recurso, em conjunto com a sua informação audiodescritiva, representando os conteúdos audiodescritos, a AD e seus metadados, passíveis de acesso por longo prazo, desenvolvendo assim as memórias coletiva e história do campo. Após essa análise do campo da AD, na subseção a seguir, retratamos o discurso da área da CI para complementar a proposta do diálogo aqui sugerido.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO QUESTIONÁRIO “PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 2019”

Nesta seção realizamos a análise referente às 179 (cento e setenta e nove)⁷³ respostas coletadas de 12 (doze)⁷⁴ universidades participantes da pesquisa que oferecem programas de pós-graduação em CI, com mestrados e/ou doutorados acadêmicos, a partir da identificação dos seguintes aspectos: a percepção de profissionais da CI sobre ações de preservação digital, políticas de salvaguarda e sobre estudos de memória na CI; conhecimento de legislação nacional e internacional de arquivo; uso de repositórios digitais e formatos de arquivos de preservação digital de conteúdos audiovisuais; conceitos de preservação digital, salvaguarda e AD; a possibilidade de diálogo entre as área da CI e o campo da AD.

Obteve-se respostas de docentes e discentes dos PPGCI advindos de suas subáreas de Biblioteconomia (54,75% dos respondentes) e de Arquivologia (18,99%), além das respostas de outras áreas (30,73%), abrangendo: Museologia, Ciência da Computação, Fisioterapia, História, Pedagogia, Gestão da Informação, Administração, Contabilidade, Direito, Gestão Empresarial, Economia, Letras, Jornalismo, Tecnologia Mecânica, Comunicação Social, Sistemas de Informação, Tecnologia em Processamento de Dados, Ciências Sociais, Publicidade e Propaganda, Matemática, Ciências Econômicas, Informática para a Gestão de Negócios e Relações Públicas e Marketing.

A maioria dos respondentes foi de estudantes de mestrado, com 46,86% das respostas, as demais respostas foram de: estudantes de doutorado (40%); docente com mestrado (1,71%); docente com doutorado (10,29%); e docente com pós-doutorado (2,29%). A idade dos respondentes ficou, majoritariamente, na faixa etária dos 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos

⁷³ Esse quantitativo foi reduzido em algumas questões, pois alguns pesquisados não responderam o questionário de forma completa.

⁷⁴ Foi possível identificar 11 (onze) instituições, pois em uma resposta o pesquisado não identificou a universidade que é afiliado.

(24%), seguida daqueles com idades entre 31 (trinta e um) a 35 (trinta e cinco) anos (23,43%), correspondendo a 47,43% dos pesquisados. Os demais se diluíram em sete faixas etárias com menor representatividade, correspondendo a 52,57% dos respondentes.

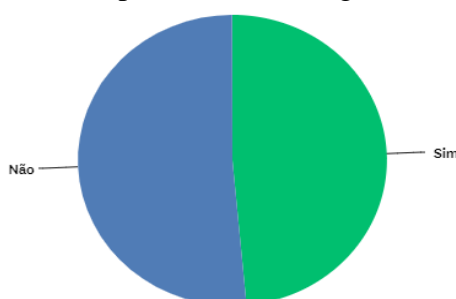
Dado esse perfil básico dos respondentes, apresentaremos a interpretação realizada a partir dos dados coletados no questionário, com base no procedimento da análise de discurso e com fundamento epistemológico na dialética materialista, conforme mencionado anteriormente.

Segundo Araújo (2014, p. 191), ao criticar o desenvolvimento do conhecimento, reportando-nos à abordagem dialética materialista na CI,

[...] é importante destacar a tradição tecnicista e operacional destas áreas de conhecimento, o que as colocou frequentemente numa posição de ignorar (e, em alguns casos, até se contrapor) as possibilidades de compreensão dos fenômenos a partir de categorias e princípios marxistas. Ao mesmo tempo, é possível identificar, nelas, a presença de estudos e teorizações fundamentadas em ideias marxistas: num primeiro momento, constituindo uma perspectiva específica (quase uma subárea); num segundo momento, como parte constituinte de teorias mais amplas sobre os fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos, museológicos e informacionais – as abordagens contemporâneas.

Procurando-se estabelecer uma certa congruência entre a abordagem materialista e a análise de discurso, partiremos agora para a análise de mais um conjunto de dados.

Figura 20: Conhece a diferença entre ações de preservação digital e políticas de salvaguarda?



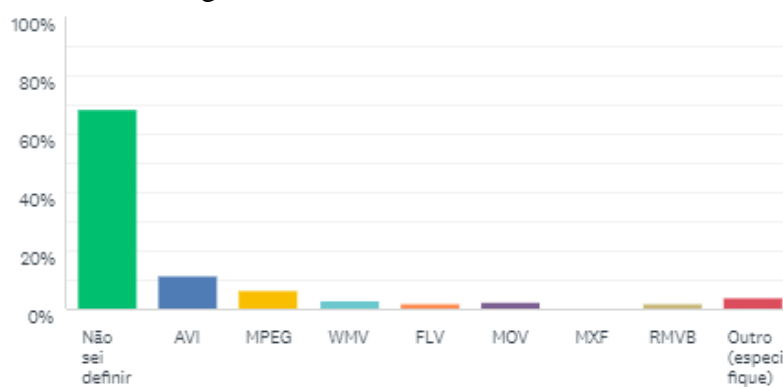
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	48,55%	84
Não	51,45%	89
TOTAL		173

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados se sabiam a diferença entre ações de preservação digital e políticas de salvaguarda percebe-se que os respondentes dos PPGCI já apresentam alguma compreensão sobre os conceitos. Porém, é preciso que tal compreensão seja clara para que se possa promover uma gestão adequada dos acervos, auxiliando outras áreas através de ações interdisciplinares, como, por exemplo, no processo do desenvolvimento da memória da AD.

A IASA (2017) considera que, além da aquisição de equipamentos e *softwares* que auxiliem nas ações de preservação digital e nas políticas de salvaguarda, é preciso primeiro obter conhecimento sobre as temáticas, pois não adianta entender superficialmente os conceitos se não há uma prática adequada. Assim, os profissionais da CI necessitam se capacitar, adquirindo competências para representar e recuperar da melhor forma a informação nessa era digital.

Figura 21: Sobre o formato de arquivo considerado mais adequado para a versão digital *master* de um conteúdo audiovisual



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
▼ Não sei definir.	68,45%	116
▼ AVI	11,31%	19
▼ MPEG	6,55%	11
▼ WMV	2,98%	5
▼ FLV	1,79%	3
▼ MOV	2,38%	4
▼ MXF	0,60%	1
▼ RMVB	1,79%	3
▼ Outro (especifique)	Respostas 4,17%	7
TOTAL		168

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o tipo de formato mais adequado para fazer a versão digital master de um conteúdo audiovisual, a maioria dos pesquisados (68,45%) não soube definir, representando um dado preocupante para a área da CI, pois seus profissionais deveriam compreender melhor este

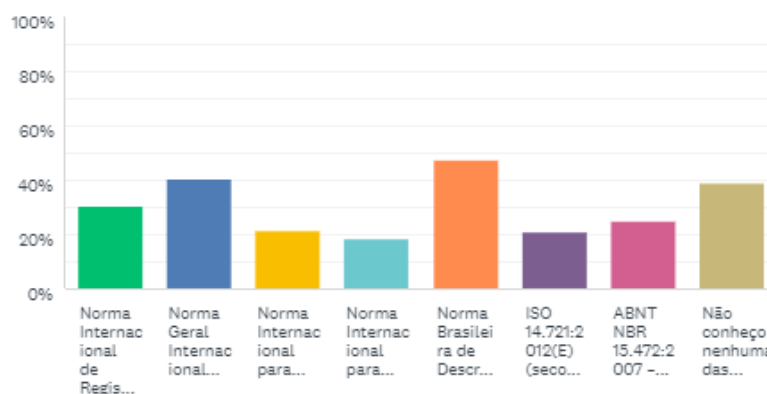
universo, que impacta diretamente em funções primordiais da área, a representação e recuperação da informação. Dentre as demais opções sugeridas, a que teve maior índice de escolha foi o formato AVI, com 11,31% das respostas, seguido dos formatos MPEG, WMV, FLV, MOV, MXF e RMVB, representando 16,07% das escolhas e na opção de resposta “outros”, 4,17% dos respondentes informaram o uso dos formatos:

- Formato MKV (ou Matroska) (quatro respondentes);
- Formato PDF A (um respondente);
- Versão Lossless do MPEG-4 h.264 (um respondente);
- Em função das rápidas transformações que temos neste quesito, ainda não consigo projetar o que vem ser melhor ou pior. Hoje trabalho com AVI, MPEG, WMV, FLV e MOV, mais no âmbito de suporte de material para transmissão em WEB TV. Dependendo do software de transmissão de arquivos, tenho que fazer as conversões. Sobre a guarda, no entanto, tenho pouco a acrescentar. (um respondente).

Mais uma vez, de acordo com a IASA, vale registrar que

O formato alvo mais frequente para digitalização de filmes em instituições de memória é o DPX, padronizado pelo SMTPE. Enquanto isso, alguns arquivos exploram abordagens que permitirão o transporte de sinais de som e imagens sincronizadas no mesmo contêiner e/ou a capacidade de incorporar dados adicionais de tom e de cor. Estas explorações implicam na reformatação dos sinais de imagem (e trilhas sonoras) inicialmente capturados em DPX para formatos de matrizes de preservação como os escolhidos para vídeo, por exemplo, o JPEG 2000 sem perda em MXF ou FFVI em QuickTime ou Matroska (INTERNATIONAL ASSOCIATION..., 2017, p.14)

Por isso, como já foi dito na análise dos questionários destinados aos grupos/núcleos de pesquisa em AD, acredita-se que nas opções selecionadas pelos respondentes do questionário destinado à área da CI, o ideal seria que os profissionais tivessem o conhecimento adequado para ter escolhido o formato MXF dentre os oferecidos como opções objetivas, para a preservação das versões digitais *master* dos conteúdos de forma mais adequada, confirmada pelas instruções da IASA (INTERNATIONAL ASSOCIATION..., 2017). Depreende-se daí que o profissional da CI precisa entender com mais profundidade as boas práticas, além das normas e regras que regem esse tema para, com qualidade e conhecimento, continuar orientando a administração do fluxo informacional que é produzido pela sociedade atual, minimizando as perdas informacionais.

Figura 22: Sobre o conhecimento acerca de normas citadas

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
▼ Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF))	30,54% 51
▼ Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G))	40,72% 68
▼ Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH)	21,56% 36
▼ Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)	18,56% 31
▼ Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)	47,31% 79
▼ ISO 14.721:2012(E) (second edition 2012-09-01) - Space data and information transfer system - Open archival information system (OAIS) - Reference model (norma que cancelou e substituiu a primeira edição (ISO 14.721:2003))	20,96% 35
▼ ABNT NBR 15.472:2007 - Sistemas espaciais de dados e informações - Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI)	25,15% 42
▼ Não conheço nenhuma das normas citadas	38,92% 65
Total de respondentes: 167	

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao serem indagados se conheciam as normas nacionais e internacionais de arquivo a maioria dos respondentes afirmou ter conhecimento sobre a NOBRADE, totalizando 47,31% das respostas, seguido da norma ISAD (G), com 40,72%, e da ISAAR (CPF), com 30,54%. É de se considerar a gravidade do aspecto que surpreendentemente caracteriza um contingente significativo de respondentes (65 (sessenta e cinco), ou 38,92%), os quais afirmaram desconhecer todas as normas indicadas entre as opções na pergunta.

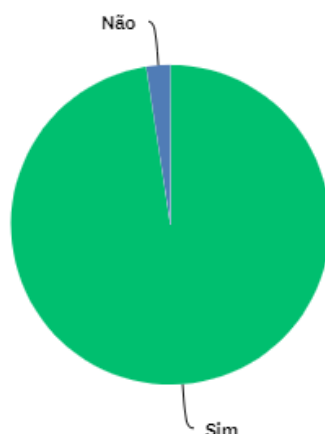
Os 167 (cento e sessenta e sete) respondentes se dividiram da seguinte forma:

- 88 (oitenta e oito) bibliotecários responderam essa pergunta dividindo-se em: 51 (cinquenta e um) pesquisados afirmaram conhecer algumas ou ao menos uma das normas e 37 (trinta e sete) afirmaram não conhecer;
- Quanto aos arquivistas foram 27 (vinte e sete) respondentes que afirmaram conhecer todas as normas ou algumas delas.
- 52 (cinquenta e dois) pesquisados de outras áreas como Letras, Direito, Jornalismo, Ciência da Computação, Relações Públicas e Marketing, Pedagogia, Economia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Administração, História,

Comunicação Social, dentre outros, se dividiram em conhecer algumas ou ao menos uma das normas ou não conhecer nenhuma.

Conhecer essas normas é fundamental para a gestão dos conteúdos produzidos, pois com esse conhecimento os profissionais da área da CI, especialmente os arquivistas, poderão adquirir as expertises necessárias para promover ações de preservação digital e políticas de salvaguarda coerentes para o acesso à informação por longo prazo e assim poder dialogar com a AD, auxiliando o desenvolvimento e permanência de sua memória. O diálogo trará um processo de transformação que a dialética materialista aborda (VILAR, 1979), no qual a AD terá a possibilidade de gerir seu acervo adequadamente, com o auxílio dos profissionais da CI, e as unidades de informação nas quais os profissionais da CI atuam poderão oferecer a AD como recurso de acessibilidade para usuários da informação.

Figura 23: Aspectos sobre a temática “Memória” fazem parte do quadro de referências e dos procedimentos de análise da CI ?



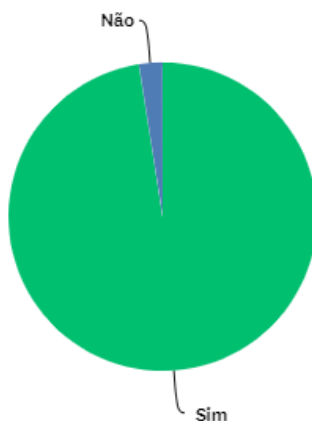
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	97,58%	161
Não	2,42%	4
TOTAL		165

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados se concordavam que os aspectos sobre a temática “Memória” faziam parte do quadro de referências e dos procedimentos de análise da CI, 97,58% dos respondentes afirmaram concordar. E, de fato, esse entendimento pode bem ser comprovado pelos estudos e pesquisas de Dodebei (2011), Netto e Dodebei (2017) ou Oliveira e Rodrigues (2017). Isso nos leva a confirmar a hipótese de que o diálogo entre a AD e a CI pode ter como

base o conceito (unidade de significação de um discurso científico) de memória, daí a necessidade e a importância do conceito que propomos aqui, de informação audiodescritiva, que auxiliará no desenvolvimento das memórias coletiva e histórica da AD no país.

Figura 24: Ações de preservação digital e políticas de salvaguarda fazem parte do quadro de referências, de estudos e de práticas da CI?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	97,55%	159
Não	2,45%	4
TOTAL		163

Fonte: Dados da pesquisa.

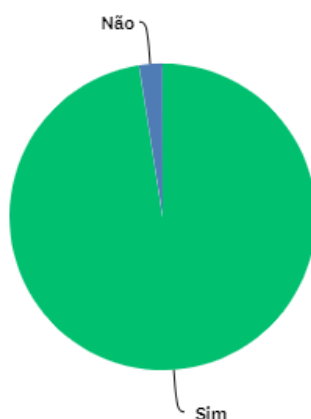
O retorno de 97,55% de respondentes que afirmam concordar que ações de preservação digital e políticas de salvaguarda fazem parte do quadro de referências, de estudos e de práticas da CI, nos leva a afirmar que os profissionais da CI compreendem a relevância de estudar Informação, Preservação e Memória, como nos mostram Netto e Dodebei (2017). Percebe-se que, mesmo ainda de forma inicial, com relação aos estudos sobre memória, a área já busca adquirir competência para lidar com o registro e a recuperação das informações produzidas na atual sociedade.

A CI relaciona-se com a memória, devido à sua origem, como uma área social que busca compreender as diversas nuances do objeto de estudo – informação – problematizando as estruturas no acesso à informação e as possibilidades sócio-históricas que envolvem os fluxos informacionais, levando os estudos da área de uma noção técnica para uma questão política, de interação de saberes com os setores sociais (econômico, cultural, além do político).

Ao concentrarem esforços que os levem entender a informação — em toda a sua complexidade, ou seja, nas mais diferentes frentes de ação, como por exemplo as da mediação, democratização, inclusão, acessibilidade, dentre outras complexidades que podem vir a

transformar o sujeito em um cidadão ativo, atuante nas transformações necessárias ao seu cotidiano, a partir do fluxo informacional a que devem ter acesso (ARAÚJO, 2017, p, 210) —, os profissionais da CI percebem com maior clareza que a memória e sua preservação são também conceitos relevantes nas análises da área, pois não se pode estudar o ciclo informacional sem pensar na sua preservação, no seu registro para posterior acesso, e não se pode pensar preservação e no acesso sem se pensar a memória.

Figura 25: Repositórios digitais propiciam a ampliação de registros de memória de uma determinada área no contexto atual das TIC?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	97,55%	159
Não	2,45%	4
TOTAL		163

Fonte: Dados da pesquisa.

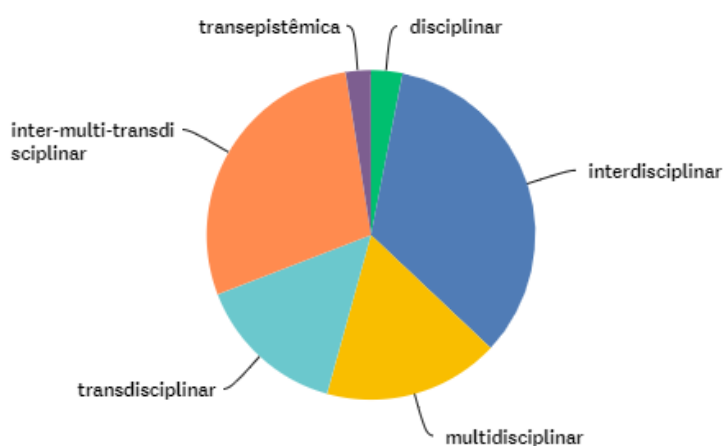
Ao serem questionados se percebem que os repositórios digitais propiciam a ampliação de registros de memória de uma determinada área no contexto atual das TIC, constata-se que 97,55% dos respondentes da área da CI afirmam perceber tal capacidade de ampliação de registros de memória que os repositórios propiciam, o que nos permite ver os profissionais da CI em concordância com o que o Modelo de Referência OAIS/SAAI afirma com relação a repositórios confiáveis, que uma “[...] preservação responsável dos dados digitais requer sistemas de infraestrutura técnica, monitoramento das condições dos arquivos e a existência de planos para migração de mídia e migração de formato” (INTERNATIONAL ASSOCIATION..., 2017, p.17), ou seja, ao utilizar repositórios confiáveis pode-se oferecer o desenvolvimento da memória de uma área/campo por longo prazo, em específico, nesta

pesquisa, o campo da AD, que necessita refletir e dialogar com a CI para estabelecer ambientes digitais adequados para inserir os conteúdos produzidos.

Segundo Pêcheux (2014), o discurso do sujeito é embasado nos enunciados que o compõe, nas suas relações sociais, suas interações com outros sujeitos, e a aceitação ou a negação de fatos também são decorrentes dessas trocas. Percebe-se aqui que os profissionais da CI aceitam e entendem a necessidade do uso desses repositórios; logo, se a percepção externada no enunciado dos respondentes é condizente com a tese defendida nesta pesquisa, tudo aponta para a confirmação da possibilidade de um diálogo efetivo a ser construído com os profissionais da AD, minimizando a lacuna do campo quanto à gestão dos seus registros.

A segunda lei da dialética, sobre a ação recíproca – encadeamento de processos (KONDER, 2004) no qual tudo se relaciona –, expressa o diálogo que vimos referindo aqui, mas para que a AD preserve a informação audiodescritiva produzida e para que os profissionais da CI a utilizem nas unidades da informação é preciso que ambas se transformem, insiram mudanças em suas expertises e assim efetivem o diálogo.

Figura 26: A CI é uma área ...



Fonte: Dados da pesquisa.

Indagados sobre como percebiam a área da CI, 33,95% dos respondentes escolheram a opção “interdisciplinar”. De fato, sabe-se do entendimento predominante da origem interdisciplinar da CI, conforme já relatado por Pombo (2007) e Saracevic (1996), abordado na subseção 2.3, mas é visível nos dados da figura 26, que um significativo contingente de profissionais da área a percebem também como inter-multi-trans-disciplinar (28,40%), que nos parece ir além da convergência de saberes, do processo de ligação entre disciplinas que a interdisciplinaridade promove. Além disso, percebem na área, também, pelo que se constata nos dados coletados, a caracterização da CI como multidisciplinar (28 (vinte e oito) respondentes, ou 17,28%) e como transdisciplinar (24 (vinte e quatro) respondentes, ou 14,81%).

Segundo Pombo (2007) e Saracevic (1996), ao falar sobre a origem interdisciplinar da CI, é necessário realizar uma reflexão sobre o conceito de interdisciplinaridade e entender que para que essa ação interdisciplinar realmente aconteça é preciso que haja uma abertura entre as disciplinas para desenvolver um cruzamento de saberes, entendendo que a CI ainda tem um extenso caminho a percorrer para que sua origem interdisciplinar seja realmente efetivada (POMBO, 2007 e SARACEVIC, 1996).

Para complementar os pensamentos de Pombo (2007) e Saracevic (1996) podemos citar o entendimento de Costa (2020, n.p), que aborda a existência das três categorias – multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade – denominando-as como “inter-relações”. O autor afirma que o “Projeto multidisciplinar reúne diversas disciplinas ou áreas do conhecimento, dentro de um assunto específico, onde cada qual coopera com sua especialidade ... O interdisciplinar qualifica o que é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento e busca um processo de ligação entre elas”, e a transdisciplinaridade

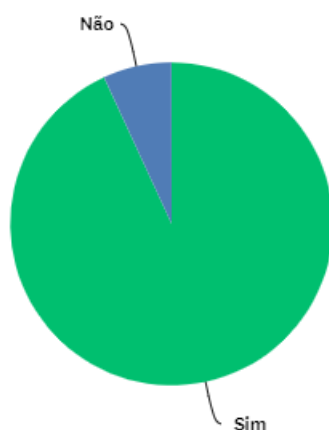
[...] é o conceito mais avançado em termos de divisão disciplinar. Essa forma de ensino e pesquisa exige não apenas a adição de disciplinas, mas a organização e a contextualização do conhecimento. As fronteiras das disciplinas são rompidas e os fenômenos da natureza humana são compreendidos em sua totalidade. Conteúdos contextualizados contribuem para o entendimento do mundo real (COSTA, 2020, n.p).

Vale ressaltar que, apesar das respostas dos pesquisados em acreditar na interdisciplinaridade da área, se não houver realmente uma troca efetiva de saberes entre as áreas — e indo além, podemos dizer, uma organização e contextualização do conhecimento, como aborda Costa (2020, n.p) —, essas relações se resumirão a uma via de mão única, onde só uma área recorre aos conhecimentos da outra, sem a riqueza do fundamental diálogo.

A AD e a CI, implementando o diálogo proposto nesta pesquisa, poderão efetuar realmente uma troca, uma organização e contextualização do conhecimento advindo de uma prática transdisciplinar, e até transepistêmica, como citado na subseção 2.5, pois a CI poderá compreender o recurso que auxilia no acesso à informação para pessoas com deficiência visual, público atendido em unidades de informação, e a AD terá a possibilidade de minimizar o seu déficit referente às ações de preservação digital e às políticas de salvaguarda, por meio das expertises dos profissionais da CI, mantendo a memória do campo acessível por longo prazo.

Segundo Oliveira e Rodrigues (2017, p.17), “[...] informações geradas no passado, disponibilizadas no presente, [permitem] novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro. Nessa perspectiva, a memória emerge como tema de estudo altamente relevante para a Ciência da Informação”. As expertises da CI e de suas subáreas poderão proporcionar uma organização e uma contextualização do conhecimento com a AD, promovendo reflexões sobre a lacuna existente no campo, no que se refere ao registro da sua produção, que impacta diretamente no crescimento das memórias coletiva e histórica da AD.

Figura 27: Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória de determinada área?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	93,13%	149
Não	6,88%	11
TOTAL		160

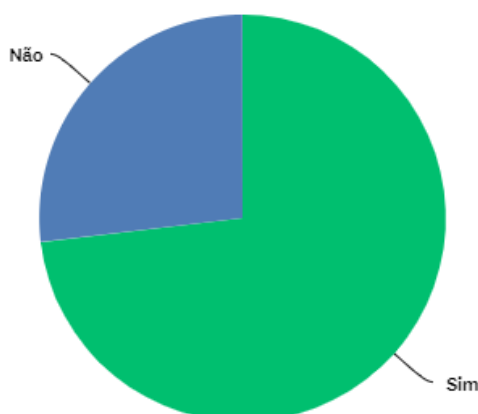
Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar do que ficou constatado na figura 20, com 51,45% de respondentes declarando ainda não saberem diferenciar uma ação de preservação digital de uma política de salvaguarda,

vemos na figura 27, acima, que 93,13% deles percebem a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda dos conteúdos audiovisuais, de forma a possibilitar o desenvolvimento da memória de determinada área demonstrando claramente, portanto, que percebem que a partir destas ações e políticas poderão desenvolver a memória social de uma área/campo, com é o caso proposto aqui para a AD.

O posicionamento acima reafirma a possibilidade de refletirmos, estimularmos e implementarmos o diálogo e a efetiva troca entre a área da CI e o campo da AD para suprir a lacuna nos registros da AD, levando para o campo uma transformação, uma possibilidade de salto qualitativo, como uma das leis da dialética indica (KONDER, 2004), modificando nossa forma de agir quanto à gestão, organização, representação, preservação digital e recuperação dos conteúdos.

Figura 28: Já ouviu falar em AD?



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	73,13%	117
Não	26,88%	43
TOTAL		160

Fonte: Dados da pesquisa.

Indagados se já tinham ouvido falar em AD, 73,13% responderam afirmativamente. Entretanto, em uma outra questão, ao responderem sobre como entendem o que seja a AD, obteve-se 114 (cento e quatorze) respostas — de um total de 179 (cento e setenta e nove) — que afirmam entender a AD como um recurso de descrição, narração e tradução audiovisual de imagens, que se torna uma ferramenta útil para a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual, com objetivo de facilitar a compreensão de cenas culturais e sociais.

Apesar de existirem alguns equívocos sobre o recurso da AD em determinadas respostas, em que se afirma tratar-se de transcrição de áudio em texto, a maioria entendeu sua relevância e o papel inclusivo da tecnologia assistiva em questão. Os 65 (sessenta e cinco) respondentes restantes não opinaram a respeito. Abaixo selecionamos algumas das respostas dos 114 (cento e quatorze) pesquisados sobre a compreensão da AD:

- É uma ferramenta que possibilita a acessibilidade de pessoas com deficiência incluir-se socialmente;
- É um recurso para facilitar o acesso à informação de pessoas com algum tipo de deficiência visual. Esta prática envolve a descrição em áudio de algum texto, seja ele escrito, imagético, simbólico etc., visando promover a inclusão de deficientes visuais;
- Descrição detalhada de um objeto ou de uma situação para alguém que não consegue ver plenamente o objeto ou a situação;
- Uma ferramenta para descrever, em áudios, imagens, textos, com vistas a auxiliar as pessoas com deficiência visual;
- A descrição de um arquivo/documento que está em formato de áudio;
- Audiodescrição é um recurso utilizado para incluir deficientes visuais em atividades culturais, educacionais etc., descrevendo por meio da narração dos fatos, do cenário, expressões dos atores. Tem como objetivo orientar e incluir pessoas com deficiência visual total ou parcial;
- A tradução intersemiótica entre áudio e texto em uma obra audiovisual.

Esse entendimento certamente facilitaria a implementação do diálogo entre a CI e a AD, tornando possível o uso do recurso e a troca de saberes para ampliar a disseminação da informação audiodescritiva.

Ao serem perguntados se já participaram de alguma cena cultural, de lazer, profissional ou acadêmica em que o recurso da AD foi utilizado, obteve-se 112 (cento e doze) respostas, nas quais 64 (sessenta e quatro, 57,14%) pesquisados responderam que nunca haviam tido contato com o recurso, sete afirmaram não recordar se já haviam participado de alguma cena com o uso do recurso, e 41 (quarenta e um, 36,60%) responderam afirmativamente, já tendo participado de cenas culturais (peças de teatros, musicais, cinema, TV e museus) e acadêmicas (sala de aula, congressos, palestras etc.) em que o recurso foi utilizado.

Os últimos 41 (quarenta e um, 36,60%), relataram experiências positivas com o recurso, com declarações relativas à compreensão de sua importância, à não ocorrência de eventuais impactos que os dificultassem (pelo fato de serem videntes) a vivenciar experiências com o auxílio do recurso, e que conseguiram entender sem problemas a cena exposta. Apenas um pesquisado informou que numa peça teatral o uso do recurso dificultou-lhe a interpretação da cena cultural.⁷⁵

Constata-se aqui a percepção dos profissionais da CI sobre o uso do recurso e de que realmente esse conhecimento e o uso da AD em unidades de informação podem propiciar a ampliação da inclusão social e da acessibilidade do público com deficiência visual, com a inserção e oferta do recurso nos ambientes que trabalham possibilitando o acesso à informação, como em bibliotecas e arquivos.

Quando questionados se reconheciam a possibilidade de diálogo entre as teorias, práticas e técnicas da CI e o campo da AD, dos 109 (cento e nove) respondentes dois não responderam, nove não souberam opinar sobre a questão, oito responderam negativamente sem explicar o porquê, mas 82,56% responderam afirmativamente, explicando seus motivos, ficando notório o esforço feito pelos pesquisados em entender o tema e responder esta questão de forma completa e coerente, conforme pode-se perceber abaixo em algumas das respostas obtidas:

- “Sim. A Ciência da Informação é um campo científico onde a informação é objeto de estudo desde a sua origem até sua reelaboração em conhecimento. A Audiodescrição possibilita o acesso à informação com equidade, para posteriormente tornar-se conhecimento entre as pessoas com deficiência”;
- “Totalmente, além de promover o acesso à informação, inclui uma prática essencial para a CI, que é a mediação da informação e a mediação oral da leitura. Bortolin e Almeida Jr trabalham nessa vertente. Sem falar das questões de inclusão que remetem a questões sociais, de ações de desenvolvimento do sujeito informacional, na sua amplitude integrativa”.
- “Como a CI se preocupa com as práticas e fluxos que envolvem a informação, a Audiodescrição promove o acesso e uso à informação pelas pessoas com

⁷⁵ No questionário não foi indagado se o respondente era vidente ou não, mas pode-se depreender da resposta deste respondente que ele seja vidente, já que a experiência o incomodou, fato que geralmente não ocorre com não videntes. A AD não é imposta aos videntes nos eventos em que é utilizada, mas o vidente tem a opção de utilizá-la, se desejar.

necessidades especiais, então a audiodescrição é um elemento que é potencialmente válido para pesquisas em CI”;

- “Sim. Pois diversos suportes e aspectos da informação precisam de Audiodescrição e seria imprevisível o trabalho interdisciplinar entre essas áreas”;
- “Sim, tendo em vista que a CI pensa a informação, contemplando sua organização, acesso e demais aspectos inerentes ao contexto social, ela pode contribuir para o desenvolvimento da Audiodescrição”;
- “Sim. Ligada à área de memória e acesso”;
- “Sim. Reconheço não só a possibilidade, mas a necessidade. Faço parte da linha de pesquisa ‘Apropriação social da informação na contemporaneidade’, cuja problemática é a apropriação da informação em contextos educativos, tais como bibliotecas. Se, em meio a enxurrada informacional, já é difícil se orientar para quem possui 'todos' os canais comunicacionais íntegros, para os que não os tem, o comprometimento no desenvolvimento é incalculável. Temos que pensar no coletivo sem desconsiderar as subjetividades”.
- “Sim, acredito que a Audiodescrição é um meio de promover inclusão e acessibilidade da informação conforme princípios da Ciência da Informação”;
- “A Audiodescrição é mais uma linguagem para expressão que amplia as possibilidades de apropriação da informação, cuja investigação cabe à Ciência da Informação”;
- “Considerando que a Ciência da Informação atua justamente na mediação da informação, a Audiodescrição é, sem dúvida, um recurso de mediação que não pode ser ignorado”;
- “Sim. É possível perceber duas relações possíveis de diálogo: a Audiodescrição enquanto mais um registro de informação a ser produzido e organizado pelo profissional da CI; e a Audiodescrição enquanto possibilidade de acesso a todo e qualquer usuário, sendo este mais um aspecto de discussão e apropriação da área”.

Sabe-se que é um tema novo para a área da CI e foi uma grata surpresa ler as explicações complementares dos pesquisados, se esforçando para entender a temática e sua relevância para os sujeitos da informação. O elo identificado pelos respondentes para o estabelecimento do

diálogo está representado na área da CI — para além de seu próprio objeto de estudo, a ‘informação’, com a qual o campo da AD também lida — pelas temáticas da Mediação da Informação e da Organização da Informação e do Conhecimento.

Para além da memória, sobre a qual argumentamos nesta pesquisa ser o principal elemento que fundamenta a efetivação do diálogo entre a CI e a AD, os profissionais da CI nos trouxeram outras possibilidades, indicando-nos o estabelecimento do elo através da Organização da Informação e do Conhecimento e da Mediação da Informação. Na seção 2 desta tese, na verdade, já havíamos ressaltado, como resultado de nossa pesquisa bibliográfica, a relevância de se entender os processos de organização da informação para podermos lidar adequadamente com a informação audiodescritiva, uma representação de conteúdos informacionais audiodescritos, com as audiodescrições e seus metadados.

Quando indagamos se conheciam o conceito de “informação audiodescritiva” na área da CI, também obtivemos 109 (cento e nove) retornos, dos quais quatro pesquisados não responderam e 81 (oitenta e um) informaram nunca terem conhecido, lido ou ouvido falar sobre o conceito. Ou seja, uma reduzida porcentagem de 22,01% afirmou conhecer o conceito, informando: ter lido a respeito em artigos científicos e(ou) em comunicações apresentadas em eventos acadêmicos⁷⁶; ter conhecido por intermédio do grupo de pesquisa CRIDI e(ou) do PPGCI-UFBA, dos quais a Autora faz parte como membro do grupo e aluna de doutorado, respectivamente; ou ter ouvido em sala de aula, onde um dos pesquisados chegou a citar o nome da Autora.

Destaca-se ainda a possibilidade de estes pesquisados (que responderam afirmativamente) estarem se reportando mais ao termo AD do que efetivamente ao conceito propriamente dito de “informação audiodescritiva”. Constata-se aqui, então, que — apesar de sua muito recente inserção na literatura científica da CI, na interface pretendida aqui com a AD — já há uma certa disseminação e uma compreensão inicial da área da CI acerca do conceito que vimos desenvolvendo com nossa pesquisa, mesmo que por apenas um pequeno grupo, ainda, de integrantes da área que responderam nosso instrumento de coleta de dados, conforme fica explícito nas as respostas abaixo:

- “Li sobre isso quanto estava escrevendo um artigo sobre preservação digital”;
- “Só vi nesse evento do SNBU, mas que não percebi esse conceito.”

⁷⁶ Nestes casos, os respondentes se referiram a duas comunicações escritas publicadas, apresentadas em comunicações orais pela Autora, tendo como coautor seu orientador, em eventos do ENANCIB (CONCEIÇÃO; SILVA, 2017; 2018).

- “No trabalho ‘Ações de preservação digital na audiodescrição: desenvolvendo o conceito de informação audiodescritiva na Ciência da Informação’”;
- “Sim, já ouvi falar em apresentações de eventos científicos”;
- “Sim, durante discussão sobre direitos autorais, tratado de Marraqueche e exceções aplicadas”;
- “Seria a informação documentária a partir da indexação de uma audiodescrição”;
- “Sim. Tive maior contato com os estudos e práticas na orientação de pré-projeto de TCC de uma aluna do curso de arquivologia, quando fui professora substituta. Estudei a perspectiva da audiodescrição em arquivos vinculados a estados brasileiros, enfoque trazido pela aluna”;
- “ENANCIB e CRIDI”;
- “Conheci o assunto através de uma colega do mestrado que está fazendo sua dissertação sobre pessoas com deficiência visual, pois falou bastante sobre esse assunto nas aulas que tivemos juntas”;
- “Sim, conheci com uma colega no PPGCI / UFBA”;
- “Exposição em sala de aula de uma aluna do Doutorado”;
- “Sim, no próprio Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca onde atuo”;
- “Na disciplina usabilidade e arquitetura da informação, durante a graduação”;
- “Vi artigo no ENANCIB”.

Indagados se viam necessidade de pesquisas no âmbito de mestrado e doutorado, na área da CI, sobre o desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva, com foco nas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos (representação da informação audiodescritiva), obteve-se 107 (cento e sete) retornos, com 82,24% dos respondentes constatando tal necessidade, e justificando suas respostas com destaques para a relevância da AD como recurso de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual e para a necessidade das ações de preservação no âmbito da CI, conforme destacado a seguir:

- “Certamente, não só para CI, será um ganho de modo geral. E não digo tanto o desenvolvimento de um conceito/modelo ou algo assim, mas o impacto maior já está sendo feito a partir da sua pesquisa. Não se prenda a questões de cunho positivista e preze por um olhar humano e social na pesquisa.”;
- “Sim, precisa ser mais trabalhado na pós-graduação”;

- “Com certeza, é mais um tipo de informação que surgiu com o advento do audiovisual que veio para melhorar a qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais. Uma cultura e como toda cultura aceita e necessária deve ser preservada pois muitos ainda necessitarão dela”;
- “Sim. É uma maneira que vai somar nos meios de preservação”;
- “Claro. Se existe a possibilidade de estudar tal área na CI, esta deve ser investigada, discutida, ensinada e pesquisada, a tratando como temática importante para os pesquisadores da área”;
- “Tendo em vista a importância da área audiodescritiva, acredito que desenvolver estudos no âmbito da CI em diálogo com a audiodescrição iria contribuir para o desenvolvimento de ambas as áreas com finalidades diretamente beneficentes a sociedade”;
- “Sim. Sobretudo porque não vejo pesquisas sobre o assunto. Essa é a primeira que conheço”;
- “Sim, pois além de ser uma ferramenta para preservação da informação também é uma representação da informação inclusiva para deficientes visuais”;
- “Sim. Essa é uma área com grande demanda social, porém com pouca oferta. É quase uma questão regida por leis do mercado. A academia é uma excelente instância para abraçar esse tipo de estudo em razão de sua missão”;
- “Sim, inclusive é algo que pode/deve ser mencionado e tornado conhecido desde a graduação, visto que tudo que se relaciona à organização e representação do conhecimento, com vistas ao seu acesso de forma indiscriminada, assim como os meios de preservação e salvaguarda das informações, são objeto de interesse da CI e têm aparato para se desenvolverem”;
- “Sim! Entendo que a questão da representação está inserida também no trabalho de mediação e não somente do de preservação. Entendo que preservação e mediação são as bases da CI, por isso informação audiodescritiva está totalmente inserida no campo da CI”;
- “Sim, são extremamente necessárias essas pesquisas devido ao aumento exponencial da informação digital, para que a nossa memória e história não seja perdida”;

- “Sim. Eu, por exemplo, não tive muito contato com esse conceito, mas de longe já consigo ver a grande possibilidade de diálogo na área, principalmente se levarmos em conta as questões de preservação digital”.

Apenas quatro respondentes indicaram não ver necessidade de tais pesquisas; outros 14 (quatorze) não souberam se posicionar, por não conhecerem a temática, e somente um não se pronunciou. Aqui, portanto, podemos afirmar ter obtido um estimulante complemento sobre a percepção dos profissionais da CI configurada nas respostas da questão anterior, já que destacam a necessidade de pesquisas na área sobre o desenvolvimento do conceito, reiterando vieses interdisciplinares e transdisciplinares com o campo da AD.

Sobre a percepção acerca da necessidade do uso da informação audiodescritiva em bibliotecas, museus e arquivos, obtivemos 107 (cento e sete) retornos, onde 92,52% dos respondentes afirmaram a necessidade da existência da informação audiodescritiva nestes ambientes, de forma a promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência; dois respondentes não percebiam tal necessidade, cinco afirmaram não saber responder e um não respondeu, conforme algumas respostas destacadas abaixo:

- “Sim. A informação audiodescritiva nestes ambientes informacionais possibilitará o acesso à informação para todos os indivíduos, independente de ter ou não deficiência”;
- “Sim, a biblioteca é um espaço plural, aberto a todo público leitor (no sentido amplo do conceito de leitura), portanto, nada mais importante do que democratizar o acesso à informação na sua amplitude”;
- “De extrema importância. Além do processo de preservação também para uma perspectiva de acessibilidade”;
- “Com certeza, ferramentas e medidas que promovem a inclusão devem sempre ser tomadas e aplicadas em qualquer espaço, seja ela unidade de informação ou não”;
- “Sim, vejo casos em que as pessoas não sabem agir ao fornecer informações para deficientes. Portanto, esse recurso pode ser interessante para viabilizar esse contato de maneira mais natural. Acredito que a capacitação dos funcionários também seja uma boa ação complementar”;
- “Sim, fundamental porque a audiodescrição não é uma mera leitura ao pé da letra. A audiodescrição é uma informação específica, a qual requer técnicas e

competência específica, especial para ampliar o acesso à informação bibliográfica, à informação arquivística e à informação museológica. A importância social desse tipo de uso da informação será um grande salto”;

- “Sem dúvida! Partimos do conceito de inclusão, por meio do acesso à produção cultural, para a mediação cultural que vai dar possibilidade de construção de sentido simbólico, cuja deficiência visual não compromete, com o fim de construção de conhecimento e integração sociocultural e cidadania”;
- “Sim, abrindo mais uma frente para disseminação de conteúdos e atendimento às necessidades dos usuários”;
- “Sim, pois esses espaços de memória precisam estar preparados para atender aos usuários com deficiência ou não, acho um recurso válido e necessário”;
- “Sem dúvida, é muito necessário. Os softwares de gestão de acervo são importantes ferramentas de acesso a conteúdos informacionais, contudo tais informações não são disponibilizadas em formatos acessíveis aos cegos ou pessoas com baixa visão. A T. A. deve se voltar para tais questões, desenvolvendo modelos de tradução do conteúdo estruturado em tinta (escrita) para versões em áudio. Registra-se a existência de aplicativos acessíveis que fazem a leitura do texto, mas não descrevem imagens estáticas ou em movimento”;
- “Não, somente as que precisam desse tipo de descrição”;
- “Não”;
- “Percebo a necessidade, no entanto, não sei explicar como seria a melhor maneira de mediar isto em unidades de informação”;
- “Sim. Bibliotecas, arquivos e museus são espaços de promoção da informação, do conhecimento e cultura”.

Há, portanto, uma convicção quase generalizada, pela percepção da grande maioria dos profissionais, acerca da utilidade de tal informação em ambientes onde se promove o acesso à informação, para atender a esse público específico reafirmando a urgência do diálogo e da troca de saberes entre a área da CI e o campo da AD. Vale ressaltar que essa compreensão deve ir além da acessibilidade arquitetônica nas unidades de informação, alcançando o estágio da acessibilidade comunicacional e atitudinal, quando, assim, estes ambientes de mediação da informação estarão realmente proporcionando inclusão social às pessoas com deficiência.

Por fim, levando em consideração as expertises dos profissionais da CI — no que se refere ao registro que prevê ações de preservação digital e políticas de salvaguarda da informação —, indagamos-lhes sobre como percebem a possibilidade de concretização do diálogo com os profissionais da AD, visando-se à memória de longo prazo dos conteúdos informacionais audiodescritos que tais profissionais produzem. Não souberam responder 25 (vinte e cinco) dos 101 (cento e um) pesquisados; 10 (dez) deles não responderam; três não viram como esse diálogo poderia ocorrer, justificando a falta de conhecimento dos profissionais da CI sobre a temática da AD; tais respostas — 38 (trinta e oito) — totalizaram 37,62% dos respondentes. Uma quantificação surpreendente, poderíamos alegar, de fato.

No entanto, a grande maioria – 63 (sessenta e três) – respondentes, ou 62,38%, e isto é fator demonstrativo de grande estímulo para a continuidade das pesquisas na área da CI) percebe com clareza a possibilidade de concretização do diálogo com os profissionais da AD no que se refere aos aspectos destacados das atividades profissionais acadêmicas e técnicas, e apontaram caminhos.

Um deles foi o da capacitação (desde a graduação até a pós-graduação) visando-se à elaboração de trabalhos científicos e aos debates em palestras e outros eventos, estimulando os profissionais a se familiarizarem e se apropriarem dos conceitos, de suas funcionalidades para atender os sujeitos da informação destinada às pessoas com deficiência visual. Só assim a crítica construtiva ao conceito que aqui propomos poderá florescer.

Outro caminho destacado por essa maioria de respondentes foi o da efetiva possibilidade — e da urgente necessidade — de aproximação e diálogo pelo viés das ações de preservação e de tratamento da informação, o que reflete quase como uma “promessa”, um compromisso de ampliação, na área, da discussão sobre memória, salvaguarda e acessibilidade dirigidas ao universo das pessoas com deficiência, por meio também do investimento na pesquisa, desenvolvimento e implementação de políticas públicas e de tecnologias de informação e comunicação, da aplicação de normas, da organização e da representação da informação, da criação e estímulo ao uso de repositórios. Observou-se que as respostas, em sua maioria, sempre destacavam, até com alguma exaltação, o uso da palavra ‘cooperação’, a referência ao trabalho cooperativo entre a CI e a AD, conforme selecionamos abaixo:

- “Penso que através de ações cooperativas, tendo em vista que esta é uma ação multidisciplinar que depende do conhecimento dos profissionais dos dois campos envolvidos”;
- “Não sei dizer”;

- “Eu achei incrível! Uma super proposta, precisamos nos apropriar mais de determinados recursos que visem à inclusão, desaguando em questões que possibilitem o armazenado para melhor circulação informacional”;
- “Os profissionais da audiodescrição devem se aproximar da CI para que esse diálogo aconteça, além disso os cursos de graduação e pós-graduação podem criar projetos de pesquisa que contemplem a audiodescrição”;
- “Produzindo teorias, conceitos e experiências em formato de teses, dissertações e artigos científicos e mostrando a importância da relação dessas áreas para o crescimento científico da Ciência da Informação”;
- “Através de palestras e eventos sobre a interdisciplinaridade entre as áreas”;
- “É possível estabelecer um diálogo, portanto que os profissionais da Informação expliquem a importância de tratar e preservar a informação”;
- “Não sou capaz de opinar sobre o assunto, porque não tenho o conhecimento necessário para tal”;
- “As ações de CI e audiodescrição podem sim caminhar juntas, pois as áreas são congruentes. Percebo que seja possível o diálogo”;
- “A audiodescrição pode contribuir com a CI no âmbito da preservação da informação, sendo este um dos objetivos da CI. Assim como, a CI também pode auxiliar no processo de desenvolvimento dessa técnica, oferecendo parâmetros de normalização para execução da audiodescrição, como por exemplo as linguagens documentárias”;
- “Acho que é um diálogo produtivo e um trabalho de cooperação”;
- “Não sei opinar”;
- “Totalmente possível, mas é preciso que se crie estratégias de aproximação, por meio de eventos, artigos e projetos”;
- “Não sei opinar. Reconheço a importância da preservação, mas não domino o assunto”;
- “Formando parcerias que interrelacionam ideias a partir de uma problematização”;
- “Não consigo a princípio relacionar por nunca ter pensado a questão em relação à CI, porém, uma maior relação com a Comunicação, mas imagino a possibilidade de conseguir recuperar alguma informação com buscas através da audiodescrição, porém, como disse, não é muito claro para mim a discussão”;

- “A memória de longo prazo dos conteúdos informacionais audiodescritos que os profissionais da Audiodescrição produzem precisam ser guardados, pois o diálogo com os profissionais da CI é possível de se concretizar sim, já que esses conteúdos têm que ser preservados para a posteridade, a fim de chegar àquelas pessoas que têm alguma deficiência e que necessitam de um crescimento em suas vidas tanto no caráter pessoal quanto profissional”;
- “Considerando-se que a CI é uma área transdisciplinar, todo e qualquer diálogo em torno de profissionais que objetivam a organização e representação da informação, deve ter embasamento para se desenvolver. Vejo que ambos têm muito a ganhar com a troca de experiências e saberes e que a área como um todo poderá se desenvolver em novas vertentes”.

Os resultados alcançados com os dados coletados nos fizeram, de fato, acreditar que esta pesquisa, e a tese que se defende, pode vir a trazer alguma contribuição, já que os pesquisados percebem a relevância do diálogo e o enxergam como ação cooperativa, colaborativa entre a área da CI e o campo da AD, deixando claras as suas percepções nos discursos apresentados em suas respostas, especialmente nas de caráter mais subjetivo, que destacam a efetividade das possibilidades de diálogo entre a CI e a AD, e a inter-relação do profissional da CI com as temáticas, com os objetos de análise, aqui propostos – informação, AD, informação audiodescritiva, memória, preservação digital e salvaguarda (PÊCHEUX, 2014).

Souza (2014) afirma que ao finalizar a análise dos dados é preciso voltar às questões pré-estabelecidas no tópico sobre “Análise”, no roteiro da Análise de Discurso (descrito na página 137) para entender a análise dos corpora e os discursos expostos. O quadro 1, a seguir, organiza, com base nas questões citadas anteriormente, os discursos aqui analisados, condensando as percepções.

Quadro 1: Questões da análise de discurso sobre universo analisado
(respostas da AD e da CI)

	QUESTÃO 1	QUESTÃO 2	QUESTÃO 3	QUESTÃO 4
Universo	Diálogo entre a AD e a CI, através do conceito de informação audiodescritiva	Ações de preservação digital e políticas de salvaguarda	Uso de repositório arquivístico digital confiável	Conscientização dos profissionais da CI e da AD sobre suas expertises para efetivação do diálogo
Membros e líderes/vice-líderes dos grupos e núcleos de pesquisa da AD	Há possibilidade identificada pelos públicos, com base em um esforço mútuo. No entanto, é preciso que o campo, inicialmente, compreenda o que é CI e as expertises de seus profissionais.	Não compreendem os conceitos, mas entendem a relevância para manter seus acervos acessíveis por longo prazo.	Notaram a relevância da existência de um ambiente digital para o desenvolvimento da memória da AD.	Entendem que é preciso que haja uma organização, contextualização de conhecimentos e uma cooperação entre a AD e a CI para beneficiar o sujeito da informação com deficiência visual.
Docentes e Discentes dos PPGCI	Há possibilidade, sendo requerida a capacitação dos profissionais e cooperação entre a CI e a AD.	Demonstraram entender os conceitos, mas ainda se observam discrepâncias entre o discurso exposto e a prática da área.	Compreenderam a relevância do ambiente, porém ainda apresentam dificuldades de entendimento sobre as normas nacionais e internacionais de arquivo, alguns nem as conhecem, o que pode dificultar a usabilidade de um ambiente digital para o propósito da preservação digital e salvaguarda. Essa percepção é reflexo da confusão ou desconhecimento dos conceitos apresentados na coluna ao anterior.	Entendem que é preciso que haja uma organização, contextualização de conhecimentos e uma cooperação, entre a AD e a CI para beneficiar o sujeito da informação com deficiência visual, conforme a percepção do campo da AD.

Fonte: A Autora.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Conforme indicado na seção 4, após a finalização do tempo destinado à aplicação dos questionários *online* foi iniciada o terceiro momento da pesquisa – a observação participante – dividida em três fases, conforme já mencionado. Na primeira fase, enviamos *e-mail* aos pesquisados (grupos e núcleos de pesquisa do campo da AD) informando a necessidade do envio de arquivos digitais de conteúdos informativos audiodescritos, com tamanhos de até 700MB, correspondente ao atual limite (por item, por objeto digital) suportado pelo RL-SI, para serem inseridos no ambiente pela própria Autora.

Na segunda fase os participantes dariam continuidade ao processo, fazendo as inserções e descrições no RL-SI. Os pesquisados relataram seus *feedbacks* sobre as experiências no RL-SI, no decorrer dessa segunda fase, através de trocas de mensagens via aplicativo de celular (*WhatsApp*), ligações telefônicas e vídeo-chamadas (via ferramenta do *Google Meet*), informando à Autora suas percepções sobre a usabilidade do ambiente; e a terceira e última fase correspondeu a análise da Autora sobre a ação dos grupos e núcleos de pesquisa no RL-SI. A seguir explicaremos detalhadamente essas fases.

Na primeira fase da observação participante, quatro das nove universidades participaram com seus respectivos grupos e núcleos de pesquisa que trabalham e pesquisam AD, enviando conteúdos audiodescritos. São elas:

- UFBA-TRAMAD (enviou dois vídeos);
- UNEB-GA&A (dois vídeos);
- UFSM-Núcleo de Acessibilidade (um vídeo);
- UNESP-Bauru-Projeto Biblioteca Falada aliado ao grupo Linguagem e Mídia Acessível (três vídeos).

Ao todo obteve-se oito itens de conteúdos audiovisuais. Desses oito vídeos, apenas seis foram indexados no RL-SI, porque dois deles excederam o tamanho suportado pelo RL-SI (um da UNEB-GA&A e outro da UNESP-Bauru-Projeto Biblioteca Falada aliado ao grupo Linguagem e Mídia Acessível).

A seguir, conforme mencionado, relataremos como ocorreram as três fases, com as dificuldades encontradas no caminho. Porém, faz-se necessário apresentar algumas das principais definições relacionadas à descrição de conteúdos no ambiente do RL-SI:

- Entidade custodiadora: “Entidade responsável pela custódia e acesso a um acervo. Também chamada custodiador” (ARQUIVO NACIONAL, Dicionário..., 2005, p.84).
- Coleção: “Conjunto de documentos com documentos características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, Dicionário..., 2005, p.52).
- Série: “Subdivisão do quadro de arranjo que quadro de arranjo corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental tipo documental tipo documental ou assunto” (ARQUIVO NACIONAL, Dicionário..., 2005, p.153).
- Item: “Menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou dossiês processos. Processos; Unidade documental fisicamente indivisível. Também chamada peça” (ARQUIVO NACIONAL, Dicionário..., 2005, p.110).

Na primeira fase da observação participante a Autora seguiu as normas do manual e dos vídeos elaborados como suporte para a realização das descrições dos conteúdos no RL-SI. Essa estratégia serviu para testar as ferramentas elaboradas para os pesquisados.

A UFBA já era cadastrada no RL-SI como entidade custodiadora; assim, foi necessário apenas criar a coleção do grupo TRAMAD e depois inserir o item (nesse caso específico, os dois itens/vídeos enviados), nos quais também foram inseridos os dados específicos relativos a cada item, ou seja, seus conteúdos informacionais audiodescritos. O mesmo foi feito com a UFSM-Núcleo de Acessibilidade, pois a universidade também já era cadastrada no ambiente⁷⁷, criando apenas a coleção do núcleo e depois inserindo-se o único item enviado.

Já com a UNEB-GA&A e com a UNESP-Bauru-Projeto Biblioteca Falada, esta última aliada ao grupo Linguagem e Mídia Acessível, a Autora precisou cadastrar inicialmente a entidade custodiadora a partir de instruções que não constam nem no manual e nem no vídeo, por enquanto, pois — de acordo com os procedimentos adotados pelo grupo CRIDI, por motivo de segurança dos dados já cadastrados — este procedimento ainda não pode ser da responsabilidade dos pesquisados, ficando sob suas alçadas, até o momento de evolução em que se encontra o ambiente, apenas a inserção de dados nos campos dos formulários do ambiente destinados às coleções, às séries e aos itens.

⁷⁷ O cadastro da UFSM já havia sido feito quando a mesma participou como colaboradora na pesquisa que resultou na criação do RL-SI.

O primeiro problema encontrado no momento do cadastro das entidades custodiadoras foi a falta do “número de identificação”⁷⁸, pois a UNEB e a UNESP ainda não possuem este código, que é gerado pelo Arquivo Nacional (AN), após solicitação do interessado, no próprio site do AN, pelo Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ).

De acordo com o CODEARQ (CONARQ, 2020, n.p), “O código é fornecido às entidades custodiadoras desde que elas permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições”; após o cadastramento e o fornecimento do código, o interessado (ou seja, a entidade custodiadora do acervo) passa “a ter disponíveis no site do CONARQ informações sobre seus acervos, sua missão e formas de contato”.⁷⁹ Por não dispormos do tempo necessário para o cadastramento e o fornecimento dos códigos, além dos esforços para tal, que iriam além dos domínios pesquisa e da Autora, cadastramos as instituições, num primeiro momento, sem o código, pois no ambiente do RL-SI esta operação de inserção do código não é obrigatória, como ocorre de ser em outros campos de preenchimento⁸⁰.

Concluída a fase da inserção/cadastramento, no RL-SI, das universidades (como entidades custodiadoras), dos grupos/núcleos (como coleções dentro das entidades) e dos conteúdos (dados sobre as entidades e coleções), foram providenciados credenciamentos de *login* e senha para o acesso dos próprios grupos/núcleos ao ambiente, para o prosseguimento da pesquisa. Com isso, os novos credenciados fariam a inserção de seus próprios itens (os arquivos de vídeo produzidos pelos grupos/núcleos)⁸¹, tendo por base o manual e os vídeos de orientação previamente criados durante a pesquisa (ANDRADE et alii, 2020a; 2020b; 2020c; 2020d), dando-se início, assim, à segunda fase da observação participante. Para isso, foram enviados *e-mails* aos pesquisados com seus *logins* e senhas (com as permissões previamente testadas), o manual e os *links* para acessar os vídeos, informando-os que deveriam continuar inserindo e descrevendo seus conteúdos audiodescritos no ambiente, solicitando ajuda à Autora, caso necessário.

⁷⁸ “Tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico. Seu objetivo é intercambiar informações em âmbito nacional e internacional. O código é fornecido às entidades custodiadoras desde que elas permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições” (CONARQ, 2020, n.p)

⁷⁹ Disponível em: <http://conarq.gov.br/o-cadastro.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

⁸⁰ No manual e nos vídeos de orientação é descrito o processo de solicitação do código pelo CODEARQ, de forma que os grupos/núcleos de pesquisa e outros interessados possam decidir, eventualmente, a posteriori, sobre a disponibilização, no site do CONARQ, das informações sobre seus acervos, sua missão e formas de contato, atualizando, então, este campo de preenchimento com o código fornecido no ambiente do RL-SI.

⁸¹ Nesses processos iniciais não foram necessários criar series (conjuntos de itens dentro de uma coleção), já que os vídeos (itens) enviados foram aleatórios, não faziam parte de nenhum evento em particular, ou algo que identificasse fazer parte de um conjunto a ser continuado.

Durante o período de realização da segunda fase da observação participante (15 de abril a 15 de setembro de 2020), os grupos e núcleos de pesquisa (UFBA-TRAMAD, UNEB-GA&A, UNESP-Bauru – Projeto Biblioteca Falada; e UFSM-Núcleo de Acessibilidade) demoraram para realizar a inserção dos conteúdos no RL-SI. A UFSM – Núcleo de Acessibilidade, infelizmente, não conseguiu cumprir essa fase, por questões administrativas, constando no RL-SI apenas um vídeo que foi enviado para a Autora, na primeira fase da observação participante, como demonstra a figura a seguir.

Figura 29: Item inserido da UFSM-Núcleo de Acessibilidade no RL-SI



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao longo daqueles meses, houve várias tentativas de contato da Autora com os líderes e vice-líderes dos grupos e núcleos de pesquisa, por mensagens de *e-mail* e pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, obtendo-se retornos da UFBA-TRAMAD, UNEB-GA&A e da UNESP-Bauru – Projeto Biblioteca Falada, mesmo que depois de um tempo maior do que o desejado, afirmando que iriam cumprir essa fase no período estipulado.

Considerando-se a situação contemporânea de isolamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19, provocada pelo vírus Sars-CoV-2, enviamos uma mensagem no mês de julho de 2020 para saber o posicionamento dos grupos e núcleos participantes quanto à eficácia da realização dos procedimentos desse momento da observação participante, e os três grupos acima referidos responderam confirmando suas participações. Já a UFSM – Núcleo de Acessibilidade, segundo mencionado anteriormente, informou que a Comissão de Audiodescrição, atuante no núcleo, foi suspensa devido a uma decisão governamental, portanto não seria mais possível participar dessa fase, conforme havia se comprometido.

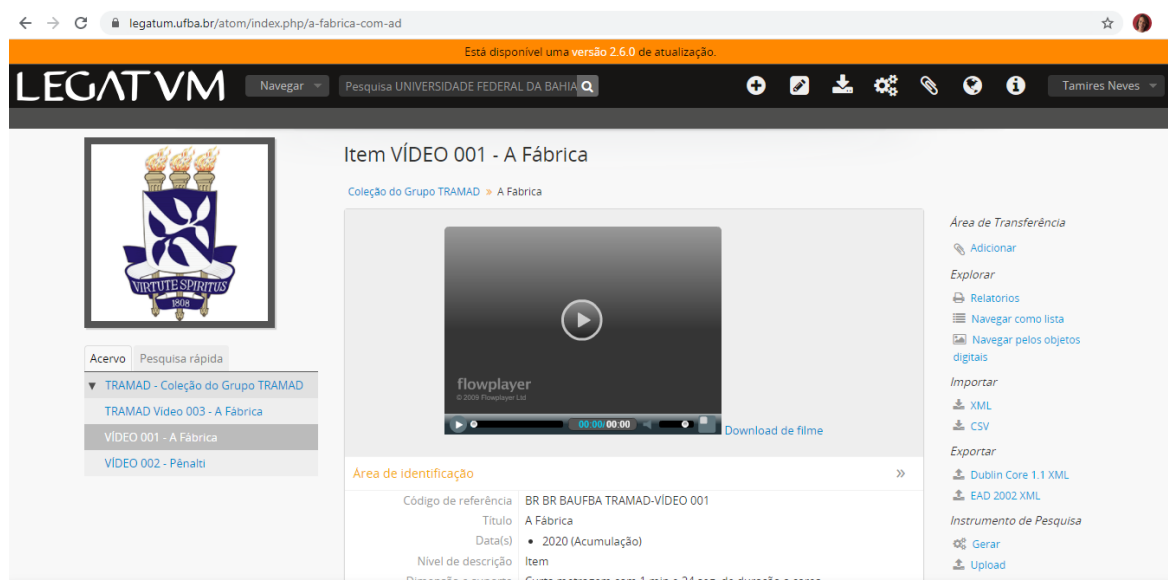
Em agosto de 2020, depois de mais alguns contatos da pesquisadora relembrando a importância da ação dos grupos e núcleos de pesquisa nessa fase, o primeiro grupo que tentou efetuar a inserção dos conteúdos no RL-SI foi o da UFBA-TRAMAD. A líder do grupo, após algumas tentativas sem sucesso, informou à Autora que não conseguiu criar a descrição no ambiente. Então, a Autora refez o teste com o *login* e as respectivas permissões concedidas para o acesso do grupo, com o auxílio de João Ricardo Chagas, coordenador executivo do CRIDI, com o objetivo de solucionar a questão, analisando as permissões disponibilizadas ao *login* do grupo.

Após uma análise atenta solicitou-se que o grupo TRAMAD tentasse realizar novamente as descrições, pois não foram identificadas incongruências que justificassem o problema. Então, foi proposto que se fizesse mais uma tentativa, agora com o auxílio da Autora, que ligou para a líder do grupo TRAMAD para orientá-la durante a descrição no Legatum.

Percebeu-se que no ato da descrição na “Área de Controle da Descrição”, onde deve ser inserido o CODEARQ, na seção “Identificador da Entidade custodiadora”, estava acontecendo a incongruência no momento de preenchimento do campo. Ao ser resolvida a questão, a partir da orientação da Autora, com a colaboradora identificando o problema e conseguindo realizar a ação sozinha e obtendo êxito na descrição do item (foi inserido o mesmo vídeo já enviado para a Autora, pois havia sido dito aos grupos e núcleos que o importante era a experiência no ambiente, mesmo que não possuíssem mais vídeos novos para a descrição).

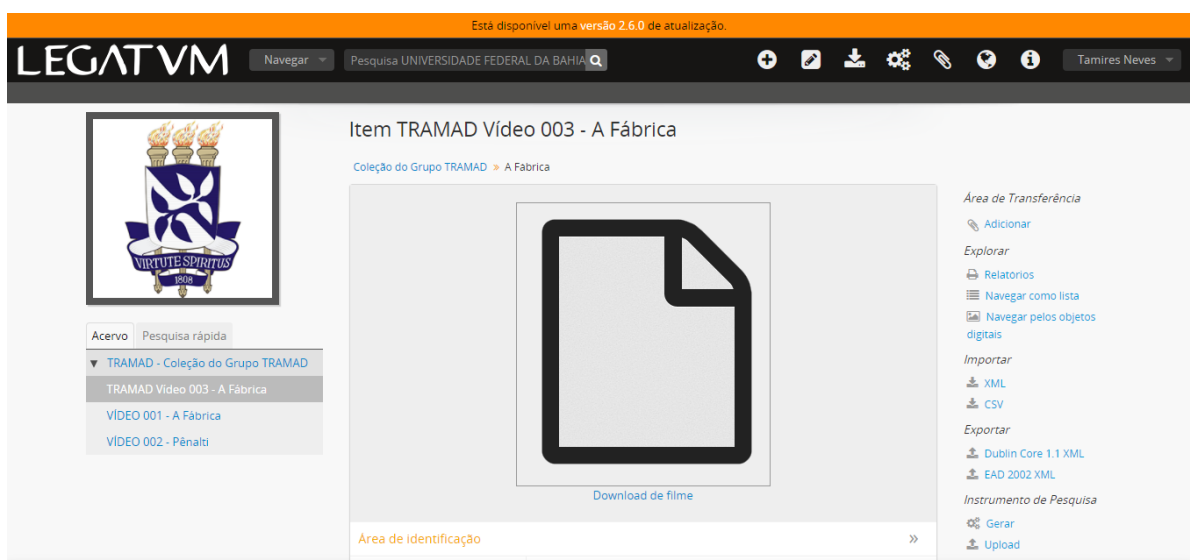
Entretanto, em seguida, a colaboradora ainda relatou que não conseguia realizar a necessária operação de alteração final da descrição, que a retira de sua condição temporária de “Versão Preliminar” para sua efetiva condição de descrição “Publicada”, quando então não se conseguia efetuar a devida atualização da página de descrição. Aconselhamos que uma nova tentativa fosse realizada, em outro momento, e o resultado foi positivo; porém, um novo procedimento inadequado foi realizado, pelo fato de a operadora da descrição não seguir adequadamente a orientação contida do tutorial 3 de 3 que informava para inserir o vídeo clicando-se em “Link Objeto Digital” (equivocadamente foi utilizada a opção “Importar Objeto Digital”). Apesar de ambas as opções permitirem que o vídeo seja anexado no RL-SI, a segunda opção utilizada (“Importar Objeto Digital”) não deixa o vídeo visível quando acessamos o item descrito. Seguem, na próxima página, as figuras para demonstrar esse relato.

Figura 30: Visualização de tela do RL-SI ao adotar-se a opção “Link Objeto Digital” (realizado pela Autora na 1ª fase da observação participante)



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 31: Visualização de tela do RL-SI ao adotar-se a opção “Importar Objeto Digital” (realizado pela colaboradora na 2ª fase da observação participante)

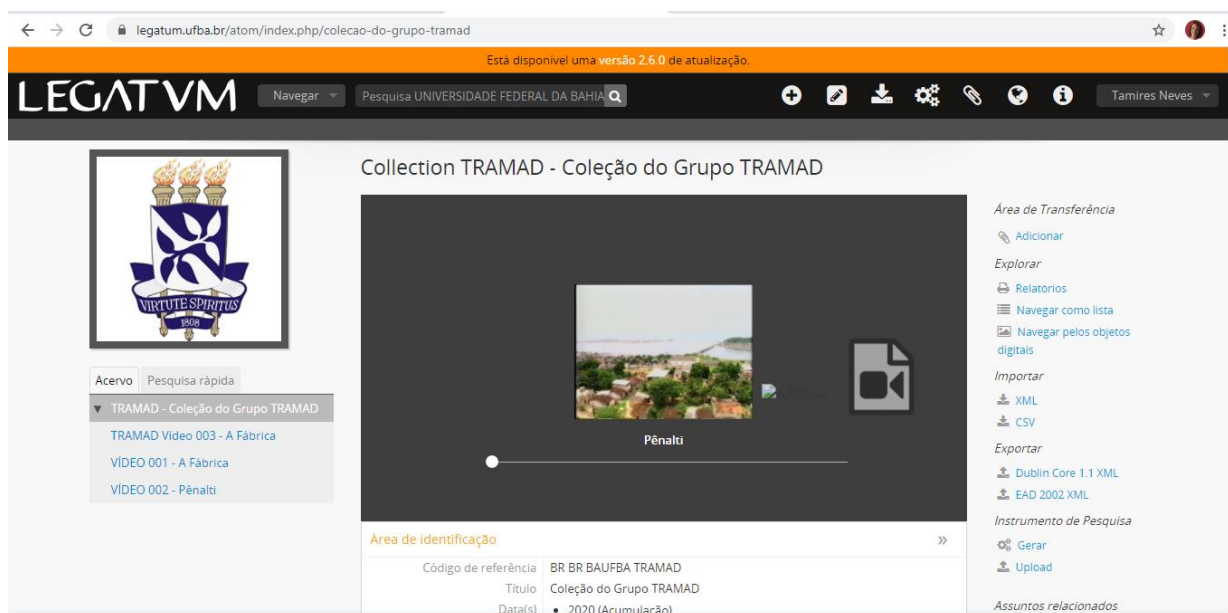


Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, o grupo UFBA-TRAMAD finalizou sua participação na pesquisa criando uma coleção com três itens⁸², que podem finalmente ser visualizados, um a um, com telas como a representada na figura 32:

⁸² Dois dos três itens inseridos são idênticos, porque o grupo não teve conteúdo novo para inserir, além do já enviado anteriormente para a Autora, assim procedendo para ampliar a prática nas operações.

Figura 32: Itens inseridos pelo UFBA-TRAMAD no RL-SI



Fonte: Dados da pesquisa.

A UNESP-Bauru, com o Projeto Biblioteca Falada, iniciou as inserções das descrições enfrentando a mesma dificuldade do grupo TRAMAD: não conseguiam criar a descrição. As mesmas providências para tentar-se sanar a dificuldade foram adotadas: pesquisa via aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), ligações telefônicas e videochamadas (via ferramenta do *Google Meet*), embora sem sucesso. Mais uma vez a Coordenação Executiva do grupo CRIDI foi acionada, checando todas as permissões e realizando novas tentativas, porém ainda sem sucesso. A própria pesquisada, que estava em contato com a Autora, informou que iria pedir para outros membros do grupo tentarem efetivar a descrição no RL-SI, e caso ainda não tivessem sucesso, sugeriu que a Autora criasse “descrições-teste”, e eles então alterariam e salvariam as informações com as descrições oficiais, pois as opções “cancelar”, “editar” e “salvar” eram passíveis de acesso pelos membros.

Apesar dos contratempos, o relato dos pesquisados sobre a ideia do RL-SI como possibilidade de gestão, preservação e salvaguarda do acervo foi bastante positiva, informando que o ambiente seria importante para o Projeto Biblioteca Falada, tanto para divulgação entre os próprios membros, quanto para ampliar a visibilidade das ações com AD, recurso essencial para as pessoas com deficiência visual.

Com a persistência da dificuldade enfrentada pelo grupo Projeto Biblioteca Falada, em uma nova tentativa, as pesquisadas relataram que não obtiveram sucesso novamente, então a

Autora optou por uma alternativa em que as inserções pudessem feitas sem aquela sugerida intervenção direta na criação de “descrições-teste”.

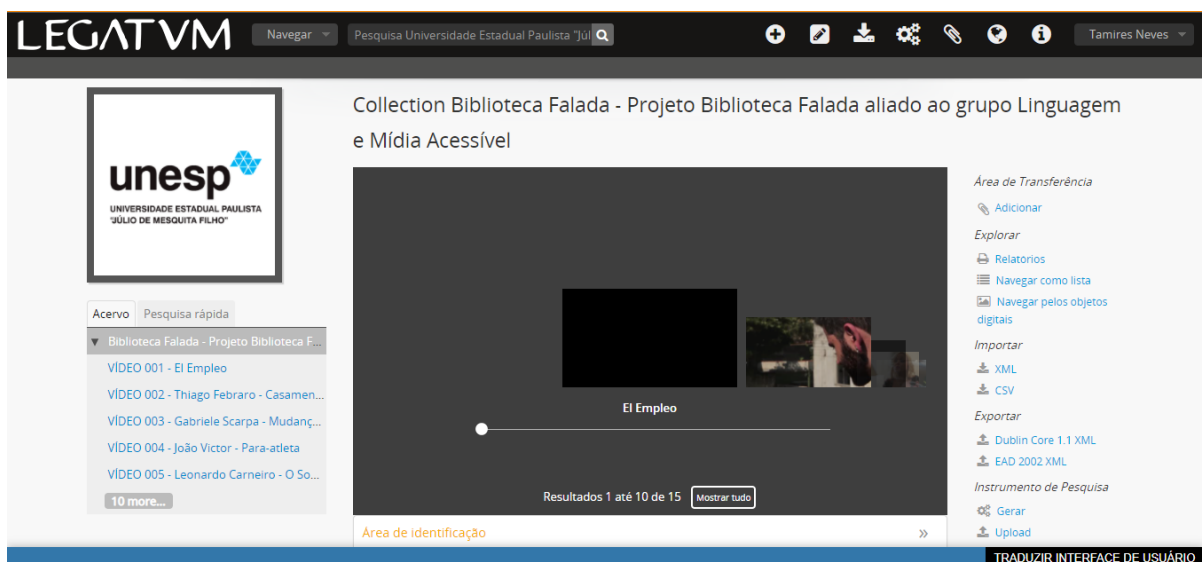
A Autora propôs, então, que as pesquisadas duplicassem as descrições já existentes e alterassem os dados (para obterem, assim, “novas” descrições) e os efetivassem com o comando “salvar”, já que o erro acontecia apenas quando tentavam criar a descrição, sendo possível, no entanto, realizar operações de “editar” e “salvar”. Entretanto, de forma surpreendente, depois de feita a duplicação de um dos itens já previamente descrito, conforme o relato dos pesquisados, tornou a ficar ativa e disponível a opção “criar itens novos”, que antes — sem que ainda tivéssemos clareza absoluta sobre os motivos — se apresentava bloqueada, e assim se chegou ao sucesso esperado nas descrições do Projeto Biblioteca Falada pelos seus próprios membros.

Após esse momento foi relatado que em apenas duas descrições os pesquisados não conseguiram inserir o vídeo com a AD, pois apresentava-se uma página de erro. Então, com ajuda do CRIDI, os membros do Projeto Biblioteca Falada conseguiram mudar a versão do arquivo e até sua qualidade⁸³ para a operação, mas foi a solução possível encontrada para armazenar os arquivos que, mesmo sendo de conteúdos com menos de 700MB, estavam apresentando uma página de erro em todas as tentativas de inserção, tanto as realizadas pelos pesquisados, quanto pela Autora e pelo CRIDI. Com a alteração no tamanho dos arquivos foi possível inseri-los no ambiente.

Assim, a UNESP-Bauru, com o Projeto Biblioteca Falada, finalizou sua participação na pesquisa com uma coleção de 15 (quinze) itens descritos (sendo que dois itens foram inseridos pela autora e 13 (treze) pelos membros do grupo), conforme demonstramos na figura a seguir:

⁸³ Desaconselhamos totalmente a adoção dessa medida de geração de uma versão do arquivo com redução de qualidade para um arquivo que seja considerado *master*, que não tem amparo em nenhum procedimento associado à preservação digital. Aqui a operação foi realizada visando-se apenas a compreensão dos testes em realização.

Figura 33: Itens inseridos pela UNESP-Bauru-Projeto Biblioteca Falada no RL-SI



Fonte: Dados da pesquisa.

A UNEB, com o grupo GA&A, na sua primeira tentativa também não conseguiu “Criar” a descrição, apresentando o mesmo erro do TRAMAD e do Projeto Biblioteca Falada. Além de apresentar problemas durante o preenchimento dos campos, como por exemplo adotar a opção de criar “Ponto de Acesso”. A Autora fez, então, uma videochamada com a líder do grupo GA&A, através da ferramenta “*Google Meet*”, e conseguiu resolver o problema, propondo a mesma solução adotada antes com os outros grupos que enfrentaram o problema (duplicação do item, nova edição da descrição no item duplicado e validação da inserção).

O grupo conseguiu, então, inserir 12 (doze) descrições sobre o seu novo projeto de programas de rádio na “Rádio Nova da Língua Portuguesa”, incluindo arquivos apenas com o som, sem a imagem. Assim, a UNEB-GA&A finalizou sua participação na pesquisa com uma coleção e os seguintes 13 (treze) itens descritos (sendo que um dos itens foi inserido pela autora e 12 (doze) pelos membros do grupo), conforme demonstramos na figura a seguir:

Figura 34: Itens inseridos pela UNEB-GA&A no RL-SI

The screenshot shows a web browser window with the URL `legatum.ufba.br/atom/index.php/colecao-do-grupo-ga-a`. The page title is "Collection GA&A - Coleção do Grupo GA&A". On the left, there is a sidebar with the UNEB logo and a list of holdings under "Collection GA&A - Coleção do Grupo GA&A". The main content area features a video player with the title "Exposição de fotografias com audiodescrição Fórum Social" and "Results 1 to 10 of 13". To the right of the video player is a metadata table:

Field	Value
Reference code	BR BR BAUNEB GA&A
Title	Coleção do Grupo GA&A
Date(s)	2020 (Accumulation)
Level of description	Collection
Extent and medium	A coleção do Grupo de Pesquisa e Extensão acessibilidade & Arte - GA&A será composta por vídeos (retrabados por filmes de curta e longa metragem, peças teatrais, eventos acadêmicos, etc.), os quais foram implementados o recurso da Audiodescrição...

Additional elements on the right include "Clipboard" options (Add, Explore, Reports, Browse as list, Browse digital objects), "Export" options (Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML), "Related subjects" (GA&A, Universidade do Estado da Bahia), "Related people and organizations" (Grupo GA&A (Creator), Preservação audiovisual (Subject)), and "Related genres" (Acervo acadêmico).

Fonte: Dados da pesquisa.

Acredita-se que aspectos técnicos podem ter sido responsáveis pelas dificuldades enfrentadas, como: velocidade e qualidade inadequadas da internet dos usuários; variações de *hardware*, memória RAM reduzida e velocidade inadequada de transmissões; proteções antivírus do computador dos usuários que poderiam estar resultando em algum tipo de bloqueio na criação das descrições; falta de prática dos pesquisados na usabilidade do ambiente e com as normas nacionais e internacionais de arquivo, dentre outras possibilidades e hipóteses que podem a vir justificar esses obstáculos, pois as permissões do grupo estavam liberadas para criar, editar e duplicar as coleções. Não nos foi possível identificar precisamente o motivo de se conseguir realizar a duplicação e a edição e não se conseguir finalizar a criação das descrições. Mas a alternativa da utilização da opção de “duplicar item” para que os testes pudessem ser realizados pelo grupo foi definitiva para a conclusão do processo com sucesso.

Ao finalizar essa segunda fase foi enviado aos pesquisados, no dia 17 de setembro de 2020, um *e-mail* agradecendo a colaboração pela relevância da participação na pesquisa. Informamos que os acessos e permissões dos grupos e núcleos de pesquisa ao RL-SI continuarão ativos para edição, criação de novas descrições, além da divulgação contínua dos conteúdos descritos. Ficou acordado que sempre que desejarem fazer ajustes ou novas descrições que sinalizassem a Autora com antecedência, antes de tornar o conteúdo público no ambiente, já que a pesquisa ainda não havia sido concluída, e ações complementares poderiam gerar eventuais problemas que exigiriam uma atenção mais detalhada para resolvê-los, e como na época a Autora estava dedicada à análise dos dados coletados, não poderia ampliar ainda

mais esse o volume de dados, nem enfrentar outros obstáculos que pudessem surgir de novas experiências.

Os pesquisados também souberam que em breve o RL-SI se tornará um ambiente acessível para que as pessoas com deficiência sensorial possam usufruir dos conteúdos descritos no repositório, já que o objetivo do uso do RL-SI na pesquisa vai além do auxílio na gestão do acervo dos grupos e núcleos de pesquisa, ampliando também a divulgação do recurso da AD a partir dos conteúdos audiodescritos inseridos pelos grupos e núcleos participantes, promovendo, assim, o desenvolvimento da memória do campo no Brasil e em sua permanência por longo prazo.

Ao passar essas informações aos pesquisados, iniciou-se a terceira fase da observação participante, na qual a Autora analisou a participação dos grupos e núcleos de pesquisa ao utilizar o ambiente digital do RL-SI. Entende-se que apesar dos erros e obstáculos encontrados e relatados, todos os pesquisados da UFBA-TRAMAD, UNEB-GA&A, UNESP-Bauru-Projeto Biblioteca Falada elogiaram o manual e os vídeos-tutoriais, com afirmações de que tais vídeos são excelentes, bem explicativos e que o ambiente do Legatum, depois que você o entende e o conhece, torna sua usabilidade mais fácil, proporcionando o início do processo do acesso por longo prazo aos conteúdos descritos no RL-SI.

Ficou clara a necessidade da colaboração e do diálogo entre os profissionais da AD e da CI (neste caso, especialmente de bibliotecários e arquivistas) no processo, para auxiliar o campo da AD nas etapas de descrição, inserção e até na indexação dos conteúdos e da informação audiodescritiva que auxiliaram na representação e na recuperação do material descrito no RL-SI, baseado nas expertises dos profissionais da CI (bibliotecários e arquivistas). Sem o auxílio da Autora (com mestrado em CI e conluente aqui de seu doutorado na área e do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação), a observação participante não aconteceria a contento em sua plenitude, já que os pesquisados, por não serem detentores de determinadas expertises, vivenciaram muitas dificuldades ao longo do processo.

A seguir é apresentada a discussão dos resultados a partir das respostas dos questionários *online* e da observação participante.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção discute os resultados da pesquisa de campo, obtidos principalmente por meio de instrumentos de coleta e dados elaborados com base nas técnicas de questionários *online* e de observação participante, fundamentados em termos teóricos e práticos na revisão da literatura.

Em termos dos métodos de procedimentos aplicados ao conjunto dos dados coletados, incluindo-se aí a literatura revisada, realizou-se uma análise do posicionamento dos profissionais da CI e da AD, com base nas temáticas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa – a possibilidade de diálogo entre a CI e a AD, os conceitos de informação, de memória, de preservação digital, de políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos e o conceito proposto de informação audiodescritiva –, bem como das respostas destes profissionais aos referidos instrumentos de coleta.

Outro método de procedimento aplicado foi a análise de discurso, com base na teoria de Pêcheux (2014; 2015), que proporcionou a efetiva identificação da mencionada possibilidade de diálogo. Percebeu-se nos dados coletados com os questionários *online* que os discursos adotados pelos pesquisados da AD e da CI eram congruentes quanto à relevância da cooperação entre os profissionais para que o campo da AD desenvolva sua memória e as subáreas da CI passem a usar este recurso em suas práticas informacionais.

As perspectivas do método de abordagem da dialética materialista também auxiliaram na análise das respostas obtidas, fazendo com que procurássemos observar o contexto a partir da sua totalidade, correlacionando os discursos com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, no qual a temática da AD e os profissionais (da AD e da CI) estão envolvidos, para analisar seus posicionamentos quanto ao recurso da AD, sua aplicabilidade e importância na sociedade e, mais especificamente, para os sujeitos da informação com deficiência visual; o uso das ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda para manter o acesso à memória da AD por longo prazo; e a inserção do conceito de informação audiodescritiva para o desenvolvimento do diálogo proposto.

Segundo Vilar (1979), a história afeta as relações estruturais existentes, logo a transformação acontece quando há possibilidade de se analisar a totalidade dos fatos históricos para compreender determinadas situações de forma ampla, relacionando-as com as condições materiais de existência, com o contexto da produção, da economia, da política, ou seja, há necessidade da prática, do conhecimento do ambiente de que o sujeito faz parte, para que o humano adquira sua consciência. A concepção de homem para Marx se refere a identificá-lo

como um sujeito da práxis (KONDER, 2010), então, para analisar a temática desta tese e desenvolver o estudo, foi necessário entender o cenário em que onde a AD e a CI se encontravam.

Constatou-se um retorno menos efetivo de dados provenientes do campo da AD, tanto nos questionários *online*, quanto na observação participante, provavelmente porque — além de ser um recurso ainda novo no Brasil e pouco pesquisado e utilizado pelas universidades muitos grupos e núcleos de pesquisa não trabalhavam apenas com AD, os seus membros dedicavam-se também a outros variados projetos, o que pode ter gerado um retorno abaixo do esperado. No entanto, percebemos como significativa, para uma análise da totalidade do universo que estuda e trabalha com AD no Brasil, o retorno de 17 questionários respondidos (entre membros, líderes e vice-líderes) e de quatro universidades que fizeram parte da observação participante. Foi devido àquela realidade já mencionada sobre a AD — de ser uma tecnologia assistiva ainda recente no Brasil, ainda em desenvolvimento, com pequenos contingentes de pesquisadores do tema e de audiodescritores que utilizem o recurso, mas que demonstram estar em franco crescimento quantitativo —, inclusive já prevista, que escolheu-se trabalhar com a totalidade, de forma a conseguir o máximo de retornos possível, já que tínhamos quatro anos para realização da pesquisa.

Segundo Bampi, Guilhem e Alves (2010), ao se referirem à deficiência, o modelo social aplicado em muitos contextos ainda é referente a um problema individual e não a uma questão de vida em sociedade. Essa percepção equivocada pode explicar o desenvolvimento tardio da AD no Brasil, além da falta de incentivo para o desenvolvimento da temática por parte do Estado, já que não se interpretam as ações de inclusão social e acessibilidade como algo essencial e sim como uma ação secundária, como uma “ajuda” e não como um direito adquirido por esses sujeitos e um dever a ser cumprido pelo Estado.

Encontramos alguns problemas com os grupos e núcleos de pesquisa do campo da AD sobre a infraestrutura, a gestão e o conhecimento, no que se refere às temáticas sobre preservação digital e políticas de salvaguarda, além de desconhecimento sobre as expertises dos profissionais da CI. Há uma recorrência desses problemas, já destacados bem antes pela Autora, em sua dissertação de mestrado, em 2017.

Os problemas relativos à infraestrutura se referem a questões sobre as condições físicas dos acervos de cada grupo e núcleo de pesquisa. Alguns grupos e núcleos dispõem de uma sala de reunião onde é colocado também o acervo, e quando não é este o caso o acervo fica dividido em diversos suportes gerenciados pelos líderes e vice-líderes em seus espaços individuais de trabalho.

Com relação aos problemas associados à gestão, percebeu-se que faltava uma política de gestão de acervos que cumprisse as normas arquivísticas, com o objetivo de manter as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda em desenvolvimento, visando o acesso por longo prazo à informação audiodescritiva.

Relativamente aos problemas referentes ao conhecimento, destaca-se a falta de expertise dos profissionais de AD ao lidar com os conceitos de preservação digital e salvaguarda, o que influencia diretamente na aplicação incorreta (ou inexistente) destas ações e políticas, respectivamente. Além disso, como vimos, há desconhecimento das teorias, técnicas e práticas da área CI e sobre a atuação de profissionais de suas principais subáreas (bibliotecários e arquivistas), que podem auxiliar o campo da AD no desenvolvimento da sua memória por longo prazo, considerando também a importância da AD em levar a aplicabilidade do recurso para a área da CI.

Segundo Bergson (1999), há uma importante participação dos sentidos para a construção das lembranças do sujeito; as pessoas com deficiência visual não dispõem de um importante sentido, entretanto, a audição se torna crucial para o seu desenvolvimento como cidadão; por isto, quanto mais informações este indivíduo tiver acesso com o recurso da AD, melhor poderá manter suas lembranças ativas e construir suas memórias, além de entender e acessar a memória do campo da AD, compreendendo a importância do recurso, seus diferentes usos nas cenas culturais e a relevância desta tecnologia assistiva no seu cotidiano.

Ao complementar esse pensamento sobre as lembranças, Halbwachs (1990) afirma que a imagem do passado se transforma e evolui, mediante a união de outras lembranças e ao seu papel social, e também pode-se destacar que as lembranças advindas das memórias caracterizam e trazem simbologia aos lugares de memória, sendo relevantes para o desenvolvimento do sujeito (NORA, 1993). Logo, o acesso à memória da AD permitirá que as pessoas com deficiência visual transformem suas experiências e suas relações. Assim, poderão compreender as cenas sociais que os cercam e exprimir, a partir das informações que acessam, suas próprias críticas e opiniões, se relacionando com o contexto do qual fazem parte.

Os posicionamentos dos pesquisados da AD, tanto nas respostas oriundas dos questionários *online*, quanto nas ações realizadas na observação participante, demonstraram apesar das dificuldades de infraestrutura, gestão e conhecimento apresentadas, tratar-se de profissionais dispostos a desenvolver o diálogo com a CI, entendendo a importância das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para manter-se a informação audiodescritiva acessível, e conseqüentemente a memória do campo também.

Observa-se que apesar dessa disponibilidade do campo da AD para fazer o diálogo acontecer, ainda é preciso uma longa caminhada, esforços mútuos, através de estudos, pesquisas e conscientização tanto dos profissionais da CI, quanto dos profissionais da AD, para que haja uma efetiva troca de saberes com o objetivo de atender às demandas informacionais do público com deficiência visual. Há necessidade de uma transformação, de uma mudança, como afirma a dialética materialista, para que o diálogo aconteça de forma assertiva e traga resultados para o sujeito da informação com deficiência visual.

A AD necessita inserir em suas rotinas o conhecimento sobre e a prática de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, compreender a informação audiodescritiva que produz e a sua relevância no processo do acesso à memória do campo por longo prazo, incluir expertises dos profissionais da CI na gestão de seus acervos, propondo parcerias para que o campo tenha um salto qualitativo, como a abordagem dialética materialista afirma, e amplie a visibilidade do recurso disponibilizando-o para um maior número de sujeitos.

A transformação pela qual o campo da AD precisa passar para minimizar o déficit na memória do campo é urgente, pois o Brasil já está atrasado em relação à história e ao desenvolvimento da AD no mundo, o que o país vem construindo desde 2003 não pode ser perdido, deve ser preservado digitalmente e salvaguardado. A mudança dialética, caracterizada como a primeira lei da dialética, prevê exatamente isso, transformações a partir das relações materiais de existência, onde as mudanças são contínuas e necessárias para construir o conhecimento (KONDER, 2004).

Segundo Yahamoto (1994, p. 2) “[...] a concepção teórica de Marx repousaria em três pilares, indissociáveis: o método dialético, a teoria do valor do trabalho e a perspectiva da revolução”; compreendo a obra marxiana como uma nova forma de “pensar social”. Assim também compreendemos o método teórico de Marx, cuja abordagem dialética materialista nos propõe a pensar um social baseado na totalidade, nas mudanças, contradições e transformações que promovam saltos qualitativos, como propõe o diálogo entre a AD e a CI, através do uso do conceito da informação audiodescritiva, construído nas bases epistemológicas da CI, para ser utilizado no campo da AD.

Sobre a CI, percebeu-se que os pesquisados também compreenderam a necessidade do diálogo, a relevância do conceito de informação audiodescritiva e a importância da AD para suprir as demandas informacionais das pessoas com deficiência visual ao acessar as bibliotecas, arquivos e museus. Nota-se que os profissionais da CI precisariam, assim como os profissionais da AD, estudar e buscar competências sobre o recurso, sobre as normas arquivísticas e o conceito e aplicabilidade das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, pois foi

perceptível que ainda há um déficit de compreensão e esse fator é negativo, já que estamos falando do público constituente de uma área que tem entre seus temas de estudo ações relativas ao acesso e à preservação da informação.

Conforme Capurro e Hjørland (2007) afirmam, a CI tem responsabilidade sobre a análise das complexas nuances do fluxo informacional, com o objetivo de proporcionar organização, gestão, acesso, disseminação, transmissão, registro e preservação para atender às demandas informacionais do indivíduo, independentemente da ocorrência de alguma deficiência. Assim, o papel da CI no campo da AD é relevante para atender o usuário da informação com deficiência visual, sendo viável a troca de saberes para beneficiar o acesso por longo prazo a informações para esse público.

Observou-se a relevância dos papéis do bibliotecário (nos processos da indexação, organização da informação e do conhecimento, na mediação, na gestão das unidades, dentre outras expertises), do arquivista (na adoção de políticas, aplicação de normas e regras arquivísticas, sobre a gestão de acervos e as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda) e do museólogo (com as expertises sobre as exposições e curadorias, tornando-as produções acessíveis): trata-se de papéis fundamentais no desenvolvimento da AD para o sujeito da informação com deficiência visual que, ao buscar esses ambientes, precisa encontrar a devida inclusão social e acessibilidade aos recursos informacionais disponibilizados. Além de que com as expertises dos bibliotecários e arquivistas, bem como dos museólogos, o campo da AD poderá desenvolver a sua memória por longo prazo, ampliando o acesso à informação audiodescritiva no país.

O diálogo proposto entre a área da CI e o campo da AD, para ser efetivo, necessita que os profissionais bibliotecários e arquivistas, conforme demonstraram em seus discursos nas respostas do questionário *online*, entendam suas atuações e seus papéis neste contexto, para que haja uma troca de conhecimento entre a CI e a AD, trazendo transformações e benefícios para ambas. No entanto, será preciso que esses profissionais busquem novas capacitações e ampliem as suas competências para desenvolver esse diálogo, pois ficou perceptível pelas respostas apresentadas que os profissionais da CI precisam entender melhor e aplicar efetivamente os conceitos de interdisciplinaridade e(ou) de transdisciplinaridade. Esse esforço intelectual e de transformação nas suas atuações também tem de ser feito pelos profissionais de AD, conforme vimos no início desta seção.

A compreensão sobre os conceitos de interdisciplinaridade, que busca um processo de ligação entre as disciplinas, e de transdisciplinaridade, que propõe a organização e a contextualização do conhecimento, segundo COSTA (2020, n.p), é imprescindível para que o

diálogo aconteça, proporcionando benefício mútuo para a CI e para a AD, onde ambas se transformarão, melhorando suas atuações ao atender os sujeitos com deficiência visual.

Nota-se também a importância dessa compreensão nas ementas das graduações de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, destacadas por alguns pesquisados. Observa-se que o quanto antes esses profissionais passem a entender a relevância das ações de inclusão social e acessibilidade para os usuários da informação com deficiência, menos obstáculos serão encontrados por esse público ao tentar solucionar suas demandas informacionais.

Segundo Shera (1977), a CI, com seu papel social, deve fazer parte de todo o processo informacional, consciente de que é preciso minimizar as barreiras de acesso, e para tal é necessário conhecer as tecnologias assistivas, o princípio da inclusão social e da acessibilidade para promover ambientes informacionais passíveis de acesso pelo sujeito com deficiência, diminuindo as lacunas.

A proposta sugerida de uso do RL-SI foi aceita pelos 196 (cento e noventa e seis) respondentes dos questionários, da AD e da CI, destacando a importância de um repositório digital com as características do Legatum para promover o acesso por longo prazo a conteúdos digitais, contribuindo com o desenvolvimento da memória do campo da AD.

As ideias de Pollak (1992) sobre a relevância da memória como um fenômeno construído, destaca a necessidade de desenvolver as memórias coletiva e histórica da AD para que o público-alvo desta tecnologia assistiva tenha acesso ao acervo existente no Brasil que utiliza este recurso, que o compreenda, entenda a sua relevância nas cenas sociais e comece até a exigir cada vez mais o uso da informação audiodescritiva nas cenas culturais, de lazer, profissionais, acadêmicas, de esporte, dentre outras, pois, ao conhecer melhor e se apropriar de experiências com os conteúdos audiodescritos francamente acessíveis em ambiente digitais, é possível ampliar a consciência destes sujeitos e desenvolver ainda mais o recurso na sociedade.

Compreende-se que o RL-SI não é uma solução definitiva e nem propõe finalizar com os problemas do campo da AD, mas é um caminho plausível para iniciar esse processo de gestão dos acervos do campo, inserindo, neste contexto, a ampliação do acesso, ações de preservação digital e políticas de salvaguarda para garantir a disseminação do recurso. Conforme Ferreira (2019) afirma, é preciso que haja um planejamento, uma política de gestão para que as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda sejam aplicadas corretamente e apresentem resultados positivos no processo do acesso à memória por longo prazo.

O ambiente ainda precisa tornar-se mais amplamente acessível no sentido das ferramentas ali disponíveis, já que nesta pesquisa de tese o RL-SI foi utilizado por videntes que atuam no campo da AD, para disponibilizarem conteúdos informacionais audiodescritos

adequadamente no ambiente: faz-se necessário inserir determinadas ferramentas de acessibilidade no repositório para que a pessoas com deficiência visual possam melhor acessá-lo e usufruir dos conteúdos ali publicados com AD. Para tal, será preciso organizar uma comissão de pesquisadores que entendam sobre AD, LIBRAS e legendagem, além de um consultor com deficiência visual, para testar as novas ferramentas de acessibilidade no ambiente e comprovar a sua usabilidade para manter o acesso às informações ali cadastradas de forma ampla, livre, inclusiva e contínua.

Não foi o foco desta pesquisa de tese expor o ambiente RL-SI para o público com deficiência visual; o objetivo aqui foi o de analisar a possibilidade de diálogo entre a área da CI e o campo da AD e analisar como estes profissionais da AD lidariam com o ambiente remoto normatizado, seguro — do tipo repositório (com previsão também para preservação digital), visando-se à salvaguarda da memória do campo —, para o acesso contínuo aos conteúdos informacionais audiodescritos, sem focar necessariamente na disponibilização para uso imediato deste ambiente por pessoas com deficiência visual, entendendo-se primeiramente a dinâmica do processo para depois adaptar-se o ambiente, caso os profissionais da AD compreendessem como necessário e relevante inserir seus conteúdos em um repositório com aquele perfil.

Na dissertação de mestrado da Autora, que focou apenas na aplicação de questionário *online*, sem realizar os testes no RL-SI, contatou-se uma pessoa com deficiência visual para participar da pesquisa e opinar sobre a possibilidade de uma ambiente assim para auxiliar no desenvolvimento da memória da AD; mas na fase do doutoramento como trabalhou-se com a totalidade não se sabe com precisão se houve alguma pessoa com deficiência visual entre nossos respondentes, mas em um futuro breve será possível estabelecer a conexão com este público, buscando-se aperfeiçoar ainda mais o ambiente.

A partir dos resultados aqui discutidos, compreendeu-se que o diálogo é possível, pois a área da CI e o campo da AD entenderam seus papéis na aplicabilidade do conceito de informação audiodescritiva e no desenvolvimento da memória do campo da AD, porém também ficou visível a necessidade de suprir algumas lacunas de conhecimento sobre ambas as atuações para que a efetivação da troca de saberes aconteça.

7 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa buscou-se analisar a relação entre a CI e a AD de forma a destacar expertises da CI e de seus profissionais que auxiliassem o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória do campo da AD no Brasil. Para tal, foram analisados os conceitos de AD, informação, CI, preservação digital, salvaguarda e memória, propondo-se ainda o conceito de informação audiodescritiva, sempre buscando destacar as possibilidades de diálogo entre CI e AD. Percebeu-se, a partir da pesquisa de campo, que o diálogo pode ser efetivado, desde que haja cooperação entre os profissionais, tendo como elo o aspecto das memórias coletiva e histórica.

A inquietação que norteou a pesquisa baseou-se no seguinte problema: quais aspectos devem ser destacados para que se possa estabelecer de fato o diálogo entre as teorias, técnicas e práticas da CI e o campo da AD, relativamente a ações de preservação digital e a políticas de salvaguarda de conteúdos audiodescritos produzidos por grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais brasileiras?

A questão foi respondida quando destacamos (nas seções 2 e 3) que os aspectos que devem permear o desenvolvimento do referido diálogo estão: na capacitação dos profissionais para entender as expertises da AD e da CI; nos conceitos e aplicabilidades da preservação digital e de políticas de salvaguarda para desenvolver a memória do campo da AD; e na importância dos conceitos de informação audiodescritiva e de transdisciplinaridade. A troca de saberes possibilitará inserir-se a AD em ambientes informacionais onde profissionais arquivistas e bibliotecários atendem o público com deficiência visual de forma a tornar tais ambientes mais inclusivos e acessíveis; a AD passará a ter condições de promover a gestão de seus acervos baseada em políticas que realmente proporcionem a continuidade do acesso à informação audiodescritiva. Evidenciamos essas questões especificamente nas seções 5 e 6, quando analisamos os resultados obtidos a partir das técnicas de coleta de dados adotadas e dos procedimentos aplicados aos dados que coletamos, alinhando o conjunto de ações aos posicionamentos escolhidos nas seções 2 e 3.

Confirmou-se a hipótese apresentada para a pesquisa, de que a AD seja essencial para a promoção da inclusão e da acessibilidade da pessoa com deficiência visual, e de que a ausência de diálogo entre os profissionais que realizam a AD e aqueles da área da CI haja o sério risco de perda ou do surgimento de uma lacuna irreversível na preservação digital e na salvaguarda dos referidos conteúdos, prejudicando, conseqüentemente, a permanência por longo prazo da memória da AD. Percebeu-se (nas seções 5 e 6) que o desconhecimento entre os profissionais

da AD e da CI sobre suas expertises e sobre a atuação de seus profissionais continua dificultando o desenvolvimento da memória do campo e, conseqüentemente, a visibilidade e o uso do recurso na sociedade, já que os conteúdos informacionais audiodescritos não são preservados de forma assertiva.

O objetivo geral de analisar como os profissionais da CI, com suas experiências em disseminar e registrar a informação, podem auxiliar nas questões de preservação e salvaguarda no âmbito da AD, destacando-se a relevância desta atitude em prol da preservação da memória da AD no país, e ampliando-se, assim, a conscientização de profissionais e pesquisadores audiodescritores sobre a preservação digital, foi alcançado, conforme vimos nas seções 2, 3 e 5, nas quais trouxemos as expertises da CI, da AD, os conceitos de preservação digital, salvaguarda, memória, informação e informação audiodescritiva, juntamente com a análise dos dados dos questionários *online* e da observação participante.

Para alcançar o objetivo geral, estabeleceram-se como objetivos específicos:

- caracterizar o perfil do audiodescritor e suas habilidades, no que se refere às ações de preservar digitalmente e salvaguardar conteúdos informacionais audiodescritos: foi alcançado nas seções sobre AD e seus grupos e núcleos de pesquisa e sobre a análise dos dados coletados, correspondentes às seções 2, 3 e 5;
- identificar como os profissionais da CI, com as teorias, técnicas e práticas da área, podem desenvolver e consolidar o conceito de informação audiodescritiva, auxiliando na preservação digital da memória da AD: foi alcançado nas seções sobre a informação audiodescritiva e a CI e sobre a análise dos dados coletados, correspondentes às seções 2, 5 e 6;
- destacar estratégias de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, em prol da preservação da memória da AD: foi alcançado nas seções sobre preservação digital, políticas de salvaguarda e memória e sobre a análise dos dados coletados, correspondentes as seções 3 e 5.

O problema identificado e respondido, a hipótese confirmada e os objetivos cumpridos demonstram que o diálogo é possível devido a CI e a AD — como uma ciência social aplicada que busca lidar com as complexas nuances do seu objeto, a informação, e como um recurso de tecnologia assistiva que proporciona um tipo de informação ao seu público — serem uma área e um campo, respectivamente, com relações propícias à transdisciplinaridade, há a necessidade de um esforço intelectual, conforme mencionado na seção 6, de capacitação de ambos profissionais para a efetivação da troca de saberes.

Percebe-se, portanto, com base na abordagem dialética materialista adotada — que iniciamos com a tese de que o desenvolvimento original do conceito de informação audiodescritiva, no âmbito da CI é fundamental para se combater o iminente risco de perda total da memória da AD brasileira —, as antíteses que abordamos, as contradições que poderiam dificultar a elaboração e a defesa da tese — como o desconhecimento da área da CI com relação às expertises do campo da AD, e vice-versa —; a dificuldade de entender o conceito e a aplicabilidade das ações de preservação digital e das políticas de salvaguarda (tanto na CI, quanto na AD); o déficit do recurso da AD nas cenas socioculturais no Brasil, por ser relativamente novo e em desenvolvimento no país; as discrepâncias entre o discurso do Estado exposto nas legislações e a aplicação prática das mesmas no cotidiano das pessoas com deficiência visual; a lacuna existente no acesso por longo prazo da memória da AD, dentre outros aspectos envolvendo as questões culturais, sociais econômicas e políticas que fazem parte das temáticas abordadas.

A tese e suas antíteses nos levaram a construir a síntese, que foi a proposta do uso de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, em específico, o exemplo do RL-SI (ambiente digital em construção), não com objetivo de solucionar os problemas encontrados, mas de propor uma reflexão sobre a permanência da memória do campo da AD, mantendo-a acessível por longo prazo. Assim, como a dialética materialista propõe, reinicia-se o ciclo, para buscar novas reflexões sobre o universo da AD e o seu diálogo com a CI.

Sabe-se que, nesses quatro anos, a síntese obtida nos levou a entender e a visualizar a possibilidade deste efetivo diálogo a partir do conceito de informação audiodescritiva, aplicando as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda nos conteúdos informacionais audiodescritos, com intuito de manter-se o acesso contínuo à memória do campo da AD e a inserção deste recurso nas unidades de informação, a compreensão dos profissionais da CI acerca da aplicabilidade e da necessidade desta tecnologia assistiva para atender-se às demandas informacionais dos sujeitos da informação com deficiência visual.

Importa a continuidade de mais pesquisas com o uso do RL-SI e(ou) de outros repositórios arquivísticos digitais confiáveis que sigam as normas nacionais e internacionais de arquivo, para proporcionar o desenvolvimento do acesso contínuo, ininterrupto, à memória da AD. Observa-se a necessidade de dar seguimento ao que esta pesquisa de tese propôs e chegou a efetivar no momento da observação participante, para que os grupos e núcleos de pesquisa que trabalham com AD possam obter uma eficiente gestão de seus conteúdos informacionais audiodescritos, promotora do acesso pelo seu público-alvo, auxiliando na disseminação do recurso e no seu registro no país.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 6º ed., 2012, p. 205; 217; 511; 921; 935-936; 1106.

ADERALDO, Marisa Ferreira. **Proposta de parâmetros descritivos para audiodescrição à luz da interface revisitada entre tradução audiovisual acessível e semiótica social – multimodalidade**. 2014. 206 f. Doutorado (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-9LZPMM/1/tese_marisa.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

ADERALDO, Marisa Ferreira; NUNES, Maria da Salette. A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico. In: ADERALDO, Marisa Ferreira; MASCARENHAS, Renata de Oliveira; ALVES, Jefferson Fernandes; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; DANTAS, João Francisco de Lima (Org.). **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2016, p.28-29.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade**. 2018. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/o-que-e-interseccionalidade/80564/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALVARENGA, Lídia. Representação do Conhecimento na Perspectiva da Ciência da Informação em Tempo e Espaço Digitais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Biblioteconomia e Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 8, n. 15, 1º sem., p. 18-40, 2003.

AMBIENTES POTENCIALIZADORES PARA INCLUSÃO. **Sobre**. Disponível em: <http://independent.academia.edu/GrupodePesquisaAmbientesPotencializadoresparaaInclus%C3%A3o>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ANDRADE, Emanuela M.; CONCEIÇÃO, Tamires N.; SANTOS, João Ricardo C.; SILVA, Rubens R.G. **Manual de Apoio a Usuários de Instituições Cadastradas no Repositório Legatum - Sonus et Imago: Usuários com Permissão de Descrição e Inserção de Objetos Digitais**. Salvador. Versão de 16 maio 2020. Grupo CRIDI, 2020a. Disponível em: <https://cridi.ici.ufba.br/institucional/arquivos/manual/manual-legatum-sonus-et-imago-v4-4-atualizado-em-16052020.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ANDRADE, Emanuela M.; CONCEIÇÃO, Tamires N.; SANTOS, João Ricardo C.; SILVA, Rubens R.G. **Tutorial de Uso do Manual de Apoio a Usuários de Instituições Cadastradas no Repositório Legatum - Sonus et Imago - Parte 1 de 3**. Salvador. Arquivo de vídeo. Versão de 16 maio 2020. Grupo CRIDI, 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0QxKpwByNUo&feature=youtu.be>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ANDRADE, Emanuela M.; CONCEIÇÃO, Tamires N.; SANTOS, João Ricardo C.; SILVA, Rubens R.G. **Tutorial de Uso do Manual de Apoio a Usuários de Instituições**

Cadastradas no Repositório Legatum - Sonus et Imago - Parte 2 de 3. Salvador. Arquivo de vídeo. Versão de 16 maio 2020c. Grupo CRIDI, 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NMqeOekohc8&feature=youtu.be>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ANDRADE, Emanuela M.; CONCEIÇÃO, Tamires N.; SANTOS, João Ricardo C.; SILVA, Rubens R.G. **Tutorial de Uso do Manual de Apoio a Usuários de Instituições Cadastradas no Repositório Legatum - Sonus et Imago - Parte 3 de 3.** Salvador. Arquivo de vídeo. Versão de 16 maio 2020d. Grupo CRIDI, 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITJk1yhIMu0&feature=youtu.be>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ANDRADE, Raiza; MÉNDEZ, Raizabel; MARTÍNEZ, Don Rodrigo. Desterritorializaciones educativas para la Universidad de la Sociedad del Conocimiento. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 9, n. 25, p. 19-40, 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Pensamento Marxista na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Museologia e na Ciência da Informação. In: MARQUES, Rodrigo; RASLAN, Felipe; MELO, Flávia; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr (Org.). **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.191-216.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação.** Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARELLANO, Miguel Angel Ángel Márdero. **Critérios para a preservação digital da informação científica.** 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11884842.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 73-76. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Pesquisa internacional sobre documentos arquivísticos autênticos em sistemas eletrônicos.** Rio de Janeiro: Interpares/Arquivo Nacional, 2006a. Disponível em: http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1-2_dissemination_ws_rocha~rondinelli_2006.pdf. Acesso em: 8 de jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/publicacoes.../nobra-de-detail.html. Acesso em: 4 out. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: http://www.academia.org.br/sites/default/files/conteudo/norma_internacional_para_descricao_de_instituicoes_com_acervo_arquivistico.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 19 mar. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Norma Internacional para Descrição de Funções**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Disponível em: conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/ISDF.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15472: 2007**. Sistemas espaciais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI). Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16452:2016**. Acessibilidade na comunicação - audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

AUDIO DESCRIPTION ASSOCIATES. **About Joel Snyder, PhD**. Disponível em: <http://www.audiodescribe.com/about/snyder.php>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, [s.l.], v. 18, n. 4, ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

BARROS, Camila de Monteiro; CAFÉ, Lídia Maria Arruda; SILVA, Lucia Edna. Mediação do conhecimento para o acesso à informação: reflexão baseada em uma perspectiva sociológica da ciência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40 n 3, p. 468-477, set/dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1302>. Acesso em: 3 de fev. 2020.

BAUMANN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.

BATISTA, Carla. **O que é Interseccionalidade**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acesso em: 19 maio 2020.

BENECKE INFO. **Bernd Benecke**. Disponível em: <http://www.benecke.info/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BENEVIDES, Maria Victória. **Cidadania e direitos humanos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em:

<http://www.iea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIBLIOTECA FALADA. **Sobre**. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/#!/pesquisa-e-extensao/biblioteca-falada/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BLOG AUDIODESCRIÇÃO. **Audiodescrição**: Histórico resumido. 2020. Disponível em: <http://audiodescricao.com.br/ad/projeto-acessibilidade-no-teatro-carlos-gomes-rj/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Lei nº 10.098, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, n.116, 2 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006**. Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de audiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, n.122, p. 34, 28 jun. 2006.

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal** - Tecnologias assistivas - Seleção pública de propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas para inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos - Brasília, setembro 2005.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 661, de 14 de outubro de 2008**. D.O.U., 15 out. 2008a. Disponível em: <http://www.audiodescricao.com/acessivelportariasuspensao.htm>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. Ministério das Comunicações **Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008**. D.O.U., 31 jul. 2008b. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/o-ministerio/legislacao/portarias>. Acesso em: 24 mar 2018.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 403, de 27 de junho de 2008**. D.O.U., 30 jun. 2008c.. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/o-ministerio/legislacao/portarias>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010**. Tornou obrigatório para as emissoras de TV abertas do país disponibilizarem na sua programação semanal, por meio da função da tecla SAP, no mínimo duas horas com o uso do recurso da audiodescrição. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. (Congresso. Senado. Câmara). **Projeto de Lei nº 5.156, de 2013**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do audiodescritor. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D02F497ED7908A6EE5955C7E0E6D41A1.node1?codteor=1073586&filename=Avulso+-PL+5156/2013. Acesso em: 17 out. 2015.

BRASIL. **Ministério das Comunicações**. Até 2017, toda a programação transmitida pela TV aberta deverá contar com os recursos de legenda oculta (*closed caption*) e dublagem. A meta foi estabelecida pela Norma Complementar nº 01/2006, do Ministério das Comunicações (MC), Portal Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/ate-2017-tv-aberta-tera-programacao-com-acessibilidade-24-horas-por-dia>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 29 abr. 2020.

BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do indexador no processo de representação temática da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. esp.1, p. 67-86, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17nesp1p67>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BUCKLAND, Michael K.. Informação como Coisa. [Texto Original] Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação – ECA/USP – 1º sem./2004. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

CABERO, Maria Manuela Moro. A preservação da memória coletiva - A esquizofrenia de arquivar recursos digitais polimorfos e heterogêneos. In: OLVERIA, Eliane Braga;

RODRIGUES, Geogerte Medleg (Org). **Memória: Interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CÂMARA, Antônio da Silva. Marx e Hegel: A contribuição da dialética para o estudo da arte. In: NÓVOA, Jorge. **Incontrolável Marx**. Salvador/São Paulo: EDUFBA, UNESP, 2007.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Linair Maria; MEDEIROS, Jackson da Silva. A representação de domínios de conhecimentos e uma teoria da representação: a ontologia da fundação. **Rev. Inf. e Inf.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 140-164, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10389>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>. Acesso em: 26 de jan. 2020.

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais: relatos e experiências**. Porto Alegre: Marcavizual, 2014.

CARDOSO FILHO, J. C.; SANTOS, M. M. Processos e temas selecionados. In: ALVARES, Lilian...et. al. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 185-223.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2004.

COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL. **Sobre**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comacesso/sobre/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves. **A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22999>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves; SILVA, Rubens R. G. Ações de Preservação Digital na Audiodescrição: Desenvolvendo o conceito de Informação Audiodescritiva na Ciência da Informação. **Anais...** XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB), Londrina -Paraná, 2018. v. 19. p. 96-110.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves; SILVA, Rubens R. G. Informação Audiodescritiva e tecnologia audiovisual: um olhar da Ciência da Informação. **Anais...** Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVIII ENANCIB), Marília - São Paulo, 2017. v. 18.

Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/168.

Acesso em: 29 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. 2005. Disponível em:

http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário**. Documentos Arquivísticos Digitais. Rio de Janeiro: Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, 2014. Disponível em:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Institucional**. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis - RDC-Arq**. 2015. Disponível em:

http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos#:~:text=O%20CODEARQ%20tem%20como%20finalidade,institui%C3%A7%C3%A3o%20custodiadora%20de%20acervo%20arquiv%C3%ADstico>. Acesso em: 11 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes - Lívia Maria Villela de Mello Motta**. Disponível em:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4709505D2>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes - Eduardo Cardoso**. Disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/6147229997002169>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS. **Núcleo de Acessibilidade**. 2020.

Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/nucleo-de-acessibilidade/>.

Acesso em: 24 fev. 2020.

COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS. **Relatório Núcleo de Acessibilidade**.

Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2019/05/Relat%C3%B3rio_N%C3%ACleo-de-Acessibilidade_2018-final-1-reformatado.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

COSTA, Fernando Nogueira da. Rumo da Ciência: multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. **Jornal GGN**. 2020. Disponível em:

<https://jornalggn.com.br/artigos/rumo-da-ciencia-multidisciplinar-interdisciplinar-ou-transdisciplinar-por-fernando-nogueira-da-costa/>. Acesso em: 20 maio 2020.

COSTA, Larissa Magalhães. **Audiodescrição em filmes: História, discussão conceitual e pesquisa de recepção** [tese de doutorado]. PUC- RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2014.

CULTURA REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS. 2013. **Iniciativa Legatum**. Disponível em: <http://www.legatum.ufba.br/web/>. Acesso em: 22 maio 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho Oliveira de. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Rev. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, 7(2), p. 101-107, 1978. Disponível em: revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/115/115. Acesso em: 15 nov. 2018.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da Classificação ontem e hoje. In: Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. **Anais**. Brasília, DF, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370. Disponível em: http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIGITAL PRESERVATION COALITION. **Modelo de Referência OAIS**. Disponível em: <https://dpconline.org/handbook/institutional-strategies/standards-and-best-practice>. Acesso em: 23 out. 2018.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação - v.12 n.2 abr/11. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16272>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ENCONTRO (INTER)NACIONAL DE AUDIODESCRIÇÃO. **O audiodescritor e as demandas do mercado de trabalho**. 2017. Disponível em: <https://encontrointernacionalad.com/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

ESCOBAR, Carlos Henrique de. **As Ciências e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1975.

ESCOLA DA GENTE. **Terminologia: Audiodescrição**. 2018. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/terminologia>. Acesso em: 12 maio 2020.

FARIAS, Sandra Regina Rosa; NEVES, Josélia. Audiodescrição e Poética da Linguagem Cinematográfica. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais: relatos e experiências**. Porto Alegre: Marcavizual, 2014.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição. **Os conceitos da "salvaguarda" e de "repositório digital de preservação" na área de Ciência da Informação "garantias" para o estabelecimento de proteção estatutária do patrimônio informacional público nato-digital**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da

Informação, Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29466>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. São Paulo: Gráfica European, 1979.

FLORES, Daniel. Requisitos para um sistema de Gestão Arquivística de Documentos: a confiabilidade e a autenticidade como garantia para a tomada de decisões, de fonte de prova, de direitos e de testemunho de uma ação. **e-DOC**. Porto Alegre, 2013. [Apresentação de trabalho em power point]

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

FRANCO, Eliana P. C.. A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de Normas da Audiodescrição no Brasil. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, 3ª ed., 2010.

FRANCO, Eliana P. C.; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV) **Tradução em Revista**, nº 11/2, 2011, p 1-23. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da Ciência da Informação. In: FUJITA, Mariangela S.L; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Arilda L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, p. 19-34, 2006.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: Prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: ano 09, n. 14, p. 227-249, 2012.

KELLER, Mariana. **A Áudio-descrição e as Leis de Acessibilidade**. 2017. Disponível em: <https://www.acmeedu.org/single-post/2017/03/03/A-%C3%81udio-descri%C3%A7%C3%A3o-e-as-Leis-de-Acessibilidade>. Acesso em: 18 mar. 2018.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

GALVÃO FILHO, Teófilo. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/7064/6552>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GIL, Marta. **Acessibilidade, Inclusão Social e Desenho Universal: Tudo a Ver**. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/martagil>. Acesso em: 15 maio 2020.

GONÇALVES, Antonio Claudio Brasil. Os Novos Paradigmas da Imagem em Movimento: Em Busca de Metalinguagens de Representação para Bases de Dados Virtuais Visando a Recuperação de Conteúdo Semântico. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.3 n.1 fev/02, p. 1-13, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479>. Acesso em: 13 jan. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Revista Perspectiva em Ciência da informação**. Belo Horizonte: v. 6, n 1, 5-18, jan/jun, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1979.

GRUPO ACESSO LIVRE - CULTURA E SOCIEDADE: ACESSIBILIDADE DE PEÇAS AUDIOVISUAIS – AUDIODESCRIPÇÃO E LEGENDAGEM. **Inicial**. Disponível em: <https://grupoacessolivre.wordpress.com/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna - Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 6ª edição, 1996. 341p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Salvaguarda**. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/patrimonio-cultural/salvaguarda>. Acesso em: 10 mar. 2018.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SOUND AND AUDIOVISUAL ARCHIVES (IASA). **A salvaguarda do Patrimônio Audiovisual: Ética, Princípios e Estratégia de Preservação (IASA-TC 03)**. Traduzido pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA). Londres: IASA, 4ª ed., 2017. Disponível em: http://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/images/documentos/IASA_TC03_Portuguese_t_ext.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 14721:2012**. Space data and information transfer systems – Open archival information system (OAIS) – Reference model. Geneva, Switzerland: ISO, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 5127: 2017**. Information and documentation – Foundation and vocabulary. Disponível em: <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:5127:ed-2:en>. Acesso em: 20 fev. 2020.

JACOB, Elin K. Classificação e Categorização: Uma diferença que faz a diferença. Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Indiana University-Bloomington, 1320 E. 10th St., Bloomington, IN 47405-1801 **LIBRARY TRENDS**, The Board of Trustees, University of Illinois, vol. 52, N. 3, Winter 2004, p. 515-540, 2004.

LABORATÓRIO EXPERIMENTAL DE TRADUÇÃO. **Sobre**. Disponível em: <http://letra.letras.ufmg.br/letra/index.xml>. Acesso em: 6 fev. 2020.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e Resumo: Aspectos Teóricos e Práticos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452p.

LEGATUM. **Repositório Legatum Sonus et Imago**. 2018. Disponível em: <http://www.legatum-si.net/atom>. Acesso em: 22 maio 2018.

LEGATUM. **Documentos**. Disponível em: <http://www.legatum.ufba.br/doc/>. Acesso em: 3 fev. 2019.

LEGENDAGEM E AUDIODESCRIÇÃO. **Grupo de pesquisa**. Disponível em: <http://grupoleaduece.blogspot.com.br/>. Acesso em: 27 mar. 2018.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.p. 224-250.

LIMA, José Francisco; LIMA, F. A. Rosângela; e VIEIRA, M. A. Paulo. O traço de união da áudio-descrição versos e controvérsias. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principais/article/view/11/14>. Acesso em: 23 mar. 2018.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALAVARES, Lilian. In: ALVARES, Lilian...et. al. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012, p. 21-47.

LYOTARD, François Jean. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 5ª edição, 1998, 148p.

MACEDO, Solange Madalena Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. Unidades de informação: termos e características para uma diversidade de ambientes de informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 326-347, maio/ago. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/home/Downloads/84821-375260-4-PB.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Tipos de Pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Métodos específicos das ciências sociais. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MAYER, Affonso Flávia. **Imagem como símbolo acústico: a semiótica aplicada a prática da audiodescrição**. 2012, 147p. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Comunicação Social, Interações Midiáticas) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Interações Midiáticas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_MayerFA_1.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

MÍDIA ACESSÍVEL E TRADUÇÃO AUDIOVISUAL. **Perfil**. Disponível em: <https://matavunesp.wordpress.com/perfil-2/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MORIN, Edgar. **A necessidade de um pensamento complexo**. Gramand, 2003.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. e ROBLDANO ARILLO, J. **O Conteúdo da imagem**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NETTO, Carlos Xavier Azevedo; DODEBEI, Vera. Informação e memória: trajetória do GT10 da Ancib e o impacto dos estudos culturais na CI. In: OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **Memória: Interfaces no campo da informação**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017. 360 p.

NEVES, Josélia. **A audiodescrição em Portugal**. 2011. Disponível em: <http://www.acessibilidade.gov.pt/arquivo/500>. Acesso em: 16 mar. 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Departamento de História, PUC-SP. Proj. História, p. 7-28, 1993.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE. **Núcleo de pesquisa**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/>. Acesso em: 27 mar. 2016.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA TRADUÇÃO. **Núcleo de Pesquisa**. Disponível em:

<http://150.164.100.248/CMS/index.asp?pasta=net&path=inicial.asp&pagina=inicial.asp>.

Acesso em: 27 mar. 2018.

NÚCLEO DE ESTUDOS E AÇÕES INCLUSIVAS. **Sobre o NEAI**. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/neaifurg/about/?ref=page_internal. Acesso em: 13 fev. 2020.

NUNES, Vergara Elton; DANDOLINI, Aparecida Gertrudes; e SOUZA, Arthur João. As tecnologias assistivas e a pessoa cega. **DATAGRAMAZERO – Revista da Informação**, v. 15, n.1, fev. de 2014.

OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **Memória: Interfaces no campo da informação**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017. 360 p.

OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg; CASTRO, Raissa Mota. A Memória na Ciência da informação: uma análise da produção científica brasileira. In: OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **Memória: Interfaces no campo da informação**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017. 360 p.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Da Ciência Cognitiva à Dialética**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. 236 p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª edição. São Paulo: Editora UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. 4ª edição. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativosIes.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>. Acesso em: 2 maio 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em:

<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>.

Acesso em: 22 dez. 2018.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade, In: **COLÓQUIO INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO E UNIVERSIDADE**. Porto, 2007. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/portofinal.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. **Estudos da Tradução**. Disponível em: http://www.poslin.letras.ufmg.br/detalhes_linha.php?numaut=8. Acesso em: 10 abr. 2020.

PROJETO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO ACESSIBILIDADE & ARTE. Sobre o GA&A. **Projeto**. Salvador: UNEB, 2016.

REDE SOLIDARIEDADE, APOIO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO. **Acessibilidade e inclusão no Brasil**. 2004. Disponível em: www.saci.org.br. Acesso em: 10 nov. 2019.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapeste, 2003.

SANTANA, Maurício. A primeira audiodescrição na propaganda da tv brasileira: Natura Naturé um banho de acessibilidade. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

SANTANA, Vagner F. de; ALMEIDA, Leonelo D. A.; BARANAUSKAS, M. Cecília C.. Aprendendo sobre Acessibilidade e Construção de Websites para todos. **Instituto de Computação e NIED Universidade Estadual de Campinas UNICAMP** - São Paulo, 2008. Disponível em: <http://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/viewFile/45/39>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Mara Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu. Análise de Políticas de Informação em Repositórios Institucionais: bases para gestão de acervos audiovisuais. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 5, n. 3, p. 97-108, set./dez., 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/109143>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SCHWEIZER-RIES, Petra; PERKINS, Douglas D. Sustainability Science: Transdisciplinarity, Transepistemology, and Action Research: Introduction to the Special Issue. **Umweltpsychologie**, 16. Jg., Heft 1, 2012, 6-11. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/1ef2/f5d063be777fcd54445bd01c55ac8a62f43d.pdf?_ga=2.214901844.2140189818.1572079706-2044699909.1572079706. Acesso em 12 fev. 2020.

SARACEVIC, Tekfo. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Revista Ciência da Informação**, 1996.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: EVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n. 43, mar./abr. 2005, p 9-10.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão**. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SCHLUNZEN, Elisa Tomoe Moriya; SCHLUNZEN JUNIOR, Klaus; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos. Ambientes potencializadores para a inclusão. **Journal**

of **Research in Special Educational Needs**, Volume 16, Number s1, 2016 140–144. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12138>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SHERA, Jesse Hauk. Epistemologia social, semântica geral, e biblioteconomia. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 6, n 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, Carlos Eduardo Galon da; ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; Cardoso Eduardo; FAGUNDES, Lígia Ketzer; LEITZKE, Maria Cristina Padilha. Acessibilidade Cultural: a caixa educativa no museu da UFRGS. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais: relatos e experiências**. Porto Alegre: Marcavizual, 2014, p. 34-44.

SILVA, Rubens, Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de Acervos Fotográficos Públicos e seus reflexos Institucionais e Sociais: Tecnologia e consciência no universo digital**. Doutorado. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Escola de Comunicação (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [http://www.cridi.ici.ufba.br/publicacoes/Tese-Rubens-Silva-\(2002\)-Digitalizacao-de-acervos-fotograficos.pdf](http://www.cridi.ici.ufba.br/publicacoes/Tese-Rubens-Silva-(2002)-Digitalizacao-de-acervos-fotograficos.pdf). Acesso em: 12 mar. 2018.

SILVA, Rubens, Ribeiro Gonçalves da. **INICIATIVA LEGATUM: Acesso remoto e preservação digital do patrimônio audiovisual custodiado por arquivos de instituições brasileiras e de outros países de idiomas de origem latina**. Relatório Final de Pós-Doc. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://cridi.ici.ufba.br/institucional/arquivos/relatorios/2019/relatorio-aprovado-pelo-cnpq-relativo-a-fase-3-de-3-da-pesquisa-2016-2019.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Reflexões sobre o fazer e pensar arquivístico relativos aos documentos audiovisuais, icnográficos e sonoros. In: BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira (Org.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, icnográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOUSA, Emilio Evaristo de. Abordagens Multimodais para Análise de Documentos Audiovisuais. In: ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SIMIONATO, Ana Carolina (Org.). **Recursos Audiovisuais – Sua contemporaneidade na organização e representação da informação e do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2017.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Análise de Discurso: Roteiro sugerido para a elaboração de trabalho de análise**. 2014. Disponível em: <http://www.sergiofreire.pro.br/ad/ad-roteirodeanalise.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SUPER INTERESSANTE. **Tecla SAP permite ouvir som original dos filmes**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/tecla-sap-permite-ouvir-som-original-dos-filmes/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

TADIC, Linda. **Preservação de vídeo para milênios**. 2016. Disponível em: <http://sombraseletricas.webnode.pt/ver-com-olhos-livres/preserva%C3%A7%C3%A3o-de-video-para-mil%C3%AAnios-linda-tadic/>. Acesso em: 26 maio 2018.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. Preservação Digital: entre a memória e a história. **Revista Ciência da Informação**, v. 41 n. 1, jan./abr. Brasília, DF, p. 9-21, 2012.

TOMAÉL, Maria Inês; AMORIM, Fabiana Borelli. Gestão da informação e gestão do conhecimento na prática organizacional: análise de estudos de casos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.8, n. 2, p. 01-22, jan./jun. 2011–ISSN: 1678-765X.

TRADUÇÃO MÍDIA E AUDIODESCRIBÇÃO. **Grupo de pesquisa**. Disponível em: <http://www.audiodescricao.com/>. Acesso em: 27 mar. 2018.

VER COM PALAVRAS. **Apresentação**. 2010, Disponível em: <https://vercompalavras.com.br/apresentacao>. Acesso em: 9 set. 2020.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

WORLD BLIND UNION. **Audiodescrição na Alemanha**. 2011. Disponível em: <http://www.worldblindunion.org/Search/results.aspx?k=bernd%20benecke&r=site%3Dhttp://www.worldblindunion.org/English/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajme. **Marx e o método**. São Paulo: Editora Moraes, 1994. 76p.

ZIERAU, E.; SCHULTZ, M. Criando uma estrutura para aplicação do OAIS à preservação digital distribuída. Traduzido para o português por Miguel Rio Branco Nabuco de Gouvea. Revisão de Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. Original em inglês publicado em **Proceedings of the 10th International Conference on Preservation of Digital Objects**, Lisboa, Portugal, 03-05 set., 2013, p.78-83. Tradução para o português. Disponível em: <http://cridi.ici.ufba.br/institucional/arquivos/artigos/artigo-sobre-o-processo-decriacao-de-uma-Estrutura-para-aplicacao-do-OAIS-a-preservacao-digitaldistribuida.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESQUISADOS DA AUDIODESCRIÇÃO QUESTIONÁRIO “AUDIODESCRIÇÃO PARA MEMBROS DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2019 – OFICIAL” (P.247 a P.253) & QUESTIONÁRIO “AUDIODESCRIÇÃO PARA LÍDERES DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA 2019 – OFICIAL” (P.254 a P.260)

Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2019 - oficial

Apresentação do Questionário

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

Solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento deste questionário, cujo objetivo é a coleta de dados para a pesquisa intitulada “**Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição**”.

A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), em Salvador, tendo sido contemplada com uma bolsa de doutorado pela CAPES.

O questionário é composto por 29 perguntas, em sua maioria de múltipla escolha. **O tempo médio para a conclusão do preenchimento do questionário é de aproximadamente 15 minutos.** O respondente não é identificado.

Na próxima página consta o "Termo de Anuência de Pesquisa", para o qual pedimos sua atenção.

Ao finalizar o questionário não deixe de clicar no botão "Concluído" após a mensagem de agradecimento para efetivar a sua participação na pesquisa.

Agradecemos sua fundamental colaboração.

Termo de Anuência de Pesquisa

Vimos convidar Vossa Senhoria a participar da pesquisa de tese de doutorado descrita a seguir.

Agradecemos sinceramente se pudermos contar com sua colaboração, ela é fundamental para o bom andamento e para os melhores resultados da pesquisa, e não resultará em absolutamente nenhuma consequência para V.Sa. caso eventualmente venha a decidir pela interrupção de sua colaboração ao longo da pesquisa

Título da Pesquisa de Tese de Doutorado: Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição.


Instituição: Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência da Informação / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFBA-ICI/PPGCI)


Pesquisador Responsável: Tamires Neves Conceição Tel.: [número suprimido]


Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva Tel.: [número suprimido]

A pesquisa (tese de doutorado em Ciência da Informação) tem como principal objetivo analisar como os profissionais da Ciência da Informação e como suas experiências em disseminar e registrar a informação podem auxiliar no âmbito da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.


V.Sa. tem a liberdade de desistir de continuar colaborando, a qualquer momento ao longo da pesquisa, sem nenhuma consequência para V.Sa., conforme Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. O pesquisador responsável se compromete a tornar público os resultados obtidos com a pesquisa nos meios acadêmicos, sociais e científicos, sem no entanto identificar qualquer participante.

* 1. Qual a instituição a que você está vinculado(a)? 


* 2. Qual o nome do grupo e ou do núcleo de pesquisa do qual você faz parte? 

* 3. Há quanto tempo esse grupo ou núcleo de pesquisa existe: 


- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

4. Há quanto tempo o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com essa temática de audiodescrição: 


- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

5. Quantas pessoas fazem parte desse grupo/núcleo de pesquisa: 


- Até 5 pessoas
- Entre 6 e 10 pessoas
- Mais de 10 pessoas

* 6. Qual a sua posição nesse grupo ou núcleo de pesquisa? 


- Estudante de Graduação
- Estudante de Mestrado
- Estudante de Doutorado
- Docente
- Colaborador
- Voluntário
- Outro (especifique)

* 7. Qual seu grau de escolaridade: 


- Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º grau) Completo
- Superior completo
- Superior Incompleto
- Mestrado em andamento
- Mestrado concluído
- Doutorado em andamento
- Doutorado concluído


* 8. Há quanto tempo você faz parte desse grupo ou núcleo de pesquisa? 

- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos


* 9. Qual a sua idade? 

- Menos de 20 anos
- Entre 20 e 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Entre 46 e 50 anos
- Entre 51 e 55 anos
- Entre 56 e 60 anos
- Mais de 60 anos


* 10. Qual sua profissão? 

* 11. Como você descobriu a audiodescrição? 


- Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa
- Em sites, blogs, revistas científicas digitais
- Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)
- Outro (especifique)

* 12. Há quanto tempo você faz audiodescrição: 


- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não faço audiodescrição

* 13. Qual o grau de importância que você dá a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual? 

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 14. Você já teve algum contato com um acervo audiovisual? 

- Sim
- Não

* 15. Para você qual é o grau de importância de um acervo audiovisual? 

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 16. Você sabe a diferença entre ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda? Caso afirmativo, explique.




* 17. Qual a importância, em sua opinião, da preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos. Por quê?





- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

Porquê? (especifique)


* 18. O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos? 

- Sim
- Não


* 19. Quais são as ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa? 


* 20. Você acha importante que essas ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos existam? 


- Sim
- Não


* 21. Qual o formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual? 


- Não sei definir
- AVI
- MPEG
- WMV
- FLV
- MOV
- MXF
- OGM
- RMVB
- Outro (especifique)


* 22. Você acha suficiente as ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda utilizadas pelo grupo ou núcleo de pesquisa do qual você participa? Caso não ache suficiente, explique. 


* 23. Você teria alguma ideia ou sugestão para aprimorar eventuais ações de preservação digital e/ou políticas salvaguarda que o grupo/núcleo de pesquisa do qual você participa, utiliza? 


* 24. Você acha importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse conteúdo audiodescrito? Caso considere válido, diga porque. 

* 25. Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil? Caso afirmativo, explique. 

* 26. Você sabe como o profissional da Ciência da Informação pode auxiliar a área da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda do conteúdos informacionais audiodescritos? Caso afirmativo, explique como você percebe essa relação entre as áreas. 

* 27. Na sua opinião os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação digital e/ou salvaguarda dialogando com a área da Ciência da Informação? Caso afirmativo, explique. 

* 28. Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação digital e salvaguarda do conteúdo que produz, através do diálogo com a área da Ciência da informação? Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como isso poderia ser feito. 

29. Se desejar, teça algum comentário sobre a importância da preservação digital e/ou salvaguarda desse conteúdo informacional audiodescrito para a promoção do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil. 

Anter.

CONCLUÍDO

Audiodescrição para líderes dos grupos/núcleos de pesquisa 2019 - oficial

Apresentação do Questionário

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

Solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento deste questionário, cujo objetivo é a coleta de dados para a pesquisa intitulada **“Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição”**.

A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), em Salvador, tendo sido contemplada com uma bolsa de doutorado pela CAPES.

O questionário é composto por 27 perguntas, em sua maioria de múltipla escolha. **O tempo médio para a conclusão do preenchimento do questionário é de aproximadamente 15 minutos.** O respondente não é identificado.

Na próxima página consta o "Termo de Anuência de Pesquisa", para o qual pedimos sua atenção.

Ao finalizar o questionário não deixe de clicar no botão "Concluído" após a mensagem de agradecimento para efetivar a sua participação na pesquisa.

Agradecemos sua fundamental colaboração.

Termo de Anuência de Pesquisa

Vimos convidar Vossa Senhoria a participar da pesquisa de tese de doutorado descrita a seguir.

Agradecemos sinceramente se pudermos contar com sua colaboração, ela é fundamental para o bom andamento e para os melhores resultados da pesquisa, e não resultará em absolutamente nenhuma consequência para V.Sa. caso eventualmente venha a decidir pela interrupção de sua colaboração ao longo da pesquisa

Título da Pesquisa de Tese de Doutorado: Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição.


Instituição: Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência da Informação / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFBA-ICI/PPGCI)


Pesquisador Responsável: Tamires Neves Conceição Tel.: [número suprimido]


Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva Tel.: [número suprimido]

A pesquisa (tese de doutorado em Ciência da Informação) tem como principal objetivo analisar como os profissionais da Ciência da Informação e como suas experiências em disseminar e registrar a informação podem auxiliar no âmbito da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.


V.Sa. tem a liberdade de desistir de continuar colaborando, a qualquer momento ao longo da pesquisa, sem nenhuma consequência para V.Sa., conforme Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. O pesquisador responsável se compromete a tornar público os resultados obtidos com a pesquisa nos meios acadêmicos, sociais e científicos, sem no entanto identificar qualquer participante.

* 1. Qual a instituição a que você está vinculado(a)? 

* 2. Qual o nome do grupo ou do núcleo de pesquisa do qual você faz parte? 

* 3. Há quanto tempo esse grupo ou núcleo de pesquisa existe: 


- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 4. Há quanto tempo o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com essa temática de audiodescrição: 


- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 5. Quantas pessoas fazem parte desse grupo ou núcleo de pesquisa: 


- Até 5 pessoas
- Entre 6 e 10 pessoas
- Mais de 10 pessoas

* 6. Qual a sua posição nesse grupo ou núcleo de pesquisa? 


- Líder
- Vice-líder
- Coordenador
- Vice-coordenador

* 7. Qual seu grau de escolaridade: 


- Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º grau) Completo
- Superior completo
- Superior Incompleto
- Mestrado em andamento
- Mestrado concluído
- Doutorado em andamento
- Doutorado concluído


* 8. Há quanto tempo você faz parte desse grupo ou núcleo de pesquisa? 

- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos


* 9. Qual a sua idade? 

- Menos de 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Entre 46 e 50 anos
- Entre 51 e 55 anos
- Entre 56 e 60 anos
- Mais de 60 anos

* 10. Qual sua profissão? 

* 11. Como você descobriu a audiodescrição? 


- Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa
- Em sites, blogs, revistas científicas digitais
- Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)
- Outro (especifique)

* 12. Há quanto tempo você faz audiodescrição: 


- Até 3 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não faço audiodescrição

* 13. Qual o grau de importância que você atribui a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual? 

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 14. Você já teve algum contato com um acervo audiovisual? 

- Sim
- Não

* 15. Para você qual é o grau de importância de um acervo audiovisual? 

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 16. Você sabe a diferença entre ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda? Caso afirmativo, explique.




* 17. Qual a importância, em sua opinião, da preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos. Por quê?





- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

Por quê? (especifique)


* 18. O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos? 

- Sim
- Não


* 19. Quais são as ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa? 


* 20. Você acha importante que essas ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos existam? 


- Sim
- Não


* 21. Qual formato de arquivo digital você considera mais adequado para fazer a versão digital master (a mais adequada para a preservação digital) de um conteúdo audiovisual? 


- Não sei definir
- AVI
- MPEG
- WMV
- FLV
- MOV
- MXF
- OGM
- RMVB
- Outro (especifique)


* 22. Na sua opinião é relevante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse conteúdo informacional audiodescrito? Caso considere válido, diga porque. 

* 23. Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil? Caso afirmativo, explique. 

* 24. Você sabe como o profissional da Ciência da Informação pode auxiliar a área da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda do conteúdos informacionais audiodescritos? Caso afirmativo, explique como você percebe essa relação entre as áreas. 

* 25. Na sua opinião os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação digital e/ou salvaguarda dialogando com a área da Ciência da Informação? Caso afirmativo, explique. 

* 26. Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação digital e salvaguarda do conteúdo que produz, através do diálogo com a área da Ciência da Informação? Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como diálogo poderia ser feito. 

27. Se desejar, teça algum comentário sobre a importância da preservação digital e/ou salvaguarda desse conteúdo informacional audiodescrito para a promoção do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil. 

[Anterior](#)[Concluído](#)

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESQUISADOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação 2019

Apresentação do Questionário

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

Solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento deste questionário, cujo objetivo é a coleta de dados para a pesquisa intitulada “**Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição**”.

A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), em Salvador, tendo sido contemplada com uma bolsa de doutorado pela CAPES.

O questionário é composto por 20 perguntas, em sua maioria de múltipla escolha. **O tempo médio para a conclusão do preenchimento do questionário é de aproximadamente 10 minutos.** O respondente não é identificado.

Na próxima página consta o “**Termo de Anuência de Pesquisa**”, para o qual pedimos sua atenção.

Ao finalizar o questionário não deixe de clicar no botão “**Concluído**” após a mensagem de agradecimento para efetivar a sua participação na pesquisa.

Agradecemos sua fundamental colaboração.

Termo de Anuência de Pesquisa

Vimos convidar Vossa Senhoria a participar da pesquisa de tese de doutorado descrita a seguir.

Agradecemos sinceramente se pudermos contar com sua colaboração, ela é fundamental para o bom andamento e para os melhores resultados da pesquisa, e não resultará em absolutamente nenhuma consequência para V.Sa. caso eventualmente venha a decidir pela interrupção de sua colaboração ao longo da pesquisa

Título da Pesquisa de Tese de Doutorado: Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição.

Instituição: Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência da Informação / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFBA-ICI/PPGCI)

Pesquisador Responsável: Tamires Neves Conceição Tel.: [número suprimido]


Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva Tel.: [número suprimido]

A pesquisa (tese de doutorado em Ciência da Informação) tem como principal objetivo analisar como os profissionais da Ciência da Informação e como suas experiências em disseminar e registrar a informação podem auxiliar no âmbito da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.

V.Sa. tem a liberdade de desistir de continuar colaborando, a qualquer momento ao longo da pesquisa, sem nenhuma consequência para V.Sa., conforme Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. O pesquisador responsável se compromete a tornar público os resultados obtidos com a pesquisa nos meios acadêmicos, sociais e científicos, sem no entanto identificar qualquer participante.

* 1. Qual a instituição em que seu Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação está vinculado?



* 2. Você é graduado em qual curso? 

Biblioteconomia

Arquivologia

Museologia

Outro (especifique)

* 3. Indique sua situação no PPGCI a que está vinculado(a): 

Estudante de Mestrado


Docente com Mestrado

Estudante de Doutorado

Docente com Doutorado

Estagiário de Pós-Doutorado

Docente com Pós-Doutorado

* 4. Qual a sua idade? 

Menos de 25 anos

Entre 46 e 50 anos

Entre 25 e 30 anos

Entre 51 e 55 anos

Entre 31 e 35 anos

Entre 56 e 60 anos

Entre 36 e 40 anos

Acima de 60 anos

Entre 41 e 45 anos

* 5. Você sabe a diferença entre ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda? 

Sim

Não

* 6. Qual formato de arquivo digital você considera mais adequado para fazer a versão digital master (a mais adequada para a preservação digital) de um conteúdo audiovisual? 

Não sei definir.

AVI

MPEG

WMV

FLV

MOV

MXF

OGM

RMVB

Outro (especifique)

* 7. Você conhece alguma das normas abaixo citadas? 

Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF))

Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G))

Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH)


Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)

Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)

ISO 14.721:2012(E) (second edition 2012-09-01) – Space data and information transfer system – Open archival information system (OAIS) – Reference model (norma que cancelou e substituiu a primeira edição (ISO 14.721:2003)


ABNT NBR 15.472:2007 – Sistemas espaciais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI)

Não conheço nenhuma das normas citadas

* 8. Você concorda que os aspectos sobre a temática “Memória” fazem parte também do quadro de referências e dos procedimentos de análise da Ciência da Informação? 

Sim

Não

* 9. Você concorda que as ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda fazem parte do quadro de referências, de estudos e de práticas da Ciência da Informação? 

Sim

Não

* 10. Você percebe que os repositórios digitais propiciam a ampliação de registros de memória de uma determinada área no contexto atual das tecnologias de informação e comunicação? 

Sim

Não

* 11. Você percebe a Ciência da Informação como uma área: 

disciplinar


interdisciplinar

multidisciplinar

transdisciplinar

inter-multi-transdisciplinar

transepistêmica

* 12. Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória de determinada área? 


Sim

Não

* 13. Você já ouviu falar em Audiodescrição? 

Sim

Não


* 14. Como você entende o que seja a Audiodescrição? 


* 15. Você já participou de alguma cena cultural, de lazer, profissional ou acadêmica em que o recurso da Audiodescrição foi utilizado? Caso afirmativo, explique como foi essa experiência. 


* 16. Você reconhece a possibilidade de diálogo entre as teorias, práticas e técnicas da Ciência da Informação e a área da Audiodescrição? Explique.



* 17. Você conhece o conceito de “informação audiodescritiva” na área da CI? Diga-nos onde conheceu, leu ou ouviu falar sobre o conceito? 

* 18. Você vê necessidade de pesquisas no âmbito de mestrado e doutorado, na área da CI, sobre o desenvolvimento do conceito de informação audiodescritiva, com foco nas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais audiodescritos (representação da informação audiodescritiva)? Caso afirmativo, explique. 

* 19. Você percebe a necessidade do uso da informação audiodescritiva em bibliotecas, museus e arquivos? Caso afirmativo, explique. 

* 20. Considerando-se as expertises dos profissionais da Ciência da Informação, no que se refere ao registro que prevê ações de preservação digital e políticas de salvaguarda da informação, como você percebe a possibilidade de se concretizar o diálogo com os profissionais da Audiodescrição, visando-se à memória de longo prazo dos conteúdos informacionais audiodescritos que produzem? 

APÊNDICE C

OFÍCIO PARA AS UNIVERSIDADES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
 INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
 Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais
 CRIDI
 Campus do Canela - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº
 CEP 40110-100 - Salvador, Bahia, Brasil
 Tel: (55) 71 3283-7746 E-mail: rubensri@ufba.br



Ofício s/nº

Salvador, XX de XXXX de 201X

Ilmo. Sr. (ou Ilma. Sra.)

NOME

CARGO

INSTITUIÇÃO

Senhor (ou Senhora) Cargo (Presidente, Coordenador etc),

Cumprimentando Vossa Senhoria, venho apresentar-lhe a pesquisadora Tamires Neves Conceição, aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA), que, sob minha orientação, vem realizando a pesquisa de tese intitulada *Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição*. Recentemente, em 2017, a pesquisadora defendeu dissertação sobre a mesma temática, no mesmo Programa. Trata-se de tema inédito e de extrema relevância em nosso Programa, em que a doutoranda procura, nesta fase de sua formação, destacar a importância do papel da Ciência da Informação, por meio de suas teorias, técnicas e práticas, no desenvolvimento do conceito de *informação audiodescritiva*, de forma a ampliar e aperfeiçoar as possibilidades de preservação da memória da Audiodescrição. A data-limite para coleta de dados está prevista para setembro de 2019 e o final da pesquisa para 2020.

Vimos pedir o apoio de Vossa Senhoria, na condição de líder do Grupo/Núcleo de Pesquisa “NOME DO GRUPO” (SIGLA), para que, durante o período de pesquisa, a doutoranda possa ter acesso às atividades realizadas pelo grupo/núcleo, conhecendo sua estrutura e o dia-a-dia das tarefas, especificamente as eventuais ações relacionadas à preservação das audiodescrições em formato digital. A proposta é que o grupo/núcleo atue como parceiro no aperfeiçoamento crítico do desenvolvimento e nos testes em andamento no *Repositório Legatum – Sonus et Imago* (RL-SI), em que terão o auxílio da pesquisadora por meio de um manual e de um vídeo a serem desenvolvidos e disponibilizados pela doutoranda. O RL-SI vem sendo desenvolvido, sob minha coordenação, em pesquisa em execução no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação, Informação Digitais (CRIDI), com o apoio principal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de outras instituições parceiras. Desde já agradecemos seu apoio, colocando-nos à disposição pelo e-mail rubensri@ufba.br ou pelo telefone [número suprimido] para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular / Instituto de Ciência da Informação (ICI-UFBA)

APÊNDICE D

TABELAS COM OS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Tabelas correspondentes ao questionário aplicado aos Líderes (5 a 30)

Tabela 5: Instituição filiada

Instituição (Q1)	n	%
Instituto Federal da Bahia	1	14,30
UNEB	1	14,30
UNESP	1	14,30
Universidade de Brasília	1	14,30
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1	14,30
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1	14,30
Universidade Federal de Minas Gerais	1	14,30
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6: Nome do grupo/núcleo do qual faz parte

Nome do Grupo/Núcleo (Q2)	n	%
Acesso Livre	1	14,30
GEPIS- Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão Social	1	14,30
Grupo de Pesquisa Acessibilidade & Arte - GA&A	1	14,30
Grupo de Pesquisa Mídia Acessível e Tradução Audiovisual	1	14,30
Laboratório Experimental de Tradução	1	14,30
Projeto de extensão Biblioteca Falada	1	14,30
TRAMAD - Tradução, Mídia e Audiodescrição	1	14,30
Total	7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 7: Tempo de existência do grupo/núcleo

Quanto tempo existe o Grupo/Núcleo (Q3)	n	%
Entre 4 e 5 anos	1	14,30
Entre 6 e 10 anos	3	42,90
Mais de 10 anos	3	42,90
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 8: Tempo de atuação com o recurso da Audiodescrição

Há quanto tempo o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com essa temática de audiodescrição (Q4)	n	%
Até 3 anos	1	14,29
Entre 4 e 5 anos	2	28,57
Entre 6 e 10 anos	3	42,86
Mais de 10 anos	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 9: Quantitativo de pessoas que fazem parte do grupo/núcleo

Quantas pessoas fazem parte (Q5)	n	%
Entre 6 e 10 pessoas	3	42,86
Mais de 10 pessoas	3	57,14
Total	7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 10: Qual a posição do colaborador no grupo/núcleo?

Posição no Grupo/Núcleo (Q6)	n	%
Coordenador	3	42,86
Líder	3	42,86
Vice coordenador	1	14,29
Total	7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 11: Qual o nível de escolaridade?

Escolaridade (Q7)	n	%
Doutorado concluído	6	85,71
Mestrado concluído	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 12: Período de participação no grupo/núcleo

Há quanto tempo você faz parte desse Grupo/Núcleo (Q8)	n	%
Entre 4 e 5 anos	2	28,57
Entre 6 e 10 anos	3	42,86
Mais de 10 anos	2	28,57
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 13: Faixa etária dos colaboradores

Faixa etária (Q9)	n	%
Entre 36 e 40 anos	1	14,29
Entre 46 e 50 anos	4	57,14
Entre 56 e 60 anos	2	28,57
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 14: Profissão dos colaboradores

Profissão (Q10)	n	%
Docente	1	14,29
Jornalista e docente ensino superior	1	14,29
Pedagoga	1	14,29
Professor	1	14,29
Professora	1	14,29
Professora de inglês, audiodescriitora e legendista.	1	14,29
Servidora pública federal	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 15: Sobre a Audiodescrição

Como descobriu a audiodescrição (Q11)	n	%
Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)	1	14,29
Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa	5	71,43
Outro (especifique)	1	14,29
Total	7	100,00

Como descobriu a audiodescrição (outro)	n	%
Trabalhando diariamente com as pessoas com deficiência visual	1	100,00
Total	1	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 16: Período que trabalha com Audiodescrição

Quanto tempo você faz audiodescrição (Q12)	n	%
Entre 4 e 5 anos	1	14,29
Entre 6 e 10 anos	4	57,14
Mais de 10 anos	1	14,29
Não faço audiodescrição	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 17: Importância da Audiodescrição

Grau de importância que dá a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual (Q13)	n	%
Importante	1	14,29
Muito importante	6	85,71
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 18: Sobre o acervo audiovisual

Já teve algum contato com um acervo audiovisual (Q14)	n	%
Não	1	14,29
Sim	6	85,71
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 19: Sobre a importância do acervo audiovisual

Grau de importância de um acervo audiovisual (Q15)	n	%
Importante	2	28,57
Muito importante	5	71,43
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 20: Diferença entre preservação digital e salvaguarda

Sabe a diferença entre ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda? Caso afirmativo, explique (Q16)	n	%
Ações de preservação digital remetem as possibilidades e formas que se tem de preservar produções humanas. Já as políticas de salvaguarda me parecem gerenciamentos bem mais amplos, que remetem a leis e direcionamentos que vão contribuir inclusive para a organização das ações de preservação	1	14,29
Não tenho certeza do que viria a ser cada uma delas	1	14,29
Não.	5	71,43
Total	7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 21: Importância sobre a preservação digital dos conteúdos

Qual a importância, em sua opinião, da preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos (Q17)	n	%
Importante	3	42,86
Muito importante	4	57,14
Total	7	100,00

Por que	n	%
----------------	----------	----------

É direito de todos acessar produções audiovisuais audiodescritas, não importa em que épocas foram realizadas, daí a importância da formação de 'bancos' de produções	1	14,29
Garantia de acesso para gerações futuras e para aqueles que não tiveram acesso ainda.	1	14,29
Não sei	1	14,29
Para que as pessoas cegas tenham acesso ao material.	1	14,29
Para uso democrático	1	14,29
Porque toda produção humana, neste caso os conteúdos informacionais audiodescritos, além da contribuição imediata para o processo de construção do ser humano e de sua cultura, precisa ser preservado para contar e estabelecer sua história, bem como para pensar o passado (o que foi feito) e repensar o futuro (o que poderá contribuir para novas ações). Além de estabelecer histórica e politicamente um país.	1	14,29
Trabalhar com documentos audiovisuais torna difícil organizar e armazenar os arquivos, devido a seu tamanho. Já aconteceu de eu perder trabalhos realizados.	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 22: Como o grupo/núcleo procede com os conteúdos

O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos? (Q18)	n	%
Não	3	42,9
Sim	4	57,1
Total	7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 23: Sobre as ações realizadas pelo grupo/núcleo

Quais são as ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa? (Q19)	n	%
As produções são salvas em dois HDs externos como backups	1	14,29
Existe a intenção de organizar o material até agora produzido, que está bastante disperso, e publicá-lo em nosso site, mas nunca há tempo para isso.	1	14,29
Incluímos nossos produtos em canal próprio de Youtube	1	14,29
Manutenção de todos os arquivos em repositório privado e em site público	1	14,29
Não faz.	2	28,60
Temos uma videoteca dos filmes audiodescritos pelo nosso grupo.	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 24: Sobre a importância da preservação digital e da salvaguarda

Você acha importante que essas ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos existam? (Q20)	n	%
Sim	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 25: Sobre o formato do arquivo digital

Qual o formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual? (Q21)	n	%
Não sei definir	6	85,71
AVI	1	14,30
MPEG	1	14,30
MOV	1	14,30

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 26: Sobre a existência de um ambiente digital

Na sua opinião é relevante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse conteúdo informacional audiodescrito? Caso considere válido, diga porquê. (Q22)	n	%
Considero importante a preservação em todas línguas. A língua inglesa deve ser a padrão para uso de nossos produtos em todo o mundo.	1	14,29
Não sei	1	14,29
Sim	2	28,60
Sim, para ampliar o acesso das pessoas com deficiência visual.	1	14,29
Sim, seria relevante ter um ambiente de livre acesso com materiais nas diversas línguas, tanto para fins de acesso dos usuários quanto para fins de pesquisa.	1	14,29
Sim. Porque toda produção humana, neste caso os conteúdos informacionais audiodescritos, além da contribuição imediata para o processo de construção do ser humano e de sua cultura, precisa ser preservado para contar e estabelecer sua história, bem como para pensar o passado (o que foi feito) e repensar o futuro (o que poderá contribuir para novas ações). Além de estabelecer histórica e politicamente um país. E porque neste caso, poderá ser acessado por outros países/ culturas.	1	14,29
Total	7	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 27: Sobre a memória da Audiodescrição

Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil? Caso afirmativo, explique. (Q23)	n	%
Considero que a memória da AD deve ser preservada de forma democrática, acessível e gratuita.	1	14,29
Não.	2	28,60
Sim, pois facilita a pesquisa e o acesso a pessoa cega.	1	14,29
Sim, pois políticas públicas, se devidamente aplicadas, viabilizam a realização das ações.	1	14,29
Sim.	1	14,29
Sim. porque se não houver políticas de salvaguarda destes conteúdos eles ficam vulneráveis às mais diversas perspectivas de perda desta memória, pois são as políticas que espera-se vá garantir a organização, preservação e a não possibilidade das propriedades intelectuais e história preservadas	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 28: Sobre o papel do profissional da Ciência da Informação

Você sabe como o profissional da Ciência da Informação pode auxiliar a área da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos? Caso afirmativo, explique como você percebe essa relação entre as áreas. (Q24)	n	%
Através do conhecimento técnico desses profissionais.	1	14,29
Divulgação dos projetos e dos links de acesso ao acervo	1	14,29
Não		42,90
Não. Sei mais da contribuição da audiodescrição / descrição para a indexação e recuperação da informação visual e audiovisual.	1	14,29
São profissionais que detém o conhecimento de como organizar, arquivar e preservar. Porém entendo que as políticas de salvaguarda não são eles que produzem. Assim precisam do amparo de deputados e senadores que compreendam esta necessidade para novas políticas, inclusive de áreas como esta proposta aqui, para os conteúdos informacionais audiodescritos.	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 29: Sobre o posicionamento dos grupos/núcleos

Na sua opinião os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação digital e/ou salvaguarda dialogando com a área da Ciência da Informação? Caso afirmativo, explique. (Q25)	n	%
Até o contato com sua pesquisa, não havia pensado nessa possibilidade	1	14,29
Com certeza sim, essa relação com a CI seria muito boa para cobrir essa área desatendida.	1	14,29
Pode ser.	1	14,29
Sim	1	14,29
Sim, desde que haja um fácil acesso aos padrões.	1	14,29
Sim, para que todos com ou sem deficiência visual tenham acesso ao documento.	1	14,29
Sim, pois os grupos de pesquisa que tratam desta temática, em sua maioria, não tem conhecimento suficiente para, além das outras muitas demandas que tem para desenvolver sua pesquisa, para assumir o papel de outro profissional. E mais do que isso, a própria possibilidade de troca de conhecimento entre ambos contribui para a compreensão e melhoria do serviço e da atuação dos mesmos.	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 30: Papel do audiodescritor

Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação digital e salvaguarda do conteúdo que produz, através do diálogo com a área da Ciência da Informação? Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como diálogo poderia ser feito. (Q26)	n	%
Presença dos pesquisadores de CI em eventos nacionais e internacionais de audiodescrição	1	14,29
Primeiramente, a área de Ciência da Informação compartilhando essa possibilidade com os audiodescritores e, depois, proporcionando a formação destes para realizar a preservação. Por fim, audiodescritores e profissionais da ciência da informação estabelecendo parcerias	1	14,29
Sim	3	42,90
Sim, para que este possa descrever o assunto utilizando uma linguagem adequada	1	14,29
Sim, considero importantíssimo. Hoje com as muitas ferramentas tecnológicas, penso que além do e-mail, podem ser criadas comunicações em redes sociais e reuniões virtuais.	1	14,29
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Obs: Não houve resposta para a última pergunta do questionário

Tabelas correspondentes ao questionário aplicado aos membros (31 a 59)

Tabela 31: Instituição filiada

Instituição (Q1)	n	%
FURG	2	20,00
Unesp	1	10,00
UNESP	1	10,00
Unesp de Bauru - São Paulo	1	10,00
Universidade de Brasília	2	20,00
Universidade do Estado da Bahia	1	10,00
Universidade Estadual de São Paulo "Júlio de Mesquita Jr."	1	10,00
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 32: Nome do grupo/núcleo do qual faz parte

Nome do Grupo/Núcleo (Q2)	n	%
Acesso Livre	2	20,00
Ambientes Potencializadores para Inclusão	1	10,00
Biblioteca Falada	2	20,00
Comissão de Audiodescrição UFSM	1	10,00
GA&A	1	10,00
NEAI- Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas	2	20,00
Núcleo de audiodescrição do projeto de extensão Biblioteca Falada	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 33: Tempo de existência do grupo/núcleo

Quanto tempo existe o Grupo/Núcleo (Q3)	n	%
Até 3 anos	1	10,00
Entre 4 e 5 anos	1	10,00
Entre 6 e 10 anos	5	50,00
Mais de 10 anos	3	30,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 34: Tempo de atuação com o recurso da Audiodescrição

Há quanto tempo o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com essa temática de audiodescrição(Q4)	n	%
Até 3 anos	3	30,00
Entre 4 e 5 anos	4	40,00
Entre 6 e 10 anos	3	30,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 35: Quantitativo de pessoas que fazem parte do grupo/núcleo

Quantas pessoas fazem parte(Q5)	n	%
Até 5 pessoas	1	10,00
Entre 6 e 10 pessoas	1	10,00
Mais de 10 pessoas	8	80,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 36: Qual a posição do colaborador no grupo/núcleo?

Posição no Grupo/Núcleo(Q6)	n	%
Colaborador	1	10,00
Estudante de Doutorado	1	10,00
Estudante de Graduação	6	60,00
Outro (especifique)	1	10,00
Voluntário	1	10,00
Total	10	100,00

Outra posição no Grupo/Núcleo	n	%
Servidor Técnico-administrativo em Educação	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 37: Qual o nível de escolaridade?

Escolaridade (Q7)	n	%
Doutorado em andamento	1	10,00
Ensino Médio (2º grau) completo	1	10,00
Mestrado concluído	1	10,00
Superior completo	1	10,00
Superior Incompleto	6	60,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 38: Período de participação no grupo/núcleo

Há quanto tempo você faz parte desse Grupo/Núcleo (Q8)	n	%
Até 3 anos	7	70,00
Entre 4 e 5 anos	1	10,00
Entre 6 e 10 anos	2	20,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 39: Faixa etária dos colaboradores

Faixa etária (Q9)	n	%
Entre 20 e 25 anos	6	60,00
Entre 26 a 30 anos	1	10,00
Entre 36 e 40 anos	1	10,00
Entre 41 e 45 anos	1	10,00
Menos de 20 anos	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 40: Profissão dos colaboradores

Profissão (Q10)	n	%
Estudante	3	30,00
Estudante de Jornalismo.	1	10,00
Jornalista	1	10,00
Professor da Educação Básica I	1	10,00
Professora	1	10,00
Programador Web	1	10,00
Servidor técnico-administrativo em educação	1	10,00
Técnica em Geoprocessamento	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 41: Sobre a Audiodescrição

Como descobriu a audiodescrição (Q11)	n	%
Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa	9	90,00
Outro (especifique)	1	10,00
Total	10	100,00

Como descobriu a audiodescrição (outro)	n	%
Produção audiovisual na escola	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 42: Período que trabalha com Audiodescrição

Quanto tempo você faz audiodescrição (Q12)	n	%
Até 3 anos	7	70,00
Entre 6 e 10 anos	1	10,00
Não faço audiodescrição	2	20,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 43: Importância da Audiodescrição

Grau de importância que dá a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual (Q13)	n	%
Importante	2	20,00
Muito importante	8	80,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 44: Sobre o acervo audiovisual

Já teve algum contato com um acervo audiovisual (Q14)	n	%
Não	2	20,00
Sim	8	80,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 45: Sobre a importância do acervo audiovisual

Grau de importância de um acervo audiovisual (Q15)	n	%
Importante	3	30,00
Muito importante	7	70,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 46: Diferença entre preservação digital e salvaguarda

Sabe a diferença entre ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda? Caso afirmativo, explique (Q16)	n	%
diferença entre acesso e acessibilidade; temos um projeto denominado Retalhos da Memória de Santa maria, com publicações acessíveis com audiodescrição, libras e digital pesquisável	1	10,00
Não	5	50,00
Não sei	1	10,00

Não sei.	1	10,00
Não.	2	20,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 47: Importância sobre a preservação digital dos conteúdos

Qual a importância, em sua opinião, da preservação digital dos conteúdos informacionais audiodescritos (Q17)	n	%
Importante	4	40,00
Muito importante	6	60,00
Total	10	100,00

Por que	n	%
A acessibilidade já está amparada pela lei e a cada ano ela se mostra mais presente. Porém o que já vi acontecer bastante é que se faz um trabalho de audiodescrição ótimo que acaba se perdendo porque está só com o produtor daquela mostra de filme, daquele dia, daquele festival. E isso, além de forçar a refazerem esse mesmo trabalho, essa acessibilidade de perde para o público que não pôde ir naquele evento, mas que poderia estar apreciando em um outro, e se perde para nós estudantes como potencial objeto de pesquisa e análise.	1	10,00
Acredito que para ampliar o acesso dos conteúdos aos usuários.	1	10,00
Funciona como uma biblioteca possibilitando que as pessoas tenham acesso aos conteúdos já produzidos.	1	10,00
Para as pessoas que necessitam e dependem desse recurso.	1	10,00
para o maior conhecimento, acesso e construção social desta acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	1	10,00
Para que exista material acessível à disposição, e para a preservação de conteúdo, e registro documental do avanço da audiodescrição	1	10,00
Porque esse conteúdo pode ser mantido por um longo prazo.	1	10,00
Porque informação é o que propicia a construção de conhecimento	1	10,00
Preservar os conteúdos audiodescritos permite a criação de um banco de obras acessíveis, servindo também para a consulta na hora de audiodescrever novos materiais.	1	10,00
Várias são as possibilidades de utilização: recursos para a fomentação de políticas públicas, pesquisas acadêmicas e para a produção de novos e mais atualizados materiais para o público específico.	1	10,00
Total	10	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 48: Como o grupo/núcleo procede com os conteúdos?

O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos? O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos? (Q18)	n	%
Não	3	30,00
Sim	7	70,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 49: Sobre as ações realizadas pelo grupo/núcleo

Quais são as ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa? (Q19)	n	%
Além do backup físico e também por meio do google drive, temos o site (http://bibliotecafalada.com/) onde é possível acessar as obras audiodescritas.	1	10,00
Conversão de texto físico para texto digital de modo a poder ser lido via softwares como DOSVox e NVDA	1	10,00
É disponibilizado por uma página na internet o conteúdo produzido, assim como manter estes arquivos num banco de dados que podem ser acessados para se consumir ou como base de pesquisa e aprendizado	1	10,00
Esta em construção um repositório para armazenar os materiais que foram convertidos para braille.	1	10,00
Existe um blog do grupo, onde são citados os trabalhos produzidos, mas não disponibilizados os trabalhos em si	1	10,00
Há uma iniciativa de produção de um livro resumo de tudo que o grupo tem produzido. Em relação as políticas, temos como líder do grupo, a professora que é referência e pioneira no que tange ao estudo e construções de materiais audiodescritor.	1	10,00
Não estou ciente de nenhuma.	1	10,00
O grupo que faço parte realiza a preservação digital tendo em vista que atuam em um curso de Pedagogia a distância que tem suas aulas todas audiodescritas.	1	10,00
O projeto costuma armazenar suas produções em três locais diferentes: na nuvem, em HD e no site.	1	10,00
via Departamento de Arquivo Geral; proposta de um repositório também	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 50: Sobre a importância da preservação digital e da salvaguarda

Você acha importante que essas ações de preservação digital e/ou políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos existam? (Q20)	n	%
Sim	10	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 51: Sobre o formato do arquivo digital

Qual o formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual? (Q21)	n	%
Não sei definir	5	50,00
AVI	3	30,00
MPEG	3	30,00
WMV	1	10,00
FLV	1	10,00
OGM	2	20,00
MP4	1	10,00
MP4 (H.264), VP8 e VP9	1	10,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 52: Sobre as ações realizadas no grupo/núcleo para os conteúdos

Você acha suficiente as ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda utilizadas pelo grupo ou núcleo de pesquisa do qual você participa? Caso não ache suficiente, explique (Q22)	n	%
Acho suficiente	1	10,00
Não, pois as ações ainda estão muito limitadas a líder do grupo e a outra pesquisadora em nível de mestranda. È preciso mais ações por parte de todos os integrantes do grupo.	1	10,00
não, precisamos melhorar	1	10,00
Não, tanto que não estou ciente de nenhuma.	1	10,00
Não, visto que mesmo entre os membros, alguns não têm acesso aos trabalhos feitos	1	10,00
Sim	1	10,00
Sim.	3	30,00
Só não são maiores por falta de recursos humanos	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 53: Como aprimorar as ações realizadas pelo grupo/núcleo?

Você teria alguma ideia ou sugestão para aprimorar eventuais ações de preservação digital e/ou políticas salvaguarda que o grupo/núcleo de pesquisa do qual você participa, utiliza? (Q23)	n	%
Adotar um protocolo de preservação de material produzido. Dessa forma todos saberiam o que fazer com o que, como guardar e onde estará aquele conteúdo salvo.	1	10,0
Colocar tudo no site, se possível pela questão de direitos autorais, ou ao menos num drive próprio do grupo	1	10,0
Conversão de textos físicos em textos digitais, mais especificamente o HTML que permite alteração de contexto de língua	1	10,0
Criação de acervos em bibliotecas e em espaços artísticos de forma que toda a comunidade tivesse acesso quando e onde precisasse ou tivesse necessidade.	1	10,0
não	1	10,0
Não.	3	30,0
repositório com capacidade e acessibilidade	1	10,0
Talvez seja possível melhorar a organização dos processos de preservação dentro do grupo	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 54: Sobre a existência de um ambiente digital

Você acha importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse conteúdo audiodescrito? Caso considere válido, diga porque. (Q24)	n	%
A acessibilidade é sempre de extrema importância e permitir o acesso de pessoas de diferentes nacionalidades agrega muito ao processo de difusão dos conteúdos.	1	10,0
Acho muito válido. Conteúdo acessível ainda possui inúmeros formatos, princípios e diretrizes e para quanto mais entramos em contato com diferentes projetos, mais se expandem os horizontes do potencial que essas produções podem trazer.	1	10,0
Poderia servir como um repositório onde permitiria que muitas pessoas tivessem acesso a produção de diferentes regiões e poderiam até estabelecer parcerias em produção e divulgação do conteúdo e estudos	1	10,0
Sim, ampliaria o acesso a esse tipo de conteúdo, nossa sociedade se tornaria mais inclusiva.	1	10,0
sim, mas só da língua brasileira dará bastante trabalho	1	10,0
Sim, muito necessário	1	10,0
Sim, para que além de preservado, o conteúdo seja difundido	1	10,0
Sim, porque mais pessoas, de diferentes épocas, poderiam acessar esse conteúdo.	1	10,0

Sim. Estive na Finlândia e fiquei impressionada com o nível de autonomia das pessoas com deficiência visual, devido a acessibilidade na maioria dos ambientes públicos. No Brasil, o desconhecimento e descaso por parte das autoridades e universidades ainda é muito grande, sendo este cuidado limitado, apenas as pessoas que estudam ou pesquisam esta área.	1	10,0
Sim. Preservação de informação que constrói conhecimento é sempre válido.	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 55: Sobre a memória da Audiodescrição

Você percebe a correlação entre a adoção de ações de preservação digital e a elaboração de políticas de salvaguarda de conteúdos audiovisuais para possibilitar o desenvolvimento do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil? Caso afirmativo, explique. (Q25)	n	%
As duas irão, em minha perspectiva, colaborar. Estabelecer políticas de salvaguarda podem além de garantir a produção permitir seu fomento, nesta situação é necessário haver a preservação para que não se perca o conteúdo e ele possa ser distribuído, para as pessoas que necessitem dele (conteúdo acessível) terem onde encontrar.	1	10,00
É a preservação do que se foi feito tanto para que mais pessoas possam ter acesso a isso depois como servir de base do que funciona ou não na área, baseado no histórico.	1	10,00
É importante criarmos uma cultura da audiodescrição, que é muitas vezes esquecida no nosso país. A construção dessa memória da audiodescrição facilitaria os estudos na área e a preservação do trabalho dos audiodescritores.	1	10,00
maior acesso simultâneo ao registro histórico e arquivístico	1	10,00
Não sei identificar.	1	10,00
Sim	1	10,00
Sim, a adoção de preservação pode manter as produções audiodescritas por um longo período, o que possibilita que mais pessoas possam acessar esse conteúdo.	1	10,00
Sim, visto que é por essa salvaguarda que os registros serão acessíveis, no futuro, para que essa memória seja criada	1	10,00
Sim. Como afirmei na pergunta anterior, só com a preservação e produções de materiais de audiodescrição será possível desenvolver políticas públicas mais efetivas na área.	1	10,00
Sim. Preservação de informação que constrói conhecimento é sempre válido.	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 56: Sobre o papel do profissional da Ciência da Informação

Você sabe como o profissional da Ciência da Informação pode auxiliar a área da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação digital e políticas de salvaguarda do conteúdo informacionais audiodescritos? Caso afirmativo, explique como você percebe essa relação entre as áreas. (Q26)	n	%
Acredito que o profissional da Ciência da Informação possa ajudar a manter as produções em audiodescrição de uma forma mais segura e com mais qualidade.	1	10,00
Com certeza. Ao fazer o curso de audiodescrição, me senti atrasada no meu amadurecimento devido ao desconhecimento que tenho para as estratégias e instrumentos informático a serem usados. Nesta pesquisa mesmo, não soube responder qual a melhor formato de arquivo para fazer a versão digital. Portanto este profissional pode ajudar desde a seleção das melhores tecnologias até as formas de preservação de todos os acervos produzidos até o momento na área de audiodescrição.	1	10,00
Consigo visualizar esse profissional interagindo por meio da criação de banco de dados e tratamento digital do material	1	10,00
cumprindo seu papel, com informações acessíveis a todos e todas	1	10,00
não	1	10,00
Não	1	10,00
Não entendo o suficiente de Ciência da Informação	1	10,00
Não saberia dizer em quais medidas e níveis possam haver colaboração, embora eu seja otimista e consigo imaginar que surja alguma contribuição.	1	10,00
Não.	1	10,00
Talvez como um profissional da área de informação ele possa trazer formas mais eficientes de preservar o acervo produzido.	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 57: Sobre o posicionamento dos grupos/núcleos

Na sua opinião os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação digital e/ou salvaguarda dialogando com a área da Ciência da Informação? Caso afirmativo, explique. (Q27)	n	%
Acho que procurar é válido, mas não se restringir a ele. O interessante é ter diferentes grupos explorando diversas possibilidades, justamente para ter mais embasamento ao declarar algo funciona ou não.	1	10,00
Acho que sim. Não um padrão nacional, talvez, mas ao menos um padrão de cada grupo	1	10,00
As parcerias são importantes para melhorar o trabalho de audiodescrição.	1	10,00
Não necessariamente.	1	10,00

Se mostrando eficiente podemos sim adquirir e aprender tais ferramentas para preservação digital.	1	10,00
Sim, é importante	1	10,00
Sim, é uma forma de aliar tecnologia, segurança, preservação e qualidade.	1	10,00
Sim, por assim padronizaria a busca pelos conteúdos audiodescritos, facilitando assim ao usuário final.	1	10,00
Sim. Fazendo uso de tecnologias e linguagens apropriadas.	1	10,00
talvez, se isso não limitar ou dificultar seus trabalhos	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 58: Papel do audiodescritor

Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação digital e salvaguarda do conteúdo que produz, através do diálogo com a área da Ciência da informação? Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como isso poderia ser feito (Q28)	n	%
Os grupos que realizam audiodescrição devem ter um membro da Ciência da Computação ou parcerias com pessoas da área para facilitar os processos de preservação digital.	1	10,00
Sim, acredito que os dois profissionais poderiam trabalhar juntos ou, ao menos, dialogarem com uma certa frequência.	1	10,00
Sim, através de normas	1	10,00
Sim, inserindo este conteúdo nos cursos de formação do audiodescritor e em eventos da área.	1	10,00
Sim, já que este conhecimento fará com que se torne mais autônomo e possa encontrar soluções para viabilizar sua produção.	1	10,00
Sim. Fazendo uso de tecnologias e linguagens apropriadas.	1	10,00
Sim. Hoje ainda não temos cursos de AD difundidos no país, mas temos grupos de pesquisa que poderiam formar parcerias e compartilhar seus conhecimentos sobre o assunto.	1	10,00
Sim. Poderia ser feito criando uma pasta na nuvem para todo o conteúdo audiodescritivo produzido, seja na forma escrita, por meio de documentos online, ou audiovisual, por meio de vídeos, áudios, etc	1	10,00
Sim. Precisamos muitos dos recursos da informática. Cursos e orientação para escolhas dos melhores programas de informática, instrução e monitoramento no que tange a preservação dos conteúdos produzidos. Tenho certeza de que, o fato de não ser uma conhecedora da informática, me coloca em uma posição de listar muito pouco as possibilidades de contribuição.	1	10,00

talvez, se isso não estabelecer mais uma etapa dificultadora da elaboração e disseminação do recurso	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 59: Sobre a importância da memória da Audiodescrição

Se desejar, teça algum comentário sobre a importância da preservação digital e/ou salvaguarda desse conteúdo informacional audiodescrito para a promoção do acesso por longo prazo à memória da audiodescrição no Brasil (Q29)	n	%
Otimização dos materiais a serem audiodescritos, não se repetindo trabalhos já feitos por outras instituições, bem como maior divulgação e disponibilidade aos usuários com deficiência em seus inúmeros espaços de uso	1	10,0
Total	1	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabelas correspondentes ao questionário aplicado aos profissionais da Ciência da Informação (60 a 79)

Tabela 60: Instituição filiada

Instituição(Q1)	n	%
UFBA	35	19,55
UNESP	33	18,44
UFPB	28	15,64
USP	20	11,17
UFRGS	19	10,61
UFF	18	10,06
UFPE	13	7,26
UFPA	8	4,47
UFES	2	1,12
UEL	1	0,56
UFC	1	0,56
gsdgs	1	0,56
Total	179	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 61: Curso de origem

Graduação (Q2)	n	%
Biblioteconomia	95	53,07
Arquivologia	29	16,20
Biblioteconomia e arquivologia	1	0,56
Biblioteconomia e Ciência da Informação	1	0,56
Biblioteconomia e Ciências Contábeis	1	0,56
Biblioteconomia e História	1	0,56

Arquivologia e Economia	1	0,56
Arquivologia e Relações Públicas e Marketing	1	0,56
Arquivologia e Comunicação Social	1	0,56
Arquivologia, Pedagogia e Psicopedagogia	1	0,56
Administração	2	1,12
Ciência da Computação	6	3,35
Ciência da Informação	1	0,56
Ciências Contábeis	3	1,68
Ciências Econômicas	1	0,56
Ciências Sociais	2	1,12
Contabilidade	1	0,56
Contabilidade e gestão	1	0,56
Direito	1	0,56
Economia	1	0,56
Economia e pedagogia	1	0,56
Fisioterapia	1	0,56
Gestão da Informação	4	2,23
Gestão Empresarial	3	1,68
História	2	1,12
História e graduanda em Arquivologia	1	0,56
História Social	1	0,56
Informática para a Gestão de Negócios	1	0,56
Jornalismo	2	1,12
Letras	3	1,68
Letras – Vernáculas	1	0,56
Matemática	1	0,56
Pedagogia	1	0,56
Processamento de Dados	1	0,56
Publicidade e Propaganda	1	0,56
Sistemas de informação	1	0,56
Tec. Processamento de Dados	2	1,12
Tecnologia Mecânica – Projetos	1	0,56
Total	179	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 62: Posição no PPGCI

Situação no PPGCI (Q3)	n	%
Docente com Doutorado	15	8,72
Docente com Mestrado	2	1,16
Docente com Mestrado e Doutorado	1	0,58
Estudante de Doutorado	72	41,86
Estudante de Mestrado	82	47,67
Total	172	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 63: Sobre a faixa etária

Faixa etária (Q4)	n	%
Menos de 25 anos	7	4,00
Entre 25 e 30 anos	42	24,00
Entre 31 e 35 anos	41	23,43
Entre 36 e 40 anos	26	14,86
Entre 41 e 45 anos	19	10,86
Entre 46 e 50 anos	16	9,14
Entre 51 e 55 anos	15	8,57
Entre 56 e 60 anos	6	3,43
Acima de 60 anos	3	1,71
Total	175	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 64: Diferença entre preservação digital e salvaguarda

Diferença entre preservação digital e salvaguarda(Q5)	n	%
não	89	51,45
sim	84	48,55
Total	173	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 65: Sobre o formato do arquivo digital

Formato arquivo digital (Q6)	n	%
Não sei definir	115	68,45
AVI	19	11,31
FLV	3	1,79
MOV	4	2,38
MPEG	11	6,55
MXF	1	0,60
RMVB	3	1,79
WMV	5	2,98
Outro	7	4,17
Total	168	100,00

Outros formatos	n	%
Em função das rápidas transformações que temos neste quesito, ainda não consigo projetar o que vem ser melhor ou pior. Hoje trabalho com AVI, MPEG, WMV, FLV e MOV, mais no âmbito de suporte de material para transmissão em WEB TV. Dependendo do software de transmissão de arquivos, tenho que fazer as conversões. Sobre a guarda, no entanto, tenho pouco a acrescentar.	1	14,3
MKV	4	57,1
PDF A	1	14,3
VERSÃO LESSLESS DO MPEG-4 h.264	1	14,3
Total	7	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 66: Sobre o conhecimento de normas

Você conhece alguma das normas abaixo citadas? (Q7)	n	%
ISAAR (CPF)	51	30,54
ISAD (G)	68	21,56
ISDIAH	36	18,56
ISDF	31	47,31
NOBRADE	79	20,96
ISO 14.721:2012(E) (second edition 2012-09-01)	35	25,15
ABNT NBR 15.472:2007	42	38,92
Não conheço nenhuma das normas citadas	65	38,92
Total	167	

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 67: Sobre o conceito de memória na Ciência da Informação

Memória da CI (Q8)	n	%
não	4	2,42
sim	161	97,58
Total	165	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 68: Sobre preservação digital e salvaguarda na Ciência da Informação

Preservação Digital e Salvaguarda(Q9)	n	%
não	4	2,45
sim	159	97,55
Total	163	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 69: Conhecimento sobre os repositórios digitais

Repositórios Digitais(Q10)	n	%
não	4	2,45
sim	159	97,55
Total	163	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 70: Sobre a área da Ciência da Informação

Percepção sobre CI (Q11)	n	%
disciplinar	5	3,09
inter-multi-transdisciplinar	46	28,40
interdisciplinar	55	33,95
multidisciplinar	28	17,28
transdisciplinar	24	14,81
transepistêmica	4	2,47
Total	162	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 71: Sobre a adoção de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda

Adoção de preservação digital e salvaguarda(Q12)	n	%
não	11	6,88
sim	149	93,13
Total	160	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 72: Sobre a Audiodescrição

Conhece a Audiodescrição	n	%
não	43	26,88
sim	117	73,13
Total (Q13)	160	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 73: Conceito de Audiodescrição

Como você entende o que seja a Audiodescrição (Q14)	n	%
A descrição da imagem, como narrativa para pessoas com deficiência visual	1	,88
A descrição de informações originalmente em áudio para o formato escrito.	1	,88

A descrição de terminado artefato de informação em diversos suportes registrada através de gravação de voz	1	,88
a descrição de toda a cena e conteúdo oral de uma imagem	1	,88
A descrição de um arquivo/documento que está em formato de áudio.	1	,88
A descrição de um conteúdo visual para pessoas com deficiência	1	,88
A descrição de um vídeo em áudio, tipo uma "transcrição" do video em audio.	1	,88
A descrição de uma imagem por exemplo	1	,88
A descrição falada de imagens ou filmes.	1	,88
A tradução intersemiótica entre audio e texto em uma obra audiovisual.	1	,88
A tradução para audio de um recurso visual.	1	,88
Algo como #pracegover	1	,88
Ao assistir algo podemos ouvir o que está sendo falado pelos personagens e a descrição do ambiente, especialmente utilizado por deficientes visuais	1	,88
Audiodescrição é a descrição oral de fatos e acontecimentos.	1	,88
Audiodescrição é um recurso utilizado para incluir deficientes visuais em atividades culturais, educacionais etc, descrevendo por meio da narração dos fatos, do cenário, expressões dos atores. Tem como objetivo orientar e incluir pessoas com deficiência visual total ou parcial.	1	,88
Autodescrição a descrição oral de um texto, video, objeto contendo de certa forma um detalhamento, especialmente para quem não é vidente.	1	,88
Como recurso que possibilita vencer as deficiências visuais parcial ou total	1	,88
Conteúdo falado de um filme, exposição...	1	,88

Dados presentes em metadados e de acesso em áudio	1	,88
De forma simplificada, entendo a audiodescrição como processo que propicia a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva, visual e cognitiva a obras audiovisuais, de forma a propiciar-lhe uma melhor compreensão das mesmas.	1	,88
Descreve-se algo por meio de áudio.	1	,88
Descrever algo através da narrativa que está relacionada com acessibilidade	1	,88
Descrever algo falado	1	,88
Descrever determinado conteúdo (uma peça de um museu, por exemplo) através de áudio.	1	,88
Descrever uma obra de arte ou ler um livro para pessoa com deficiência visual	1	,88
Descrever, via áudio, locais ou situações, entre outros, para pessoas que não podem ver	1	,88
Descrição (metadados) de produtos audiovisuais que possam possibilitar a não obsolescência destes.	1	,88
Descrição com voz acerca de dispositivos informacionais	1	,88
Descrição das ações que aparecem em imagens em movimentos (vídeos) durante cenas sem som para cegos.	1	,88
Descrição de cenas e imagens para deficientes visuais	1	,88
Descrição de conteúdo informação em formato de áudio digital	1	,88
Descrição de conteúdos audiovisuais por meio de legendas.	1	,88
Descrição de informações para um formato em áudio. Útil para pessoas com deficiência visual.	1	,88
Descrição de qualquer ambiente, real ou virtual, de forma oral	1	,88
Descrição de um áudio como foi realizado	1	,88

Descrição de um cenário e agente onde ocorre um ato a fim de contextualizar e inserir a pessoa com deficiência visual no cenário	1	,88
Descrição detalhada de um objeto ou de uma situação para alguém que não conseguiu ver plenamente o objeto ou a situação.	1	,88
Descrição do áudio	1	,88
Descrição em áudio (por voz ou sons) de fatos, eventos ou fenômenos	1	,88
Descrição em áudio de determinada obra (filme, peça de teatro, livro, etc) que auxilia pessoas cegas e com baixa visão, ampliando sua compreensão dessas obras.	1	,88
Descrição em áudio de imagem estática ou vídeo	1	,88
Descrição em áudio do conteúdo audiovisual	1	,88
Descrição em forma de texto de conteúdos sonoros	1	,88
Descrição escrita de um áudio gravado	1	,88
Descrição falada	1	,88
Descrição oral de um material informacional	1	,88
Descrição por áudio, como uma forma de fornecer acesso para pessoas com necessidades especiais.	1	,88
Descrição por gestos de mensagem de áudio	1	,88
Descrição utilizando instrumentos apenas auditivos	1	,88
Descrição, em áudio, de um objeto físico, seja imagem, vídeo, tela de computador	1	,88
Descrição, por meio de palavras, de conteúdos audiovisuais ou imagens estáticas, como fotografias.	1	,88
Descrições verbalizadas de objeto, texto, etc.	1	,88
É a descrição de informações em formato sonoro, geralmente utilizada como recurso para pessoas com deficiência conseguirem ter acessos a determinado conteúdos.	1	,88

É a descrição do que é visível, do visual, utilizando-se de recursos de áudio, para pessoas com dificuldades para ver ou completamente cegas.	1	,88
É a descrição em áudio de algo voltada para alguém que não possa enxergar	1	,88
É conteúdo auditivo elaborado para inclusão de pessoas com deficiência para acesso a conteúdos audiovisuais.	1	,88
É o processo de descrição, através de áudio, de imagens os vídeos, principalmente para pessoas com dificuldade visual.	1	,88
É um recurso de acessibilidade que amplia a compreensão e a participação das pessoas com deficiência visual	1	,88
É um recurso fundamental para que pessoas cegas ou com baixa visão possam compreender conteúdos audiovisuais	1	,88
É um recurso para as pessoas cegas (ou com visão parcial) compreenderem os conteúdos audiovisuais	1	,88
É um recurso para facilitar o acesso à informação de pessoas com algum tipo de deficiência visual. Esta prática envolve a descrição em áudio de algum texto, seja ele escrito, imagético, simbólico etc, visando promover a inclusão de deficientes visuais.	1	,88
É um recurso utilizado para apoiar pessoas com deficiência visual a lerem documentos audiovisuais	1	,88
É uma ferramenta que possibilita a acessibilidade de pessoas com deficiência incluir-se socialmente.	1	,88
Entendo a audiodescrição como a narração detalhada de produtos artísticos (como livros, filmes, novelas, etc.) para pessoas que tem dificuldade no acesso à essas informações, seja por serem pessoas com deficiência, por possuírem algum tipo de distúrbio, dentre outros motivos.	1	,88

Entendo como ações para registrar questões acerca da preservação e memória	1	,88
Entendo como sendo um processo em que é realizada a representação descritiva, por meio de áudios, de itens selecionados.	1	,88
Escrever o conteúdo do áudio	1	,88
Ferramenta de acessibilidade para deficientes visuais que consiste resumidamente na descrição em áudio de componentes visuais	1	,88
Não estou inteirada do assunto	1	,88
Narração auditiva de eventos ao vivo, audiovisuais ou imagens.	1	,88
Narrativa em áudio da imagem ou vídeo	1	,88
O áudio é transcrito para o papel.	1	,88
O mapeamento descritivo (metadados) de arquivos sonoros	1	,88
O processo de assegurar as narrativas contidas em determinado documento auditivo para a posterior registro de conteúdo.	1	,88
Para consumidor de comunicação por tv, é uma faixa narrativa adicional que facilita a compreensão das pessoas com deficiência visual, dislexia ou idosos.	1	,88
Por meio de emissão sonora o conteúdo de uma imagem, por exemplo, é explicado para pessoas com deficiência visual	1	,88
Processo de relato de descrição de informações de forma minuciosa de algo/alguma coisa/objeto, para que o receptor possa compreender o que está sendo descrito de forma a conceber uma imagem mental do que foi narrado.	1	,88
Processo de transformar textos em áudio com o objetivo de proporcionar aos portadores de necessidades especiais, mais precisamente os cegos, o acesso aos conteúdos informacionais.	1	,88

Promover o acesso amplo às informações para todos, independente das suas limitações.	1	,88
Recurso de acessibilidade	1	,88
Recurso de narrativa adicional para pessoas com deficiência visual, intelectual, dislexia e idosos, consumidores de meios de comunicação visual.	1	,88
Recurso que traduz imagens em palavras, permitindo que pessoas cegas ou com baixa visão consigam compreender conteúdos audiovisuais ou imagens estáticas, como filmes, fotografias, etc.	1	,88
Recursos para que pessoas cegas entendam uma imagem	1	,88
Recursos que possibilitam os portadores de baixa visão ou sem nenhuma visão tenha acesso a informação	1	,88
Refere-se a procedimentos que descrevem recursos informacionais audiovisuais, por ex. imagens em um determinado documento	1	,88
Reprodução em áudio de um texto, imagem ou cena	1	,88
Sim	1	,88
São gravações descrevendo, documentos, vídeos, imagens e outros tipos de informação que não estão no formato de áudio.	1	,88
Sem respostas	1	,88
Serviços oferecidos a deficientes visuais.	1	,88
Tecnologia que possa descrever conteúdos textuais e visuais de maneira automatizada.	1	,88
Tradução de um item para o formato acessível por pessoas com deficiência.	1	,88
Traduzir imagens em palavras	1	,88
Transcrição de áudio	1	,88
Transcrição de áudios que possibilitam acessibilidade	1	,88
Transcrição de documentos de áudio em texto.	1	,88
Transcrição do áudio	1	,88

Transcrição dos conteúdos de áudio para texto	1	,88
Transcrição oral de objetos estáticos e em movimento para pessoas cegas	1	,88
Trata-se de descrição de textos, imagens, pessoas, ambientes físicos e digitais e objetos tridimensionais, no formato auditivo (som) e destinado a facilitar o acesso à informação e destinadas a pessoas com limitações físicas que as impeçam de acessar o conteúdo desses materiais na forma "convencional".	1	,88
Um áudio que descreva uma informação. Exemplo: um post em rede social, o áudio descreve o que tem na postagem (A postagem é composta por uma imagem com pessoas sorrindo...).	1	,88
Um processo de representação que permite a acessibilidade aos conteúdos para pessoas com deficiência	1	,88
Um processo descritivo pelo próprio áudio.	1	,88
Um serviço que descreve imagens e outros símbolos para pessoas, especialmente para pessoas cegas ou com baixa visão.	1	,88
Um sistema de voz que descreve as informações.	1	,88
Um texto gravado	1	,88
Uma faixa com a narração do que está sendo dito, como se fosse uma legenda para pessoas com deficiência visual, dislexia	1	,88
Uma faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual, intelectual, dislexia e idosos.	1	,88
Uma ferramenta para descrever em áudios imagens, textos com vistas a auxiliar as pessoas com deficiência visual	1	,88
Uma forma de tornar conteúdos visuais acessíveis por meio de áudio para os deficientes visuais. Descrevendo imagens estáticas e imagens em movimento.	1	,88

Uma informação que tende a proporcionar a acessibilidade para outras pessoas que possa sentir dificuldades para compreender algo	1	,88
Uma narração descritiva adicionada ao objeto, de forma que este possa ser compreendido por pessoas com deficiência visual ou em situação de não conseguir acessar diretamente o conteúdo descrito por meios visuais.	1	,88
Uma narração extra descrevendo uma cena para atender principalmente deficientes visuais	1	,88
Uma narrativa para pessoas com deficiência visual.	1	,88
Total	114	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 74: Experiência com Audiodescrição

Sobre a experiência da Audiodescrição em cenas culturais (Q15)	n	%
Não	64	57,14
Não lembro	7	6,25
Alguém narrava as cenas do filme para um cego.	1	0,89
Apenas missa	1	0,89
Apenas tive acesso ao recurso de audiodescrição em produtos cinematográficos e televisivos, mas não os utilizei.	1	0,89
Fantástica, sentimento de como vale a pena dar possibilidade de acesso a informação as pessoas	1	0,89
Foi no teatro e achei surpreendente, excelente ferramenta de inclusão sociocultural. Também tive a oportunidade de conhecer a prática durante uma palestra, a qual foi descrita diferentes tipos de imagens: obras de arte, charges, etc.	1	0,89
Foi uma experiência positiva.	1	0,89
Já assisti alguns filmes com audiodescrição. É bem interessante e nos lembra como inclusão é importante	1	0,89

Já participei de um grupo de estudos em que uma das participantes pesquisava o tema	1	0,89
Já vi uma palestra no CNA sobre o uso da ferramenta em arquivos	1	0,89
Mais especial no audiovisual, ajudando a produzir programas sobre o tema. Um mundo pouco conhecido para grande parte das pessoas e, ao mesmo tempo, complexo, pois pode proporcionar um maior ou menor direcionamento por parte de quem interpreta e transmite. Pensemos, no entanto, que o direcionamento ocorrer em todos os outros processos, cabendo, ao usuário, no caso, aceitar ou não a ser conduzido.	1	0,89
Na UFCA, instituição na qual fiz a graduação, o curso de jornalismo expõe suas atividades de utilizá a audiodescrição em vídeos e imagens.	1	0,89
Narrativas de filme, descrição de imagens. A experiência foi incrível especialmente porque há uma sensibilidade para aquilo que não é visto mas imaginado.	1	0,89
No Seminário Nacional de Bibliotecas Universitária, um palestrante cego mostrou como deve ser uma audiodescrição. A medida que a esposa dele ia lendo, ele ia explicando porque dos detalhes descritos.	1	0,89
O único contato que tive com audiodescrição, veio de um problema técnico em um cinema. Quando o filme começou havia uma audiodescrição em inglês, relatando as cenas.	1	0,89
Participei de um evento no teatro que havia audiodescrição	1	0,89
Propaganda eleitoral	1	0,89

Sim, assisti um filme com audiodescrição, foi uma experiência tranquila, para mim não interferiu no processo de ver o filme.	1	0,89
Sim, assisti uma peça que tinha esse recurso voltado para os deficientes visuais. As pessoas podiam subir ao palco antes do início da peça para tocar o cenário, e durante recebiam fones para ouvir a audiodescrição	1	0,89
Sim, cinema. Havia uma pessoa surda em uma sessão dublada que necessitava de legendas e estas foram ligadas para o mesmo, com audiodescrição não só das falas mas dos sons ambientes.	1	0,89
Sim, em uma visita ao Museu de Pablo Neruda, em Santiago, no Chile. Foi uma boa experiência!	1	0,89
Sim, foi muito interessante	1	0,89
Sim, foi uma experiência maravilhosa, foi inclusiva, mesmo sem possuir a deficiência, acredito que é um recurso que precisa ser utilizado.	1	0,89
Sim, no cinema. Uma sessão especial.	1	0,89
Sim, participei de cursos. A experiência é muito enriquecedora e nos faz ter uma consciência sobre sua importância para as pessoas com baixa visão ou cegas.	1	0,89
Sim, realização de entrevistas nas ruas	1	0,89
Sim! Participei de sessão de cinema narrado no Ponto de Cultura Cinema em Palavras que existiu em Campinas	1	0,89
Sim.	1	0,89

Sim. Os cegos presentes tinham fones ou um acompanhante descrevia em voz baixa.	1	0,89
Sim. Aceitei normalmente, sem nenhum impacto relevante.	1	0,89
Sim. Alguns seminários. Fiquei imaginando como seria minha interpretação da cena caso eu fosse uma pessoa cega	1	0,89
Sim. Estava ministrando uma disciplina em um curso de Especialização e uma aluna tinha o diagnóstico de baixa visão. Um colega dela descrevia o que escrevia no quadro ou continha nos slides.	1	0,89
Sim. Foi positiva, porque representa inclusão e acessibilidade informacional para quem necessita desse recurso.	1	0,89
Sim. No Laboratório de Acessibilidade na Biblioteca onde atuo fazemos a audiodescrição de eventos e atividades culturais no âmbito da Universidade	1	0,89
Sim. Participei da oficina: Construindo histórias para sentir e ouvir: recursos de conotação de história e da audiodescrição. Educativo Instituto Tomie Ohtake. 2016. A experiência foi muito boa. Agora, sempre que projeto alguma atividade, levo em consideração possíveis ajustes, pensando o acolhimento não só do deficiente visual, auditivo, mas também cognitivo.	1	0,89
Sim. Participei de teatro, ópera, cinema e palestras com audiodescrição.	1	0,89
Sim. Participei de um teatro onde a audiodescrição era realizada. Achei a dinâmica um pouco cansativa para uma peça teatral.	1	0,89

Sim. Um evento promovido por Edu Oliveira, cadeirante, professor de dança da UFBA. Foi muito interessante. Particpei também de uma palestra promovida pelo diretor da associação brasileira de audiodescrição, evento realizado pela Anatel, para discutir a política de audiodescrição a ser adotada pela agência na exigência do cumprimento dos percentuais estabelecidos em normativos para as operadoras sob sua fiscalização.	1	0,89
Sim. Uma mostra ao ar livre demonstrando a história do design.	1	0,89
tenho como referência aplicação em exposição de arte e preocupação com design para web	1	0,89
Tive que descrever entrevistas do meu mestrado	1	0,89
Uma experiência inclusiva.	1	0,89
Total	112	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 75: Possibilidade de diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição

Percepção sobre o diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição (Q16)	n	%
Não		
Não conheço	1	,92
Não estudo em minha linha de pesquisa tal área.	1	,92
Não pensei sobre isso.	1	,92
Não posso responder.	1	,92
Não reconheço.	1	,92
Não sei informar	1	,92
Não tenho opinião formada a respeito	1	,92
Não vejo na prática	1	,92
Não. Acredito que programas voltados para as áreas de Museologia, Patrimônio e História possam se encaixar melhor.	1	,92
NIL	1	,92
Sim	11	10,09
As iniciativas de audiodescrição promovem o acesso à conteúdos e informações. Assim sendo, passa, necessariamente, a ser objeto do campo.	1	,92

Audiodescrição envolve informação. O que envolve informação envolve CI.	1	,92
CI tem papel de destaque, em especial se pensarmos em uma audiodescrição automática	1	,92
Como a CI se preocupa com as práticas e fluxos que envolvem a informação, a audiodescrição promove o acesso e uso a informação pelas pessoas com necessidades especiais, então a audiodescrição é um elemento que é potencialmente válido para pesquisas em CI.	1	,92
Compreender as melhores ferramentas de armazenamento e recuperação considerando os diferentes formatos que a audiodescrição pode ser feita.	1	,92
Considerando que a Ciência da Informação atua justamente na mediação da informação a audiodescrição é, sem dúvida, um recurso de mediação que não pode ser ignorado	1	,92
Creio que sim, mas não tenho subsídios teóricos nem empíricos para explicar	1	,92
É difícil pensar em relações com uma área que não conheço. Porém, uma vez que a audiodescrição é um tipo de descrição de um objeto, acredito que existe a possibilidade	1	,92
É importante, mas vejo a necessidade de esclarecer alguns conceitos.	1	,92
É perfeitamente possível pôr em prática determinadas teorias desenvolvidas no âmbito da CI, como exemplo genérico poderíamos falar dos inúmeros trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área da gestão da informação e do conhecimento.	1	,92
É possível uma vez que a CI é inter-multidisciplinar	1	,92
Entendo que a audiodescrição pode ser considerada parte das políticas de descrição e acesso ao documento/informação. Sem audiodescrição o documento estará inacessível à uma parcela da sociedade, não cumprindo sua função social para esta população. Acho que a maior dificuldade está na falta de conhecimento, e na necessidade de melhorar as políticas de acesso como um todo, para as instituições de informação e memória.	1	,92
Estudos de linguagem e usos sociais da informação	1	,92
Indexar a audiodescrição faz parte do tratamento da informação audiovisual.	1	,92

No meu ponto de vista, quando tratamos de informação audiodescrita ela se caracteriza como informação audiovisual estudada na CI.	1	,92
Reconheço, pois a audiodescrição é um recurso importante de acessibilidade que merece atenção dentro da CI, pois é informação.	1	,92
Sem conhecer bem o tema, acredito que esse diálogo é possível.	1	,92
Sendo a CI uma área interdisciplinar, porque não buscar um relacionamento com a audiodescrição?	1	,92
Sim acredito, mas no momento não consigo resumir	1	,92
Sim, a CI permite diversos diálogos com inúmeros domínios do conhecimento.	1	,92
Sim, a CI preocupa-se com aspectos de acesso à informação, de modo que pode se relacionar à acessibilidade a partir da audiodescrição	1	,92
Sim, a informação é objeto de estudo da CI, elemento fundamental para a audiodescrição.	1	,92
Sim, acredito que a Audiodescrição é um meio de promover inclusão e acessibilidade da informação conforme princípios da Ciência da Informação	1	,92
Sim, acredito que seja possível, porém é preciso bastante engajamento e talvez por isso nossa área não esteja trilhando numa velocidade ideal.	1	,92
Sim, acredito ser possível, mas não sei explicar exatamente como	1	,92
Sim, ao criar ferramentas que possibilite buscar e ou utilizar informações que as pessoas cegas ou com baixa visão possam compreender conteúdos audiovisuais	1	,92
Sim, até porque descrição é uma atividade inerente à ciência da informação, especialmente em relação a documentos e informações.	1	,92
Sim, através do desenvolvimento de soluções (produtos informacionais) que contemplem estes recursos	1	,92
Sim, em termos de criação de metadados adequados e de normalização para o preenchimento, possibilitando a recuperação futura.	1	,92

Sim, mas é pouco aplicada e disseminada na CI	1	,92
Sim, mas não teria conhecimento suficiente para saber como seria possível esse diálogo, mas se formos pensar que todos os campos tem pensado e trabalhado a acessibilidade...	1	,92
Sim, nas áreas da representação e organização da informação.	1	,92
Sim, para todos os níveis de estudo e objetivos da CI.	1	,92
Sim, pois a áudio descrição descreve as informações e podem ser armazenados e tratados	1	,92
Sim, pois a audiodescrição pode ser uma forma de disseminação da informação	1	,92
Sim, pois a audiodescrição possibilita aumento do acesso à informação	1	,92
Sim, pois a Ciência da Informação estuda os fenômenos de informação de modo geral e nisso se inclui a área de audiodescrição.	1	,92
Sim, pois ambas áreas tentam, de maneiras distintas, descrever seus "objetos".	1	,92
Sim, pois considerando que a CI estuda a informação em todos os seus aspectos, as ações de audiodescrição estão inseridas nesse contexto	1	,92
Sim, pois está pode colaborar com preservação informacional, visto que essa é uma das funções da CI. Assim como, a CI também pode contribuir para a padronização e normalização dessa técnica.	1	,92
Sim, por meio dos fluxos de informação por essa via e na padronização dessa transferência informacional	1	,92
Sim, porém não tenho embasamento teórico para dissertar tal questão.	1	,92
sim, porque a audiodescrição é uma forma de inclusão	1	,92
Sim, porque embora a CI trate da informação registrada, a autodescrição é uma forma de registro.	1	,92
Sim, possibilidade de acesso à informação para todos	1	,92
Sim, principalmente a representação descritiva e temática, com a representação da forma e conteúdo.	1	,92

<p>Sim, principalmente em questões relativas ao comportamento informacional e à indissociabilidade que se estabelece na relação informação/comunicação. Os fenômenos que se estabelecem nestas fronteiras vão influenciar e serem influenciados em processos interpretativos da audiodescrição. Neste lugar é que a audiodescrição passa a ser também uma preocupação da CI.</p>	1	,92
<p>Sim, reconheço, a CI penetra em todas as áreas, logo a Inclusão também deve fazer parte dessa interdisciplinaridade, pois a CI por ter esse caráter, tem que oferecer oportunidades iguais de acesso ao conhecimento através da Audiodescrição a todos aqueles que necessitam desse recurso.</p>	1	,92
<p>Sim, tendo em vista que a CI pensa a informação, contemplando sua organização, acesso e demais aspectos inerentes ao contexto social, ela pode contribuir para o desenvolvimento da audiodescrição.</p>	1	,92
<p>Sim. Envolve a questão do acesso à informação em diferentes níveis.</p>	1	,92
<p>Sim. A audiodescrição é um registro de informação, logo pode ser trabalhada pela área</p>	1	,92
<p>Sim. A CI pode contribuir de maneira ativa com a audiodescrição</p>	1	,92
<p>Sim. A Ciência da Informação é um campo científico onde a informação é objeto de estudo desde a sua origem até sua reelaboração em conhecimento. A audiodescrição possibilita o acesso a informação com equidade, para posteriormente tornar-se conhecimento entre as pessoas com deficiência.</p>	1	,92
<p>Sim. Afina, é um registro de informação e, como tal, deve ser coletado, organizado, armazenado e disponibilizado</p>	1	,92
<p>Sim. Considerando as ferramentas atuais de recuperação de informação, pode-se imaginar um sistema inteligente capaz de retornar a audiodescrição como busca tácita de um usuário de audiodescrição.</p>	1	,92

Sim. É possível perceber duas relações possível de diálogo: e audiodescrição enquanto mais um registro de informação a ser produzido e organizado pelo profissional da CI; e a audiodescrição enquanto possibilidade de acesso a todo e qualquer usuário, sendo este mais um aspecto de discussão e apropriação da área.	1	,92
Sim. Esse recurso consiste na tradução das imagens em palavras, por meio de uma descrição objetiva, que em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral do conteúdo	1	,92
Sim. Inclusão do link (do arquivo) com a audiodescrição do recurso na estrutura descritiva (esquema de metadados) do repositório.	1	,92
Sim. Ligada a área de memória e acesso.	1	,92
Sim. Mas não tenho mais informações	1	,92
Sim. Na minha área de estudo, que é a indexação de assuntos, percebo notadamente a importância dos referenciais teórico-metodológicos da indexação de assuntos para a melhoria da audiodescrição dos recursos audiovisuais e futura recuperação por assuntos destes recursos informacionais. Considero um dos desafios do campo da Organização do Conhecimento.	1	,92
Sim. Para permitir o acesso a informação e possibilitar a implantação de políticas de preservação para esses materiais audiovisuais	1	,92
Sim. Pois diversos suportes e aspectos da informação precisam de audiodescrição e seria imprevisível o trabalho interdisciplinar entre essas áreas.	1	,92
Sim. Pois transmitem a informação	1	,92
Sim. Porque a CI lida com informação e seus fluxos. Além de trabalhar pela mediação e atendimento das necessidades de informação. No que o recurso pode auxiliar muito.	1	,92

Sim. Reconheço não só a possibilidade, mas a necessidade. Faço parte da linha de pesquisa: Apropriação social da informação na contemporaneidade, cuja problemática é a apropriação da informação em contextos educativos, tais como bibliotecas. Se, em meio a enxurrada informacional, já é difícil se orientar para quem possui 'todos' os canais comunicacionais íntegros, para os que não os tem, o comprometimento no desenvolvimento é incalculável. Temos que pensar no coletivo sem desconsiderar as subjetividades.	1	,92
Sim. Um artigo poderia ter áudio descrição.	1	,92
Sim. Utilizando a sensibilidade que inerente ao ser é possível atingir o objetivo da informação no deficiente	1	,92
Talvez. Me parece necessário um embasamento mais profundo sobre essa pergunta.	1	,92
Tendo a preocupação básica com o fluxo da informação, visando o acesso e uso dos conteúdos disponibilizados, os deficientes visuais não podem ser aliados de tais acessos. Criar tecnologias assistivas e processos atitudinais devem ser uma preocupação constante da área, embora tais iniciativas ainda sejam poucas.	1	,92
Totalmente, além de promover o acesso à informação, inclui uma prática essencial para CI que é a mediação da informação e a mediação oral da leitura. Bortolin e Almeida Jr trabalham nessa vertente. Sem falar das questões de inclusão que remetem a questões sociais, de ações de desenvolvimento do sujeito informacional, na sua amplitude integrativa.	1	,92
Total	109	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 76: Sobre o conceito de Informação audiodescritiva

Conhecimento sobre o conceito de Informação audiodescritiva (Q17)	n	%
Não conheço	74	67,27
Eu nunca li nada a respeito.	1	0,91
Esse termo, exatamente, não. Apesar de ter uma noção do que seja.	1	0,91
Ainda não li a respeito, mas entendo que a informação audiodescritiva se encaixa na informação audiovisual.	1	0,91
Ainda não ouvi falar, mas parece que se refere as informações descritas de um áudio	1	0,91
Não. Mas, será muito bem vindo para engrandecer a área.	1	0,91

No contexto da CI não	1	0,91
Não. Através do Google	1	0,91
Sem respostas	1	0,91
Conheci o assunto através de uma colega do mestrado que está fazendo sua dissertação sobre pessoas com deficiência visual, pois falou bastante sobre esse assunto nas aulas que tivemos juntas	1	0,91
Conheço superficialmente.	1	0,91
Em sala de aula	1	0,91
ENANCIB e CRIDI	1	0,91
Exposição em sala de aula de uma aluna do Doutorado	1	0,91
Foi em um artigo, em um curso sobre acessibilidade	1	0,91
Já ouvi falar vagamente, mas nunca tive oportunidade de me aprofundar no assunto.	1	0,91
Por cima, apenas.	1	0,91
Li sobre isso quando estava escrevendo um artigo sobre preservação digital	1	0,91
Na disciplina de preservação digital com professora Sandra Siebra.	1	0,91
Na disciplina usabilidade e arquitetura da informação, durante a graduação	1	0,91
Não tive contato com nenhuma literatura de nossa área. Tudo que conheço vem de leituras superficiais acerca dessa temática	1	0,91
NIL	1	0,91
No trabalho "Ações de preservação digital na audiodescrição: desenvolvendo o conceito de informação audiodescritiva na Ciência da Informação"	1	0,91
Ouvi durante uma apresentação de um TCC	1	0,91
Ouvi falar. Não tenho conhecimento aprofundado.	1	0,91
Ouvi numa palestra no vídeo do youtube	1	0,91
Seria a informação documentária a partir da indexação de uma audiodescrição	1	0,91
Sim, conheci com uma colega no PPGCI / UFBA	1	0,91
Sim, durante discussão sobre direitos autorais, tratado de Marraqueche e exceções aplicadas	1	0,91
Sim, já ouvi falar em apresentações de eventos científicos.	1	0,91
Sim, no próprio Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca onde atuo	1	0,91
Sim. Artigo	1	0,91
Sim. Conheci no PPGCI/UFBA a partir da responsável por esta pesquisa a Tamires colega do PPGCI/UFBA	1	0,91
Sim. Tive maior contato com os estudos e práticas na orientação de pré-projeto de TCC de uma aluna do curso de arquivologia, quando fui professora substituta. Estudei a perspectiva da audiodescrição em arquivos vinculados a estados brasileiros, enfoque trazido pela aluna.	1	0,91
Só vi nesse evento do SNBU, mas que não percebi esse conceito.	1	0,91
Somente no último ano, ao pesquisar sobre políticas de descrição para uma disciplina.	1	0,91
Vi artigo no ENANCIB	1	0,91
Total	110	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 77: Sobre o uso da temática da Audiodescrição na Ciência da Informação

Pesquisas sobre Audiodescrição no âmbito de mestrado e doutorado da Ciência da Informação (Q18)	n	%
Não	4	3,74
Não sei	5	4,67
Sim	15	14,02
Penso que sim.	1	,93
A CI demanda campos de aplicação. Sim, percebo possibilidades.	1	,93
A falta de pesquisa sobre audiodescrição na CI restringe o direito ao acesso a informação alimentando a exclusão dos deficientes visuais	1	,93
A informação audiodescritiva de uma performance, por exemplo, permitirá que a pessoa cega tenha acesso à informação cênica e possa, assim, fruir do prazer estético que evento proporciona.	1	,93
Acredito ser uma área que pode conversar com a CI, mas não vejo como elas devem ser desenvolvidas em conjunto por conta de seus objetivos diferentes.	1	,93
Certamente, não só para CI, será um ganho de modo geral. E não digo tanto o desenvolvimento de um conceito/modelo ou algo assim, mas o impacto maior já está sendo feito a partir da sua pesquisa. Não se prenda à questões de cunho positivista e preze por um olhar humano e social na pesquisa.	1	,93
Claro. Se existe a possibilidade de estudar tal área na ci, esta deve ser investigada, discutida, ensinada e pesquisada, a tratando como temática importante para os pesquisadores da área.	1	,93
com certeza, é mais um tipo de informação que surgiu com o advento do audiovisual que veio para melhorar a qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais. Uma cultura e como toda cultura aceita e necessária deve ser preservada pois muitos ainda necessitarão dela.	1	,93
Como não conheço o conceito, não posso responder	1	,93
Creio que todos os aspectos voltados para a informação são de interesse da CI.	1	,93
Desconheço o conceito de informação audiodescritiva, portanto, não me sinto confortável para opinar sobre o assunto	1	,93
Em função do meu desconhecimento (e não quis utilizar o Google no momento de responder) não sei responder	1	,93
Independente da "deficiência", todos precisam da informação e do conhecimento.	1	,93

Na verdade não tenho conhecimento se há um conceito aceito pela comunidade científica da CI, mas caso ainda não tenha, defendo que é necessário desenvolvê-lo	1	,93
Nunca pesquisei sobre a temática para ter base e parâmetros para essa questão	1	,93
O princípio constitucional de acesso a informação contempla todas as ações sociais que possibilitem a construção de modelos e políticas de audiodescrição.	1	,93
Penso que em todos campos, inclusive o científico, a informação tem de estar acessível para todos. Diante dessa afirmação, me parece que o conceito de informação audiodescritiva é relevante. Embora promover o acesso não gere conhecimento necessariamente, mas dá igual oportunidade àqueles que desejam constituir uma carreira acadêmica.	1	,93
Sem dúvida. a Representação da Informação possibilita acesso a informação, portanto prioritariamente social e ligada as questões das TIC	1	,93
Sempre válidos estudos que promovam a investigação da informação e seu papel para a construção de conhecimento	1	,93
Sim, a informação independente do suporte ou do formato deve ser preservada.	1	,93
Sim, aborda-se pouco na CI.	1	,93
Sim, acredito que a acessibilidade à informação e a preservação podem se relacionar e ter relevância para a CI	1	,93
Sim, afinal, toda produção humana é cara aos estudos da CI e devem ser o seu foco	1	,93
Sim, como parte da preservação digital	1	,93
Sim, é de suma importância, tanto a preservação dos recursos informacionais como a correta descrição destes recursos informacionais por meio de metadados tanto descritivos como temáticos	1	,93
Sim, é importante para a preservação da memória.	1	,93
Sim, é preciso ampliar e disseminar os estudos na área	1	,93
sim, é um recurso não definido apenas por metadados, mas está também associado aos arquivos de descrição que exigem preservação	1	,93
Sim, é um tema pouco explorado	1	,93
Sim, é uma forma de acessibilidade, o que pode fazer com que este tipo de usuário tenham um melhor aproveitamento nas suas pesquisas	1	,93

Sim, eu acho que o profissional da informação precisa cada vez mais estar integrado com estes conceitos, que são inerentes à área, mas acabam sendo absorvidos por outras ciências.	1	,93
Sim, imprescindível se pensar na dimensão teórica e aplicada deste conceito no âmbito da CI (instrumentos de referência) para acesso e difusão da informação audiodescritiva dentre este público-alvo. E profissionais capacitados para lidar com esta realidade.	1	,93
Sim, inclusive é algo que pode/deve ser mencionado e tornado conhecido desde a graduação, visto que tudo que se relaciona à organização e representação do conhecimento, com vistas ao seu acesso de forma indiscriminada, assim como os meios de preservação e salvagarda das informações, são objeto de interesse da CI e têm aparato para se desenvolverem.	1	,93
Sim, já que a audiodescrição é uma informação sobre uma imagem para quem não pode vê-la	1	,93
Sim, mais uma possibilidade de assegurar informações de variados suportes.	1	,93
Sim, para ampliar os instrumentos e técnicas, bem como ampliar o debate teórico sobre o tema.	1	,93
Sim, pelas razões descritas no item referente aos fenômenos comportamento, informação e comunicação.	1	,93
Sim, pelo caráter interdisciplinar e para possibilitar acesso a todos os tipos e de usuários.	1	,93
Sim, pois a partir do momento que isso torna-se uma temática explorada na área pessoas invisibilizadas, como as deficientes visuais, poderão acessar e fazer usos de diversos materiais disponíveis em diferentes fontes.	1	,93
Sim, pois além de ser uma ferramenta para preservação da informação também é uma representação da informação inclusiva para deficientes visuais.	1	,93
Sim, pois é importante aprofundar estudos no strictu sensu de tudo que for pertinente a CI, sendo a audiodescrição parte deste conjunto	1	,93
Sim, pois é importante armazenar essa informação em outros formatos para ser recuperada no futuro	1	,93
Sim, pois não conheço o conceito	1	,93
Sim, pois sendo um registro de informação, merece tratamento e preservação adequada.	1	,93
Sim, porque amplia a noção que se tem de documento.	1	,93

Sim, porque cada vez mais a CI é instigada a garantir recursos (ferramentas e conceitos) de memória e patrimônio	1	,93
Sim, porque como eu respondi na outra pergunta, é uma forma de inclusão. é muito importante incluirmos novos profissionais na nossa área, independente das deficiências que possam apresentar	1	,93
Sim, precisa ser mais trabalhado na pós-graduação	1	,93
Sim, são extremamente necessárias essas pesquisas devido ao aumento exponencial da informação digital, para que a nossa memória e história não seja perdida	1	,93
Sim, se houver lacuna de pesquisas e para ampliar as possibilidades de apropriação da informação para mais indivíduos e comunidades.	1	,93
Sim, toda informação digital deve ser objeto da preservação digital	1	,93
Sim, tudo que é voltado a disseminação da informação e memória devem está vinculados a CI, visto q a área da CI tem como seu objeto a informação	1	,93
Sim, vejo a necessidade por não conhecer o conceito e ser da área da CI.	1	,93
Sim, visto a necessidade premente de preservar conteúdos memoriais	1	,93
Sim! Entendo que a questão da representação está inserida também no trabalho de mediação e não somente do de preservação. Entendo que preservação e mediação são as bases da Ci, por isso informação audiodescritiva está totalmente inserida no campo da CI	1	,93
Sim. A partir das pesquisas, a informação audiodescritiva se consolida, existindo uma preocupação com esses acervos para a construção da memória.	1	,93
Sim. Acho que é um âmbito que precisa de maiores cuidados, pois acredito que envolve também a questão da memória, a sua preservação de alguma maneira	1	,93
Sim. Acredito ser de fundamental importância para a área. Parece que há poucos estudos relacionados a temática. O campo da acessibilidade e a CI precisam ser mais explorados	1	,93
Sim. Assim como outros tipos de informação, a audiodescrição necessita de metadados, e estruturas representativa específicas. Também há questões semiológicas envolvidas na tradução que se realiza durante a audiodescrição.	1	,93

Sim. É uma maneira que vai somar nos meios de preservação	1	,93
Sim. Em primeiro, as pesquisas acerca de preservação digital são cada vez mais necessárias, tendo em vista a adesão social às ferramentas proporcionadas pela Informática e potencializadas pelo uso da internet. Em segundo, porque conforme as pesquisas sobre esse objeto se consolidarem, o conceito tende a ser mais divulgado e, conseqüentemente, reconhecido.	1	,93
Sim. Essa é uma área com grande demanda social, porém com pouca oferta. É quase uma questão regida por leis do mercado. A academia é uma excelente instância para abraçar esse tipo de estudo em razão de sua missão.	1	,93
Sim. Estes estudos dão robustez a áreas pouco exploradas especialmente no Brasil.	1	,93
Sim. Eu, por exemplo, não tive muito contato com esse conceito, mas de longe já consigo ver a grande possibilidade de diálogo na área, principalmente se levarmos em conta as questões de preservação digital	1	,93
Sim. Há a necessidade por uma questão integradora informacional que seja transmídia e possa ser traduzida de forma intersemiótica entre usuários e gerações.	1	,93
Sim. Há necessidade de ampliação das pesquisas para tal tipologia.	1	,93
Sim. Informação tem que ser clara, transparente e acessível para todos.	1	,93
Sim. Na experiência que tive, na busca em bases de dados brasileiras, houve relativamente poucas discussões sobre audiodescrição. Não recorro de assumir o foco nas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda de conteúdos informacionais. A maioria dos estudos, no sentido da audiodescrição, discutia o acesso à informação para portadores de necessidades especiais e estava, preponderantemente, ligada à atividades bibliotecárias. Importante salientar que fiz buscas gerais, apenas para me ambientar ao tema e dar algum direcionamento à aluna que tinha especial interesse pelo tema. Não foram feitas análises aprimoradas no conteúdo dos artigos localizados. Então, minha escrita é do ponto de vista de alguém que ouviu falar sobre o tema e não aprimorou esse estudo.	1	,93
Sim. Não só sobre áudio descrição como a possibilidade de se trabalhar com outros formatos	1	,93

Sim. Pensando no conceito de desenho universal e na amplitude de acesso a informação com inclusão de todo tipo de público a qualquer informação	1	,93
Sim. Penso que a temática ainda é pouco explorada, embora tenha pouco conhecimento sobre informação audiodescritiva.	1	,93
Sim. Pois a ciência da informação deve se preocupar em armazenar e disseminar informação da forma mais ampla possível, logo precisa aprender a preservar e salvaguardar tais informações para nossa geração e as futuras.	1	,93
Sim. Pois o trabalho trás possibilidade de inclusão social e acesso à informação aqueles de dela necessitem	1	,93
Sim. Porque atende as pessoas pne	1	,93
Sim. Sobretudo porque não vejo pesquisas sobre o assunto. Essa é a primeira que conheço.	1	,93
Sim. Toda pesquisa que trata de preservação da Informação é válida.	1	,93
Sim. Tudo que possibilita conhecimento é válido. À medida que os registros são salvaguardados verifica-se a possibilidade em criar base para um novo conteúdo o qual terá como lastro os já existentes.	1	,93
Sim. Vejo a necessidade de pesquisas no âmbito de Mestrado e Doutorado na área da CI, pois por meio de novos métodos e técnicas de preservação digital e com ações e reflexões sobre políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos, a CI contribui sim, para isso, já que dá a possibilidade de criar um novo cenário para preservação da memória das audiodescrições.	1	,93
Talvez.	1	,93
Tendo em vista a importância da área audiodescritiva, acredito que desenvolver estudos no âmbito da CI em diálogo com a audiodescrição iria contribuir para o desenvolvimento de ambas as áreas com finalidades diretamente beneficentes a sociedade.	1	,93
Tenho pouca reflexão sobre o tema.	1	,93
Sim, vejo necessidade destas pesquisas na CI, mas não vejo uma ligação clara com a preservação digital	1	,93
Sim, vejo necessidade, pois não é assunto tão divulgado	1	,93
Total	107	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 78: Sobre o uso da informação audiodescritiva em bibliotecas, museus e arquivos

Uso da informação audiodescritiva em bibliotecas, museus e arquivos (Q19)	n	%
Não	1	,93
Não posso opinar, pois não tenho experiência nessa área	1	,93
Não sei dizer	2	1,87
Não, somente as que precisam desse tipo de descrição	1	,93
Sim	7	6,54
Com certeza, ferramentas e medidas que promovem a inclusão devem sempre ser tomadas e aplicadas em qualquer espaço, seja ela unidade de informação ou não.	1	,93
Com certeza! Acessibilidade é tudo e muitas instituições desconhecem.	1	,93
Com certeza! É fundamental que em espaços culturais tais como os citados seja possível a inclusão para todas as pessoas. O acesso é primordial!	1	,93
De extrema importância. Além do processo de preservação também para uma perspectiva de acessibilidade	1	,93
Depende do acervo	1	,93
É de suma importância ampliar os acervos das instituições de informação de modo a contemplar todos os usuários reais e potenciais.	1	,93
imagino que informação audiodescritiva seja a informação para se ouvir (falada) e, nesse sentido, só contribuiria para a apropriação da informação pelo usuário.	1	,93
Informação está em tudo, inclusive nas coisas (Buckland), e todos tem o direito ao acesso a informação	1	,93
Levando em consideração que informação é para todos, seria mais uma forma de democratizar o acesso a informação, bem como desenvolvimentos de novas ferramentas	1	,93
Necessidade quando envolve comunicação. Sim.	1	,93
Para responder, precisaria conhecer mais sobre o assunto.	1	,93
Pensando em acessibilidade, creio que há sim a necessidade.	1	,93
Penso que sim.	1	,93
Percebo a necessidade, no entanto, não sei explicar como seria a melhor maneira de mediar isto em unidades de informação.	1	,93
Possibilita a todos o acesso à informação e ao conhecimento	1	,93

Sem dúvida é de extrema importância. Haja vista a responsabilidade social desses equipamentos culturais para o acesso a informação.	1	,93
Sem dúvida, é muito necessário. Os softwares de gestão de acervo são importantes ferramentas de acesso a conteúdos informacionais, contudo tais informações não são disponibilizadas em formatos acessíveis aos cegos ou pessoas com baixa visão. A T. A. deve se voltar para tais questões, desenvolvendo modelos de tradução do conteúdo estruturado em tinta (escrita) para versões em áudio. Registra-se a existência de aplicativos acessíveis que fazem a leitura do texto, mas não descrevem imagens estáticas ou em movimento.	1	,93
Sem dúvida! Partimos do conceito de inclusão, por meio do acesso à produção cultural, para a mediação cultural que vai dar possibilidade de construção de sentido simbólico, cuja deficiência visual não compromete, com o fim de construção de conhecimento e integração sociocultural e cidadania.	1	,93
Sim para preservação e acesso à informação para deficientes visuais	1	,93
Sim para promover a acessibilidade.	1	,93
Sim porque essas unidades informacionais devem ser acessíveis	1	,93
Sim, a biblioteca é um espaço plural, aberto a todo público leitor (no sentido amplo do conceito de leitura), portanto, nada mais importante do que democratizar o acesso à informação na sua amplitude.	1	,93
Sim, a informação deve estar acessível a todos os usuários	1	,93
Sim, a informação deve ser acessível ao maior número de pessoas e deve ser inclusiva a pessoas com deficiência	1	,93
Sim, a partir dos mesmos princípios que direcionam o audiovisual.	1	,93
Sim, abrindo mais uma frente para disseminação de conteúdos e atendimento às necessidades dos usuários	1	,93
sim, acessibilidade	1	,93
Sim, acessibilidade	1	,93
Sim, creio que entraria no âmbito de acessibilidade.	1	,93
Sim, devido ao público a que se destina	1	,93
Sim, é um campo amplo e uma extensão dos serviços de descrição convencionais.	1	,93
Sim, é um meio de aumentar a acessibilidade	1	,93
Sim, é uma forma de aproximação desses usuários com essas instituições	1	,93

Sim, especialmente para atender público que tenha dificuldade com leitura	1	,93
Sim, fundamental porque a áudio descrição não é uma mera leitura ao pé da letra. A audiodescrição é uma informação específica, a qual requer técnicas e competência específica, especial para ampliar o acesso à informação bibliográfica, à informação arquivística e à informação museológica. A importância social desse tipo de uso da informação será um grande salto	1	,93
Sim, importante para promover a inclusão social	1	,93
Sim, mas ainda não visualizei nenhuma solução neste sentido	1	,93
Sim, no caso de usuários com necessidade especiais	1	,93
Sim, os portadores de necessidades especiais e não só eles pois existem momentos que uma audiodescrição pode servir também para os "normais".	1	,93
Sim, para dar o acesso a todos	1	,93
Sim, para fornecer acesso e uso para pessoas com necessidades especiais.	1	,93
Sim, para garantir a ampliação do acesso aos objetos informacionais e culturais mantidos por essas instituições.	1	,93
Sim, para que todos os públicos tenham acesso aos conteúdos, obras, ect., sendo este público portador de necessidades especiais ou não.	1	,93
Sim, pensando nas questões de acessibilidade	1	,93
Sim, pois a informação audiodescritiva promove acessibilidade a uma informação que anteriormente, apesar de disponível, não era passível de compreensão por todos.	1	,93
Sim, pois as unidades de informação mencionadas deveriam agregar iniciativas que englobem a curadoria dos mais variados tipos de objetos	1	,93
Sim, pois assim poderemos atender um público que também necessita de informações	1	,93
Sim, pois atende a um público específico	1	,93
Sim, pois dá maior importância à acessibilidade.	1	,93
Sim, pois é um recurso de acessibilidade a deficientes visuais, o qual facilita o acesso à informação a este público em específico.	1	,93
Sim, pois esses espaços de memória precisam estar preparados para atender aos usuários com deficiência ou não, acho um recurso válido e necessário.	1	,93
Sim, pois os vídeos podem se perder, por isso é útil colocar a informação em outros formatos, por segurança	1	,93

Sim, pois possibilita a inclusão de mais pessoas no acesso a informação.	1	,93
sim, pois promovem acessibilidade	1	,93
Sim, pois, atualmente, pela evolução da tecnologia, já existem muitos deficientes que tem a possibilidade de crescer em conhecimento tanto pessoal quanto profissional, logo informação audiodescritiva em bibliotecas, museus e arquivos se faz necessário	1	,93
Sim, por causa da acessibilidade	1	,93
Sim, por questão de inclusão social	1	,93
Sim, porque amplia a compreensão do documento e as práticas decorrentes de seu uso nos equipamentos culturais.	1	,93
Sim, porque ampliação de suportes garantirá o acesso à informação, invariavelmente da possibilidade de acesso.	1	,93
Sim, porque permite que mais pessoas acessem a informação em bibliotecas, museus e arquivos.	1	,93
Sim, são instituições de memória.	1	,93
sim, todos lidam com a questão da acessibilidade de informação	1	,93
Sim, Todos os usuários necessitam de informação	1	,93
Sim, vejo casos em que as pessoas não sabem agir ao fornecer informações para deficientes. Portanto, esse recurso pode ser interessante para viabilizar esse contato de maneira mais natural. Acredito que a capacitação dos funcionários também seja uma boa ação complementar.	1	,93
Sim! Como já afirmado anteriormente, entendo a audiodescrição como um recurso importante de mediação da informação, função essencial dos equipamentos citados	1	,93
Sim! Como possibilidade de acesso ao conteúdo destas unidades a pessoas com deficiência visual	1	,93
Sim. A informação audiodescritva nestes ambientes informacionais possibilitará o acesso a informação para todos os indivíduos, independentemente de ter ou não deficiência.	1	,93
Sim. Acessibilidade é necessária em todos os ambientes	1	,93
Sim. acesso irrestrito a todas as pessoas a informação e ao conhecimento ativado por ela.	1	,93
Sim. As unidades de informação devem mediar o acesso à informação para todos os tipos de usuários.	1	,93
Sim. Bibliotecas, arquivos e museus são espaços de promoção da informação, do conhecimento e cultura.	1	,93

Sim. Cada vez mais os cegos estão se tornando independentes e demandam mais serviços de audiodescrição.	1	,93
Sim. Deve-se atender as necessidades de todos.	1	,93
Sim. Devido a acessibilidade	1	,93
Sim. É preciso tornar todos os ambientes acessíveis e inclusivos, tornando a sociedade mais justa no que concerne acesso à informação, memória e cultura	1	,93
Sim. É uma forma de garantir a inclusão social e de permitir que pessoas com deficiência visual e dislexia possam ter acesso a informação, para a construção do conhecimento	1	,93
Sim. É uma forma de viabilizar acesso informacional a todos.	1	,93
Sim. Elas além de democratizar o acesso, fornecem para a visitação um pouco mais de dinamismo.	1	,93
Sim. Em museus � bastante comum.	1	,93
Sim. Essas institui�es recebem pessoas com deficiência visual e precisam incluí-las de forma efetiva, proporcionado acesso às informa�es sobre sua custódia.	1	,93
Sim. Na biblioteca em que trabalho tenho recebido alunos cegos e que tem encontrado dificuldades em acessar os livros que os professores pedem em sala de aula.	1	,93
Sim. Necessidade para qualquer ambiente que deseje, de fato, incluir (todos).	1	,93
Sim. Novamente considerando a questão da transmializa�o e tradu�o intersemiótica que atenda a necessidade do usuário.	1	,93
Sim. Para melhorar a acessibilidade	1	,93
Sim. Para necessidades afirmativas.	1	,93
Sim. Para pessoas com deficiência visual	1	,93
Sim. Pensando no acesso e democratiza�o da Leitura	1	,93
Sim. Pode ser interessante para os deficientes auditivos.	1	,93
Sim. Porque a inclusão dessas pessoas no contexto social faz toda a diferença	1	,93
Sim. Porque atende aos usuários pne	1	,93
Sim. Principalmente mediando as necessidades de informa�o de deficientes (texto, imagem e som)	1	,93
Sim. Se realmente compreendi o tema, estes ambientes devem desenvolver (buscar) a maneira correta de preservar estes arquivos.	1	,93
Sim. Seria uma ótima forma de democratiza�o da informa�o	1	,93

Sim. Temos um projeto no Laboratório de Acessibilidade de uma rede de repositórios acessíveis, em que alguns materiais já tem a audiodescrição realizada por um profissional

1 ,93

Sim. Todos os tipos de ações que permitam que uma gama maior de usuários em condições diversas, sejam atendidos, devem ser desenvolvidas pelos Serviços de Informação.

1 ,93

Total	107	100,00
--------------	-----	--------

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 79: Sobre a possibilidade de concretizar o diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição

Possibilidade de concretizar o diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição (Q20)	n	%
Não sei dizer	12	12,50
Não entendi a pergunta.	1	1,04
Não posso responder.	1	1,04
Não sei como abordar esses profissionais, mas entendo a importância da audiodescrição e acho essencial que seja adotada logo.	1	1,04
Não sei opinar. Reconheço a importância da preservação, mas não domino o assunto	1	1,04
Não seria do bibliotecário, arquivista e museólogo essa função.	1	1,04
Não sou capaz de opinar sobre o assunto, porque não tenho o conhecimento necessário para tal.	1	1,04
Não tenho conhecimento sobre o assunto	1	1,04
A audiodescrição pode contribuir com a CI no âmbito da preservação da informação, sendo este um dos objetivos da CI. Assim como, a CI também pode auxiliar no processo de desenvolvimento dessa técnica, oferecendo parâmetros de normalização para execução da audiodescrição, como por exemplo as linguagens documentárias.	1	1,04
Sim	2	2,08
A Ciência da Informação é multidisciplinar e precisa desenvolver estratégias para os problemas informacionais relativos à organização, tratamento e uso da informação, e precisa conversar com outras áreas do conhecimento	1	1,04
A ciência da informação tem o discurso da interdisciplinaridade de forma muito presente, no entanto, na prática pouco se conhece sobre trocas de experiências. Dito de outro modo, é necessário estreitar as relações entre os diversos profissionais do conhecimento de modo que proporcione tanto a CI quanto a ciência de modo geral um sobressalto no que se refere ao desenvolvimento e solidificação de sua própria área do conhecimento, bem como da ciência em geral	1	1,04

A memória de longo prazo dos conteúdos informacionais audiodescritos que os profissionais da Audiodescrição produzem precisam ser guardados, pois o diálogo com os profissionais da CI, é possível de se concretizar sim, já que esses conteúdos tem que ser preservados para a posteridade, a fim de chegar aquelas pessoas que tem alguma deficiência e que necessitam de um crescimento em suas vidas tanto no caráter pessoal quanto profissional.	1	1,04
Acho difícil fazer essa relação pura e simples. É necessário entender de formar mais profunda o assunto de Audiodescrição.	1	1,04
Acho que é um diálogo produtivo e um trabalho de cooperação.	1	1,04
Acho que o diálogo esteja comprometido, devido à pouca popularidade do termo e isto compromete uma melhor apreensão para desenvolver medidas mais eficazes no que tange os conteúdos informacionais	1	1,04
Ações para popularização e socialização de boas práticas já instituídas.	1	1,04
acredito que há espaço para este diálogo	1	1,04
Acredito que incentivando mais pesquisas nessa área	1	1,04
Acredito que não haja dificuldades nesse diálogo, pois a audiodescrição para a CI se tornaria mais um suporte a ser tratado e preservado.	1	1,04
Acredito que os profissionais de CI terão dificuldade para dialogar com estes profissionais, uma vez que ainda está muito recente este trabalho de audiodescrição.	1	1,04
Acredito que seja mais fácil a migração de arquivos de audiodescrição do que em outros formatos.	1	1,04
Acredito que será um processo longo, mas extremamente necessário.	1	1,04
Acredito que trazer questões como essa para discussões nos eventos da área é uma maneira de viabilizar isso, talvez incentivar a produção de trabalhos sobre essa temática.	1	1,04
Ampliando a discussão da relação entre memória digital e acessibilidade	1	1,04
Ao elaborar políticas de acesso e salvaguarda que envolvam os profissionais da CI e da Audiodescrição, adotando padrões e requisitos internacionais para a representação desse conteúdo, para serem acessadas em longo prazo	1	1,04
As ações de CI e audiodescrição podem sim caminhar juntas, pois as áreas são congruentes. Percebo que seja possível o diálogo	1	1,04
Através de capacitações	1	1,04
através de estudos de OI e RI	1	1,04

Através de palestras e eventos sobre a interdisciplinaridade entre as áreas	1	1,04
Através do diálogo da participação e da reciclagem	1	1,04
Através do estabelecimento de técnicas e padrões que facilitem a disseminação, além da sua preservação	1	1,04
Como disse anteriormente, não conheço bem o assunto para responder essa questão.	1	1,04
Considerando-se que a CI é uma área transdisciplinar, todo e qualquer diálogo em torno de profissionais que objetivam a organização e representação da informação, devem ter embasamento para se desenvolver. Vejo que ambos têm muito a ganhar com a troca de experiências e saberes e que a área como um todo poderá se desenvolver em novas vertentes.	1	1,04
Criando, por ex., um repositório	1	1,04
Deve-se criar algum tipo de conexão, em bases de dados ou algo similar, entre os "objetos" e sua audiodescrição, porém não sei explicar bem pois me faltam conhecimentos teóricos sobre a área de Audiodescrição. Deveríamos estudar mais sobre essa temática.	1	1,04
Ainda é muito restrito aos profissionais arquivistas.	1	1,04
É necessário um trabalho multidisciplinar neste sentido.	1	1,04
É possível estabelecer um diálogo, portanto que os profissionais da Informação expliquem a importância de tratar e preservar a informação.	1	1,04
Errata: Questão 19 (todos e tudo). Falta estudo para opinar. A audiodescrição depende de suporte em mídia, que não saberia qual seria a mais adequada a longo prazo. Também, considero que a audiodescrição é carregada de conteúdo subjetivo quando descrita por pessoas e absolutamente informal e pouco sociável quando executada por máquinas. Não sei responder de forma adequada a essa questão.	1	1,04
Especialmente no que tange ao desenvolvimento e disseminação de padrões e normalização.	1	1,04
Essas "expertises" precisam ser divulgadas, pois mesmo dentro do Programa tem alunos que as desconhecem.	1	1,04
Esse diálogo deve se concretizar alimentado por uma crítica à prática.	1	1,04
Eu achei incrível! Uma super proposta, precisamos nos apropriar mais de determinados recursos que visem a inclusão, desaguando em questões que possibilite o armazenado para melhor circulação informacional	1	1,04

Existe uma mutação que se manifesta entre os saberes, transcendendo, inclusive, a nossa lógica indutiva-dedutiva identitária, fundamentada na concepção cartesiana. Essa transcendência pode nos levar a um melhor entendimento do que vem a ser uma transdisciplina, permitindo, assim, como você sugere, a concretização do diálogo proposto. Mas atenção...levar o pensamento por este caminho, de forma a se enriquecer os saberes que surgirão dessas relações, é não estabelecer uma hierarquização do conhecimento nem faltar com o respeito acerca da pluralidade dos discursos oriundos de tais processos.	1	1,04
Formando parcerias que inter-relacionam ideias a partir de uma problematização.	1	1,04
Mais uma vez, percebo que há possibilidade de diálogo entre a área de CI e os profissionais de audiodescrição, da mesma forma como é feito o registro da informação audiovisual, por exemplo.	1	1,04
Não consigo a princípio relacionar por nunca ter pensado a questão em relação a CI porém, uma maior relação com a Comunicação mas, imagino na possibilidade de conseguir recuperar alguma informação com buscas através da áudio descrição porém, como disse não é muito claro para mim a discussão.	1	1,04
Nem vislumbro tal discussão, como mencionado anteriormente este tema não faz parte de minha linha de pesquisa e foge ao meu curso de bacharel em fisioterapia.	1	1,04
NIL	1	1,04
No estabelecimento de padrões e ferramentas de armazenamento e recuperação desse tipo de informação	1	1,04
No tocante, a salvaguarda da memória desses matérias para acesso a longo prazo.	1	1,04
O diálogo da CI com outras áreas é sempre importante. Com o desenvolvimento das TIC, novos conteúdos informacionais vêm sendo produzidos e disponibilizados em diferentes suportes e meios (como as redes sociais) e precisam ser descritos para que possam ser identificados, selecionados e acessados pelas pessoas. Desenvolver tecnologias para disponibilizar a informação para todos é a função social da CI. A sociedade sempre espera que a ciência, de uma forma geral, faça algo por ela. Proporcionar acesso sem limites e barreiras à informação é um dever histórico e social; um compromisso ético dos profissionais da informação.	1	1,04
o diálogo é possível.	1	1,04
O diálogo pode ocorrer a partir do aproveitamento e troca de experiências e teorias entre os profissionais e suas respectivas áreas do conhecimento.	1	1,04

O diálogo pode ocorrer por meio de congressos, palestras entre os profissionais	1	1,04
O diálogo teria de ser trabalhado no nível de conscientização dos profissionais que trabalham com a audiodescrição. Reforçando o papel e importância de se trabalhar em grupo para a preservação de temas relevantes.	1	1,04
Os profissionais da audiodescrição devem se aproximar da CI para que esse diálogo aconteça, além disso os cursos de graduação e pós-graduação podem criar projetos de pesquisa que contemple a audiodescrição.	1	1,04
Parece q o diálogo está na linha da representação e memória. A concretização desse diálogo é estabelecida com pesquisas com esta desenvolvidas no PPGCI/UFBA	1	1,04
Penso que através de ações cooperativa, tendo em vista que esta é uma ação multidisciplinar que depende do conhecimento dos profissionais dos dois campos envolvidos.	1	1,04
Percebo de forma positiva	1	1,04
Pode ser uma alternativa válida na busca de desenvolver backups em outros suportes.	1	1,04
Pode usar o estudo de usuário para identificar a demanda para organização, preservação e acesso da informação.	1	1,04
Por meio de mais pesquisas e divulgação científica.	1	1,04
Possibilitando meios seguros de armazenamento, com contribuições e meios adequados para a preservação informacional e de memória	1	1,04
Precisaria conhecer melhor as atividades e as aproximações	1	1,04
Preciso refletor mais sobre o assunto	1	1,04
Prefiro não responder.	1	1,04
primeiro é preciso ter estudos sobreo assunto, como este que está sendo proposto neste trabalho. Há desconhecimento do assunto.	1	1,04
Primeiro verificando se eles já possuem local de estoque de acervo, se eles o disponibilizam e como fazem.	1	1,04
Produzindo teorias, conceitos e experiências em formato de teses, dissertação e artigos científicos e mostrando a importância da relação dessas áreas para o crescimento científico da ciência da informação	1	1,04
Sem respostas	1	1,04
Seria mais um formato disponível para a preservação, bem como serviria para ampliar o acesso de outros públicos a todo tipo de informações	1	1,04
Talvez um trabalho conjunto com os profissionais envolvidos em tal processo	1	1,04

<p>Todo o conhecimento de preservação digital, as técnicas, modelos, tecnologia são necessárias para que as informações audiodescritivas possam ser preservadas da melhor forma possível, evitando-se a perda da memória destes recursos informacionais. Nesse sentido os profissionais que lidam com estes aspectos de preservação podem contribuir.</p>	1	1,04
<p>Totalmente possível, mas é preciso que se crie estratégias de aproximação, por meio de eventos, artigos e projetos.</p>	1	1,04
<p>Um diálogo relevante e urgente, pois o ICI/UFBA ainda carece de abordagens multifacetadas de registro de informação, principalmente em aspectos relacionados a tecnologias.</p>	1	1,04
<p>Um projeto multidisciplinar em audiodescrição contribuiria para o diálogo.</p>	1	1,04
<p>Uma pergunta de difícil resposta. Entretanto, temos de começar a pensar em desenvolver disciplinas, para graduação e pós-graduação, que possam integrar os dois campos. Mobilizando os futuros profissionais para a inclusão dos deficientes visuais, principalmente - consideremos os analfabetos, infelizmente - nas produções, organizações, acesso e mediação da informação para que possamos tornar possível a produção do conhecimento, ou seja o descolamento cultural e intelectual dos sujeitos, afim de construir uma sociedade menos desigual.</p>	1	1,04
<p>Uma via pode ser pensando formas para que a armazenagem aconteça, em vias de acessar no futuro tais arquivos.</p>	1	1,04
<p>Vai depender a evolução da interlocução entre as duas áreas. Não sei até que ponto a audiodescrição está estabelecida como área de atuação e estudo. O diálogo vai depender do envolvimento dos profissionais da área.</p>	1	1,04
<p>Variando desde políticas públicas até o desenvolvimento de tecnologias capazes de inferenciar necessidades específicas de salvaguarda de informações de audiodescrição.</p>	1	1,04
<p>Vejo como possível ampliando-se as competências sobre a temática, aproximação das entidades e comunidades</p>	1	1,04
<p>Vejo um diálogo possível com a conscientização da necessidade de preservação da memória dos conteúdos informacionais.</p>	1	1,04
Total	96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

ANEXO A

TERMO DE ANUÊNCIA DE PESQUISA

Vimos convidar Vossa Senhoria a participar da pesquisa de tese de doutorado descrita a seguir.

Agradecemos sinceramente se pudermos contar com sua colaboração, ela é fundamental para o bom andamento e para os melhores resultados da pesquisa, e não resultará em absolutamente nenhuma consequência para V.Sa. caso eventualmente venha a decidir pela interrupção de sua colaboração ao longo da pesquisa

Título da Pesquisa de Tese de Doutorado: *Informação Audiodescritiva e a Preservação Digital: Uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição.*

Instituição: Universidade Federal da Bahia / Instituto de Ciência da Informação / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFBA-ICI/PPGCI)

Pesquisador Responsável: Tamires Neves Conceição **Tel.:** [número suprimido]

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva **Tel.:** [número suprimido]

A pesquisa (tese de doutorado em Ciência da Informação) tem como principal objetivo analisar como os profissionais da Ciência da Informação e como suas experiências em disseminar e registrar a informação podem auxiliar no âmbito da Audiodescrição, no que se refere às ações de preservação e políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos.

V.Sa. tem a liberdade de desistir de continuar colaborando, a qualquer momento ao longo da pesquisa, sem nenhuma consequência para V.Sa., conforme Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. O pesquisador responsável se compromete a tornar público os resultados obtidos com a pesquisa nos meios acadêmicos, sociais e científicos, sem no entanto identificar qualquer participante.